Telefônica Brasil S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE: 35.3.0015881-4

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Telefônica Brasil S.A. ("Telefônica Brasil", "Companhia" ou "Vivo") submete à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas da Companhia, com o relatório dos Auditores Independentes, e os pareceres do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria e Controle, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

1. Mensagem da Administração

Nos últimos dois anos aceleramos o processo de transformação digital da Vivo. Não tenho dúvida de que estamos colaborando intensamente para a inserção do Brasil no mundo digital. Encerramos 2018 com 3,1 mil cidades cobertas com a tecnologia 4G, além de mil cidades com a tecnologia 4,5G que permite transmissão de dados com velocidades ainda maiores. Mais de 88% da população brasileira já tem acesso às redes 4G da Vivo. Na fixa, a expansão seguiu com a mesma velocidade e levamos nossa rede de fibra para 30 novas cidades. De longe a maior expansão de fibra feita na América Latina. Terminamos o ano com mais de 19 milhões de residências brasileiras aptas a usar a fibra da Vivo, dessas 9 milhões com a mais moderna tecnologia FTTH.

Mesmo em um ano marcado por incertezas, apresentamos um resultado financeiro consistente aos nossos acionistas, parceiros e colaboradores. Passamos a um patamar superior de rentabilidade, atingindo margem EBITDA recorrente de 35,8% no ano, ao mesmo tempo em que consolidamos 3 anos consecutivos de redução de custos. Nossas receitas também cresceram, e fomos capazes de acelerar ainda mais nossa geração de lucro e caixa, possibilitando uma declaração de proventos relativos aos resultados de 2018 em nível recorde para nossos acionistas. Todas essas conquistas foram possíveis, em grande parte, graças a um robusto processo de digitalização, que permeou todas as áreas da Companhia, e um foco incessante na qualidade de nossos serviços.

Em 2019 manteremos esta estratégia, agora guiados pelo **#RECONECTA** - novo programa da Companhia com foco em crescimento e que norteará nossas ações nos próximos anos. Uma maneira nova de retratar o que já fazemos, e que acreditamos ser o futuro da Telefônica Brasil. O **#RECONECTA** traz uma fórmula que busca o crescimento, por meio de reforçar a **relevância** que uma empresa tem no mercado e junto a seus clientes; uma empresa que cresce em **receitas** e que traz **retorno,** sem deixar de ser **responsável** socialmente. Tudo isso por meio da **motivação** de nossos colaboradores. Passo então a descrever brevemente nossa atuação em cada uma destas dimensões.

i) RELEVÂNCIA - Estamos convencidos de que a conectividade é o oxigênio do mundo digital. Para continuar a prover aos nossos clientes as melhores opções de conexão vamos investir R$ 26,5 bilhões entre 2018 e 2020, conforme anunciamos durante nosso Investor Day em março de 2018, momento em que celebramos 20 anos de listagem na Bolsa de Nova York. Este valor estará concentrado em aumentar nossa diferenciação expandindo de forma única nossa infraestrutura em fibra e 4G. De fato, do valor anunciado, cerca de R$ 7 bilhões são exclusivos para a expansão da rede de fibra. Somente em 2018 adicionamos 2 milhões de lares que passam a estar aptos a receber nossos serviços de fibra. Temos, ao final de 2018, cerca de 9 milhões de residências aptas e, até o final de 2020, serão 15 milhões.

Evoluímos, ainda, na oferta de um atendimento diferenciado e digital a nossos clientes. Investimos em Inteligência Artificial e Cognitiva, e lançamos a Aura, que trouxe uma nova experiência para os usuários, ajudando-os a gerenciar sua vida digital em tempo real, transformando dados em informação customizada para cada cliente.

Além da experiência digital no atendimento, procuramos encantar nossos clientes com as novas lojas da Vivo, com um ambiente conectado, flexível, tecnológico, e com atmosfera colaborativa e integrada. Ao longo deste ano, esse conceito de loja deverá ser replicado nas regiões Norte e Nordeste.

A proximidade com os nossos consumidores também foi refletida em nossas campanhas. Propusemos que as pessoas vivessem menos do mesmo, e que repensassem 2018 com menos preconceito e mais empatia. Lançamos um novo posicionamento institucional, o #Temhorapratudo. Com ele, convidamos as pessoas a refletir, sem julgamentos, sobre o melhor uso da tecnologia. Cada conexão, seja tecnológica ou não, tem a sua hora e deve ser vivida por inteiro.

ii) RECEITA - Além da manutenção de nosso foco no crescimento de nossa base de clientes e monetização de nossos serviços de conexão de dados, continuamos com a nossa estratégia de enriquecer a nossa oferta com conteúdos digitais. Fechamos, para o segmento residencial, parcerias com importantes players globais de conteúdo, como NBA, NFL, TIDAL, Amazon Prime Video, Netflix, dentre outros, impulsionando nossa receita e nos tornando mais relevantes junto aos nossos consumidores. No segmento de empresas remodelamos o portfólio de oferta de forma a aumentar o valor agregado dos produtos de voz e dados e avançamos na estratégia de atuação em serviços digitais. Queremos ajudar nossos clientes empresariais a transformarem seus negócios. Em parceria com a Ericsson, Raízen e EsalqTec, vamos promover as tecnologias que colocarão o agronegócio no mundo da Internet das Coisas (IoT), apoiando-nos no ecossistema de inovação aberta. Em 2019 seguiremos com mais automação e maior agilidade no mercado corporativo.

iii) RETORNO - As iniciativas de digitalização e simplificação foram essenciais para elevarmos nossa rentabilidade e geração de caixa e produziram uma economia de R$ 400 milhões em custos digitalizáveis no ano. Nossa margem EBITDA também segue em constante evolução. Nos últimos três anos crescemos mais de 5 pontos percentuais nossa margem recorrente, alcançando 35,8% em 2018. O resultado é reflexo da estratégia da Companhia de focar em negócios de maior valor, como planos pós-pagos, expansão da rede de fibra, lançamento de novos serviços para os públicos residencial e corporativo, e forte disciplina financeira. Seguiremos buscando o aumento de margem da Companhia, além de otimizar nossos investimentos para projetos de alto retorno como as novas cidades com FTTH e investimentos em cobertura e capacidade em 4G e 4,5G, enquanto reduzimos investimentos em tecnologias obsoletas.

iv) RESPONSABILIDADE - Estamos comprometidos com a sustentabilidade do nosso negócio. Nossa reputação é um fator-chave para o nosso sucesso enquanto empresa responsável. Somos líderes em alguns indicadores do RepTrack - ranking global que mede a reputação das maiores companhias do mundo. No quesito ambiental, fomos a primeira operadora a utilizar 100% de fontes de energia renovável, auxiliando diretamente na redução de 64% na emissão de carbono. Mantivemos, mais uma vez, a participação na Carteira do ISE 2019 (Índice de Sustentabilidade Empresarial) da B3.

Avançamos também com a Fundação Telefônica Vivo em projetos de educação, voluntariado - que em 2018 bateu o recorde de participação com mais de sete mil colaboradores, e 75 mil pessoas contempladas de 45 cidades -, e empreendedorismo, por meio do conceito de inovação educativa. Beneficiamos cerca de 1,7 milhão de pessoas no ano passado, com investimentos de R$ 60 milhões. Para 2019, ano do 20º aniversário da Fundação, temos a expectativa de chegar a R$75 milhões.

Neste ano avançamos muito em Diversidade. Estamos trabalhando para que toda pluralidade brasileira seja representada na Vivo. Acreditamos que uma empresa inovadora e competitiva, é uma empresa diversa. Por fim, convocamos a sociedade e o governo para discutir os impactos da tecnologia no dia a dia das pessoas, o direito à privacidade, e a segurança digital, com o lançamento do Manifesto por um Pacto Digital.

Como reconhecimento de nossas práticas de RH, fomos premiados como uma das 20 melhores empresas para trabalhar, na categoria Grandes Empresas, durante a 22ª edição do Prêmio Great Place to Work. Estamos também entre as três melhores grandes empresas para trabalhar, do setor de Tecnologia da Informação (TI), no ranking elaborado pela *Great Place to Work* e divulgado anualmente pela IT Mídia. E para fechar o ano, fomos elencados entre as três melhores empresas na categoria acima de 17 mil colaboradores, segundo o ranking "As Melhores na Gestão de Pessoas 2018", promovido pelo jornal Valor Econômico.

Buscamos mais em 2019 - Estamos satisfeitos com as conquistas de 2018, mas sabemos que temos muitos desafios à frente. Continuaremos com o ritmo acelerado de expansão de fibra e das redes 4G e 4,5G, e trabalharemos para tornar nosso negócio direcionado a empresas cada vez mais sinônimo de parceiro digital para pequenas, médias e grandes empresas com um portfólio de serviços diferenciados e de qualidade incomparável. Estamos comprometidos em construir um Brasil digital e, para isso, manteremos os nossos níveis históricos de investimentos. Por outro lado, precisamos que alguns entraves no âmbito regulatório sejam revistos para avançarmos ainda mais.

Por fim, fiquei honrado com o convite do José María Álvarez-Pallete, presidente do Grupo Telefónica, para assumir uma nova função estratégica no grupo e apoiá-lo na construção de uma empresa ainda mais simples, mais digital e totalmente voltada para as pessoas. Sinto que deixo a presidência da Telefônica Brasil com a missão cumprida e fiquei feliz em passar o bastão ao Christian Gebara, profissional e líder que admiro e que possui profundo conhecimento da Companhia. Trabalhamos lado a lado nesses últimos anos e Christian é o executivo certo para dar continuidade ao crescimento e à transformação digital e cultural que vivemos na Telefônica Brasil. Por fim, gostaria de agradecer a todos os colaboradores pela dedicação e compromisso dos últimos dois anos. Muito obrigado também a todos os nossos clientes, parceiros, enfim, a todos os *stakeholders* com quem tive a oportunidade de interagir durante esses dois anos.

Eduardo Navarro

Presidente da Telefônica Brasil em 2018

2. Contexto Econômico e do Setor de Telecomunicações

2.1. Contexto Econômico

A economia brasileira continuou seu ritmo gradual de recuperação da atividade em 2018, ainda que tenha enfrentado desafios ao longo do caminho, tanto domésticos quanto externos. O cenário internacional vem se tornando menos favorável às economias emergentes, em meio à normalização da política monetária nas economias avançadas e tensões comerciais envolvendo Estados Unidos e China. Isso contribuiu para redução da liquidez global e aumento dos prêmios de risco. No ambiente doméstico, o ano foi marcado por dois grandes desafios: a greve dos caminhoneiros, que paralisou diversos segmentos no segundo trimestre e afetou a atividade econômica, e, em seguida, a eleição presidencial, que gerou elevadas incertezas diante de uma disputa polarizada da qual o candidato de viés liberal, Jair Bolsonaro, saiu vitorioso. Isso foi positivo para as perspectivas de continuidade das reformas econômicas ao longo deste novo ciclo presidencial. O ambiente de política monetária permaneceu favorável, com o cenário benigno para a inflação, o que deverá permitir taxas de juros baixas por tempo mais prolongado. A Selic, taxa básica de juros, terminou o ano na mínima histórica de 6,5%. Entretanto, há riscos no radar a serem monitorados, como uma piora do cenário externo e a governabilidade do novo presidente, o que pode impactar negativamente os ativos financeiros.

No cenário fiscal, o déficit primário do setor público acumulado em doze meses reduziu-se para 1,6% do PIB em 2018, ante 1,7% do PIB em 2017. A melhora do resultado vem do aumento da receita, positivamente impactada pela recuperação da atividade econômica, bem como do controle dos gastos. O resultado foi significativamente melhor que a meta estipulada para o ano (déficit de 2,3%). Ainda assim, a dívida bruta passou de 74,2% em 2017 para 76,7% em 2018. O déficit nominal público, entretanto, reduziu-se de 7,8% do PIB para 7% do PIB, na mesma comparação, explicado pela redução das taxas de juros.

A inflação acelerou-se em 2018, tanto no varejo quanto no atacado, mas mais intensamente neste último, sob influência da alta do dólar e do aumento dos preços dos combustíveis. Já a inflação no varejo manteve-se em níveis baixos apesar da aceleração, em função do gradual ritmo da retomada da economia e em meio a expectativas ancoradas. O IGP-DI, Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna, calculado pela Fundação Getúlio Vargas, registrou alta de 7,1% em 2018, após ter caído 0,4% em 2017, reflexo do aumento do IPA-DI, Índice de Preços no Atacado, que teve alta de 8,8% em 2018, após queda de 2,5% em 2017, e da aceleração do IPC, Índice de Preços ao Consumidor, que subiu 4,3% em 2018 ante 3,2% em 2017. Já o IPCA, Índice de Preços ao Consumidor Amplo, calculado pelo IBGE e utilizado pelo Banco Central do Brasil como referência no sistema de metas de inflação, subiu 3,7% em 2018, aumento de 0,8 ponto percentual em relação a 2017 (2,9%), ficando abaixo da meta de inflação e acima do limite inferior (4,5% com intervalo de tolerância entre 3% e 6%).

Frente ao cenário benigno de inflação, o Comitê de Política Monetária (Copom), manteve a taxa básica de juros na mínima, reduzindo-a de 7,0% ao final de 2017 para 6,5% ao final de 2018. Deduzindo desta taxa a inflação acumulada no ano, ficamos com uma taxa de juros real de 2,8%, ante 4% no ano anterior.

O ambiente doméstico em 2018 foi marcado por incertezas políticas em função da eleição presidencial, enquanto o ambiente externo tornou-se gradativamente menos favorável às economias emergentes, com a normalização da política monetária nos países avançados e em meio a tensões comerciais entre EUA e China. Essa configuração resultou em depreciação do Real ao longo do ano, terminando 2018 em R$/US$ 3,87 (R$/US$ 3,31 ao final do ano de 2017). Desta forma, o Real depreciou-se 17,1% em relação ao ano anterior. A paridade cambial média do ano, de R$/US$ 3,66, elevou-se em 14,5% ante a média observada no ano anterior.

As contas externas permaneceram favoráveis em 2018. A balança comercial apresentou superávit de US$ 53,6 bilhões em 2018 (ante US$ 64,0 bilhões em 2017), reflexo do maior avanço das importações frente às exportações, que variaram 21,0% e 10,0%, respectivamente. Isso contribuiu para aumento do déficit em transações correntes para 0,8% do PIB, ante 0,4% do PIB no final de 2017. Em relação às reservas internacionais, o ano foi encerrado com US$ 387,0 bilhões, frente a US$ 382,0 bilhões do final do ano anterior.

A atividade econômica seguiu recuperando-se gradualmente em 2018. A greve dos caminhoneiros, que prejudicou a atividade no segundo trimestre, derrubou os índices de confiança, que tiveram sua recuperação prejudicada em função do processo eleitoral que a seguiu. Desta forma, decisões de consumo, investimento e contratações podem ter sido postergadas. Entretanto, as condições financeiras mais favoráveis, resultantes da perspectiva benigna para a inflação e que favorece as taxas de juros baixas por um período mais longo, contribuíram para que o consumo e o investimento fossem os principais propulsores do crescimento pelo lado da demanda. Estima-se que o PIB tenha crescido cerca de 1,3% em 2018[1], após 1,1% observado em 2017.

2.2. Entorno Competitivo

Influenciado pela atividade econômica do país, que continuou em ritmo de recuperação em 2018, o mercado de telecomunicações[2] conseguiu desacelerar a retração de receitas observada nos três anos anteriores. No entanto, ainda apresentou dificuldades para expansão (redução de 0,6% nos 9M18[3]). Diante dessa conjuntura, operadoras buscaram ganhar mercado intensificando a competição em preços e entregando maior diferenciação e inovação para seus consumidores.

No mercado Fixo, o destaque continuou sendo a Banda Larga, com consistente aumento de acessos (ampliação de mais de 2 milhões de conexões durante 2018[4]). A migração para maiores velocidades permaneceu relevante, em especial para a Ultra Banda Larga, com velocidades acima de 34Mbps, que fechou 2018 com *mix* de 28% da base (contra 15% em dezembro de 2017[4]). Essa busca dos consumidores por maior velocidade permitiu a consolidação de um conjunto de pequenos provedores regionais como um importante *player* desse mercado, dado que capturaram demanda reprimida em localidades sub atendidas. As grandes operadoras, por sua vez, divulgaram planos de investimento focados na expansão de rede de última geração (principalmente Fibra) em resposta às necessidades dos clientes.

No que tange à Móvel, as operadoras mantiveram-se focadas na entrega de cobertura e melhor qualidade de acesso, adequando sua infraestrutura em função da crescente demanda por dados. A cobertura da tecnologia 4G passou de 3.871 municípios em dezembro de 2017 para 4.429 municípios em dezembro de 2018[5], e agora está disponível para mais de 95% da população brasileira (versus 93,3% ao final de 2017). As ofertas comerciais destacaram o aumento do volume de dados ofertados, aliados à maior disponibilização de Serviços de Valor Agregado e acesso a aplicativos móveis, ao mesmo tempo em que houve tendência de manutenção nos preços ("*more for the same*"). A atratividade das ofertas recorrentes implicou na continuidade de relevante migração de assinantes pré-pago para planos pós-pago e controle.

A dinâmica do setor evidenciou a digitalização como uma importante alavanca em 2018. As principais operadoras do país reportaram iniciativas na interação com clientes, como *e-Commerce* e *e-Care*, em busca de diferenciação e maior fidelização. Em um momento em que o mercado de telecomunicações vê seu crescimento de receitas pressionado, os ganhos em eficiência de custos foram fundamentais para a rentabilidade das operações.

A Telefônica Brasil manteve seu histórico de entrega de resultados significativos ao longo do ano. No negócio móvel, se manteve na liderança do pós-pago, com o maior *mix* do mercado em clientes de alto valor, resultado de seu compromisso com a qualidade e entrega de soluções inovadoras. No negócio fixo, o ano foi marcado pela expansão da rede de Fibra (FTTH) para 30 novas cidades, reforçando o posicionamento como a operadora com maior cobertura em rede de última geração no país. Em conjunto, os negócios da Companhia buscaram ofertar melhor qualidade e velocidade para os clientes em produtos considerados *premium* no mercado de telecomunicações mundial (Fibra Óptica e IPTV).

2.3. Ambiente Regulatório

No âmbito regulatório, houve a realização de importantes consultas públicas para o setor. Indicamos, a seguir, os principais temas regulatórios na pauta da Telefônica Brasil, da Anatel e do Governo Federal.

Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)

Em março de 2018, o Conselho Diretor da Anatel negou recursos da Telefônica Brasil para reverter o valor de multas que constavam em Processos Administrativos com prescrição em abril e que faziam parte do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC).

O TAC envolvia multas que chegavam a cerca de R$ 3 bilhões, em valores não corrigidos. No entanto, aproximadamente R$ 400 milhões foram retirados desse montante para evitar a prescrição. Em virtude do desequilíbrio causado pela exclusão dos processos julgados pela Anatel e da inviabilidade de se comprometer os investimentos por mais tempo, à espera de uma aprovação final do acordo, a Telefônica informou à referida Agência que reavaliaria as condições do TAC.

Em 25 de abril de 2018, o Conselho Diretor da Anatel decidiu arquivar o processo que estabelecia o TAC da Telefônica. A medida atendeu à recomendação da área técnica da Agência. Com essa decisão, a Companhia fica impedida de negociar acordos semelhantes que envolvam o mesmo conjunto de infrações.

Os valores de multa voltam a ser cobrados pela Anatel, mas a Telefônica Brasil poderá recorrer à Justiça por cobranças que considerar indevidas.

Novo Marco Regulatório das Telecomunicações

O Projeto de Lei Complementar - PLC 79/2016, que trata do Marco Regulatório das Telecomunicações, foi aprovado pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal em 7 de novembro de 2018. A referida Comissão também aprovou requerimento de urgência para a matéria, que seguiu para o Plenário.

Até 16 de novembro foram oferecidas 16 emendas. Em 21 de dezembro o presidente do Senado reencaminhou o projeto para a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática para exame deste conjunto de emendas. Com isso, a volta da tramitação ocorrerá apenas a partir de fevereiro de 2019, com o início da nova legislatura.

Revisão do Contrato de Concessão e PGMU (Plano Geral de Metas para a Universalização)

O decreto do PGMU para o período 2016-2020 foi publicado em 21 de dezembro de 2018. Esta versão do PGMU incorpora redução da planta de telefones públicos e ampliação do prazo para instalação das linhas fixas. Parte dos recursos deverá ser aplicado em redes sem fio para prestação do STFC, com suporte à banda larga por meio de tecnologia de quarta geração (4G) ou superior, obrigação essa que pode ensejar questionamentos.

Plano Geral de Metas de Competição (PGMC) e normas associadas

A Anatel aprovou o novo Regulamento de Interconexão - Resolução nº 693/2018, em 12 de julho de 2018, que determina a simplificação das modalidades de interconexão de voz existentes com o fim das categorias estabelecidas na resolução anterior e a introdução de regras para a interconexão de dados. Na interconexão de dados, a Agência exige que todas as empresas concessionárias ou detentoras de Poder de Mercado Significativo (PMS) ofereçam pontos de interconexão de dados em todas as áreas de numeração.

Na mesma data, a Agência também aprovou a revisão do Plano Geral de Metas de Competição - Resolução nº 694/2018. O regulamento estabelece um novo mercado relevante (transporte de dados de alta capacidade) e introduz o conceito de níveis de competitividade das ofertas de varejo para cada município (variando da categoria 1 - plenamente competitivos - até categoria 4 - onde mesmo com estímulos à competição a prestação de serviços é inviável sem políticas públicas). Para cada mercado relevante, as medidas assimétricas podem variar de acordo com a categoria de competição atribuída a cada município.

Em 26 de julho de 2018, foram publicados sete atos no Diário Oficial da União (DOU), que definem os grupos detentores de Poder de Mercado Significativo para os mercados relevantes do novo PGMC. Ainda em 2018 foram publicados os atos com os valores de referência para todos os mercados.

Destinação de Espectro

Em 08 de maio de 2018, o Conselho Diretor da Anatel aprovou a edição de 2018 do Plano de Atribuição, Destinação e Distribuição de Faixas de Frequências no Brasil. O documento consolida e referencia as principais regras de utilização do recurso espectral faixa a faixa e incorpora as mais recentes decisões da Agência quanto à administração de radiofrequências.

A Anatel promoveu, ainda, consultas públicas relativas aos regulamentos de condições de uso das faixas de 2,3 GHz e de 3,5 GHz (em agosto de 2018 e novembro de 2018, respectivamente). Ambas apresentaram, dentre outros elementos, a proposta de destinação das faixas ao SLP (Serviço Limitado Privado) em caráter primário. A Telefônica Brasil apresentou contribuições às referidas consultas públicas, sustentando que serviços de interesse restrito (a exemplo do SLP) devem fazer uso dessas faixas em caráter secundário. A eventual destinação em caráter primário poderia reduzir as opções de expansão de serviços dedicados ao atendimento de majoritária parcela da população.

Tomada de Subsídios: 2,3 GHz e 3,5 GHz

Em 31 de agosto de 2018, o Comitê de Espectro e Órbita da Anatel abriu processo de Tomada de Subsídios sobre as faixas de 2,3 GHz e 3,5 GHz. O questionário abordou aspectos sobre a utilização das referidas faixas, modelos de licitação possíveis e implantação das redes, incluindo eventuais problemas de interferência. Questionou-se também sobre a complementariedade entre as faixas de 2,3 GHz e 3,5 GHz, e destas em relação a outras faixas. Os subsídios coletados orientarão o futuro processo de licitação das faixas.

1 Expectativa do mercado segundo a Pesquisa Focus.

2 Considera as operadoras Vivo, AMX, Oi, TIM, Sky, Nextel e Algar CTBC.

3 Fonte: Anatel.

4 Fonte: Anatel.

5 Fonte: Teleco.

continua

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
documento assinado digitalmente
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br quarta-feira, 20 de fevereiro de 2019 às 01:24:29.

continuação

Telefônica Brasil S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE: 35.3.0015881-4

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Novo Modelo de Gestão de Espectro
Em março de 2018, a Anatel abriu consulta pública com a proposta de reavaliação do modelo de gestão do espectro. Entre os temas tratados, estava o aumento do limite de espectro para as operadoras móveis. A proposta pretende também terceirizar progressivamente a coordenação de espectro em âmbito nacional e desvincular a gestão de espectro da Agenda Regulatória, mas mantendo o tema no Plano Tático e alinhado aos objetivos estratégicos da Agência. Adicionalmente, propõe-se maior participação nos fóruns internacionais (como ITU-R, CITEL e outros), além da criação de grupos de Radiodifusão e Radiocomunicação no Mercosul e articulação de acordos com países vizinhos, para a criação de um sistema integrado que visa a prevenção e tratamento de interferências.
Um dos resultados deste processo foi a aprovação da Resolução nº 703/2018 pelo Conselho Diretor da Anatel, que estabelece novos limites máximos de espectro de radiofrequências:
- Faixas abaixo de 1 GHz: até 35% das faixas listadas no regulamento;
- Faixas entre 1 GHz e 3 GHz: até 30% das faixas listadas no regulamento;

Ambos os limites acima podem ser estendidos para até 40%, mediante condicionamentos de ordem concorrencial e que visem o uso eficiente do espectro.
Desligamento da TV Analógica e Liberação do 700MHz
O desligamento do sinal analógico de TV é uma ação fundamental para a ativação do LTE (*Long Term Evolution*) em 700MHz. A migração do sinal analógico de TV para o digital, que permite a desocupação da faixa de 700MHz para o SMP, está sendo implementada pelo GIRED (Grupo de Implantação do Processo de Distribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV) dentro do planejado pelo MCTIC. A primeira cidade a ter o sinal analógico desligado foi Rio Verde (GO) em fevereiro de 2016, seguida de Brasília (DF) em 17 de novembro de 2016.
No período acumulado entre 2016 e 2018, dos 1.379 municípios que estavam previstos para terem o sinal de TV analógico desligado, foram confirmados os desligamentos de 1.362 municípios (incluindo todas as capitais estaduais e o Distrito Federal). Os 17 municípios restantes foram desligados no início de 2019.
Ao final de 2018, 4.467 municípios estavam liberados para ativação do LTE na faixa de 700 MHz. Até meados de 2019, todos os municípios brasileiros estarão aptos à ativação do LTE na faixa de 700MHz.
GSAC e Internet para Todos
O Governo Federal lançou, em 12 de março de 2018, o programa Internet Para Todos, que tem o propósito de levar acesso à banda larga para locais remotos sem conectividade. O programa é uma ampliação do GESAC, Programa Governo Eletrônico - Serviço de Atendimento ao Cidadão, responsável por conectar à internet escolas, hospitais, postos de saúde, aldeias indígenas, postos de fronteira e quilombos, em áreas remotas que não têm outro meio de serem inseridas no mundo das tecnologias da informação e comunicação.
Contudo, a contratação da Telebrás pelo MCTIC para atendimento do GSAC, assim como o contrato firmado entre a Telebrás e a empresa norte-americana Viasat para a operação do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicação (SGDC), foram objetos de questionamentos judiciais pelo SindiTelebrasil, pelo SindiSat e pela empresa Via Direta.
Durante o ano, os contratos foram suspensos e retomados conforme as sucessivas determinações legais sobre o caso. Em 31 de outubro de 2018, o Tribunal de Contas da União (TCU) derrubou liminar que proibia a Telebrás de prestar serviços de banda larga por meio do SGDC para o GSAC e reconheceu a legalidade do contrato com a Viasat. Contudo, determinou que este contrato seja modificado (por entender que existe desbalanceamento em favor da empresa privada).
Plano Estrutural de Redes de Telecomunicações (PERT)
Em julho de 2018, a Anatel colocou em consulta pública a proposta do Plano Estrutural de Redes de Telecomunicações (PERT), que deve guiar os investimentos públicos e privados nas redes de banda larga. O PERT terá periodicidade decenal, com revisões bianuais.
Pelo texto da consulta, o país precisa investir em seis projetos para ampliar o acesso aos serviços de banda larga: *backhaul* com fibra óptica; *backhaul* com rádio de alta capacidade nos locais onde a fibra seja economicamente inviável; cobertura 3G ou 4G nos distritos que não sejam sedes municipais; cobertura 4G ou 5G nos municípios com menos de 30 mil habitantes; rede de acesso em fibra nas cidades que possuam *backhaul* em fibra e; redes públicas essenciais. Os recursos públicos que poderão ser usados em projetos do PERT são os saldos do PGMU (Plano Geral de Metas de Universalização), Termos de Ajustamento de Condutas (TACs), venda e renovação de frequências e desonerações tributárias (estas últimas dependem dos governos federal, estaduais e municipais).
Decreto de Políticas Públicas de Telecomunicações
O Governo Federal publicou o Decreto nº 9.612, de 17 de dezembro de 2018, que dispõe sobre as políticas públicas de Telecomunicações. Este é o resultado de um processo que remete a outubro de 2017, ocasião na qual sua minuta foi submetida à Consulta Pública pelo MCTIC.
O novo decreto propõe uma revisão do marco regulatório do setor e revoga três decretos anteriores: o Decreto nº 4.733/2003, o Decreto nº 7.175/2010 (que criou o Plano Nacional de Banda Larga) e o Decreto nº 8.776/2016 (Plano Brasil Inteligente). Dentre outros dispositivos, a nova política pública:
- Define, em seus objetivos gerais, a expansão do acesso aos serviços de banda larga, a inclusão digital, o mercado competitivo, o ambiente favorável à ampliação das redes de telecomunicações, a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico;
- Atribui ao MCTIC o detalhamento de objetivos e diretrizes da política pública;
- Atribui à Anatel a implementação e execução da regulação setorial, orientada pelas políticas estabelecidas pelo MCTIC;
- Estabelece condições para compromissos fixados pela Anatel em função da celebração de Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) ou de outorga de radiofrequências;
- Autoriza, por meio de cessão, sempre que tecnicamente possível e em condições isonômicas, o uso de edificações, terrenos e demais imóveis da administração federal para facilitar a implantação de infraestrutura de telecomunicações;
- Mantém as atuais atribuições da Telebrás.

2.4. Estratégia Comercial
Seguindo a tendência dos últimos anos, em 2018 manteve-se um cenário de concorrência acirrada frente à continuidade de queda no total de acessos no mercado de telecomunicações brasileiro. Exceção feita à Banda Larga Fixa, que teve grande foco de investimentos e atividade comercial e segue com tendência sólida de expansão. Questões relacionadas ao reforço e expansão da qualidade e à transformação digital têm pautado fortemente a atuação das operadoras.
Diante deste cenário, a estratégia comercial da Companhia no ano foi marcada por intensa atividade de lançamentos e novidades no portfólio móvel, para clientes pré-pagos, pós-pagos e controle, suportados por uma consistente expansão da rede, como foco na qualidade e na evolução tecnológica por meio do LTE (4,5G). Também nos serviços fixos destacaram-se as ofertas de Vivo Fibra, em banda larga e em TV, apoiadas num grande esforço de expansão da rede de fibra (FTTH) em diversas regiões do país. Além disso, buscando uma melhoria constante da experiência do cliente tiveram cada vez mais espaço inciativas de transformação digital e inovação em canais. Cabe destaque ainda à atuação da marca durante o ano de Copa do Mundo, com campanhas no período que se utilizaram do mote #joguejunto, contribuindo para reforçar nosso papel como Patrocinadora Oficial da Seleção Brasileira.
No segmento móvel, a Vivo continua liderando com 31,9% do mercado[6] e manteve sua relevância e atratividade com a reformulação de portfólio, introdução de novos benefícios e parcerias em todos os segmentos.
No pós-pago, segmento em que Vivo mantém forte liderança, teve grande foco o portfólio de planos Família. Como diferencial, adicionamos diárias de roaming internacional gratuito em todos os planos dessa categoria, o que promoveu um crescimento substancial no uso de internet por clientes da Vivo no exterior. As campanhas dos planos Família reforçaram ainda a velocidade e liderança, por meio do 4G+, abordando temas atuais e novas composições familiares. No digital utilizamos uma linguagem próxima e bem-humorada, com o lançamento da websérie "Cacos de Família".
No pré-pago a Vivo trouxe novidades relevantes para os clientes, adicionando acesso gratuito ao Twitter através dos pacotes Vivo Internet Redes Sociais. Lançamos uma nova oferta, o Vivo Giga Chip, com internet em dobro por 6 meses e WhatsApp ilimitado e 15 dias grátis. Comunicamos também em TV e Digital a nossa oferta Vivo Turbo com características como 1GB de internet e WhatsApp ilimitado.
Também reformulamos os planos Controle com mais internet, ligações ilimitadas *off-net* e novos serviços digitais. O portfólio de planos Controle foi amplamente divulgado com diversas ofertas cooperadas com smartphones e WhatsApp ilimitado e contou com ampla estratégia de mídia digital com foco em conversão.
A Vivo trouxe ainda uma grande vantagem aos seus clientes por meio do fechamento de parceria com a Netflix para oferecer bônus de internet destinado ao portfólio dos planos Família, Controle e Vivo Turbo.
Preocupada em atender às necessidades dos diversos tipos de clientes, a Vivo também relançou o aplicativo Vivo Easy, com novo modelo de oferta de pacotes de internet e diárias de acesso a aplicativos sem mensalidade e validade. Oferecemos maior bônus de internet por indicação e, com a campanha "Sua vida no modo Easy", buscamos ampliar nosso posicionamento como operadora digital e disruptiva.
De forma geral a Vivo buscou reforçar a sua atuação com qualidade e com a campanha institucional 4G+ trouxe as mensagens "A nova geração 4.5G com a qualidade que só a Vivo tem" e "Experimente a nova geração 4.5G". A cobertura 4G continuou avançando em voLTE (voz sobre 4G) e ativação em 700MHz em diversas regiões do país, com destaque para os Estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Espírito Santo.
Em linha com a tendência de transformação digital, a Vivo potencializou a visibilidade e o uso do aplicativo Meu Vivo como canal de autoatendimento digital. A campanha destaca as principais funcionalidades do aplicativo, principalmente a de solicitação de segunda via da conta. Os resultados foram muito positivos com aumento de penetração do aplicativo Meu Vivo, principalmente entre pré-pagos.
No segmento fixo, as ofertas tiveram grande foco nas ultra velocidades de Vivo Fibra 50 e 100 Mega, sustentadas por um intenso esforço de expansão nacional da rede de fibra, principalmente no interior dos Estados de São Paulo e Minas Gerais, Santa Catarina, Bahia, além das cidades de Goiânia, Fortaleza e Londrina. A infraestrutura de FTTH para Vivo Fibra atingiu 121 cidades em 2018.
Do ponto de vista comercial, a Vivo ampliou a gama de canais HD superando a concorrência, desenvolveu novas ofertas e parcerias com grandes serviços de *streaming*: oferecemos o *Amazon Prime Video* de graça por 3 meses para assinantes, sendo a primeira operadora da América Latina a realizar tal oferta de serviço adicional. Também fechamos acordos para distribuir *NFL Game Pass* no Brasil, o aplicativo de streaming Tidal e concedemos descontos em seleções de filmes no Vivo Play. Destaque ainda para o lançamento da funcionalidade que permite a assinantes acessar o Netflix diretamente a partir de um canal do decodificador da própria Vivo e do aplicativo *Smart Wi-Fi* que permite realizar a gestão residencial e corporativa da rede sem necessidade de intervenção técnica.

6 Fonte: Anatel - dezembro de 2018.

Em 2018 as campanhas passaram a acontecer junto com Vivo TV e trouxemos mensagens mais completas, com internet e TV, sempre com foco em ultra velocidade e estabilidade. As mensagens destacaram lançamentos como nas campanhas de "Novas Cidades" e os diferenciais do serviço nas campanhas "Destrave", com o objetivo de incentivar clientes a mudarem para Vivo Fibra.
A inovação foi uma constante no ano, sobretudo nos canais de atendimento, físicos e digitais. Expandimos o número de lojas com conceito de "*pick-up in store*", chegando a 8 estados e ao Distrito Federal. Também inauguramos nossas primeiras lojas com o conceito "*Iconic Store*", focado em serviços, experiência inesquecível em uma atmosfera *premium* e mais humana, em localidades como Rio de Janeiro, São Paulo, Ribeirão Preto, Belo Horizonte e Brasília.
Em 2018 também foi lançada a Aura, a inteligência artificial da Vivo, simplificando e ajudando o cliente a solucionar dúvidas sobre serviços contratados com a Vivo, por meio de voz ou texto. Presente em mais de 20 canais de atendimento, com destaque para a recente integração com o *Google Assistant*, a Aura traz ao cliente uma nova relação com a tecnologia.
Ao final de 2018 a Vivo lançou a campanha institucional #temhorapratudo, em que convida as pessoas a refletir sobre a relação com o celular e as conexões, estimulando um uso mais consciente, para que possamos de fato aproveitar o melhor que a tecnologia tem a oferecer.
Nossa Marca
Em 2018 seguimos com a estratégia de nos posicionar como uma marca aspiracional, sem perder competitividade e agressividade comercial frente à concorrência.
Com o propósito de conectar pessoas e trazer novos olhares sobre a tecnologia, trouxemos histórias inspiradoras e uma opinião de marca mais contundente com o conceito "Menos do Mesmo".
Como líder do segmento e acompanhando os movimentos da sociedade, a Vivo trouxe uma nova discussão sobre o uso da conexão. Com a campanha "Tem Hora Pra Tudo", convidamos as pessoas a refletirem sobre sua relação com a tecnologia e com as pessoas.
Para garantir diferenciação e apelo comercial frente à concorrência, seguimos reforçando nossa superioridade em relação a qualidade, cobertura e velocidade do 4G+ da Vivo, os benefícios dos Planos Família e dos planos Pré-Pagos. Outro destaque foi a ultravelocidade de Vivo Fibra, que chegou a 30 novas cidades com a força e prestígio da marca Vivo.
Mais uma vez, recebemos uma série de reconhecimentos e prêmios que demonstram a solidez da nossa marca. A Vivo continua a figurar entre as marcas mais valiosas do Brasil, mantendo a 9ª posição do *ranking* da consultoria Interbrand, com valor estimado em R$2,3 bilhões. Pelo décimo ano consecutivo, foi eleita pela renomada pesquisa do jornal Folha de S. Paulo como a marca *Top of Mind* nas categorias telefone celular e banda larga. O nosso compromisso com os clientes também foi reconhecido ao sermos considerados, pela 15ª vez consecutiva, a operadora de telefonia mais confiável do Brasil, segundo a Revista Seleções, em parceria com o Datafolha.
A Companhia ainda foi destaque nos principais *rankings* do mercado. A Telefônica Vivo foi eleita a Empresa do Ano pelo *ranking* "As Melhores da Dinheiro 2018" da Istoé Dinheiro, além de liderar a premiação na categoria Telecomunicações. Foi reconhecida como a melhor empresa de TI & Telecom no anuário Valor 1000, promovido pelo jornal Valor Econômico. Pelo quarto ano consecutivo, conquistamos o primeiro lugar da categoria Telecom na pesquisa Estadão Empresas Mais. Também fomos homenageados pelo Prêmio Empresas Notáveis de 2018, desenvolvido pelo Grupo Padrão/Consumidor Moderno, na categoria "Convergência Móvel".
Planos e Campanhas de Comunicação
A comunicação da Vivo destacou-se mais uma vez ao trazer uma estratégia que combina mensagens posicionais que geram maior conexão e engajamento com as pessoas, e relevância comercial com abordagens inovadoras e foco em benefícios de produtos e serviços.
Com o objetivo de posicionar a Vivo como uma marca cada vez mais humana e próxima do seu público, lançamos a Campanha #TemHoraPraTudo que aborda o uso consciente da conexão. A campanha apresenta momentos em que os personagens percebem que estão deixando de viver o momento presente por estarem conectados no celular, e assim escolhem deixar o celular de lado para viverem esses momentos por inteiro.
Para reforçar a superioridade da Vivo, comunicamos massivamente a tecnologia 4G+, que oferece até 10x mais velocidade para os clientes. A mensagem foi reforçada em todo o Brasil e combinada também em campanhas de produtos e serviços, como nos Planos Família.
No pós-pago, demos continuidade à Campanha Planos Família 4G+, sob o conceito "Viva mais as novas famílias e menos os mesmos planos". A estratégia contou ainda com uma forte presença digital com o projeto de "Cacos de Família". Os episódios evidenciam as vantagens de ser cliente Vivo Pós, entre elas: Double Play com Netflix, Spotify e Vivo Música, Double Play com YouTube, Apps Essenciais (Easy Taxi, Cabify e Waze isentos de desconto de franquia), Vivo Travel (7 dias grátis de internet no exterior) e Dependentes grátis.
No móvel massivo, lançamos uma campanha para comunicar o plano Vivo Controle com o conceito "Sua Vida Sob Controle", que destacou os principais benefícios do plano, como ligações e whatsapp ilimitado, além do preço fixo todo mês e maior cobertura de internet móvel do Brasil.
Com objetivo de atrair novos clientes no pré-pago comunicamos o Giga Chip, que conta com internet em dobro, WhatsApp Ilimitado e 15 dias grátis. O pré-pago também ganhou reforço com duas campanhas digitais: a de Recarga Digital, que visa atrair mais clientes com bônus de até 1GB, e a nova oferta Vivo Pré Turbo 15 dias, na qual divulgamos a nova opção de franquia de 15 dias, mantendo nossos clientes conectados por mais tempo.
O varejo também teve destaque na comunicação do último ano. Com uma estratégia diferenciada e sob o conceito "Tem Tudo na Vivo", passamos a apresentar a Vivo como um ponto de conexão para o cliente que quer comprar um novo smartphone, acessório ou até mesmo aproveitar as dicas do Vivo Guru em suas dúvidas de tecnologia, com o objetivo atrair mais clientes às nossas lojas destacando os principais produtos e serviços oferecidos neste canal.
Para os lançamentos de Smartphones, produzimos mais de 30 campanhas cooperadas com fabricantes parceiros como Samsung com os smartphones S9 e Note 9, Motorola com o Moto One, LG com o G6 e Apple com o lançamento dos novos iPhones Xr e Xs. Além disso, demos continuidade à estratégia de venda de aparelhos do portfólio com a campanha "Smart Ofertas" com comunicação direcionada ao varejo, no meio digital, OOH (*Out of Home*) e shoppings de São Paulo.
Para Vivo Fibra demos continuidade à campanha "Destrave: mude para Vivo Fibra", que explora o insight, identificado em pesquisa, que os consumidores de banda larga e TV vivem em uma inércia e não costumam reavaliar suas operadoras. As campanhas exploram também os serviços digitais, trazendo mais inovação e aproveitando novas formas de consumir conteúdo online, oferecendo mais possibilidades aos nossos clientes.
Como oportunidade para conquistar novos clientes, também comunicamos massivamente a chegada de Vivo Fibra em novas cidades, através de uma estratégia de meios regionalizada, incluindo mídia exterior, trade, rádios e mídia impressa local.
Para internet massiva, contamos com uma estratégia de performance no meio online que durou o ano inteiro e, pontualmente, comunicamos em mídia exterior (outdoor, pontos de ônibus, relógios de rua, etc.) as velocidades até 10MB em cidades do estado de São Paulo.
O serviço Vivo TV contou com uma campanha de performance online e estratégia de mídia exterior em São Paulo no último trimestre do ano, que gerou bons resultados.
Buscando acompanhar os movimentos da sociedade e do mercado, o novo Vivo Easy foi pensado para atender as demandas do público *Millennial*. Totalmente customizável via aplicativo, com o Vivo Easy o cliente escolhe a quantidade de franquia de internet que quer comprar, diárias de ligações, SMS e aplicativos para uso ilimitado.
Com o objetivo de estimular o download e uso do aplicativo Meu Vivo, lançamos uma campanha com o conceito "Em que tempo você vive?", reforçando que quem não usa o Meu Vivo, vive no passado. A campanha destacou a facilidade e praticidade de uso do aplicativo para diversas funcionalidades como recarregar, obter a segunda via de conta, consultar e trocar os pontos do Vivo Valoriza.
Durante todo o ano, demos continuidade a comunicação de Vivo Ads. Criamos uma estratégia focada em formatos diferenciados direcionados ao mercado publicitário reforçando o pioneirismo e alcance massivo da plataforma, com mais de 100 milhões de pessoas na base.
Também tivemos esforços de comunicação focados no público B2B. Demos continuidade ao posicionamento "Abra sua empresa para o Novo", destacando esse ano os produtos Vivo Fibra, Móvel e Cloud, com forte presença no Digital e OOH em Aeroporto. Para TV por assinatura tivemos um grande esforço com o patrocínio do programa Shark Tank, focado em novos empreendedores, para o qual criamos um conteúdo exclusivo e customizado.
O ano de 2018 teve como destaque as ações da Copa do Mundo e do Patrocínio da Seleção Brasileira. Para fortalecermos o nosso patrocínio, foi criado o conceito "#JogueJunto" e o logo Vivo foi transformado na bandeira do Brasil, seguido pelo texto "Vivo. Patrocinadora oficial da Seleção dos brasileiros", colocando torcida, jogadores e marca no mesmo patamar. A Vivo foi a 1ª marca mais lembrada[7] entre os patrocinadores da Copa e a 3ª marca mais mencionada no Twitter durante os jogos.
Eventos e ações de relacionamento
No último ano a Vivo se posicionou como uma importante apoiadora das artes cênicas, sendo uma das três marcas mais lembradas pelo público em geral quando o assunto é teatro. Ao todo, foram patrocinados 31 espetáculos com 860 sessões realizadas em todo o país.
Estas iniciativas proporcionaram diversas experiências culturais para os clientes Vivo, que puderam resgatar ingressos gratuitamente através do programa de relacionamento Vivo Valoriza, além de vouchers com descontos exclusivos de até 70% nas sessões.
Dentre os espetáculos patrocinados destacamos os musicais "A Noviça Rebelde" e "Annie", dois grandes sucessos de bilheteria, com mais de 90 mil espectadores cada.
No Teatro Vivo triplicamos o número de peças, passamos de 5 para 15 produções em cartaz durante 2018. Nos meses de Junho e Julho, aconteceu o primeiro Festival Teatro Vivo que contou em sua programação com peças de grande sucesso de crítica e público. Como resultado tivemos a presença de mais de 7 mil pessoas e mídia espontânea de R$ 2 milhões.
No Rio de Janeiro, a casa de espetáculos Vivo Rio, onde mantemos o patrocínio e *naming rights* desde 2006, realizou 126 shows com a presença de 249 mil pessoas, sendo que 29 mil clientes Vivo Valoriza utilizaram o desconto exclusivo para o programa de relacionamento.
Mantivemos o compromisso da Vivo em promover cada vez mais a conexão entre o público e a arte no Brasil por meio dos patrocínios ao MASP e MAM (SP), Instituto Inhotim e Palácio das Artes (MG) e MAR (RJ). Com um *lounge* que recriou uma grande galeria de arte e uma peça central inspirada em todas as conexões que mantemos diariamente, participamos mais uma vez da SP Arte que aconteceu em Abril e da SP Arte/Foto em Agosto. Os dois eventos receberam mais de 50 mil visitantes em 2018.
Em continuidade à estratégia de consolidar a Vivo como a principal operadora para o público gamer, seguimos com o patrocínio do clube de eSports Vivo Keyd, um dos mais importantes e tradicionais clubes de esporte eletrônico do cenário sul-americano, o que nos garante maior alcance em diversas comunidades e proximidade com um público exigente e ávido de tecnologia.

7 Fonte: Kantar Millward Brown.

continua

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
documento assinado digitalmente
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br quarta-feira, 20 de fevereiro de 2019 às 01:24:29.

continuação

Telefônica Brasil S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE: 35.3.0015881-4

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Além disso, marcamos presença em importantes praças patrocinando eventos de alcance regional, como o GameCon em Brasília, o AnimeXtreme em Porto Alegre e a Digicom, Liga Nordeste de League of Legends, com campeonatos e qualificatórias online e final presencial na cidade de Natal.
Realizamos ainda ações ligadas ao patrocínio da Seleção Brasileira de Futebol, em parceria com o Programa de Relacionamento Vivo Valoriza: alguns clientes puderam assistir aos treinos da Seleção Brasileira na Granja Comary (Rio de Janeiro), às vésperas da Copa do Mundo na Rússia. Além do resultado obtido com a campanha #JogueJunto, o Patrocínio da Seleção Brasileira gerou ampla visibilidade em placas de campo, *backdrop* e nos uniformes de treino dos atletas e comissão técnica.
No tênis, patrocinamos o Brasil Open pelo terceiro ano consecutivo (segundo maior torneio do país) e o Instituto Tênis (Centro de excelência em treinamento para jovens atletas), mantendo visibilidade da marca e proximidade com os clientes apaixonados pela modalidade.
Já para os clientes corporativos, realizamos eventos com o propósito de gerar leads, acelerar oportunidades, melhorar a satisfação, fidelização e reforçar o posicionamento da marca durante o ano de 2018. Ao todo, foram impactadas mais de 6.500 empresas, sendo:

- 124 ações nos maiores estádios de futebol do país, casas de shows e espetáculos (Citibank Hall, Vivo Rio e Teatro Vivo);
- 11 experiências personalizadas, que promoveram aproximação com 360 empresas presentes nas maiores e mais estratégicas praças comerciais (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Fortaleza, Recife e Curitiba);
- 27 encontros de conteúdo, com o fortalecimento do posicionamento digital, que contaram com a presença de 1.420 decisores e influenciadores das principais empresas do mercado e atingiram 12 estados por todo o país, o que trouxe comprovada geração de demanda ao longo do ano;
- 28 patrocínios dos mais relevantes eventos de mercado, como IT Fórum, Gartner, Mind the Sec, Ciab entre outros, onde o foco principal foi a divulgação do portfólio de serviços digitais (Segurança, Big Data, Cloud e IOT), com impacto direto de mais de 62.000 pessoas e expressivos resultados de negócios: 290 reuniões exclusivas com CIOs, 291 leads gerados e 60 oportunidades trabalhadas com empresas de diversos segmentos.

Os clientes corporativos (B2B), essencialmente os verticais formados pelo comércio, serviço e indústria, que representam o maior consumo de serviços de telecomunicações, foram, novamente, os mais atingidos pela desaceleração no crescimento do PIB. Ainda assim, focamos nossa estratégia na mudança da oferta de voz com foco em melhor custo benefício, além da expansão das receitas de TI.
No negócio móvel B2B, avançamos na estratégia de atuação em serviços digitais e aumento de valor agregado dos produtos de voz e dados móveis, através do portfólio Smart Empresas, apostando em serviços de voz ilimitada, pacotes de dados compartilhados, diárias internacionais, além de franquias específicas para aplicativos de mobilidade.
Lançamos o serviço de gestão de dados para todo o portfólio B2B, permitindo o gerenciamento do uso de internet de todas as linhas de sua empresa e a otimização das franquias contratadas, sem que haja surpresa na conta. Lançamos também o Smart Watch, que possibilita aos nossos clientes utilizar sua linha no celular ou no relógio, sem a necessidade de contratar um novo plano para o segundo dispositivo.
No fixo corporativo, focamos nas vendas de solução de SIP Trunking, com abrangência nacional, consolidando nosso portfólio de voz avançada. Ainda em voz, desenvolvimento do produto UC de voz avançada, que permitirá a oferta de serviços de voz corporativa em nuvem, possibilitando comunicações unificadas, soluções para *contact centers* e aplicativos para integração do time de trabalho. Em Banda Larga, apresentamos crescimento de migrações entre tecnologias, sobretudo para fibra. Em dados fixo, mantivemos o crescimento em clientes de médio porte, potencializado pela abrangência da rede da GVT, além de consolidar nossa posição nos grandes clientes.
Alguns destaques ocorridos em 2018:

- aumentamos a penetração de pacotes de dados móveis em 5,6 p.p., além de incrementar a receita líquida em 12%;
- crescimento de 17% nas receitas de fibra, devido ao grande volume de novas altas e migrações de outras tecnologias;
- em M2M, consolidamos nossa liderança e atingimos 41,5% de participação de mercado em dezembro de 2018;
- em TI, crescemos 8,6% em receita líquida, com destaque para fornecimento de equipamentos, crescimentos de 16% na receita de segurança e 12% na receita de Vivo Soluciona TI. Estamos avançando com o serviço Open Cloud, aumentando a quantidade de serviços ofertados, permitindo conquistar duas certificações importantes, a CSA Star que atesta nossa infraestrutura e operação e a ISO 27001, que é uma das mais reconhecidas em termos de segurança da informação e agora passa a abranger o Open Cloud além dos serviços de TI & Data Center.

3. Desempenho dos Negócios

A Telefônica Brasil S.A. e suas subsidiárias integrais atuam principalmente na prestação de serviços de telefonia fixa e telefonia móvel em todo o território nacional, através de Contrato de Concessão do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) e autorizações outorgadas pela ANATEL para a prestação de outros serviços de telecomunicações, tais como comunicação de dados, internet em banda larga, serviços de TV por assinatura, bem como serviços de valor adicionado não considerados de telecomunicações.

3.1. Infraestrutura e Rede

Desde 2013, a Companhia vem implementando a consolidação de uma rede robusta, capaz de atender às expectativas do cliente. Houve avanços na migração das centrais *Time Division Multiplex* (TDM) para *Next Generation Networks* (NGN), alcançando 63,4% do tráfego fixo migrado, na modernização das centrais e na adaptação da infraestrutura dos *data centers*. A maior parte desta implantação tem sido o projeto de troca dos armários ópticos (ARO) para *Multi-Service Access Nodes* (MSAN), onde somos capazes de oferecer serviços de banda larga a um grande número de clientes que não possuem este serviço.
A Telefônica Brasil continuou ampliando a capacidade e cobertura das suas redes móveis, de forma a absorver o crescimento do tráfego de voz e dados, mantendo-se ainda mais distante da concorrência, com o crescimento expressivo da cobertura 4G, e sendo líder absoluta da tecnologia 3G.
Ao final de 2018, a rede móvel da Companhia cobria 4.592 municípios entre as tecnologias digitais LTE Advanced Pro, LTE, WCDMA, GSM/EDGE e CDMA. O número equivale a 82,4% do total de municípios do Brasil ou a 96,0% da população. A rede 2G/GSM-EDGE, encerrou 2018 com 645 municípios cobertos em São Paulo, totalizando 3.759 municípios no Brasil. No mesmo período, a rede 3G/WCDMA passou a estar presente em 645 municípios em São Paulo, totalizando 4.417 municípios atendidos com essa tecnologia no Brasil.
A tecnologia 4G (LTE), lançada em 2013, foi um importante avanço para a rede móvel uma vez que possui taxas de transmissão superiores a Rede 3G. Continuamos expandindo a cobertura desta tecnologia e encerramos o ano com 3.100 municípios com rede 4G no país.
A expansão nacional da rede LTE Advanced Pro (ou 4G+) foi um importante avanço para a Companhia. Essa tecnologia permite que os clientes que possuem terminais compatíveis atinjam taxas de transmissão de dados ainda mais altas que o 4G tradicional. Alcançamos em 2018 a implantação desta tecnologia em 1.000 municípios.
A implantação da rede de fibra (tecnologia GPON) alcançou, em 2018, uma cobertura total de 19,8 milhões de *homes passed*, sendo 8,7 milhões no estado de São Paulo e 11,1 milhões nos demais estados do país, com diferentes velocidades de até 300Mbps.
O produto de fibra óptica inclui em seu portfólio o serviço de IPTV de alta definição (HDTV). Além do IPTV, a empresa possui em seu portfólio de produtos avançados para clientes corporativos o atendimento via fibra óptica GPON.

3.2. Vendas

A estrutura comercial da Telefônica Brasil encerra o ano de 2018 com aproximadamente 1.600 pontos de venda, entre próprios e administrados por revendedores autorizados, aproximadamente 12.000 pontos de venda das redes varejistas, além dos canais remotos, como Televendas e Online. A estratégia de capilaridade com foco na eficiência e excelência operacional aliada à aceleração do processo de digitalização dos canais proporcionou a alocação inteligente de recursos e a manutenção da liderança no mercado brasileiro de telecomunicações, com domínio no segmento de alto valor.
O processo de transformação dos canais comerciais iniciado em 2017 proporcionou a consolidação de parceiros e uma atuação mais estratégica. O time de vendas potencializou as vendas dos serviços de maior valor agregado, combinando a melhor proposta de valor do mercado com a força comercial cada vez mais equilibrada em todas as regiões do país. Tudo isso contribuiu para o aumento de rentabilidade e permitiu acelerarmos ainda mais a transformação digital do negócio.
Em Lojas, seguimos no processo de transformação dos nossos pontos de vendas em pontos de experiências, realizando contínuos avanços relevantes para melhoria de infraestrutura, sistemas, atendimento e capilaridade que garantam uma operação de vendas ainda mais eficiente e rentável. Além disso, aceleramos a nossa penetração de vendas de terminais, renegociamos contratos de alugueis, reforçamos nossa parceria com revendedores autorizados e melhoramos o relacionamento com o cliente oferecendo espaços mais acolhedores para realização de ações comerciais, palestras, eventos e *workshops*. Finalmente, inauguramos cinco lojas icônicas e dois *stores in store* com um parceiro estratégico na região Sul do país.
O canal de Distribuição, que engloba farmácias, bancas de jornais, padarias, entre outros, é responsável por 85% da captação pré-pago e 75% das Recargas. Ao longo de 2018 o canal focou em ações voltadas à eficiência comercial através da consolidação dos parceiros e da micro gestão de suas operações, que hoje utilizam ferramentas para gestão da capilaridade e do abastecimento, orientando a atuação da força de vendas na cadeia fim a fim. Estas iniciativas, associadas à expansão da comercialização de planos Controle e da evolução do programa de incentivo, entregam maior conveniência aos nossos clientes, que passam a contar com ainda mais disponibilidade e diversidade dos produtos da empresa neste segmento.
No canal Varejo, seguimos forte nas parcerias com as redes através do programa de incentivo Turbine suas Vendas, com interface cada vez mais intuitiva e premiações atrativas, sendo reconhecido com o troféu de prata na categoria "Êxito Continuado" na FIP. Além disso, retomamos a atuação da promotoria, desta vez de forma complementar e inteligente, focando em pontos de vendas com baixa penetração Vivo, mas com alto potencial de captura de mercado.
No Porta a Porta, canal que possui perfil de atuação itinerante, seguimos com o processo de transformação através do crescimento estruturado da operação, agora focada no segmento de alto valor. A operação, que já atuava na prospecção de clientes em regiões centrais e periféricas, onde os canais presenciais não chegam, agora conta com uma frente de atuação para capturar vendas convergentes de alto valor para clientes residenciais e condomínios.
No Televendas atingimos 10 milhões de produtos vendidos e cerca de 14 milhões de chamadas. O canal promoveu uma economia expressiva com a otimização da operação receptiva, melhorias de contrato dos parceiros centralizados e internalização do chat móvel. No que tange à digitalização, hoje cerca de 65% das novas vendas tem como forma de pagamento a conta digital. Também inovamos na abordagem de potenciais clientes, trabalhando ativamente públicos propensos e desenvolvendo canais online, como o chat, que desde sua internalização dobrou de produtividade. A implementação da biometria de voz e a tecnologia de *speech analytics* proporcionou a retroalimentação do processo de vendas e gerou melhoria nos índices de qualidade com a redução de contatos indesejados e chamadas excessivas. Por fim, obtivemos avanços na implantação de novas plataformas de vendas que integrarão todo o ciclo de vida do cliente, além de evoluir no uso de inteligência artificial, trazendo uma ferramenta que capta dados e padrões de comportamento do cliente e busca em nossos operadores aquele que possui o melhor perfil para o atendimento, o que gerou volume relevante de vendas incrementais.
Em Retenção no móvel B2B atingimos o nível histórico de 81%, além de churn abaixo de 1%. Já no móvel B2C, com um plano estruturado de trabalho junto aos parceiros e a geração de uma nova política comercial, atingimos o patamar de 73,5% na taxa de retenção. Também implementamos uma plataforma que utiliza a inteligência artificial do *speech analytics*, para aumentar o índice de *first call resolution* além de um projeto em *B2B* que está transformando nossas operações, trazendo uma ferramenta que permite maior controle dos descontos ofertados e expressiva redução no tempo médio de atendimento.
Nos canais digitais de vendas e atendimento, o resultado do *e-commerce* cresceu 220% no segmento móvel e 33% no fixo. As melhorias contínuas na usabilidade do *e-commerce*, que contribuem com a experiência digital do cliente e consequentemente com a presença digital da marca Vivo, impactaram diretamente nestes resultados. Dentre estas melhorias, destaca-se o projeto *Pick-up in Store,* onde clientes podem adquirir *smartphones* no *e-commerce* e retirar em lojas físicas. O projeto já representa mais de 30% das vendas do *e-commerce* nas praças onde foi lançado (nove capitais e 15 lojas até o mês de dezembro).
O Meu Vivo, principal canal de autoatendimento da empresa e que reforça a estratégia de atendimento digital da empresa, também contribuiu com o desempenho positivo dos canais digitais: os usuários únicos do aplicativo aumentaram 30% no ano e as interações digitais com clientes atingiram 70% do total de contatos com a Vivo *versus* 15% em 2017.
Buscando fomentar serviços digitais inovadores no atendimento, a Vivo lançou a plataforma cognitiva de relacionamento Aura, baseada em motor cognitivo e sistemas proprietários do Grupo Telefônica, em substituição à assistente virtual Vivi. A Aura já se encontra em mais de 20 canais digitais para o cliente, realizando mais de 1 milhão de consultas ao mês.
Este ano mais uma vez a empresa obteve êxito capturando efetivamente o potencial de negócios da internet e reforçando sua maturidade digital no período promocional da *Black Friday/Black November* no Brasil. As vendas cresceram 6% no período, comparadas ao mesmo período do ano anterior.
Ademais, visando acelerar todas as frentes transformadoras, lançamos o Vivo Digital Labs com o objetivo de acelerar as entregas de digitalização das experiências de *e-care* e *e-commerce*. Formado por times multidisciplinares, os SQUADS, que atuam com aplicação de metodologias ágeis e abordagens inovadoras, focados em entregar de maneira assertiva melhorias na experiência do cliente nos canais digitais.

3.3. Sistemas de Informação

O ano de 2018 foi marcado pela continuidade dos projetos estruturantes e estratégia global de transformação digital. Desta forma, reforçamos nosso compromisso com o investimento em TI como diferencial competitivo no longo prazo.
Assim, avançamos significativamente em cada um dos pilares de nosso plano estratégico, com ênfase para aqueles relacionados à melhoria da eficiência:
Recursos - realizamos importantes entregas no ano. Como resultado, nosso ITR[8], ficou em 4,0% da receita.
Transformação do Negócio - continuamos avançando na implementação do projeto *FullStack B2C*, que visa a substituição de diversos sistemas legados por um único, com o que há de mais moderno no mercado. Ao final do ano, atingimos a marca de 1 milhão de clientes nesta nova plataforma, onde nossos clientes já podem desfrutar de funcionalidades únicas, como aquisição de múltiplas linhas em uma única operação. Além disso, iniciamos importantes projetos de transformação como o *FullStack B2B*, que visa simplificar a operação e garantir valor agregado e uniformidade em todos os canais além de gerar ofertas mais competitivas, e o *Novo OCS (Online Charging System)*, atualizando a plataforma atual gerando maior robustez e compatibilidade com novas tecnologias.
Entregas de Valor - iniciamos o Projeto TI2X, com o objetivo de acelerar as entregas de TI melhorando os indicadores da área e reduzindo o *Time to Market* para novos lançamentos. Aceleramos o índice de digitalização *E2E (End to End)* em diversas frentes, o que significa menos processos manuais, mais confiabilidade e uma melhor experiência digital ao cliente, como Call Center e Fatura eletrônica. Aceleramos o desenvolvimento da Quarta Plataforma, onde através de ferramentas como *Big Data*, conseguiremos detectar o perfil de nossos usuários, e consequentemente melhorar nossas ofertas. Dentre as iniciativas de serviços digitais, destacamos a Aura, nossa assistente virtual movida a algoritmo proprietário de Inteligência Artificial, em uma clara diferenciação sobre nossos concorrentes.
Excelência operacional - continuamos com a simplificação de sistemas, que resultou na redução de cerca de 30% dos sistemas nos 3 últimos anos, eliminando a complexidade e obsolescência. Do ponto de vista de infraestrutura, aumentamos a taxa de virtualização de servidores, culminando em um melhor retorno sobre capital investido.
Todas essas iniciativas resultam em uma excelência operacional evidenciada pela disponibilidade de sistemas acima de 99,9% em 2018.

3.4. Atendimento ao Cliente

Em 2018, a digitalização e as melhorias operacionais levaram a uma queda de mais de 20% das chamadas de call-center em relação a 2017. Além disso, houve uma melhora na experiência do cliente indicada pela redução de rechamadas e pela avaliação de *outliers*, além de aumentar a autonomia dos representantes que buscam solução no primeiro contato. Parte disso se deve a um esforço para expandir os canais digitais e desenvolver mais opções de autoatendimento.
Dentre os principais projetos de digitalização está a URA humanizada, que já suporta 90% do nosso tráfego e oferece mais de 80 serviços através de uma experiência amigável e mais humanizada, utilizando menus personalizados e ajudando a melhorar a retenção da URA.
Com foco em novos recursos e impulsionando sua adoção, o aplicativo Meu Vivo está ajudando a migrar chamadas para o mundo digital já com 12 milhões de usuários únicos. O aplicativo está conectado à Aura, a Inteligência Artificial da Vivo, que foi lançada em fevereiro e obteve 15 milhões de interações nos primeiros 10 meses. A Vivo está entre as primeiras operadoras do país a oferecer uma ferramenta de relacionamento baseada em inteligência cognitiva.
Apesar dos esforços para levar o cliente aos nossos canais digitais, alguns deles ainda querem falar - para isto desenvolvemos um bot de Call Center Cognitivo, que já está atendendo centenas de milhares de chamadas com grande aprovação e precisão. Trata-se de um processo de melhoria contínua, uma vez que continuará aprendendo novos assuntos no novíssimo Bots Training Center, onde os melhores representantes humanos analisam suas interações e ajudam-no a melhorá-las.
Para unir todos os projetos digitais mencionados e garantir a melhor experiência do cliente, foi criado um programa de cultura corporativa comprometido em proporcionar uma experiência única em todos os pontos de contato. Ele guiará nossas decisões e prioridades para garantir uma jornada alinhada aos quatro princípios principais: confiável, fácil, agradável e eficiente.

4. Governança Corporativa

Os princípios fundamentais de governança corporativa da Telefônica Brasil S.A. estão contemplados em seu Estatuto Social e em normativas internas que complementam os conceitos emanados da lei e das normas que regulam o mercado de valores mobiliários. Os objetivos desses princípios, que norteiam as atividades da administração da Companhia, podem ser resumidos conforme segue:

- A maximização do valor da Companhia;
- A transparência na prestação das contas da Companhia e na divulgação de informações relevantes de interesse do mercado;
- A transparência nas relações com os acionistas, empregados, investidores, clientes e órgãos públicos;
- A igualdade no tratamento dos acionistas;
- A atuação do Conselho de Administração na supervisão e administração da Companhia e na prestação de contas aos acionistas;
- A atuação do Conselho de Administração no que se refere à Responsabilidade Corporativa, garantindo a perenidade da organização.

Inspirada nesses conceitos e com a finalidade de promover uma boa governança corporativa, a Companhia tem instituído medidas a fim de tornar suas práticas claras e objetivas e evitar conflitos de interesse. Em 2018, a Companhia implementou sua Política de Transações com Partes Relacionadas, que tem por objetivo estabelecer procedimentos que contribuam para assegurar que as transações realizadas pela Companhia e suas Controladas Diretas e Indiretas com Partes Relacionadas sejam pautadas pelo princípio da transparência, realizadas no melhor interesse da Companhia e observem condições comutativas e de mercado.

4.1. Conselho de Administração

De acordo com o Estatuto Social, o Conselho de Administração da Companhia é composto de um mínimo de cinco e um máximo de dezessete membros, com mandato de três anos, sendo permitida a reeleição. Atualmente, o Conselho de Administração da Companhia é composto por doze membros, sendo um deles eleito pelo voto dos acionistas detentores das ações preferenciais em votação separada e sem a participação do controlador, e os demais eleitos pelo voto geral das ações ordinárias. Em 2018, o Conselho de Administração se reuniu 18 vezes no exercício de suas funções.
Este colegiado possui para seu assessoramento os seguintes comitês:

- Comitê de Auditoria e Controle
- Comitê de Nomeações, Vencimentos e de Governança Corporativa
- Comitê de Qualidade do Serviço e Atenção Comercial
- Comitê de Estratégia

De acordo com o regimento dos Comitês, estes são compostos por três a cinco membros, eleitos pelo Conselho de Administração entre seus pares, com mandato unificado de três anos, permitida a reeleição.
Atualmente, os Comitês de Auditoria e Controle, Comitê de Nomeações, Vencimentos e de Governança Corporativa e o Comitê de Qualidade do Serviço e Atenção Comercial são compostos por três membros. O Comitê de Estratégia é composto por quatro membros.

8 Índice de custos totais de TI desenvolvido pela consultoria Gartner.

continua

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
documento assinado digitalmente
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br quarta-feira, 20 de fevereiro de 2019 às 01:24:29.

continuação

Telefônica Brasil S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE: 35.3.0015881-4

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

4.2. Conselho Fiscal
Conforme estabelecido no Estatuto Social da Companhia, o Conselho Fiscal é mantido em caráter permanente. Os conselheiros fiscais são eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas para o mandato de um ano, sendo possível a reeleição. Em observância à legislação societária, aos acionistas preferencialistas é garantido o direito de eleger um membro efetivo e um membro suplente do Conselho Fiscal em votação em separado, sem a participação das ações preferenciais do controlador.
O Estatuto Social estabelece que o Conselho Fiscal será composto de no mínimo três e no máximo cinco membros efetivos e igual número de suplentes. Atualmente, o Conselho Fiscal da Companhia é composto por três membros efetivos e três membros suplentes. Em 2018, o Conselho Fiscal se reuniu 09 vezes no exercício de suas funções.
4.3. Diretoria
De acordo com o Estatuto Social, a Diretoria é composta de, no mínimo, três e, no máximo, quinze membros, acionistas ou não, residentes no país, eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato de três anos, sendo permitida a reeleição. Atualmente, é composta por três membros, com os seguintes cargos: Diretor Presidente; Diretor de Finanças e de Relações com Investidores; e Secretário Geral e Diretor Jurídico.
4.4. Relações com Investidores
Com o objetivo de obter uma valoração justa de suas ações, a Companhia adota práticas que visam dar transparência sobre sua estratégia, evolução dos negócios, além de suas políticas e os eventos incorridos para acionistas, investidores e analistas.
Informações relevantes são disponibilizadas no portal da Companhia na internet (www.telefonica.com.br/ri), com versões em português e inglês. Todos os comunicados, fatos relevantes, demonstrações contábeis e outros documentos societários são arquivados nos órgãos reguladores - CVM (Comissão de Valores Mobiliários), no Brasil, e SEC (*Security Exchange Commission*), nos Estados Unidos. Adicionalmente, a Companhia possui uma equipe de Relações com Investidores para esclarecer dúvidas por telefone ou em reuniões individuais, quando solicitadas.
4.5. Auditores Independentes
Em referência à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, e ao Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 01/2007, de 14 de fevereiro de 2007, a Sociedade e suas controladas informam que a política da Sociedade junto aos seus auditores independentes no que diz respeito à prestação de serviços não relacionados à auditoria externa se substancia nos princípios que preservam a independência do auditor. Esses princípios baseiam-se no fato de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, não exercer funções gerenciais, não advogar por seu cliente ou prestar quaisquer outros serviços que sejam considerados proibidos pelas normas vigentes, mantendo dessa forma a independência dos trabalhos realizados pelos prestadores de serviços de auditoria.
Em 2018, não foram contratados serviços que não fossem de auditoria externa junto ao auditor independente, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.

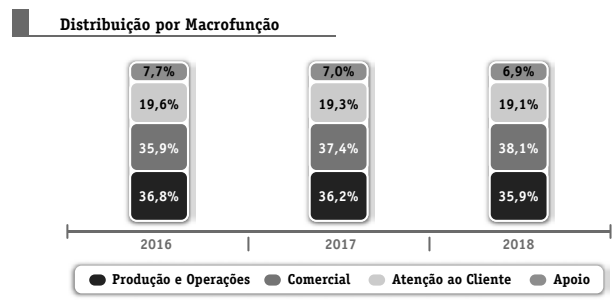
5. Recursos Humanos
Em novembro de 2018, o Grupo anunciou o novo programa estratégico global, o #RECONECTA, que tem como guia o crescimento e uma fórmula para chegarmos lá: "G = M*R4", onde:
O G, que significa Crescimento (Growth) e os aceleradores de negócio, que são representados pelos R´s da fórmula e significam, respectivamente: R4 - Relevância (Relevance) para reimaginarmos nossa relação com os clientes e surpreendê-los com nossa tecnologia; Receita (Revenues) para reinventarmos os modelos de negócio e aproveitar as oportunidades: mais clientes e mais fiéis; Retorno (Returns) para reaprendermos a forma de trabalhar e aumentar a eficiência e os benefícios e sejamos mais relevantes para nossos acionistas; e Responsabilidade (Responsability) para reescrevermos as regras do jogo e praticarmos nossos valores, atuando com responsabilidade e de forma sustentável. Por fim o M, que significa Motivação (Motivation) que é representado pelas nossas equipes de colaboradores motivados e que possuem papel chave em nossa estratégia de negócio. Acreditamos que é por intermédio de nossos colaboradores que vamos alcançar o crescimento almejado.
Seguimos com o nosso processo de Transformação Digital que é apoiado em tecnologia para ir além da conectividade excelente e oferecer serviços completos para todos os nossos clientes. Foi lançado o "DNA Vivo", constituído de 4 princípios: Confiável, Fácil, Encantador e Eficiente, programa que busca permear todas as áreas e pessoas da empresa transformando a forma de atender e nos relacionar com os clientes.
Implantamos globalmente o *Workplace by Facebook*, uma rede social corporativa onde todos os colaboradores podem se comunicar, aprender, interagir e aproveitar toda a diversidade de nossas equipes. Foram realizados diversos programas com o objetivo de dar voz e protagonismo aos colaboradores tais como Encontros com Presidente e COO, e Cliente em Foco, onde os executivos vivenciaram a experiência completa do cliente, a fim de compreender suas reais necessidades.
O reflexo desse trabalho apareceu em nossa Pesquisa de Clima Organizacional e Compromisso, com adesão de 81% do público elegível e Índice de Favorabilidade de 85%. Por meio dos resultados da pesquisa a equipe da VP Pessoas e os gestores, conseguem mapear os pontos de melhoria de clima e trabalhar planos de ação, apoiados por uma ferramenta online que traz diversas análises quantitativas dos resultados.
Nesse ano emblemático também aconteceu o lançamento do Programa Vivo Diversidade, com o objetivo de valorizar a diversidade e fazer nosso papel na sociedade, cooperando para torná-la mais justa e conectada. Assumimos o compromisso de estimular uma cultura mais inclusiva e um ambiente mais diverso, com o objetivo de valorizar a diversidade de pontos de vista, origens, identidades e orientação, para que todos se sintam à vontade para serem como são, tendo suas diferenças respeitadas.
5.1. Interação
Em 2018, fortalecemos a ligação com o nosso time com ações que reforçam a transformação digital, a valorização das equipes e o vínculo emocional entre colaborador e empresa, contribuindo para um bom clima organizacional. Destacamos as ações:
- **Celebrações:** seguimos com as principais celebrações, com o objetivo de fortalecer os laços da empresa com seus colaboradores e familiares, como o Dia das Mães e o Dia dos Pais. Também realizamos as comemorações de fim de ano, com reunião das equipes em todas as cidades para comemoração das entregas do ano.
- **Reconhecimento:** divulgamos o Gente de Valor, programa Global, que permite reconhecimento em diferentes níveis hierárquicos. No Brasil, foram mais de 31.800 reconhecimentos realizados. Já no reconhecimento de projetos em equipe, a Telefônica Brasil realizou a 2ª edição do Prêmio Viva Tudo, com os melhores projetos vinculados às estratégias corporativas. Foram 186 projetos inscritos, envolvendo mais de 1.400 colaboradores.

5.2. Remuneração
A Companhia adota estrutura salarial e políticas de remuneração compatíveis com as melhores práticas de mercado de forma a atrair e reter os melhores profissionais e reconhecer o desempenho individual destes. Os programas de remuneração variável e ampla variedade de benefícios complementam o pacote de remuneração total. Em 2018, 3.682 profissionais foram promovidos e 2.118 foram contemplados no processo de incremento salarial, totalizando 5.800 profissionais com aumento de remuneração, além dos reajustes legais aplicados.
5.3. Recrutamento e Seleção e Programas de Desenvolvimento
Na Telefônica Brasil atraímos e retemos os melhores talentos do mercado, por meio de processos seletivos e de desenvolvimento criteriosos, contando com o apoio de plataformas online de Recrutamento e Seleção e de ferramentas de avaliação adequadas a cada nível de complexidade - do operacional ao estratégico. Adicionalmente, contamos com um importante processo de Recrutamento Interno, que dá visibilidade e oportunidade de carreira para todos os colaboradores. Em todos os processos seletivos, a Companhia adota ações que suportam a redução das desigualdades, condizentes às melhores práticas para a diversidade e inclusão, reforçando nossa crença de que todas as pessoas têm direito a igualdade de tratamento e acesso às oportunidades.
Em 2018, foram investidos aproximadamente R$ 59 milhões em educação com mais de 300 mil participações de colaboradores efetivos e 330 mil participações de parceiros em nossas ações de treinamento, somando um total de 1.400 mil horas/capacitação para colaboradores próprios e 440 mil horas/capacitação para parceiros, entre presenciais e *online*. Reforçamos o papel da educação digital por meio do portal Success Factors, sendo que 40% das ações de treinamento para efetivos foram realizadas por meio de educação digital.
Nossas ações educacionais corporativas seguem a promoção do *mindset* digital, como a plataforma *Learning Hub* (plataforma de cursos online ofertados por parceiros educacionais sobre temas relacionados a inovação e tecnologia, carreira e autodesenvolvimento). Também fomentamos direcionadores importantes por meio da aplicação de cursos obrigatórios para todos os colaboradores sobre *compliance*, privacidade e segurança dos dados, princípios de atuação e negócios responsáveis.
Seguimos com a promoção de certificações técnicas importantes para o negócio e subsídios a cursos de especialização profissional e idiomas. O Programa de Desenvolvimento Educacional teve cerca de 850 colaboradores contemplados em 2018, com investimento de aproximadamente R$1,3 milhão, para subsídio de até 50% dos cursos de primeira graduação, pós-graduação e idiomas de inglês e espanhol. Também oferecemos convênio com cerca de 40 instituições de ensino, entre Universidades e escolas de idiomas, que concedem descontos de 10% a 30% para nossos colaboradores que buscam o desenvolvimento profissional.
Pelo quarto ano consecutivo realizamos a Semana do Autodesenvolvimento, que em 2018 passou por uma remodelagem e mudou de nome, passando a chamar #VivoAprendendo, ofereceu aos colaboradores temas da atualidade como: *mindset* digital, cultura ágil, *life long learning*, diversidade, vieses inconscientes entre outros.
Reconhecendo a importância da atração de novos talentos para a sustentabilidade e crescimento do negócio, em 2018 investimos em programas voltados a esse público:
- Jovens Talentos: Tivemos mais de 22 mil inscrições para as 32 posições no programa de Trainee. Cada vez mais consolidado frente ao mercado, nosso programa de trainee e de estágio vêm tornando-se uma importante fonte de captação de talentos para a empresa.

Seguimos trabalhando o desenvolvimento das lideranças, com programas presenciais e digitais, direcionados aos diversos níveis do nosso *pipeline* de Líderes, buscamos alavancar os resultados e fortalecer a cultura da empresa:
- Programa *Mentoring* Corporativo: em 2018 expandimos o programa que contou com a participação de 150 mentores e 150 mentorados, compartilhando conhecimentos, trocando experiências e ampliando o *networking*, resultando em um verdadeiro processo de crescimento bidirecional.
- Academia de Líderes: promove a cultura e a estratégia organizacional e tem como objetivo capacitar e desenvolver a liderança e os potenciais gestores por meio de ações de treinamento presenciais e online. Em 2018, foram realizadas 120 turmas presenciais de 21 temas diferentes, em 9 localidades espalhadas pelo Brasil, com um total de 2.088 participações. Em outubro, lançamos a Plataforma Online da Academia de Líderes, que está disponível para 100% dos coordenadores, gerentes de seção e gerentes de divisão, com um portfólio de 150 conteúdos diversos. Em 2018 foram concluídos 779 cursos.
- Universidade Telefônica (Barcelona): por meio de programas internacionais de desenvolvimento, reforçamos nossa conexão com a estratégia global do Grupo Telefónica e preparamos os executivos para os desafios do negócio. Em 2018, enviamos 277 líderes para a Universidade Telefônica, em Barcelona, entre Vice-Presidentes, Diretores, Gerentes e Coordenadores, para participar de 7 diferentes cursos.
- Programa de *Coaching*: ação voltada para desenvolvimento de executivos. Em 2018, direcionamos 91 executivos, com base nos resultados de avaliações de desempenho, para sessões de *Coaching* com renomadas consultorias do mercado.

Uma das principais ferramentas da empresa, para apoio da gestão das equipes e direcionadora dos planos de desenvolvimento dos colaboradores, é a Avaliação de Performance. Ela é direcionada a todos os profissionais da empresa, inclusive gestores. Em 2018, pela primeira vez, a Avaliação de Performance foi estendida para as equipes de atendimento, vendas e técnicas, que até então tinham avaliações distintas. O ciclo de 2018 iniciou-se no segundo semestre do ano, com a participação de 33.196 colaboradores e será concluído em fevereiro de 2019, com a realização da avaliação final.
Com foco na estratégia e sustentabilidade do negócio, realizamos o *Management Review,* que tem como objetivo, identificar os colaboradores com potencial para assumir uma posição de mais complexidade e mapear os futuros sucessores das posições executivas. Em 2018, foram 95 posições analisadas, entre Vice-Presidentes e Diretores. Esse processo contemplou análise da performance, de potencial - com subsídio da metodologia *Learning Agility* - e nível de prontidão.
5.4. Benefícios
Em 2018, a Companhia investiu mais de R$ 843 milhões em benefícios para os seus profissionais, com destaque para:
- R$ 318,2 milhões em investimentos com saúde e qualidade de vida;
- R$ 58,5 milhões investidos em Previdência Privada em que a Companhia também contribui, em percentual estabelecido, a favor dos profissionais.

A Companhia mantém uma área dedicada à Saúde e Qualidade de Vida, que atua em todo o território nacional com vinte ambulatórios nas principais capitais do país, promovendo atendimento aos colaboradores em seu local de trabalho. São espaços devidamente equipados, com equipe médica e de enfermagem que prestam assistência integrada.
A Telefônica Brasil possui um Programa de Qualidade de Vida baseado em três pilares (Cuidar, Acolher e Nosso Clube), alinhados ao programa mundial *Feel Good*, e que, em 2018, realizou ações como atendimento médico com clínicos, ginecologistas e obstetras nos ambulatórios *in company,* Programa *Feel Good* Nutrição com atendimento nutricional, Programa *Feel Good* Cuca Fresca com atendimento psicológico, Campanha de vacinação contra gripe, e Programa de Fisioterapia com atendimento focado na saúde funcional e tratamento, entre outros.
Saúde e Segurança no Trabalho
A Companhia mantém área dedicada à Saúde e Segurança no Trabalho que se dedica à segurança, prevenção de acidentes de trabalho e a realização de exames ocupacionais, atuando em todo território nacional com a presença de profissionais (Médicos, Engenheiros, Técnicos de Enfermagem e Segurança) devidamente habilitados em Medicina e Segurança do Trabalho.
A Telefônica Brasil investe no conhecimento dos seus colaboradores através de treinamentos específicos da área de Segurança do Trabalho com o intuito de criar uma visão prevencionista, a fim de que, cada colaborador operacional, compreenda e assuma com responsabilidade suas próprias funções na prevenção de acidentes, buscando melhorias contínuas nas condições de trabalho.
Na busca pelo desenvolvimento do comportamento seguro dos colaboradores voltados para atividades operacionais, em 2018 totalizamos aproximadamente 32 mil horas dedicadas ao DSS - Dialogo Semanal de Segurança, com temas voltados para o time operacional de campo, incluindo: Instaladores, Reparadores, Auxiliares, Técnicos de Telecom, Cambistas e Oficial OSP com envolvimento direto da gestão de campo.
Em 2018, a área de Segurança do Trabalho demonstrou forte atuação de SST para a Gestão de Aliados, foram realizadas 358 inspeções de segurança nas atividades de campo, o número de empresas no reporte dos indicadores dos acidentes de trabalho foi ampliado em 20% e entre as ações, buscamos fortalecer as boas práticas de Segurança entre os prestadores de serviços.
Com o tema ***Segurança e Qualidade de Vida Conectados com Você***, em 2018 foi realizado a SIPAT (Semana Interna de Prevenção de Acidentes) em atendimento a Norma Regulamentadora nº 5 de forma integrada com todas as regionais do Brasil, totalizando 23.686 colaboradores envolvidos nas ações de saúde, segurança e bem estar.
Estabelecemos todos os processos necessários para evitar acidentes, lesões e doenças ocupacionais através do estrito cumprimento dos assuntos regulatórios, treinamento e gerenciamento preventivo de riscos ocupacionais. Encorajamos todos os funcionários a cuidarem da segurança e saúde incluindo as pessoas ao seu redor.
5.5. Perfil dos Empregados
A Companhia possuía 32.638 empregados em dezembro de 2018 (33.622 empregados em dezembro de 2017:



6. Sustentabilidade
Aplicar a sustentabilidade em nossa estratégia nos permite identificar oportunidades oferecidas pelas novas tecnologias para gerar valor à sociedade e realizar uma gestão eficaz de impactos inerentes a nossas atividades, tornando nosso negócio cada vez mais responsável.
A condução de nossos negócios, estabelece metas a serem alcançadas até 2021, o que implica atuar de uma maneira íntegra, transparente e assumir compromissos com o desenvolvimento sustentável, a fim de gerar impacto social positivo e criar valor compartilhado, com uma visão de sustentabilidade que coloque as pessoas no centro do que fazemos e que reduza os impactos negativos na nossa operação.
Por isso, o Grupo Telefônica desenvolveu seu Plano Global de Negócios Responsáveis, que tem sete pilares:
- Promessa ao Cliente e Confiança Digital
- Gestão de Sustentabilidade na Cadeia de Suprimentos
- Diversidade e Gestão de Talentos
- Meio Ambiente
- Inovação sustentável
- Contribuição ao Progresso
- Ética

Alinhados a esses compromissos, os temas mais relevantes e priorizados em nossos negócios são endereçados dentro da Telefônica Brasil por meio de projetos e metas que envolvem todas as áreas da Companhia, formando o nosso Plano de Negócios Responsáveis.
Temas como mudanças climáticas, diversidade e confiança digital, entre outros, se tornam cada vez mais importantes para a sociedade e podem mudar a forma como nos relacionamos com os clientes e demais públicos de nossa cadeia de valor.
Por isso, promovemos neste ano o lançamento do Manifesto Digital do Grupo Telefônica, marco pioneiro não apenas para o setor de telecomunicações, mas para a indústria 4.0 e para toda a sociedade. Além disso, fomos a primeira empresa de telecomunicações no Brasil a lançar um Centro de Privacidade para a discussão e esclarecimento sobre o tema. Somos a operadora brasileira que mais se compromete publicamente com a privacidade dos dados de seus usuários de internet, seja na banda larga fixa ou na internet móvel, segundo pesquisa realizada pelo Internet Lab, centro independente de pesquisa interdisciplinar em direto e tecnologia, em abril de 2018.
Participamos ativamente e somos signatários de outras iniciativas relevantes que também contribuem com o desenvolvimento sustentável. Entre elas estão:
Pacto Global
Iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU) para estimular empresas a adotar políticas de responsabilidade social corporativa e sustentabilidade por meio da adoção de dez princípios relacionados a direitos humanos, trabalho, meio ambiente e corrupção.
GHG *Protocol*
Estimula a cultura corporativa para elaboração e publicação de inventários de emissões de gases do efeito estufa (GEE). Publicamos nosso inventário anualmente desde 2010 e, há cinco anos, somos reconhecidos com o Selo Ouro.
***Carbon Disclosure Project* (CDP)**
Reúne indicadores globais de performance ambiental das companhias para auxiliar investidores em seu processo de tomada de decisão. Apoia organizações de todo o mundo para mensurar emissões de carbono e reduções efetivas, estimulando uma economia mais focada no uso mais racional de energia e em matrizes renováveis.
Compromisso Público pela Diversidade
Princípios do Empoderamento da Mulher: Assinamos em 2016 o compromisso, criado pela ONU Mulheres e pelo Pacto Global, que estabelece sete princípios que ajudam as empresas a incorporar valores e práticas que visem à equidade de gênero.
Movimento Mulher 360: associação de empresas, comprometidas em promover a equidade de gênero e o aumento da participação feminina no ambiente corporativo, nas comunidades e na cadeia de valor.
Fórum de Empresas e Direitos LGBT+: tem como objetivo influenciar o meio empresarial e a sociedade a respeito desta temática.
Rede Empresarial de Inclusão Social: aderimos ao Pacto pela Inclusão da REIS, movimento que atua na promoção e empregabilidade de colaboradores PCDs.

continua

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
documento assinado digitalmente
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br quarta-feira, 20 de fevereiro de 2019 às 01:24:29.

continuação

Telefônica Brasil S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE: 35.3.0015881-4

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Coalizão Empresarial para Equidade Racial e de Gênero: troca de experiências e estímulo à implementação e aprimoramento de políticas públicas e práticas empresarias para superar a discriminação de gênero e raça nas organizações.

Ainda como parâmetro de melhoria contínua e incorporação da sustentabilidade nos processos estratégicos, utilizamos o modelo sugerido pelo Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), com indicadores monitorados pela Companhia.

Em 2018, a Telefônica Brasil esteve presente nos principais rankings de sustentabilidade nacional e internacional. Pelo sétimo ano consecutivo, integramos a carteira do ISE - Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 que reúne as ações de 30 empresas reconhecidas por seu desempenho em Sustentabilidade. Mais uma vez fizemos parte do GUIA EXAME de Sustentabilidade, que é um dos maiores levantamentos de sustentabilidade corporativa do país, que aponta 77 empresas-modelo em 19 setores da economia e nos mantivemos como a única companhia de telecomunicações do nosso país presente no índice Vigeo Eiris Best Emerging Markets Performers Ranking, da VIGEO EIRIS, organização europeia de avaliação de Sustentabilidade que mede a performance das empresas por meio de indicadores de meio ambiente, sociais e de governança (ESG).

A Companhia divulga o Relatório Anual de Sustentabilidade, segundo os padrões da *Global Reporting Initiative* (GRI), disponível na área de Sustentabilidade no site www.telefonica.com.br ou no site de Relações com Investidores www.telefonica.com.br/ri.

6.1. Investimento social privado

A Fundação Telefônica Vivo, responsável pelos projetos sociais da Telefônica Brasil, acredita na inovação educativa como forma de inspirar novos caminhos para o desenvolvimento do Brasil a partir da educação. A Fundação desenvolve projetos nas áreas de educação, empreendedorismo social e voluntariado. Com atuação no Brasil desde 1999, faz parte de uma rede formada por outras 17 fundações presentes na Europa e América Latina, integrantes do Grupo Telefônica. Em 2018, beneficiamos cerca de 1,7 milhão de pessoas e investimos R$ 60 milhões.

Para saber mais sobre a Fundação Telefônica Vivo, acesse: www.fundacaotelefonica.org.br

7. Desempenho Operacional

Ao final de 2018, a Companhia totalizou 73.160 mil acessos móveis, reafirmando sua liderança com uma participação de mercado de 31,9%. A base de clientes pós-pago representava 55,2% da base móvel ao final de 2018, um crescimento de 6,2 p.p. em relação a 2017.

Em relação à telefonia fixa, a Companhia encerrou o ano de 2018 com 22.029 mil unidades geradoras de receitas, redução de 3,6% em relação ao ano anterior, devido principalmente à maturidade da voz fixa e à estratégia mais seletiva para o serviço de TV por assinatura.

Banda Larga - atingiu 7.458 mil clientes ao final de 2018, crescimento de 0,3% ou 26 mil adições líquidas em relação à 2017. Os acessos através da fibra (FTTH) atingiram 1.893 mil clientes, com crescimento anual de 46,8%. O número de clientes de ultra banda larga (FTTx), já representa 66,9% sobre o total de acessos de banda larga.

Linhas em Serviço - atingiu 13.005 mil clientes em 2018, uma redução de 6,0% em relação a 2017, devido à maturidade no serviço de voz fixa residencial, além do impacto do cenário macroeconômico no negócio corporativo.

TV por assinatura - atingiu 1.567 mil clientes em 2018, redução de 1,3% em relação a 2017, refletindo a seletividade da Companhia com foco em clientes de maior valor. O IPTV atingiu 579 mil usuários, um crescimento anual de 52,1%.

Dessa forma, a Companhia encerrou 2018 com 95.189 mil clientes, uma redução de 2,7% em relação ao ano anterior, em função das desconexões de clientes de voz fixa e de clientes móveis pré-pagos.

8. Desempenho Financeiro

8.1. Receita Operacional Líquida

Em 2018, a Companhia apurou receita operacional líquida consolidada de R$ 43.463 milhões, aumento de 0,6% em comparação a 2017, quando registramos receita líquida de R$ 43.207 milhões. Contribuíram para esse crescimento as maiores receitas de dados e serviços digitais móveis, além da banda larga fixa, parcialmente compensadas pela redução dos valores das chamadas fixo-móvel e pela redução da tarifa de interconexão, tanto fixa quanto móvel, determinadas pelo órgão regulador.

8.2. Custos e Despesas operacionais

Os custos operacionais, excluindo depreciação e amortizações, atingiram R$ 25.638 milhões em 2018, uma redução de 10,7% quando comparado ao mesmo período do ano anterior (R$ 28.721 milhões), e abaixo da inflação do período de 3,7%. A redução é explicada, principalmente, pelo intenso processo de digitalização da Companhia que resultou em menores custos com impressão e postagem de contas pela adoção do *e-billing*, redução de custos com comissionamento dado o crescimento do *e-commerce* de produtos, serviços e recargas e menores custos com atendimento ao cliente em função da maior penetração do aplicativo Meu Vivo, além dos menores custos com serviços prestados devido à redução dos valores de interconexão fixa e móvel ocorrida em fevereiro de 2018, parcialmente compensada pelo maior custo de mercadorias vendidas, refletindo a estratégia adotada durante o ano de maior foco na venda de terminais e equipamentos com margem. Além disso, a Companhia registrou efeito não-recorrente relacionado a decisão judicial em favor da Companhia referente à contingência tributária.

8.3. Lucro Operacional antes das Despesas Financeiras Líquidas e Equivalência Patrimonial

O lucro operacional antes das despesas financeiras líquidas e equivalência patrimonial consolidadas aumentou em 42,6%, passando de R$ 6.632 milhões em 2017 para R$ 9.456 milhões em 2018, em função, principalmente, do melhor desempenho operacional.

8.4. EBITDA

O EBITDA foi de R$ 17.825 milhões em 2018, aumento de 23,0% em relação aos R$ 14.486 milhões registrados em 2017. Por sua vez, a Margem EBITDA alcançada em 2018 foi de 41,0%, incremento de 7,5 p.p. em relação à margem de 33,5% registrada no ano anterior. Contribuíram para esse resultado a maior receita de serviços móveis e de ultra banda larga, além das medidas de eficiência e digitalização adotadas pela Companhia e do registro de efeito não-recorrente relacionado a decisão judicial em favor da Companhia referente à contingência tributária. Excluindo esses efeitos, a margem EBITDA recorrente atingiu 35,8% em 2018, um incremento de 1,9 p.p. quando comparado com a margem EBITDA recorrente de 33,9% registrada em 2017.

Em milhões de reais - Consolidado	2018	2017
Lucro operacional antes das receitas e despesas financeiras e equivalência patrimonial (*)	9.456,2	6.632,2
Despesas de depreciação e amortização		
Em custos dos serviços prestados	6.487,9	5.963,1
Em despesas de comercialização de serviços	1.352,6	1.433,3
Em despesas gerais e administrativas	528,1	457,3
EBITDA	**17.824,8**	**14.485,9**
Margem EBITDA		
a) EBITDA	**17.824,8**	**14.485,9**
b) Receita operacional líquida (*)	**43.462,7**	**43.206,8**
a) / b)	41,0%	33,5%
Margem EBITDA recorrente	35,8%	33,9%

(*) Vide demonstrações de resultados.

8.5. Endividamento e Resultado financeiro

Em milhões de reais - Consolidado	2018	2017
Empréstimos e Financiamentos	(2.499,8)	(3.494,9)
Debêntures	(3.173,9)	(4.520,8)
Contraprestação Contingente GVT	(465,7)	(446,1)
Endividamento total	(6.139,4)	(8.461,8)
Operações com derivativos	56,1	143,8
Endividamento após derivativos	(6.083,3)	(8.318,1)

A Companhia encerrou o exercício de 2018 com dívida bruta de R$ 6.083 milhões (R$ 8.318 milhões em 2017) ou 8,5% do patrimônio líquido (12,0% em 2017). Os recursos captados são 1,6% denominados em moeda estrangeira (dólar norte-americano e cesta de moedas - UMBNDES) e 98,4% denominados em moeda nacional, sendo que a totalidade da dívida em moeda estrangeira está coberta por operações de *hedge*.

8.6. Resultado do Exercício

A consolidação dos resultados do exercício, apurado conforme os critérios da legislação societária, apresenta Lucro Líquido de R$ 8.928 milhões em 2018 (R$ 4.609 milhões em 2017), montante 93,7% superior ao mesmo período de 2017. A margem líquida da Telefônica Brasil em 2018 foi de 20,5% (10,7% em 2017).

Em milhões de reais	2018	2017
a) Lucro líquido do exercício (*)	8.928,3	4.608,8
b) Receita operacional líquida (*)	43.462,7	43.206,8
a) / b)	**20,5%**	**10,7%**

(*) Vide demonstrações de resultados.

8.7. Investimentos

Em 2018, a Companhia investiu R$ 8.199,9 milhões, valor 2,5% superior ao ano anterior (R$ 7.998,3 milhões), principalmente direcionados ao crescimento e qualidade dos nossos serviços, permitindo atender cada vez melhor uma sociedade cada vez mais conectada, e suportando o crescimento da demanda de dados por parte dos nossos clientes, tanto nos serviços fixos como nos móveis, assim como no mercado corporativo.

Em 2018, continuamos expandindo nossos serviços de telefonia fixa implantando serviços de fibra ótica (FTTH) em 30 novas cidades e construindo aproximadamente 2 milhões de novos *homes passed*.

No móvel, aceleramos a implantação do 4G atingindo a marca expressiva de 3.100 municípios com essa tecnologia. Além disso, melhoramos a qualidade de sinal em diversas regiões e aplicamos recursos importantes em ações de manutenção (proativa e reativa).

A Telefônica Brasil investiu também na integração dos sistemas do negócio fixo e móvel, além de melhorar a nossa infraestrutura de suporte ao negócio (sistemas, pontos de venda e atendimento). Em 2018, continuamos investindo na melhoria dos sistemas operacionais, expansão e evolução na consolidação de *data centers*, com destaque para a transformação do ambiente de faturamento e dos projetos de *Big Data*, que darão suporte ao lançamento de novos produtos e serviços, com foco principal na experiência do cliente.

Consolidado em R$ milhões	2018	2017	Δ%
Total	**8.199,9**	**7.998,3**	**2,5**
Rede	6.881,2	6.783,5	1,4
Tecnologia / Sistemas de Informação	999,3	883,3	13,1
Produtos e Serviços, Canais, Administrativo e Outros	312,8	331,5	(5,7)
Licenças	6,6	0,0	n.d.

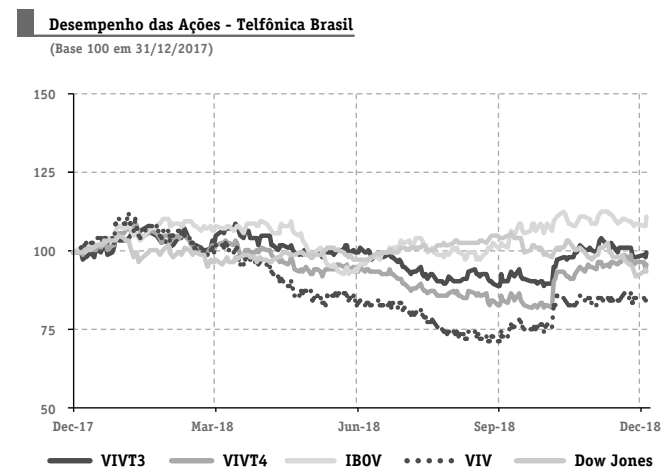
9. Mercado de Capitais

A Telefônica Brasil possui ações ordinárias (ON) e preferenciais (PN) negociadas na B3 sob os símbolos VIVT3 e VIVT4, respectivamente. A Companhia também possui ADRs negociados na NYSE, sob o símbolo VIV.

As ações VIVT3 e VIVT4 encerraram o ano de 2018 cotadas a R$41,29 e R$46,23, apresentando, respectivamente, uma valorização anual de 0,2% e uma desvalorização de 4,9%, frente à elevação anual de 15,0% do Índice Bovespa. As ADRs finalizaram o ano cotadas a US$11,93, desvalorizando-se 19,4% no período, frente a uma desvalorização do Índice *Dow Jones* de 5,6%.

O volume financeiro médio diário das ações VIVT3 e VIVT4 no ano foi de R$1.196 mil e R$88.668 mil, respectivamente. No mesmo período, o volume médio diário de ADRs foi de US$20.157 mil.

O gráfico abaixo representa o desempenho das ações no último ano:



9.1. Política de remuneração ao acionista

Conforme estabelecido no Estatuto Social, a Companhia deve distribuir como dividendo um mínimo de 25% do lucro líquido ajustado do exercício, sendo assegurado aos acionistas detentores de ações preferenciais um valor 10% superior ao atribuído a cada ação ordinária.

Os juros sobre capital próprio e dividendos declarados pela Telefônica Brasil com base no lucro do exercício de 2018 e na reversão da Reserva Especial para expansão e modernização de 2018 constituída com base no lucro do exercício de 2017, totalizaram R$ 7,0 bilhões, um *payout* de 78,6%, conforme relacionado na tabela a seguir:

2018	Deliberação	Posição Acionária	Valor Total Bruto (R$ Milhões)	Valor Total Líquido (R$ Milhões)	Classe de Ação	Valor Bruto por Ação (R$)	Valor Líquido por Ação (R$)	Data de Pagamento[1]
Dividendos (base em dez/18)	a ser deliberado em 11/04/19[2]	11/04/19	2.468,7	2.468,7	ON	1,371013	1,371013	17/12/19
					PN	1,508114	1,508114	
JSCP (base em out/18)	04/12/18	17/12/18	1.350,0	1.147,5	ON	0,749739	0,637278	17/12/19
					PN	0,824712	0,701006	
JSCP (base em jul/18)	05/09/18	17/09/18	2.800,0	2.380,0	ON	1,555013	1,321761	20/08/19
					PN	1,710515	1,453937	
JSCP (base em mai/18)	18/06/18	29/06/18	400,0	340,0	ON	0,222145	0,188823	20/08/19
					PN	0,244359	0,207705	

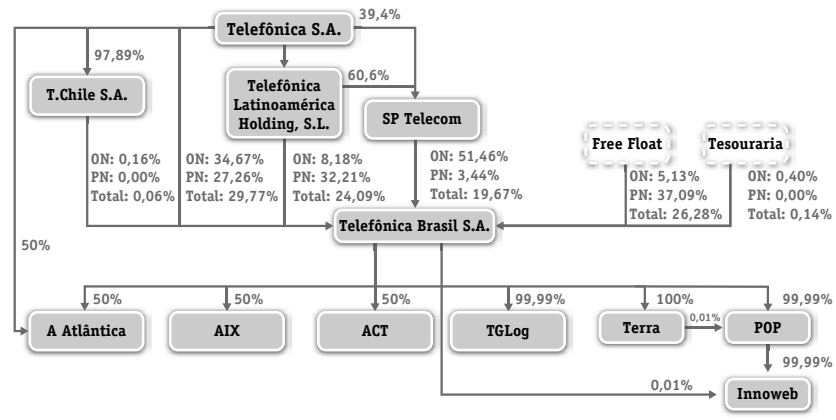
1) A Diretoria da Companhia deliberou que o pagamento de JSCP declarados e Dividendos propostos, ad referendum da Assembleia, se aprovados, ocorrerão nas datas listadas acima;

2) Dividendo proposto pela Administração para futura deliberação na Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 11 de abril de 2019.

9.2. Posição Acionária

31/12/18	Ordinárias	Preferenciais	Total
Grupo Controlador	540.033.264	704.207.855	1.244.241.119
	94,47%	62,91%	73,58%
Minoritários	29.320.789	415.131.868	444.452.657
	5,13%	37,09%	26,28%
Tesouraria	2.290.164	983	2.291.147
	0,40%	0,00%	0,14%
Número Total de Ações	**571.644.217**	**1.119.340.706**	**1.690.984.923**
Valor Patrimonial por Ação:	R$ 42,40		
Capital Subscrito/Integralizado:	R$ 63.571,4 milhões		

9.3. Estrutura Societária



10. Perspectivas

Uma retomada do crescimento econômico tende a contribuir para a recuperação do setor de telecomunicações. A busca por produtos e serviços diferenciados, entrega de qualidade e melhor experiência do cliente deverão nortear as tendências do setor. Além dos serviços tradicionais de telecomunicações, as operadoras deverão fortalecer seu posicionamento no mercado de serviços digitais e distribuir novos produtos e serviços, como Segurança, Cloud, IoT, Big Data e OTTs. Dentro desse contexto, a Telefônica Brasil está bem estruturada para manter sua liderança no mercado brasileiro de telecomunicações e continuar atendendo seus mais de 95 milhões de clientes. Relevância, Receita, Retorno, Responsabilidade e Motivação compõem os pilares estratégicos da Companhia e lhe permitirão evoluir como a melhor plataforma de conectividade e experiência do país.

continua

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
documento assinado digitalmente
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br quarta-feira, 20 de fevereiro de 2019 às 01:24:30.

continuação

Telefônica Brasil S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE: 35.3.0015881-4

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	Controladora 31.12.18	Controladora 31.12.17	Consolidado 31.12.18	Consolidado 31.12.17
Ativo circulante		**18.241.374**	**16.668.039**	**18.362.992**	**16.731.666**
Caixa e equivalentes de caixa	3	3.275.300	3.681.173	3.381.328	4.050.338
Contas a receber	4	8.246.991	8.413.403	8.304.382	8.588.466
Estoques	5	460.800	324.711	462.053	348.755
Despesas antecipadas	6	581.261	425.298	581.743	446.439
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	7	274.027	401.259	274.589	505.535
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	8	4.671.959	1.984.999	4.674.218	2.058.455
Depósitos e bloqueios judiciais	9	312.820	324.465	313.007	324.638
Dividendos e juros sobre o capital próprio	18	51.785	323.206	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	31	69.065	87.643	69.065	87.643
Outros ativos	10	297.366	701.882	302.607	321.397
Ativo não circulante		**84.192.902**	**85.495.114**	**84.198.326**	**84.651.169**
Realizável a longo prazo		**7.379.263**	**7.329.870**	**7.760.357**	**7.998.047**
Aplicações financeiras em garantia		76.717	81.472	76.934	81.486
Contas a receber	4	426.252	167.682	426.252	273.888
Despesas antecipadas	6	134.209	21.684	134.232	23.116
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	-	-	230.097	371.408
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	8	3.222.262	740.104	3.222.262	743.285
Depósitos e bloqueios judiciais	9	3.446.866	6.155.821	3.597.007	6.339.167
Instrumentos financeiros derivativos	31	26.468	76.762	26.468	76.762
Outros ativos	10	46.489	86.345	47.105	88.935
Investimentos	11	**484.108**	**1.949.276**	**101.657**	**98.902**
Imobilizado	12	**34.109.139**	**33.112.532**	**34.115.327**	**33.222.316**
Intangível	13	**42.220.392**	**43.103.436**	**42.220.985**	**43.331.904**
TOTAL DO ATIVO		**102.434.276**	**102.163.153**	**102.561.318**	**101.382.835**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora 31.12.18	Controladora 31.12.17	Consolidado 31.12.18	Consolidado 31.12.17
Passivo circulante		**17.164.957**	**18.819.861**	**17.160.820**	**17.862.531**
Pessoal, encargos e benefícios sociais	15	765.098	648.957	782.630	723.380
Fornecedores	16	7.746.133	8.560.844	7.642.782	7.447.100
Imposto de renda e contribuição social a recolher	7	-	-	12.009	4.479
Impostos, taxas e contribuições a recolher	17	1.739.516	1.669.741	1.797.965	1.726.836
Dividendos e juros sobre o capital próprio	18	4.172.916	2.396.116	4.172.916	2.396.116
Provisões e contingências	19	377.926	1.434.911	377.929	1.434.911
Empréstimos, financiamentos e debêntures	20	1.464.166	3.033.441	1.464.166	3.033.441
Receitas diferidas	21	525.509	370.493	525.509	372.561
Instrumentos financeiros derivativos	31	16.158	5.107	16.538	5.239
Outros passivos	22	357.535	700.251	368.376	718.468
Passivo não circulante		**13.662.292**	**13.881.934**	**13.793.471**	**14.058.946**
Pessoal, encargos e benefícios sociais	15	11.850	21.648	11.903	23.284
Impostos, taxas e contribuições a recolher	17	39.245	18.463	39.245	49.448
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	1.982.952	709.325	1.982.952	709.325
Provisões e contingências	19	5.754.207	6.566.056	5.881.396	6.709.839
Empréstimos, financiamentos e debêntures	20	4.675.271	5.428.400	4.675.271	5.428.400
Receitas diferidas	21	250.526	350.637	250.526	350.637
Instrumentos financeiros derivativos	31	22.845	15.412	22.845	15.412
Outros passivos	22	925.396	771.993	929.333	772.601
TOTAL DO PASSIVO		**30.827.249**	**32.701.795**	**30.954.291**	**31.921.477**
Patrimônio líquido		**71.607.027**	**69.461.358**	**71.607.027**	**69.461.358**
Capital social	23	63.571.416	63.571.416	63.571.416	63.571.416
Reservas de capital	23	1.213.532	1.213.522	1.213.532	1.213.522
Reservas de lucro	23	4.324.170	2.463.228	4.324.170	2.463.228
Outros resultados abrangentes acumulados	23	29.225	21.328	29.225	21.328
Dividendo adicional proposto	23	2.468.684	2.191.864	2.468.684	2.191.864
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**102.434.276**	**102.163.153**	**102.561.318**	**101.382.835**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Receita operacional líquida	24	**37.982.772**	**39.343.728**	**43.462.740**	**43.206.832**
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	25	(19.820.589)	(19.135.195)	(21.025.767)	(20.272.530)
Lucro bruto		**18.162.183**	**20.208.533**	**22.436.973**	**22.934.302**
Receitas (despesas) operacionais		**(11.034.036)**	**(15.301.695)**	**(12.980.789)**	**(16.302.065)**
Despesas com comercialização	25	(12.037.145)	(12.758.952)	(12.832.741)	(13.136.474)
Despesas gerais e administrativas	25	(2.508.829)	(2.334.905)	(2.598.970)	(2.443.105)
Outras receitas operacionais	26	4.757.154	782.932	4.077.003	464.182
Outras despesas operacionais	26	(1.245.216)	(990.770)	(1.626.081)	(1.186.668)
Lucro operacional		**7.128.147**	**4.906.838**	**9.456.184**	**6.632.237**
Receitas financeiras	27	3.991.108	1.675.172	4.112.640	1.755.958
Despesas financeiras	27	(2.254.244)	(2.636.113)	(2.285.487)	(2.659.002)
Resultado de equivalência patrimonial	11	1.576.831	1.303.484	(5.847)	1.580
Lucro antes dos tributos		**10.441.842**	**5.249.381**	**11.277.490**	**5.730.773**
Imposto de renda e contribuição social	7	(1.513.584)	(640.591)	(2.349.232)	(1.121.983)
Lucro líquido do exercício		**8.928.258**	**4.608.790**	**8.928.258**	**4.608.790**
Lucro básico e diluido por ação ordinária (em R$)	23	4,96	2,56		
Lucro básico e diluido por ação preferencial (em R$)	23	5,45	2,82		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Lucro líquido do exercício		**8.928.258**	**4.608.790**	**8.928.258**	**4.608.790**
Outros resultados abrangentes líquidos que podem ser reclassificados para resultado em exercícios subsequentes		**8.309**	**9.644**	**8.309**	**9.644**
Perdas com instrumentos financeiros derivativos	31	(2.450)	(2.417)	(2.450)	(2.417)
Tributos	7	832	822	832	822
Ajustes acumulados de conversão de operações em moeda estrangeira	11	9.927	11.239	9.927	11.239
Outros resultados abrangentes líquidos que não podem ser reclassificados para resultado em períodos subsequentes		**(60.220)**	**(107.471)**	**(63.151)**	**(113.588)**
Ganhos (perdas) não realizados em ativos financeiros a valor justo através de outros resultados abrangentes	11	(625)	338	(625)	338
Perdas atuariais e efeito da limitação de ativos dos planos *superavitários*	31	(90.617)	(163.174)	(93.491)	(171.296)
Tributos	7	31.022	55.365	30.965	57.370
Equivalência patrimonial no resultado abrangente das investidas	11	**(2.931)**	**(6.117)**	**-**	**-**
Outros resultados abrangentes		**(54.842)**	**(103.944)**	**(54.842)**	**(103.944)**
Total do resultado abrangente do exercício, líquidos dos tributos		**8.873.416**	**4.504.846**	**8.873.416**	**4.504.846**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Receitas	**56.206.482**	**55.205.339**	**61.135.271**	**58.937.750**
Venda de mercadorias e serviços	51.809.626	54.919.544	58.022.656	59.265.466
Outras receitas	5.712.392	1.690.880	4.646.275	1.153.299
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber	(1.315.536)	(1.405.085)	(1.533.660)	(1.481.015)
Insumos adquiridos de terceiros	**(18.671.456)**	**(18.696.568)**	**(20.184.164)**	**(19.942.270)**
Custo dos produtos, mercadorias e dos serviços vendidos	(10.084.028)	(9.316.305)	(11.337.753)	(10.412.308)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(8.695.085)	(9.499.989)	(8.956.215)	(9.648.698)
Perda/Recuperação de ativos	107.657	119.726	109.804	118.736
Valor adicionado bruto	**37.535.026**	**36.508.771**	**40.951.107**	**38.995.480**
Retenções	**(8.335.746)**	**(7.826.184)**	**(8.368.623)**	**(7.853.734)**
Depreciação e amortização	(8.335.746)	(7.826.184)	(8.368.623)	(7.853.734)
Valor adicionado líquido produzido	**29.199.280**	**28.682.587**	**32.582.484**	**31.141.746**
Valor adicionado recebido em transferência	**5.567.939**	**2.978.656**	**4.106.793**	**1.757.538**
Resultado de equivalência patrimonial	1.576.831	1.303.484	(5.847)	1.580
Receitas financeiras	3.991.108	1.675.172	4.112.640	1.755.958
Valor adicionado total a distribuir	**34.767.219**	**31.661.243**	**36.689.277**	**32.899.284**
Distribuição do valor adicionado	**34.767.219**	**31.661.243**	**36.689.277**	**32.899.284**
Pessoal, encargos e benefícios sociais	4.049.406	3.783.519	4.514.299	4.107.176
Remuneração direta	2.840.550	2.601.425	3.127.787	2.803.226
Benefícios	1.047.278	996.215	1.199.558	1.101.174
FGTS	161.578	185.879	186.954	202.776
Impostos, taxas e contribuições	16.525.666	17.824.012	17.930.880	18.702.536
Federal	6.092.251	4.902.666	7.367.085	5.748.082
Estadual	10.255.529	12.815.664	10.278.645	12.822.020
Municipal	177.886	105.682	285.150	132.434
Remuneração de capitais de terceiros	5.263.889	5.444.922	5.315.840	5.480.782
Juros	2.081.702	2.579.241	2.108.552	2.598.672
Aluguéis	3.182.187	2.865.681	3.207.288	2.882.110
Remuneração de capitais próprios	8.928.258	4.608.790	8.928.258	4.608.790
Juros sobre o capital próprio	4.550.000	2.416.639	4.550.000	2.416.639
Lucros retidos	4.378.258	2.192.151	4.378.258	2.192.151

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes dos tributos	**10.441.842**	**5.249.381**	**11.277.490**	**5.730.773**
Ajustes de:				
Depreciações e amortizações	8.335.746	7.826.184	8.368.623	7.853.734
Variações cambiais de empréstimos e instrumentos financeiros derivativos	29.453	60.237	30.664	57.832
Variações monetárias de ativos e passivos	801.946	536.891	801.912	543.852
Resultado de equivalência patrimonial	(1.576.831)	(1.303.484)	5.847	(1.580)
Ganhos na baixa / alienação de ativos	(64.307)	(74.619)	(63.881)	(74.337)
Perdas estimadas para a redução ao valor recuperável das contas a receber	1.315.536	1.405.085	1.533.660	1.481.015
Mudanças em provisões passivas	(136.472)	(58.423)	(80.333)	(93.479)
Baixas e reversões de perdas estimadas para a redução ao valor realizável dos estoques	(42.650)	(45.109)	(45.223)	(45.089)
Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego	51.269	30.877	52.885	31.511
Provisões para demandas tributárias, trabalhistas, cíveis e regulatórias	1.084.501	990.770	1.098.251	999.419
Despesas de juros	498.249	926.220	497.797	926.220
Outros	(13.858)	(11.355)	(14.089)	(8.737)
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber	(410.353)	(1.502.948)	(1.603.002)	(1.274.181)
Estoques	(66.146)	88.549	(68.127)	106.393
Tributos a recuperar	(5.971.365)	(338.754)	(5.849.648)	(330.398)
Despesas antecipadas	43.208	25.118	41.166	11.051
Outros ativos	1.379.923	(244.434)	(20.225)	82.109
Pessoal, encargos e benefícios sociais	35.179	(87.209)	47.870	(42.830)
Fornecedores	(930.465)	1.217.264	1.056.817	121.577
Impostos, taxas e contribuições	233.134	220.381	223.059	180.915
Provisões para demandas tributárias, trabalhistas, cíveis e regulatórias	(3.914.125)	(1.574.873)	(3.928.925)	(1.592.860)
Outros passivos	(541.722)	(503.438)	(249.571)	(472.771)
	139.850	**7.582.930**	**1.835.527**	**8.459.366**
Caixa gerado nas operações	**10.581.692**	**12.832.311**	**13.113.017**	**14.190.139**
Juros pagos	(494.931)	(859.586)	(494.931)	(859.586)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(11.842)	-	(676.659)	(689.493)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**10.074.919**	**11.972.725**	**11.941.427**	**12.641.060**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisições de imobilizado e intangível	(8.230.959)	(8.195.876)	(8.517.458)	(8.367.660)
Caixa recebido na venda de ativo imobilizado	8.671	19.355	9.053	20.672
Aquisição de sociedade	-	-	-	(250.000)
Caixa recebido na venda de investimentos	20	-	10	31.804
Resgate (aplicações) de depósitos judiciais	2.826.966	85.179	2.832.062	83.500
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	1.705.337	384.588	-	-
Caixa e equivalentes de caixa por aquisição / incorporação	142.817	-	-	43.351
Outros	-	111	-	111
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(3.547.148)**	**(7.706.643)**	**(5.676.333)**	**(8.438.222)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures	(2.893.219)	(4.485.495)	(2.893.219)	(4.485.495)
Captações de empréstimos, financiamentos e debêntures	-	3.055.876	-	3.055.876
Recebimento dos instrumentos financeiros derivativos	178.666	104.214	181.117	107.846
Pagamento dos instrumentos financeiros derivativos	(82.213)	(266.548)	(85.124)	(267.254)
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(4.136.878)	(3.668.551)	(4.136.878)	(3.668.551)
Ações em tesouraria	-	(32)	-	(32)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(6.933.644)**	**(5.260.536)**	**(6.934.104)**	**(5.257.610)**
Redução no caixa e equivalentes de caixa, líquidos	**(405.873)**	**(994.454)**	**(669.010)**	**(1.054.772)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**3.681.173**	**4.675.627**	**4.050.338**	**5.105.110**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**3.275.300**	**3.681.173**	**3.381.328**	**4.050.338**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
documento assinado digitalmente
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br quarta-feira, 20 de fevereiro de 2019 às 01:24:30.

continuação

Telefônica Brasil S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE: 35.3.0015881-4

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

		Reservas de capital			Reservas de lucro						
	Capital social	Reserva especial de ágio	Outras reservas de capital	Ações em tesouraria	Reserva legal	Incentivos fiscais	Reserva para expansão e modernização	Lucros acumulados	Dividendo adicional proposto	Outros resultados abrangentes acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**63.571.416**	**63.074**	**1.297.297**	**(87.790)**	**1.907.905**	**17.069**	**550.000**	**-**	**1.913.987**	**11.461**	**69.244.419**
Dividendo adicional proposto do exercício de 2016	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.913.987)	-	(1.913.987)
Juros sobre o capital próprio e dividendos prescritos	-	-	-	-	-	-	-	101.778	-	-	101.778
Aquisição de ações preferenciais próprias no mercado financeiro	-	-	-	(32)	-	-	-	-	-	-	(32)
Ações preferenciais entregues referente ao processo judicial de plano de expansão	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	2
Transferência de incentivos fiscais - Ajuste DIPJ	-	-	-	-	-	10.815	-	(10.815)	-	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	(113.811)	-	9.867	(103.944)
Transações de capital (nota 1.c.2)	-	-	(59.029)	-	-	-	-	-	-	-	(59.029)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	4.608.790	-	-	4.608.790
Destinação do lucro:											
Reserva legal	-	-	-	-	230.439	-	-	(230.439)	-	-	-
Juros sobre o capital próprio intermediários	-	-	-	-	-	-	-	(2.416.639)	-	-	(2.416.639)
Reversão da retenção de lucros para expansão e modernização	-	-	-	-	-	-	(550.000)	550.000	-	-	-
Retenção de lucros para expansão e modernização	-	-	-	-	-	-	297.000	(297.000)	-	-	-
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	-	-	(2.191.864)	2.191.864	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**63.571.416**	**63.074**	**1.238.268**	**(87.820)**	**2.138.344**	**27.884**	**297.000**	**-**	**2.191.864**	**21.328**	**69.461.358**
Efeitos das adoções do CPC 47 e CPC 48, líquidos de tributos em 01.01.18	-	-	-	-	-	-	-	(138.663)	-	-	(138.663)
Dividendo adicional proposto do exercício de 2017	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.191.864)	-	(2.191.864)
Juros sobre o capital próprio e dividendos prescritos	-	-	-	-	-	-	-	152.770	-	-	152.770
Transferência de incentivos fiscais - Ajuste DIPJ	-	-	-	-	-	11.529	-	(11.529)	-	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	(62.739)	-	7.897	(54.842)
Transações de capital em controladas	-	-	10	-	-	-	-	-	-	-	10
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	8.928.258	-	-	8.928.258
Destinação do lucro:											
Reserva legal	-	-	-	-	446.413	-	-	(446.413)	-	-	-
Juros sobre o capital próprio intermediários	-	-	-	-	-	-	-	(4.550.000)	-	-	(4.550.000)
Reversão da retenção de lucros para expansão e modernização	-	-	-	-	-	-	(297.000)	297.000	-	-	-
Retenção de lucros para expansão e modernização	-	-	-	-	-	-	1.700.000	(1.700.000)	-	-	-
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	-	-	(2.468.684)	2.468.684	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**63.571.416**	**63.074**	**1.238.278**	**(87.820)**	**2.584.757**	**39.413**	**1.700.000**	**-**	**2.468.684**	**29.225**	**71.607.027**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. A COMPANHIA E SUAS OPERAÇÕES

a) Informações gerais

A Telefônica Brasil S.A. ("Companhia" ou "Telefônica Brasil"), é uma sociedade por ações de capital aberto, tendo como objeto social a exploração de serviços de telecomunicações; desenvolvimento das atividades necessárias ou úteis à execução desses serviços, em conformidade com as concessões, autorizações e permissões que lhes foram outorgadas; exploração de serviços de valor adicionado; exploração de soluções integradas, gestão e prestação de serviços relacionados a: (i) *data center*, incluindo hospedagem e *colocation*; (ii) armazenamento, processamento e gerenciamento de dados, informações, textos, imagens, vídeos, aplicativos e sistemas de informações e congêneres; (iii) tecnologia da informação; (iv) segurança da informação e da comunicação; (v) telecomunicações; e (vi) sistemas de segurança eletrônica; licenciamento e sublicenciamento de *softwares* de qualquer natureza, entre outros.

A Companhia tem sua sede à Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 1376, na capital do Estado de São Paulo, Brasil e pertence ao Grupo Telefónica ("Grupo"), com sede na Espanha e presente em diversos países da Europa e América Latina.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Telefónica S.A. ("Telefónica"), empresa *holding* do Grupo, possuía uma participação total direta e indireta no capital social da Companhia de 73,58% (nota 23).

A Companhia é registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") como Companhia Aberta na categoria A (emissores autorizados a negociar quaisquer valores mobiliários) e tem suas ações negociadas na B3 (companhia resultante da combinação de atividades entre a BM&FBovespa e CETIP - Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos). É também registrada na *Securities and Exchange Commission* ("SEC"), dos Estados Unidos da América, sendo suas *American Depositary Shares* ("ADSs") classificadas no nível II, lastreadas apenas em ações preferenciais e negociadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque ("*New York Stock Exchange*" - "NYSE").

b) Operações

A Companhia atua na prestação de: (i) Serviço Telefônico Fixo Comutado ("STFC"); (ii) Serviço de Comunicação Multimídia ("SCM" - comunicação de dados, inclusive *internet* em banda larga); (iii) Serviço Móvel Pessoal ("SMP"); e (iv) Serviço de Acesso Condicionado ("SEAC" - TV por assinatura) em todo o território brasileiro, através de concessões e autorizações, conforme estabelecido no Plano Geral de Outorgas ("PGO").

As concessões e autorizações são outorgadas pela Agência Nacional de Telecomunicações ("ANATEL"), órgão responsável pela regulação do setor de telecomunicações no Brasil, nos termos da Lei Geral das Telecomunicações ("LGT"), Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, que foi alterada pelas leis nº 9.986, de 18 de julho de 2000 e nº 12.485, de 12 de setembro de 2011. Sua atuação ocorre através da edição de regulamentos e planos complementares.

De acordo com o contrato de concessão do STFC, a cada biênio, durante os 20 anos do contrato, tendo validade até 31 de dezembro de 2025, a Companhia deverá pagar ônus equivalente a 2% da receita do STFC do ano anterior ao pagamento, líquida de impostos e contribuições sociais incidentes (nota 22).

De acordo com os termos de autorização de uso de radiofrequências associadas ao SMP, a cada biênio, após a primeira renovação, a Companhia deverá pagar ônus equivalente a 2% da receita do SMP do ano anterior ao do pagamento, líquida de impostos e contribuições sociais incidentes (nota 22), sendo que no 15º ano a Companhia deverá pagar 1% de sua receita no ano anterior. No cálculo será considerada a receita líquida decorrente da aplicação dos Planos de Serviços Básicos e Alternativos. Estes contratos são renováveis, uma única vez, pelo prazo de 15 anos.

Os termos de autorização ("TA") da Companhia para exploração do SMP, conforme o Plano Geral de Autorização do SMP ("PGA"), são: (i) Região I - TA n° 078/2012/PVCP/SPV-ANATEL; (ii) Região II - TA n° 005/2010/PVCP/SPV-ANATEL; e (iii) Região III - TA n° 006/2010/PVCP/SPV-ANATEL.

Os termos de autorização para uso das faixas de radiofrequências são outorgados em função dos resultados obtidos nos respectivos leilões de faixas de radiofrequências, realizados pela ANATEL.

A seguir, apresentamos um resumo das autorizações para uso de faixas de radiofrequência, outorgadas para a Companhia, conforme os termos de autorização para exploração do serviço em cada região.

Radiofrequência	Banda (MHz)	Vencimento das autorizações
450 MHz	14	2027
700 MHz	20	2029
800 MHz	25	2020-2028
900 MHz	5	2020-2023
1800 MHz	20-50	2020-2023
2100 MHz	20-30	2023
2500 MHz	40-60	2027-2031

c) Eventos societários ocorridos em 2018 e 2017

c.1) Reestruturação societária - 2018

Em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") realizada em 30 de novembro de 2018, foi aprovada a reestruturação societária, com a incorporação da controlada integral Telefônica Data S.A. ("TData") pela Companhia, com efeitos operacionais a partir de 1º de dezembro de 2018.

A TData era controlada integral da Companhia, com sede no Brasil, tinha como objeto a prestação de serviços, incluindo, a disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdo de áudio, vídeo, imagem e texto, aplicativos e congêneres, a exploração de soluções integradas e a prestação de serviços de valor adicionado.

A TData era a controladora da Telefônica Transportes e Logística Ltda. ("TGLog"), que explora a atividade de logística; a administração e exploração de armazéns gerais e aduaneiros em todo território nacional, entre outras atividades de logística e da Terra Networks Brasil S.A. ("Terra Networks"), que presta de serviços digitais (serviços de valor adicionado ("SVA") próprios e de terceiros e *carrier billing*, bem como canais mobile para vendas e relacionamento) e publicidade, ambas sociedades com sede no Brasil.

A incorporação da TData teve como objetivo a padronização da prestação dos serviços, a simplificação da estrutura organizacional e societária atual do Grupo, bem como auxílio na integração dos negócios da Companhia com a TData.

A TData foi avaliada nos termos do disposto no artigo 227 da Lei nº 6.404/76, com base nos respectivos valores contábeis, na data base de 30 de setembro de 2018. As variações patrimoniais ocorridas na TData entre a data base e a efetivação da incorporação foram absorvidas pela Companhia.

A incorporação sujeitou-se a condições usualmente aplicáveis a este tipo de transação, tendo sido precedida de uma auditoria legal e financeira em relação à TData e avaliação por empresa independente.

Dado que a incorporação da TData pela Companhia não acarretou aumento de capital ou alteração nas participações dos acionistas da Companhia, uma vez que a TData era controlada integral da Companhia, não há que se falar em relação de substituição de ações dos acionistas da TData por ações da Companhia, também não havendo, por consequência, interesses de acionistas minoritários a serem tutelados e, portanto, segundo entendimento da CVM em casos precedentes semelhantes e nos termos do disposto na Deliberação CVM nº 559/08, também não se aplica o disposto no artigo 264 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada.

Nos termos do disposto no artigo 137 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada, a Reestruturação Societária não confere aos acionistas da Companhia o direito de recesso. Ainda, considerando que não há acionistas minoritários da TData, em razão de ser esta controlada integral da Companhia, não há que se falar em direito de dissidência e exercício de direito de recesso de acionistas não controladores da TData de que tratam os artigos 136, inciso iv e 137 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada.

Método de contabilização

Considerando que as combinações de negócios entre entidades sob controle comum ainda não foram abordadas especificamente pelas normas contábeis locais (Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC) e internacionais (*International Financial Reporting Standards* - IFRS), uma entidade é obrigada a aplicar a hierarquia prevista nos parágrafos 10-12 do Pronunciamento CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (equivalente ao IAS 8) para escolher a política contábil a ser adotada.

Uma entidade pode, portanto, escolher contabilizar as combinações entre as entidades sob controle comum, utilizando o método de aquisição (*"Acquisition Method"*) com base no CPC 15 (R1)/IFRS 3 (R) ou pelo valor contábil dos ativos líquidos adquiridos (*"Pooling of Interests"* ou *"Predecessor Value Method"*), com a orientação fornecida por outros organismos normativos contábeis com uma Estrutura Conceitual similar aos CPCs ou IFRSs.

Esta incorporação que, conforme descrito anteriormente, envolve sociedades sob controle comum, foi contabilizada pelo valor contábil dos ativos líquidos adquiridos (*"Predecessor Value Method"*), por não terem sido atendidos determinados requisitos para a utilização do método de aquisição previsto no CPC 15 (R1)/IFRS 3 (R).

Com a incorporação e extinção da TData, a partir de 1º de dezembro de 2018, a Companhia passou a ser a controladora direta da Terra Networks e TGlog.

A seguir, apresentamos a composição do valor contábil dos ativos líquidos identificáveis adquiridos no montante de R$1.880.374, na data base de 30 de novembro de 2018.

Ativo circulante	**2.329.578**	**Passivo circulante**	**1.237.207**
Caixa e equivalentes de caixa	142.817	Pessoal, encargos e benefícios sociais	70.138
Contas a receber	997.680	Fornecedores	773.066
Estoques	27.293	Imposto de renda e contribuição social a recolher	40.593
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	68	Impostos, taxas e contribuições a recolher	65.155
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	7.648	Receitas diferidas	5.619
Depósitos e bloqueios judiciais	261	Obrigações com empresas do grupo	271.814
Despesas antecipadas	20.359	Outros passivos	10.822
Dividendos e juros sobre o capital próprio	118.628		
Créditos com empresas do grupo	1.002.422	**Passivo não circulante**	**59.202**
Outros ativos	12.402	Pessoal, encargos e benefícios sociais	1.024
		Impostos, taxas e contribuições a recolher	21.475
Ativo não circulante	**847.205**	Provisões	27.366
Contas a receber	168.393	Obrigações com empresas do grupo	11
Imposto de renda e contribuição social diferidos	142.660	Outros passivos	9.326
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	1.661		
Depósitos e bloqueios judiciais	35.203	**Valor contábil dos passivos assumidos**	**1.296.409**
Despesas antecipadas	3.750		
Créditos com empresas do grupo	7	**Valor contábil dos ativos líquidos identificáveis adquiridos**	**1.880.374**
Outros ativos	118		
Investimentos	382.315		
Imobilizado	95.047		
Intangível	18.051		
Valor contábil dos ativos adquiridos	**3.176.783**	**Total do passivo e patrimônio líquido**	**3.176.783**

Outras informações

O valor contábil líquido das contas a receber de serviços prestados pela TData na data da incorporação totalizava R$1.166.073, o qual não diferia do valor bruto de R$1.459.639, líquido de perdas estimadas para redução ao valor recuperável no valor de R$293.566.

c.2) Aquisição de sociedade por controlada integral - 2017

Em 3 de julho de 2017, a controlada integral da Companhia, TData, adquiriu a totalidade das ações representativas do capital social da Terra Networks, pertencentes à SP Telecomunicações Participações Ltda. ("SPTE"), acionista controladora da Companhia.

O preço total pago pela aquisição da totalidade das ações de emissão da Terra Networks, foi de R$250.000, em parcela única, sem necessidade de qualquer financiamento, utilizando apenas o caixa disponível da TData. O referido valor foi calculado com base no valor econômico da Terra Networks, segundo o critério de fluxo de caixa descontado, com data base de 30 de abril de 2017, baseado em laudo de avaliação contratado pela Diretoria da TData.

A aquisição sujeitou-se a condições usualmente aplicáveis a este tipo de transação, tendo sido precedida de uma auditoria legal e financeira em relação à Terra Networks e avaliação por empresa independente.

A aquisição não se sujeitou à obtenção de quaisquer autorizações regulatórias ou aprovações por órgãos da Companhia e da forma como foi estruturada não altera a estrutura acionária da Companhia nem causa qualquer diluição aos seus acionistas, gerando valor a estes através de aceleração no crescimento de serviços digitais e aumento da eficiência operacional.

A aquisição teve como objetivo possibilitar uma ampliação e integração da oferta comercial de serviços digitais que podem agregar valor imediato à carteira de clientes da TData e da Companhia, bem como gerar oferta de serviços da TData para a base de clientes e assinantes dos serviços da Terra Networks e, graças à abrangência nacional de atuação e expertise da Terra Networks, gerar alavancagem do negócio de publicidade da TData. Além disso, dado que a Companhia possui competências para a criação de novos produtos digitais de mídia para mobile e publicidade e a Terra Networks possui *know how* de venda, atendimento e operações de serviços digitais para clientes específicos, a aquisição pela TData também facilitará a sinergia entre as sociedades envolvidas, além de maximizar a unificação das condições comerciais mantidas com fornecedores.

Método de contabilização

Considerando que as combinações de negócios entre entidades sob controle comum ainda não foram abordadas especificamente pelas normas contábeis locais (Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC) e internacionais (*International Financial Reporting Standards* - IFRS), uma entidade é obrigada a aplicar a hierarquia prevista nos parágrafos 10-12 do Pronunciamento CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (equivalente ao IAS 8) para escolher a política contábil a ser adotada.

Uma entidade pode, portanto, escolher contabilizar as combinações entre as entidades sob controle comum, utilizando o método de aquisição (*"Acquisition Method"*) com base no CPC 15 (R1)/IFRS 3 (R) ou pelo valor contábil dos ativos líquidos adquiridos (*"Pooling of Interests"* ou *"Predecessor Value Method"*), com a orientação fornecida por outros organismos normativos contábeis com uma Estrutura Conceitual similar aos CPCs ou IFRSs.

continua

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
documento assinado digitalmente
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br quarta-feira, 20 de fevereiro de 2019 às 01:24:30.

continuação

Telefônica Brasil S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE: 35.3.0015881-4

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Esta aquisição que, conforme descrito anteriormente, envolve sociedades sob controle comum, foi contabilizada pelo valor contábil dos ativos líquidos adquiridos (*"Predecessor Value Method"*), por não terem sido atendidos determinados requisitos para a utilização do método de aquisição previsto no CPC 15 (R1)/IFRS 3 (R). Consequentemente, a diferença entre a contraprestação dada em troca da participação societária obtida e o valor dos ativos líquidos adquiridos foi registrada no patrimônio líquido da TData.

Com a conclusão da aquisição, a partir de 3 de julho de 2017, a Terra Networks passou a ser controlada direta da TData e indireta da Companhia.

A seguir, apresentamos a composição do valor contábil dos ativos líquidos identificáveis adquiridos no montante de R$190.971, na data base de 30 de junho de 2017.

Ativo circulante	**163.579**	**Passivo circulante**	**86.892**
Caixa e equivalentes de caixa	43.351	Pessoal, encargos e benefícios sociais	17.327
Contas a receber	61.276	Fornecedores	51.198
Instrumentos financeiros derivativos	404	Impostos, taxas e contribuições	14.643
Tributos a recuperar	22.658	Instrumentos financeiros derivativos	16
Outros ativos	35.890	Outros passivos	3.708
Ativo não circulante	**228.575**	**Passivo não circulante**	**114.291**
Tributos diferidos	117.885	Pessoal, encargos e benefícios sociais	508
Depósitos e bloqueios judiciais	102.373	Impostos, taxas e contribuições	229
Outros ativos	740	Provisões	112.874
Imobilizado	7.047	Outros passivos	680
Intangível	530		
		Valor contábil dos passivos assumidos	**201.183**
		Valor contábil dos ativos líquidos identificáveis adquiridos	**190.971**
		Contraprestação dada pela aquisição	**250.000**
Valor contábil dos ativos adquiridos	**392.154**	**Ajuste nos patrimônios líquidos na TData e Companhia**	**59.029**

Provisão para riscos prováveis e passivo contingente

O contrato de venda e compra contém termos e disposições comuns a esse tipo de transação, incluindo indenização de determinados passivos, contingentes ou materializados, decorrentes de atos praticados ou fatos ocorridos até a data da aquisição, reduzidos os valores já provisionados das respectivas contingências, os quais foram considerados no preço de aquisição.

Na data da aquisição, a Terra Networks estava envolvida em processos administrativos e judiciais relacionados a questões tributárias, cíveis e trabalhistas, cujos desfechos desfavoráveis são considerados prováveis e possíveis, conforme o caso.

Outras informações

O valor contábil líquido das contas a receber de serviços prestados pela Terra Networks na data da aquisição totalizava R$61.276, o qual não diferia do valor bruto de R$69.995, líquido de perdas estimadas para redução ao valor recuperável no valor de R$8.719.

Desde a data de aquisição até a conclusão das demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2017, a Terra Networks contribuiu com R$155.224 da receita operacional líquida consolidada e R$179.615 do lucro líquido consolidado para a Companhia, principalmente pelo reconhecimento de R$125.191 de imposto de renda sobre prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social (nota 7).

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais (Controladora) e consolidadas (Consolidado) foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as deliberações emitidas pela CVM e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas e procedimentos do *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

b) Bases de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo.

As Demonstrações dos Fluxos de Caixa foram preparadas conforme pronunciamento técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e reflete as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados utilizando-se o método indireto.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando for provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são classificados e demonstrados como não circulantes. A única exceção refere-se aos saldos dos tributos diferidos ativos e passivos, que são classificados e demonstrados integralmente como não circulantes.

As normas contábeis adotadas no Brasil requerem a apresentação da Demonstração do Valor Adicionado ("DVA"), individual e consolidada, enquanto que as normas IFRS não requerem sua apresentação. A DVA foi preparada seguindo o pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado e está sendo apresentada como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto destas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram aprovadas pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 15 de fevereiro de 2019.

Para a comparabilidade das demonstrações financeiras individuais entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, deve-se levar em consideração os efeitos da aquisição da Terra Networks pela TData ocorrida em 3 de julho de 2017 e da incorporação da TData pela Companhia em 30 de novembro de 2018 (nota 1.c).

c) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 são apresentadas em milhares de reais (exceto quando mencionado de outra forma).

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia é o Real. As transações em moeda estrangeira são convertidas para o Real da seguinte forma: (i) os ativos, passivos e patrimônio líquido (exceto o capital social e reservas de capital) são convertidos pela taxa de câmbio de fechamento na data do balanço; (ii) as despesas e receitas são convertidas pela taxa média de câmbio, exceto para operações específicas que são convertidas pela taxa da data da transação; e (iii) o capital social e reservas de capital são convertidos pela taxa da data da transação.

Os ganhos e perdas resultantes da conversão de investimentos no exterior são reconhecidos na demonstração dos resultados abrangentes. Os ganhos e perdas resultantes da conversão de ativos e passivos monetários verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios (exceto da conversão de investimentos no exterior) são reconhecidos na demonstração do resultado.

d) Bases de consolidação

A Companhia detém participações societárias diretas em controladas e de controle em conjunto. A seguir, apresentamos as principais informações das investidas da Companhia.

		Participação			
Investidas	**Tipo de investimento**	**31.12.18**	**31.12.17**	**País (Sede)**	**Atividade principal**
Telefônica Data S.A. ("TData")	Controlada	-	100,00%	Brasil	Telecomunicações
Terra Networks Brasil S.A. ("Terra Networks")	Controlada	100,00%	-	Brasil	Telecomunicações
Telefônica Transportes e Logística Ltda. ("TGLog")	Controlada	99,99%	-	Brasil	Transportes e logística
POP Internet Ltda ("POP")	Controlada	99,99%	99,99%	Brasil	*Internet*
Aliança Atlântica Holding B.V. ("Aliança")	Controlada em conjunto	50,00%	50,00%	Holanda	Holding, atuando no setor de telecomunicações
Companhia AIX de Participações ("AIX")	Controlada em conjunto	50,00%	50,00%	Brasil	Exploração de redes subterrâneas de telecomunicações
Companhia ACT de Participações ("ACT")	Controlada em conjunto	50,00%	50,00%	Brasil	Assessoria técnica em redes de telecomunicações

TData: Controlada integral e direta da Companhia até 30 de novembro de 2018, com sede no Brasil, tinha como objeto a prestação de diversos serviços, incluindo, a disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdo de áudio, vídeo, imagem e texto, aplicativos e congêneres, a exploração de soluções integradas e a prestação de serviços de valor adicionado. Em 1º de dezembro de 2018, a TData foi incorporada pela Companhia (nota 1 c.1).

Terra Networks: Controlada integral e direta da Companhia a partir de 1º de dezembro de 2018 (nota 1 c.1), com sede no Brasil, tem como objeto a prestação de serviços digitais (serviços de valor adicionado ("SVA") próprios e de terceiros e *carrier billing*, bem como canais mobile para vendas e relacionamento) e publicidade.

TGLog: Controlada direta da Companhia a partir de 1º de dezembro de 2018 (nota 1 c.1), com sede no Brasil, tem como objeto a prestação de atividades de logística; a administração e exploração de armazéns gerais e aduaneiros em todo território nacional, entre outras atividades de logística.

POP: Controlada direta da Companhia com sede no Brasil, tem como objeto o desenvolvimento de atividades relacionadas a informática, *internet* e quaisquer outras redes; a prestação de serviços de hospedagem e a exploração comercial de *websites* e portais; a manipulação, a disponibilização e a armazenagem de informações e dados; o comércio de *software*, *hardware*, equipamentos de telecomunicação e eletroeletrônicos; o desenvolvimento, o licenciamento e a manutenção de sistemas e rotinas de informação; o desenvolvimento de comércio eletrônico; a criação e a administração de bancos de dados próprios e/ou de terceiros; a comercialização e veiculação de publicidades, propagandas e *banners*; e a participação em outras sociedades como quotista ou acionista, podendo ainda celebrar consórcios e/ou outras formas de associação.

A POP é a controladora direta da Innoweb Ltda ("Innoweb") com sede no Brasil, tem como objeto atuar como provedor de *internet*; desenvolver atividades de informação; desenvolver toda forma de atividades de telecomunicações, inclusive a transmissão de voz, dados e informações; comercializar equipamentos e/ou acessórios de telecomunicações e eletroeletrônicos; e a participação em outras sociedades como quotista ou acionista, podendo ainda celebrar consórcios e/ou outras formas de associação.

Aliança: Empresa com controle em conjunto com sede em Amsterdã (Holanda), com participação de 50% da Companhia, tem como objeto a aquisição, gestão de subsidiárias e participações no setor de telecomunicações.

AIX: Empresa com controle em conjunto com sede no Brasil, com participação de 50% da Companhia, tem como objeto a participação no Consórcio Refibra, bem como atividades relacionadas à exploração, direta e indireta, de atividades relacionadas à execução, conclusão e exploração de redes subterrâneas de dutos para fibras ópticas.

ACT: Empresa com controle em conjunto com sede no Brasil, com participação de 50% da Companhia, tem como objeto a participação no Consórcio Refibra, bem como atividades relacionadas à prestação de serviço de assessoria técnica para a elaboração dos projetos de conclusão de redes, efetuando os estudos necessários para torná-la economicamente viável, bem como fiscalizar o andamento das atividades vinculadas ao Consórcio.

As participações societárias em sociedades controladas ou de controle conjunto estão avaliadas pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais. Nas demonstrações financeiras consolidadas o investimento e todos os saldos de ativos e passivos, receitas e despesas decorrentes de transações e participação do patrimônio líquido nas controladas integrais são eliminados integralmente. Os investimentos em sociedades de controle conjunto são mantidos pela equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras consolidadas.

e) Informações por segmentos

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na definição sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. Tendo em vista que: (i) todas as decisões dos administradores e gestores são tomadas com base em relatórios consolidados; (ii) a missão da Companhia e suas controladas é prover seus clientes de serviços de telecomunicações com qualidade; e (iii) todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas, a conclusão da Administração é de que a Companhia e suas controladas operam em um único segmento operacional de prestação de serviços de telecomunicações.

f) Principais políticas contábeis

As políticas contábeis significativas e relevantes para a compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia, foram incluídas nas respectivas notas explicativas a que se referem.

As políticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 são consistentes com as utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, exceto pelas mudanças exigidas pelos novos pronunciamentos, interpretações e alterações, aprovados pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme segue:

Normas e Emendas a Normas	
IFRS 9	Instrumentos Financeiros
IFRS 15	Receita de Contratos com Clientes
Esclarecimentos à IFRS 15	Receita de Contratos com Clientes, emitida em 12 de abril de 2016
Alterações na IFRS 2	Classificação e Mensuração de Pagamentos Baseados em Ações
Melhorias anuais nas IFRS	Ciclo 2014-2016

A adoção de parte dessas normas, alterações e interpretações não tiveram um impacto significativo na posição financeira da Companhia e suas controladas no período de aplicação inicial. No entanto, para a IFRS 9 e IFRS 15, houve um impacto significativo na posição financeira consolidada no momento da sua adoção e prospectivamente.

IFRS 9 - Instrumentos financeiros

A IFRS 9 simplificou o modelo de mensuração atual para ativos financeiros e estabeleceu três categorias de mensuração: (i) a custo amortizado; (ii) a valor justo por meio do resultado ("VJR"); e (iii) a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA"), dependendo do modelo de negócios e as características dos fluxos de caixa contratuais. No que diz respeito ao reconhecimento e mensuração de passivos financeiros, não houve mudanças significativas em relação aos critérios atuais, exceto pelo reconhecimento de mudanças no risco de crédito próprio em outros resultados abrangentes para aqueles passivos designados ao valor justo por meio do resultado.

A IFRS 9 introduziu o modelo de perda de crédito esperado como novo modelo de perda por redução ao valor recuperável em ativos financeiros. Esse novo modelo exige que as perdas de crédito esperadas sejam registradas a partir do reconhecimento inicial do ativo financeiro. A Companhia aplicou a abordagem simplificada e registrou perdas esperadas durante toda a vida em todos os créditos comerciais. Consequentemente, a aplicação dos novos requisitos ocasionou uma aceleração no reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável em seus ativos financeiros, principalmente nas contas a receber de clientes.

Adicionalmente, a nova norma introduziu um modelo contábil novo e menos restritivo de *hedge*, exigindo uma relação econômica entre o item coberto e o instrumento de *hedge* e que o índice de cobertura seja o mesmo que aplicado pela entidade para a gestão de risco, além de modificar os critérios de documentação de relacionamentos de *hedge*.

As principais mudanças estão relacionadas com a documentação de políticas e estratégias de *hedge*, bem como a estimativa e o cronograma de reconhecimento de perdas esperadas em recebíveis de clientes. A Companhia decidiu aplicar a opção que permite não reapresentar os períodos comparativos a serem apresentados no ano da adoção inicial.

A partir da análise realizada nas transações do exercício de 2017, a Companhia reconheceu, em 1º de janeiro de 2018, uma redução dos lucros acumulados em R$364 milhões, antes dos tributos diferidos, decorrente do aumento dos saldos de abertura da provisão por inadimplência de recebíveis de clientes.

Além dos efeitos na provisão por inadimplência de recebíveis de clientes mencionados acima, a adoção da IFRS 9 teve impacto na classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros, conforme segue:

	Classificação por categoria	
	Classificação de acordo com o IAS 39	**Classificação de acordo com a IFRS 9**
Ativos Financeiros		
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Instrumentos financeiros derivativos	*Hedge (econômico)*	Mensurado a valor justo através do resultado abrangente
Passivos Financeiros		
Instrumentos financeiros derivativos	*Hedge (econômico)*	Mensurado a valor justo através do resultado abrangente

As informações completas dos ativos e passivos financeiros da Companhia estão divulgadas na nota 31.

IFRS 15 - Receitas de contratos com clientes

A IFRS 15 estabelece uma estrutura global para determinar quando reconhecer a receita de atividades ordinárias e por qual montante. O princípio básico é que uma entidade deve reconhecer receitas de atividades ordinárias de uma maneira que represente a transferência de bens ou serviços comprometidos com o cliente em troca de um montante que reflita a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca de tais ativos ou serviços.

Com a adoção da IFRS 15, as receitas totais dos pacotes que combinam vários produtos ou serviços de rede fixa, móvel, dados, *internet* ou televisão, passaram a serem alocadas a cada obrigação de desempenho com base em seus preços de venda independentes em relação à contraprestação total do pacote, sendo reconhecida quando (ou assim que) a obrigação for satisfeita, independentemente de haver itens não entregues. Consequentemente, quando os pacotes incluem um desconto no equipamento, há um aumento das receitas reconhecidas pela venda de celulares e outros equipamentos, em detrimento da receita do serviço em curso ao longo de períodos subsequentes. Na medida em que os pacotes são comercializados com desconto, a diferença entre a receita da venda de equipamentos e a contraprestação recebida do cliente antecipadamente é reconhecida como um ativo contratual na demonstração da posição financeira.

Todos os custos incrementais relacionados com a obtenção de um contrato (comissões de vendas e outros custos de aquisição de terceiros) são contabilizados como despesas antecipadas e amortizados no mesmo período que a receita associada a este ativo. Da mesma forma, certos custos de cumprimento do contrato, também são diferidos na medida em que eles se relacionem com obrigações de desempenho que estão satisfeitas ao longo do tempo.

A receita de venda de celulares e outros equipamentos a *dealers* é contabilizada no momento de sua entrega e não no momento de sua venda ao cliente final, por não existir qualquer obrigação de desempenho após a entrega aos *dealers*.

Certas modificações dos contratos foram contabilizadas como alterações retrospectivas (ou seja, como continuação do contrato original), enquanto outras modificações foram consideradas prospectivamente como contratos separados, como o final do contrato original e a criação de um novo.

A Companhia adotou, conforme facultado pelo pronunciamento técnico, o método retrospectivo modificado com o efeito cumulativo da aplicação inicial reconhecido como um ajuste ao saldo de abertura dos lucros acumulados na data da adoção inicial. Sendo assim, os comparativos dos períodos anteriores não serão reapresentados. Para facilitar o entendimento e a comparabilidade das informações, a Companhia divulga na nota 35 a demonstração dos resultados consolidados do exercício findo em 31 de dezembro 2018, excluindo os efeitos da adoção da IFRS 15.

A IFRS 15 também permite a aplicação de certos expedientes práticos para facilitar a aplicação dos novos critérios. A Companhia avaliou quais deles serão adotados na implementação da norma com o objetivo de reduzir a complexidade em sua aplicação.

continua

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
documento assinado digitalmente
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br quarta-feira, 20 de fevereiro de 2019 às 01:24:30.

continuação

Telefônica Brasil S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE: 35.3.0015881-4

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Os principais expedientes práticos adotados pela Companhia foram:

- Contratos concluídos: a Companhia não aplicou a norma retrospectivamente aos contratos concluídos em 1º de janeiro de 2018.
- Abordagem do portfólio: a Companhia aplicou os requisitos da norma para grupos de contratos com características semelhantes, uma vez que, para os grupos identificados, os efeitos não diferem significativamente de uma aplicação em contrato por contrato.
- Componente financeiro: não foi considerado significativo quando o período entre o momento em que o bem ou o serviço prometido é transferido para um cliente e o momento em que o cliente paga esse bem ou serviço é de um ano ou menos.
- Custos para obter um contrato: esses custos foram reconhecidos como uma despesa quando incorridos se o período de amortização do ativo que a entidade reconheceria de outra forma é de um ano ou menos.

O processo de implementação dos novos requisitos envolveu a introdução de modificações nos sistemas de informação atuais, a implementação de novas ferramentas de TI e mudanças nos processos e controles de todo o ciclo de receita na Companhia. Este processo de implementação implicou um alto grau de complexidade devido a fatores como grande número de contratos, inúmeros sistemas de fontes de dados, bem como a necessidade de fazer estimativas complexas.

A partir da análise realizada nas transações do exercício de 2017, considerando as ofertas comerciais, bem como o volume de contratos afetados, a Companhia reconheceu em 1º de janeiro de 2018 um aumento nos lucros acumulados de R$156 milhões, antes dos tributos diferidos, referentes ao primeiro reconhecimento de ativos contratuais que levam ao reconhecimento antecipado de receita de venda de bens e a ativação e diferimento dos custos incrementais relacionados à obtenção de contratos e custos de cumprimento do contrato que resultam no reconhecimento posterior dos custos de aquisição de clientes e outras despesas de vendas.

A seguir, apresentamos as movimentações dos ativos e passivos contratuais e dos custos incrementais da Companhia (excluindo os tributos sobre as receitas e o imposto de renda e contribuição social).

	Ativos contratuais (1)			Passivos contratuais (3)			
	Ativo contratual, bruto	Provisão para perdas	Ativo contratual, líquido	Passivos contratuais	Reclassificações (nota 21)	Total de Passivos contratuais	Custos incrementais (2)
Adoção inicial em 01.01.18	**193.675**	**(33.196)**	**160.479**	**(178.897)**	**-**	**(178.897)**	**183.645**
Reclassificações em 01.01.18	**-**	**-**	**-**	**-**	**(383.688)**	**(383.688)**	**-**
Altas	587.733	(512)	587.221	(7.271.614)	-	(7.271.614)	262.518
Baixas	(585.675)	-	(585.675)	7.301.992	-	7.301.992	(190.772)
Saldos em 31.12.18	**195.733**	**(33.708)**	**162.025**	**(148.519)**	**(383.688)**	**(532.207)**	**255.391**
Circulante	195.733	(33.708)	162.025	(504.473)		(504.473)	170.703
Não circulante	-	-	-	(27.734)		(27.734)	84.688

Os montantes da tabela acima estão classificados nos balanços patrimoniais em: (1) Contas a receber (nota 4); (2) Despesas antecipadas (nota 6); e (3) Receitas diferidas (nota 21).

Os montantes de altas e baixas na coluna de passivos contratuais do quadro acima, referem-se principalmente à venda de créditos de pré-pagos.

A seguir, apresentamos os prazos de expectativa de realizações dos passivos contratuais.

Ano	Consolidado
2019	(504.473)
2020	(16.753)
2021	(2.383)
2022 em diante	(8.598)
Total	**(532.207)**

Novos pronunciamentos do IFRS, emissões, alterações e interpretações do IASB, aplicáveis ao CPC

Além das normas emitidas e alteradas mencionadas anteriormente, na data de elaboração destas demonstrações financeiras, as seguintes emissões e alterações nas IFRS e IFRICs haviam sido publicadas, porém não eram de aplicação obrigatória para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Normas e Emendas a Normas		Aplicação obrigatória: períodos anuais com início em ou após:
Melhorias anuais nas IFRS	Ciclo 2015-2017	1º de janeiro de 2019
IFRS 16	Arrendamentos	1º de janeiro de 2019
IFRIC 23	Incertezas sobre Tratamentos de Imposto de renda	1º de janeiro de 2019
Alterações na IFRS 9	Recursos de pré-pagamento com Compensação Negativa	1º de janeiro de 2019
Alterações no IAS 28	Participações de Longo Prazo em Coligadas e Joint Ventures	1º de janeiro de 2019
Alterações na IFRS 10 e IAS 28	Venda ou Constituição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture	1º de janeiro de 2019

A Companhia não adotou antecipadamente qualquer pronunciamento ou interpretação que tenha sido emitido, cuja aplicação não é obrigatória.

Com base nas análises realizadas até o momento, a Companhia estima que a adoção dessas normas, alterações e interpretações não terá um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas no período inicial de adoção, exceto para os efeitos da IFRS 16, onde existe a expectativa de um impacto significativo na posição financeira individual e consolidada no momento da sua adoção e prospectivamente.

IFRS 16 - Arrendamentos

A IFRS 16 exige que os arrendatários reconheçam os ativos e passivos decorrentes de todos os arrendamentos (exceto arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor) na demonstração da posição financeira.

A Companhia atua como arrendatária em um número significativo de contratos de arrendamento sobre diferentes ativos, como torres, e o respectivo terreno onde estão localizadas, circuitos, escritórios, lojas e imóveis comerciais, principalmente. Uma parcela significativa desses contratos é contabilizada como arrendamento operacional de acordo com o atual padrão de arrendamento, sendo os pagamentos de locação reconhecidos de forma linear ao longo do prazo do contrato.

A Companhia concluiu o processo de estimar o impacto dessa nova norma em tais contratos. Esta análise incluiu uma estimativa do prazo de arrendamento, com base no período não cancelável e os períodos cobertos por opções para estender o contrato de arrendamento, quando o exercício depende apenas da Companhia e onde esse exercício é razoavelmente certo. Isso dependeu, em grande medida, dos fatos e circunstâncias específicos aplicáveis as principais classes de ativos no setor de telecomunicações (tecnologia, regulamentação, concorrência, modelo de negócios, entre outros). Além disso, a Companhia adotou premissas para calcular a taxa de desconto, que foi baseada na taxa incremental de juros para o prazo estimado. Por outro lado, a Companhia considerou não reconhecer separadamente os componentes de não arrendamento de componentes de arrendamento para as classes de ativos em que os componentes de não arrendamento não são relevantes em relação ao valor total do arrendamento.

A norma permite ainda dois métodos de transição: retrospectivamente para todos os períodos apresentados ou uma abordagem retrospectiva modificada, onde o efeito cumulativo da adoção é reconhecido na data da aplicação inicial. A Companhia decidiu adotar a abordagem retrospectiva modificada. A Companhia optou pelo expediente prático que permite não reavaliar se um contrato é ou contém um contrato de arrendamento na data da adoção inicial da IFRS 16, mas para aplicar diretamente os novos requisitos a todos os contratos que, nos termos da norma atual, foram identificados como arrendamento. Além disso, certos expedientes práticos estão disponíveis na primeira aplicação em conexão com o direito de uso, mensuração de ativos, taxas de desconto, *impairment*, arrendamentos que terminam dentro dos doze meses subsequentes à data da adoção inicial, custos iniciais diretos e prazo do contrato de arrendamento. Desta forma, a Companhia optou por adotar os seguintes expedientes práticos na transição para os novos critérios: (i) utilização de taxas de desconto comuns para grupos de contratos com características semelhantes em termos de prazo, ativo objeto do contrato, moeda e ambiente econômico; (ii) aplicação do expediente prático que permite não adotar os novos critérios para os contratos que expiram em 12 meses da data da adoção inicial; e (iii) exclusão dos custos diretos iniciais da valoração inicial do ativo por direito de uso na data da adoção inicial.

Com base no volume de contratos afetados, bem como na magnitude dos compromissos de arrendamentos futuros, conforme divulgado na nota 32, a Companhia espera que as mudanças introduzidas pela IFRS 16 tenham um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras a partir da data da sua adoção, incluindo o reconhecimento no balanço dos ativos de direito de uso e suas correspondentes obrigações de arrendamento em conexão com a maioria dos contratos que são classificados como arrendamentos operacionais de acordo com as normas atuais. Além disso, a amortização dos ativos de direito de uso e o reconhecimento de custos de juros sobre a obrigação de arrendamento nas demonstrações do resultado substituirão os valores reconhecidos como despesas de locação de acordo com as normas de arrendamento atuais. A classificação dos pagamentos de arrendamentos na demonstração dos fluxos de caixa também será afetada pelos requisitos da nova norma de arrendamento.

A partir da análise realizada até o momento, a Companhia estima que as alterações introduzidas pela IFRS 16 terão um impacto significativo em suas demonstrações financeiras a partir da data de adoção, incluindo o reconhecimento no balanço de abertura para o exercício de 2019 de um valor entre R$8,4 e R$9,2 bilhões como ativos por direito de uso, em relação à maioria dos contratos que, nos termos da regulamentação atual, são classificados como arrendamentos operacionais, em contrapartida ao passivo de arrendamento.

g) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício do julgamento por parte da Administração da Companhia na aplicação das suas políticas contábeis. Essas estimativas são baseadas na experiência, melhor conhecimento, informações disponíveis na data do encerramento do exercício social e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros que se acredita serem razoáveis nas circunstâncias. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido aos critérios inerentes ao processo de estimativas. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

As estimativas e julgamentos significativos e relevantes, aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras, estão apresentados nas seguintes notas explicativas: contas a receber (nota 4); imposto de renda e contribuição social (nota 7); imobilizado (nota 12); intangível (nota 13); provisões e contingências (nota 19); receita operacional líquida (nota 24); planos de previdência e outros benefícios pós-emprego (nota 30); e instrumentos financeiros e gestão de capital e riscos (nota 31).

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

a) Política contábil

São ativos financeiros, classificados como custo amortizado ou mensurado a valor justo por meio do resultado, conforme o caso, mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia e suas controladas consideram equivalente de caixa uma aplicação financeira de liquidez imediata, sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Aplicações financeiras se qualificam como equivalente de caixa quando resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das contratações.

b) Composição

	Controladora		Consolidado	
	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17
Caixa e contas bancárias	204.911	114.556	205.598	117.799
Aplicações financeiras	3.070.389	3.566.617	3.175.730	3.932.539
Total	**3.275.300**	**3.681.173**	**3.381.328**	**4.050.338**

As aplicações financeiras de curto prazo são compostas principalmente por Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromissadas mantidas junto a instituições financeiras de primeira linha, baseados na variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários ("CDI") com liquidez imediata, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. As receitas geradas por estas aplicações financeiras são registradas como receitas financeiras.

4. CONTAS A RECEBER

a) Política contábil

São ativos financeiros mensurados, no momento inicial pelo valor justo e subsequentemente, pelo custo amortizado e estão avaliadas pelo valor dos serviços prestados de acordo com as condições contratadas, líquido das perdas estimadas para redução ao valor recuperável. Inclui os serviços prestados que ainda não foram faturados até a data do balanço, bem como as contas a receber relacionadas às vendas de aparelhos celulares, *simcards,* acessórios, publicidade e locação de equipamentos de informática (produto "Soluciona TI").

A Companhia mensura a provisão para perda estimada para redução ao valor recuperável em um montante igual a perda de crédito esperada para a vida inteira.

b) Estimativas e julgamentos críticos

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. Ainda que a Companhia acredite que as premissas utilizadas são razoáveis, os resultados podem ser diferentes.

c) Composição

	Controladora		Consolidado	
	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17
Valores faturados	6.705.942	6.033.164	6.789.257	6.753.621
Valores a faturar	2.395.503	2.117.422	2.454.810	2.481.364
Valores de interconexão	835.887	835.085	835.887	859.819
Valores com partes relacionadas (nota 28)	219.637	804.783	148.814	201.021
Contas a receber, bruto	**10.156.969**	**9.790.454**	**10.228.768**	**10.295.825**
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável	(1.483.726)	(1.209.369)	(1.498.134)	(1.433.471)
Total	**8.673.243**	**8.581.085**	**8.730.634**	**8.862.354**
Circulante	8.246.991	8.413.403	8.304.382	8.588.466
Não circulante	426.252	167.682	426.252	273.888

Os saldos consolidados não circulantes das contas a receber incluem:

- Em 31 de dezembro de 2018, R$160.979 (R$122.651 em 31 de dezembro de 2017), referente ao modelo de negócios de revenda de mercadorias para pessoa jurídica, com prazo de recebimento até 24 meses. Em 31 de dezembro de 2018, o impacto do ajuste a valor presente foi de R$16.672 (R$16.011 em 31 de dezembro de 2017).
- Em 31 de dezembro de 2018, R$93.434 (R$45.031 em 31 de dezembro de 2017), referente a parcela das contas a receber decorrente de negociações relativas ao processo de recuperação judicial das empresas do Grupo OI. Em 31 de dezembro de 2018, o impacto do ajuste a valor presente foi de R$25.931 (R$15.535 em 31 de dezembro de 2017).
- Em 31 de dezembro de 2018, R$171.839 (R$106.206 em 31 de dezembro de 2017), corresponde ao produto "Soluciona TI", que consiste na locação de equipamentos de informática ao segmento de pequenas e médias empresas e o recebimento de parcelas fixas pelo prazo contratual. Considerando os termos contratuais, esse produto foi classificado como arrendamento mercantil financeiro. Em 31 de dezembro de 2018, o impacto do ajuste a valor presente foi de R$41.455 (R$33.614 em 31 de dezembro de 2017).

Os saldos das contas a receber, relativos ao produto "Soluciona TI", contemplam os seguintes efeitos:

	Consolidado	
	31.12.18	31.12.17
Valor nominal a receber	573.094	434.743
Receita financeira não realizada	(53.424)	(33.614)
Valor presente a receber	**519.670**	**401.129**
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável	(196.435)	(154.666)
Valor líquido a receber	**323.235**	**246.463**
Circulante	151.396	140.257
Não circulante	171.839	106.206

O cronograma de vencimentos das contas a receber brutas do produto "Soluciona TI" em 31 de dezembro de 2018 era:

	Consolidado	
	Valor nominal a receber	Valor presente a receber
A vencer até um ano	279.563	267.595
A vencer acima de um ano e até cinco anos	293.531	252.075
Total	**573.094**	**519.670**

Não existem valores residuais não garantidos que resultem em benefícios ao arrendador e nem pagamentos contingentes reconhecidos como receita durante o exercício.

A seguir, apresentamos os valores a receber, líquidos das perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber, por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17
A vencer	6.435.875	6.557.992	6.485.154	6.635.125
Vencidas - 1 a 30 dias	1.087.363	1.016.172	1.096.639	1.132.008
Vencidas - 31 a 60 dias	304.864	342.779	305.019	375.176
Vencidas - 61 a 90 dias	201.197	224.597	200.401	232.648
Vencidas - 91 a 120 dias	223.730	96.586	220.221	105.342
Vencidas - mais de 120 dias	420.214	342.959	423.200	382.055
Total	**8.673.243**	**8.581.085**	**8.730.634**	**8.862.354**

Não havia cliente que representasse mais de 10% das contas a receber líquidas em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

d) Movimentação das perdas para redução ao valor recuperável

A seguir, apresentamos as movimentações das perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.16	**(1.004.512)**	**(1.399.895)**
Ingressos das perdas estimadas, líquidos de reversões (nota 25)	(1.405.085)	(1.481.015)
Baixa pela utilização	1.200.228	1.456.158
Combinação de negócios (nota 1.c.2)	-	(8.719)
Saldo em 31.12.17	**(1.209.369)**	**(1.433.471)**
Adoção inicial IFRS 9 em 01.01.18	(332.127)	(364.456)
Ingressos das perdas estimadas, líquidos de reversões (nota 25)	(1.315.536)	(1.533.660)
Incorporação (nota 1 c.1)	(293.566)	-
Baixa pela utilização	1.666.872	1.833.453
Saldo em 31.12.18	**(1.483.726)**	**(1.498.134)**

5. ESTOQUES

a) Política contábil

São avaliados e demonstrados pelo custo médio de aquisição ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor. Incluem materiais para revenda como aparelhos celulares, *simcards*, cartões pré-pagos, acessórios, materiais de consumo e manutenção. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados necessários para a realização da venda.

As perdas estimadas para redução ao valor realizável são constituídas para os materiais e aparelhos considerados obsoletos ou cujas quantidades são superiores àquelas usualmente comercializadas pela Companhia em um período razoável. Os valores das adições e reversões das perdas estimadas para redução ao valor realizável e obsolescência dos estoques, reconhecidas no resultado foram incluídos nos custos das mercadorias vendidas (nota 25).

continua

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
documento assinado digitalmente
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br quarta-feira, 20 de fevereiro de 2019 às 01:24:30.

continuação

Telefônica Brasil S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE: 35.3.0015881-4

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

b) Composição

	Controladora		Consolidado	
	31.12.18	**31.12.17**	**31.12.18**	**31.12.17**
Materiais para revenda	413.843	302.235	413.843	325.850
Materiais para consumo	60.566	55.448	61.819	57.740
Outros estoques	30.013	7.822	30.013	7.822
Estoques, bruto	**504.422**	**365.505**	**505.675**	**391.412**
Perdas estimadas para redução ao valor realizável e obsolescência	(43.622)	(40.794)	(43.622)	(42.657)
Total	**460.800**	**324.711**	**462.053**	**348.755**

6. DESPESAS ANTECIPADAS

a) Política contábil

Estão demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados relativos a serviços contratados e ainda não incorridos. As despesas antecipadas são apropriadas ao resultado à medida que os serviços relacionados são prestados e os benefícios econômicos são auferidos.

b) Composição

	Controladora		Consolidado	
	31.12.18	**31.12.17**	**31.12.18**	**31.12.17**
Propaganda e publicidade	252.900	335.700	252.900	336.295
Seguros	24.790	36.672	24.867	36.941
Alugueis	32.792	29.713	32.792	29.713
Manutenção de *software* e redes	17.472	7.422	17.485	12.375
Custos incrementais - IFRS 15 (nota 2.f)	255.391	-	255.391	-
Encargos financeiros	43.853	2.592	43.853	2.592
Pessoal	33.679	26.842	33.970	28.178
Tributos e outras despesas antecipadas	54.593	8.041	54.717	23.461
Total	**715.470**	**446.982**	**715.975**	**469.555**
Circulante	581.261	425.298	581.743	446.439
Não circulante	134.209	21.684	134.232	23.116

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Política contábil

a.1) Tributos correntes

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor que se espera recuperar ou pagar às autoridades tributárias. As alíquotas e a legislação tributária utilizadas no cálculo dos mencionados montantes são aquelas que estão em vigor, ou substancialmente em vigor, na data do encerramento do exercício. No balanço patrimonial os tributos correntes são apresentados líquidos dos valores recolhidos por antecipação ao longo do exercício.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

a.2) Tributos diferidos

Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, créditos e perdas tributárias não utilizados possam ser utilizados, exceto: (i) quando o tributo diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e (ii) sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado em cada data do encerramento do exercício e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Tributos diferidos ativos baixados são revisados a cada data de encerramento do exercício e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto: (i) quando o tributo diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e (ii) sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota de tributo que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária e que foram promulgadas na data do encerramento do exercício.

Os ativos e passivos fiscais diferidos não são descontados a valor presente e são classificados no balanço patrimonial como não circulantes, independentemente da expectativa de realização.

Os efeitos fiscais de itens registrados diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos igualmente no patrimônio líquido. Itens de tributo diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

b) Estimativas e julgamentos críticos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia e suas controladas constituem provisões, com base em estimativas, para eventuais consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia e suas controladas.

A Companhia e suas controladas avaliam a recuperabilidade do ativo fiscal diferido com base nas estimativas de resultados futuros. Essa recuperabilidade depende, em última instância, da capacidade de gerar lucros tributáveis ao longo do período em que o ativo fiscal diferido é dedutível. Na análise é considerado o calendário previsto de reversão de passivo fiscal diferido, bem como as estimativas de lucros tributáveis, com base em projeções internas atualizadas de modo a refletir as tendências mais recentes.

A determinação da classificação adequada dos itens fiscais depende de vários fatores, incluindo a estimativa do momento e a realização do ativo fiscal diferido e do momento esperado dos pagamentos desses impostos. O fluxo real de entradas e saídas do imposto de renda pode divergir das estimativas realizadas pela Companhia e suas controladas, como consequência de mudanças na legislação fiscal, ou de transações futuras não previstas que possam afetar os saldos fiscais.

c) Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31.12.18	**31.12.17**	**31.12.18**	**31.12.17**
Imposto de renda	245.403	348.113	245.883	428.524
Contribuição social	28.624	53.146	28.706	77.011
Total	**274.027**	**401.259**	**274.589**	**505.535**

d) Imposto de renda e contribuição social a recolher

	Consolidado	
	31.12.18	**31.12.17**
Imposto de renda	8.756	3.267
Contribuição social	3.253	1.212
Total	**12.009**	**4.479**

e) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os principais componentes do imposto de renda ("IR") e da contribuição social ("CS") diferidos são apresentados a seguir:

	Controladora								
	Saldos em 31.12.16	**Demonstração dos resultados**	**Resultados Abrangentes**	**Saldos em 31.12.17**	**Demonstração dos resultados**	**Resultados Abrangentes**	**Incorporação (Nota 1 c.1)**	**Efeitos da adoção da IFRS 9 e 15**	**Saldos em 31.12.18**
Ativo (passivo) diferido									
IR sobre prejuízos fiscais e CS sobre base negativa (1)	**1.376**	**587.374**	**-**	**588.750**	**684.734**	**-**	**-**	**-**	**1.273.484**
IR e CS sobre diferenças temporárias (2)	**(90.071)**	**(1.264.191)**	**56.187**	**(1.298.075)**	**(2.192.833)**	**31.854**	**142.660**	**59.958**	**(3.256.436)**
Provisões para demandas judiciais trabalhistas, tributárias, cíveis e regulatórias	2.221.055	34.032	-	2.255.087	(336.093)	-	7.688	-	1.926.682
Fornecedores e outras provisões	608.158	(19.864)	-	588.294	(109.096)	-	62.695	-	541.893
Carteira de clientes e marcas	313.091	(58.673)	-	254.418	(69.815)	-	-	-	184.603
Perdas estimadas para redução o valor recuperável das contas a receber	341.535	69.652	-	411.187	(124.007)	-	37.576	112.923	437.679
Perdas estimadas de modens e outros ativos imobilizados	282.267	(82.833)	-	199.434	(23.332)	-	28	-	176.130
Planos de previdência e outros enefícios pós-emprego	108.403	10.498	55.480	174.381	17.732	30.810	3.157	-	226.080
Participação nos resultados	123.911	(23.268)	-	100.643	19.368	-	8.744	-	128.755
Programa de fidelização	19.112	(1.991)	-	17.121	1.031	-	-	-	18.152
Depreciação acelerada contábil	24.033	(15.773)	-	8.260	(8.325)	-	452	-	387
Perdas estimadas para redução ao valor realizável dos estoques	11.227	(107)	-	11.120	(1.986)	-	137	-	9.271
Operações com derivativos	59.692	(34.349)	822	26.165	77.603	832	-	-	104.600
Licença	(1.420.556)	(216.330)	-	(1.636.886)	(216.328)	-	-	-	(1.853.214)
Ágios (Spanish e Navytree, Vivo Part. e GVTPart.)	(2.729.203)	(868.969)	-	(3.598.172)	(1.002.768)	-	-	-	(4.600.940)
Bens do ativo imobilizado de pequeno valor	-	-	-	-	(395.606)	-	-	-	(395.606)
Lei da Inovação tecnológica	(140.940)	43.407	-	(97.533)	47.406	-	-	-	(50.127)
Sobre outras diferenças temporárias (3)	88.144	(99.623)	(115)	(11.594)	(68.617)	212	22.183	(52.965)	(110.781)
Total do ativo (passivo) líquido, não circulante	**(88.695)**	**(676.817)**	**56.187**	**(709.325)**	**(1.508.099)**	**31.854**	**142.660**	**59.958**	**(1.982.952)**
Ativo fiscal diferido	**4.425.658**			**4.916.768**					**5.339.788**
Passivo fiscal diferido	**(4.514.353)**			**(5.626.093)**					**(7.322.740)**
Ativo (passivo) fiscal diferido, líquido	**(88.695)**			**(709.325)**					**(1.982.952)**
Representado no balanço patrimonial da seguinte forma:									
Ativo fiscal diferido	**-**			**-**					**-**
Passivo fiscal diferido	**(88.695)**			**(709.325)**					**(1.982.952)**

	Consolidado									
	Saldos em 31.12.16	**Demonstração dos resultados**	**Resultados Abrangentes**	**Combinação de negócios (nota 1.c.2)**	**Outros**	**Saldos em 31.12.17**	**Demonstração dos resultados**	**Resultados Abrangentes**	**Efeitos da adoção da IFRS 9 e 15**	**Saldos em 31.12.18**
Ativo (passivo) diferido										
IR sobre prejuízos fiscais e CS sobre base negativa (1)	**14.071**	**710.411**	**-**	**69.451**	**-**	**793.933**	**634.543**	**-**	**-**	**1.428.476**
IR e CS sobre diferenças temporárias (2)	**13.426**	**(1.251.816)**	**58.192**	**48.434**	**(86)**	**(1.131.850)**	**(2.151.290)**	**31.797**	**70.012**	**(3.181.331)**
Provisões para demandas judiciais trabalhistas, tributárias, cíveis e regulatórias	2.230.336	68.399	-	-	-	2.298.735	(333.035)	-	-	1.965.700
Fornecedores e outras provisões	677.123	(25.706)	-	-	-	651.417	(79.683)	-	-	571.734
Carteira de clientes e marcas	313.092	(58.674)	-	-	-	254.418	(69.815)	-	-	184.603
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber	358.805	76.155	-	-	-	434.960	(115.661)	-	122.977	442.276
Perdas estimadas de modens e outros ativos imobilizados	284.677	(83.736)	-	-	-	200.941	(24.811)	-	-	176.130
Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego	108.419	8.630	57.485	-	-	174.534	20.934	30.753	-	226.221
Participação nos resultados	125.256	(15.210)	-	-	-	110.046	19.643	-	-	129.689
Programa de fidelização	19.112	(1.991)	-	-	-	17.121	1.031	-	-	18.152
Depreciação acelerada contábil	24.033	(15.773)	-	-	-	8.260	(7.873)	-	-	387
Perdas estimadas para redução ao valor realizável dos estoques	12.099	(347)	-	-	-	11.752	(2.481)	-	-	9.271
Operações com derivativos	60.133	(35.084)	822	-	-	25.871	78.028	832	-	104.731
Licença	(1.420.556)	(216.330)	-	-	-	(1.636.886)	(216.328)	-	-	(1.853.214)
Ágios (Spanish e Navytree, Vivo Part. e GVTPart.)	(2.729.203)	(868.969)	-	-	-	(3.598.172)	(1.002.768)	-	-	(4.600.940)
Bens do ativo imobilizado de pequeno valor	-	-	-	-	-	-	(395.606)	-	-	(395.606)
Lei da Inovação tecnológica	(140.940)	43.407	-	-	-	(97.533)	47.406	-	-	(50.127)
Sobre outras diferenças temporárias (3)	91.040	(126.587)	(115)	48.434	(86)	12.686	(70.271)	212	(52.965)	(110.338)
Total do passivo diferido	**27.497**	**(541.405)**	**58.192**	**117.885**	**(86)**	**(337.917)**	**(1.516.747)**	**31.797**	**70.012**	**(1.752.855)**
Ativo fiscal diferido	**4.541.952**					**5.288.176**				**5.569.885**
Passivo fiscal diferido	**(4.514.455)**					**(5.626.093)**				**(7.322.740)**
Ativo (passivo) fiscal diferido, líquido	**27.497**					**(337.917)**				**(1.752.855)**
Representado no balanço patrimonial da seguinte forma:										
Ativo fiscal diferido	**27.497**					**371.408**				**230.097**
Passivo fiscal diferido	**-**					**(709.325)**				**(1.982.952)**

(1) Refere-se aos montantes registrados, que conforme a legislação tributária brasileira, poderão ser compensados no limite de 30% das bases apuradas nos próximos exercícios sem prazo de prescrição.

(2) A realização ocorrerá por ocasião do pagamento das provisões, da efetiva perda estimada para redução ao valor recuperável das contas a receber ou da realização dos estoques, bem como pela reversão de outras provisões.

(3) Referem-se a tributos diferidos decorrentes de outras diferenças temporárias, tais como: receitas diferidas, ônus de renovação de licenças, subsídio na venda de aparelhos celulares, entre outras.

Em 31 de dezembro de 2018, não foram reconhecidos créditos diferidos ativos (IR sobre prejuízos fiscais e CS sobre base negativa) no livro contábil das controladas (Innoweb e TGLog) no montante de R$12.649 (R$11.938 em 31 de dezembro de 2017), pois não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para utilização dos mesmos.

continua

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
documento assinado digitalmente

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br quarta-feira, 20 de fevereiro de 2019 às 01:24:30.

continuação

Telefônica Brasil S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE: 35.3.0015881-4

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A seguir, apresentamos os prazos de expectativa de realizações dos tributos diferidos líquidos, baseados em projeções que podem sofrer alterações no futuro.

Ano	Controladora	Consolidado
2019	1.958.492	2.082.829
2020	474.180	555.161
2021	482.499	494.257
2022	990.776	1.002.778
2023	258.543	259.562
2024 em diante	(6.147.442)	(6.147.442)
Total	**(1.982.952)**	**(1.752.855)**

f) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A Companhia e suas controladas provisionam as parcelas para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro mensalmente, obedecendo ao regime de competência, recolhendo os tributos por estimativa, com base em balancete de suspensão ou redução. As parcelas dos tributos calculadas sobre o lucro até o mês das demonstrações financeiras são registradas no passivo ou no ativo, conforme o caso.

O quadro a seguir é uma reconciliação da despesa tributária apresentada no resultado e o valor calculado pela aplicação da alíquota tributária nominal de 34% (25% de imposto de renda e 9% de contribuição social sobre o lucro) para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Lucro antes dos tributos	10.441.842	5.249.381	11.277.490	5.730.773
Despesa referente ao imposto de renda e contribuição social sobre o lucro a alíquota de 34%	(3.550.226)	(1.784.790)	(3.834.347)	(1.948.463)
Diferenças permanentes				
Equivalência patrimonial, líquida dos efeitos dos juros sobre o capital próprio recebidos (nota 11)	536.123	443.185	(1.988)	537
Juros sobre o capital próprio prescritos	(14.426)	(21.843)	(14.426)	(21.843)
Diferenças temporárias de subsidiárias	-	-	-	2.007
Despesas indedutíveis, brindes e incentivos	(56.666)	(86.946)	(76.671)	(94.413)
Tributos diferidos reconhecidos nas controladas sobre prejuízo fiscal, base negativa e diferenças temporárias referente a exercícios anteriores	-	-	-	132.080
Benefício fiscal relacionado aos juros sobre o capital próprio destinados	1.547.000	821.657	1.547.000	821.657
Outras (adições) exclusões	24.611	(11.854)	31.200	(13.545)
Débito tributário	**(1.513.584)**	**(640.591)**	**(2.349.232)**	**(1.121.983)**
Taxa efetiva	14,5%	12,2%	20,8%	19,6%
IR e CS corrente	(5.485)	36.226	(832.485)	(580.578)
IR e CS diferido	(1.508.099)	(676.817)	(1.516.747)	(541.405)

8. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17
ICMS (1)	2.548.998	2.438.272	2.549.006	2.450.856
Impostos e contribuições retidos na fonte (2)	128.808	212.264	129.741	238.355
PIS e COFINS (3)	4.999.706	66.335	5.000.677	85.098
Fistel, INSS, ISS e outros tributos	216.709	8.232	217.056	27.431
Total	**7.894.221**	**2.725.103**	**7.896.480**	**2.801.740**
Circulante	4.671.959	1.984.999	4.674.218	2.058.455
Não circulante	3.222.262	740.104	3.222.262	743.285

(1) Refere-se aos créditos de ICMS gerados na aquisição de bens do ativo imobilizado, cuja compensação ocorre em 48 meses; em pedidos de ressarcimento do ICMS pago para faturas que foram posteriormente canceladas; pela prestação de serviços; por substituição tributária; por diferencial de alíquota, entre outros. Os montantes não circulantes consolidados incluem créditos gerados na aquisição de bens do ativo imobilizado de R$509.920 e R$423.588 em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente.

(2) Refere-se a créditos de imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras, juros sobre o capital próprio e outros, que são utilizados como dedução nas operações do período e contribuição social retida na fonte sobre serviços prestados a órgãos públicos.

(3) Os saldos da controladora e consolidado de PIS e COFINS de 31 de dezembro de 2018, incluem os créditos fiscais atualizados monetariamente pela SELIC, no montante de R$4.915.239, oriundos dos processos judiciais transitados em julgado em 17 de maio de 2018 e 28 de agosto de 2018, a favor da Companhia e controlada, que reconheceu o direito da exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições ao PIS e COFINS para os períodos compreendidos entre setembro de 2003 a junho de 2017 e julho de 2004 a junho de 2013, respectivamente (vide notas 26 e 27). Em 31 de dezembro de 2018, os saldos circulante e não circulante eram de R$2.520.990 e R$2.394.249, respectivamente.

A Receita Federal do Brasil iniciou processo de fiscalização, nos termos da Lei 13.670/18, com o objetivo de homologar os créditos de PIS e COFINS resultado da disputa que tratou da exclusão do ICMS das bases destas contribuições. A Companhia tem envidado todos os esforços, inclusive medidas judiciais, para atender de forma tempestiva as solicitações deste procedimento fiscalizatório e assim continuar compensando seus referidos créditos tributários.

A Companhia possui outros três processos judiciais de mesma natureza em andamento (incluindo processos das sociedades que já foram incorporadas - GVT e Telemig), considerados como ativos contingentes, que abrangem diversos períodos entre dezembro de 2001 e junho de 2017, cujos intervalos de valores estimamos entre R$1.700 milhões a R$2.200 milhões.

9. DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

Em algumas situações, por exigência legal ou para suspensão da exigibilidade do crédito tributário são efetuados depósitos judiciais para garantir a continuidade dos processos em discussão.

Os depósitos judiciais são registrados ao custo histórico e atualizados conforme a legislação vigente.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17
Depósitos judiciais				
Tributário	1.790.940	4.074.517	1.929.594	4.230.917
Trabalhista	512.635	864.022	522.201	885.338
Cível	1.163.530	1.203.297	1.164.835	1.205.807
Regulatório	208.447	200.627	208.447	200.627
Total	**3.675.552**	**6.342.463**	**3.825.077**	**6.522.689**
Bloqueios judiciais	84.134	137.823	84.937	141.116
Total	**3.759.686**	**6.480.286**	**3.910.014**	**6.663.805**
Circulante	312.820	324.465	313.007	324.638
Não circulante	3.446.866	6.155.821	3.597.007	6.339.167

A seguir, apresentamos a composição dos saldos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 dos depósitos judiciais tributários (segregados e sumarizados por tributo).

	Consolidado	
	31.12.18	31.12.17
Contribuição à Empresa Brasil de Comunicação ("EBC")	-	1.238.068
Fundo de Fiscalização das Telecomunicações ("FISTEL")	44.771	1.161.061
Imposto de Renda de Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL")	551.937	518.474
Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações ("FUST")	503.246	484.649
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico ("CIDE")	278.685	270.612
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação ("ICMS")	239.220	273.264
Contribuição Previdenciária, Seguro Acidente de Trabalho ("SAT") e Verbas para Terceiros ("INSS")	141.759	134.688
Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF")	55.425	45.846
Programa de Integração Social ("PIS") e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS")	39.672	37.965
Outros impostos, taxas e contribuições	74.879	66.290
Total	**1.929.594**	**4.230.917**

A seguir, apresentamos uma breve descrição dos principais depósitos judiciais tributários:

- Contribuição à Empresa Brasil de Comunicação ("EBC")
  O Sindicato das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal ("Sinditelebrasil") discute judicialmente, em nome das associadas, a Contribuição ao Fomento da Radiodifusão Pública à EBC, criada pela Lei nº 11.652/08. A Companhia e a TData, como associadas ao sindicato, efetuaram depósitos judiciais dos valores relativos à referida contribuição.
  No terceiro trimestre de 2018, a Companhia e a TData tiveram seus pedidos aceitos de conversão em renda dos valores depositados judicialmente no montante de R$1.378.170 em benefício à EBC, com a manutenção da discussão em andamento. Diante disso, a Companhia e a TData efetuaram as baixas dos depósitos judiciais em contrapartida aos valores provisionados (nota 19).
- Fundo de Fiscalização das Telecomunicações ("FISTEL")
  A Companhia possui discussões judiciais que envolvem a cobrança realizada pela ANATEL da Taxa de Fiscalização de Instalação ("TFI") sobre a renovação da validade da licença.
  No segundo trimestre de 2018, a discussão judicial relativa a exclusão da base de cálculo da Taxa de Fiscalização de Instalação ("TFI") e Taxa de Fiscalização e Funcionamento ("TFF") das estações móveis (celulares) que não são de propriedade da Companhia se encerrou desfavoravelmente, após desistência pela Companhia do recurso interposto, com a conversão em renda para a ANATEL dos valores depositados judicialmente no montante de R$1.126.810 (nota 19).

10. OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17
Adiantamentos a empregados e fornecedores	81.046	53.103	83.094	58.456
Créditos com partes relacionadas (nota 28)	110.923	557.211	120.776	166.733
Crédito com fornecedores	114.175	114.015	114.175	114.015
Superávit de planos de benefícios pós-emprego (nota 30)	10.920	9.616	10.997	9.833
Outros valores a realizar	26.791	54.282	20.670	61.295
Total	**343.855**	**788.227**	**349.712**	**410.332**
Circulante	297.366	701.882	302.607	321.397
Não circulante	46.489	86.345	47.105	88.935

11. INVESTIMENTOS

a) Política contábil

A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando a Companhia deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada.

Controle conjunto é o compartilhamento contratualmente acordado de um controle, existente apenas quando decisões sobre as atividades pertinentes exigirem consentimento unânime das partes que estiverem compartilhando o controle.

O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento é contabilizado no balanço patrimonial ao custo, adicionado das variações após a aquisição da participação societária. A demonstração dos resultados reflete a parcela dos resultados das operações das investidas.

Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio das investidas, a Companhia reconhece sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido e na demonstração dos resultados abrangentes.

As demonstrações financeiras das investidas são elaboradas para o mesmo período de divulgação da Companhia. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre estes investimentos. A Companhia determina, em cada data do encerramento do exercício social, se há evidência objetiva de que o investimento sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração dos resultados.

Quando ocorrer perda de influência significativa sobre as investidas, a Companhia avalia e reconhece o investimento neste momento a valor justo. Será reconhecida no resultado qualquer diferença entre o valor contábil das investidas no momento da perda de influência significativa e o valor justo do investimento remanescente e resultados da venda.

As variações cambiais do patrimônio líquido da Aliança (controle conjunto) são reconhecidas no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes ("Efeitos da conversão de investimentos no exterior", nota 23).

b) Informações das investidas

A seguir, apresentamos um sumário dos dados financeiros relevantes das investidas nas quais a Companhia possui participação e contemplam as alterações societárias descritas na nota 1 c).

	31.12.18				31.12.17		
	Controladas			Controladas em conjunto	Controladas		Controladas em conjunto
	Terra Networks	TGLog	POP Consolidada	Aliança/ AIX/ACT	TData Consolidada	POP Consolidada	Aliança/ AIX/ACT
Participação no patrimônio líquido	**100,00%**	**99,99%**	**100,00%**	**50,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**50,00%**
Resumo do Balanço Patrimonial:							
Ativo circulante	327.150	42.809	53.875	213.481	2.928.721	33.566	189.988
Ativo não circulante	330.735	5.045	52.255	12.327	749.694	52.761	13.410
Total do ativo	**657.885**	**47.854**	**106.130**	**225.808**	**3.678.415**	**86.327**	**203.398**
Passivo circulante	220.428	26.915	50.302	7.103	1.893.271	47.337	4.143
Passivo não circulante	120.546	11.227	-	16.101	185.794	24	4.811
Patrimônio líquido	316.911	9.712	55.828	202.604	1.599.350	38.966	194.444
Total do passivo e patrimônio líquido	**657.885**	**47.854**	**106.130**	**225.808**	**3.678.415**	**86.327**	**203.398**
Valor contábil do investimento	**316.911**	**9.712**	**55.828**	**101.302**	**1.599.350**	**38.966**	**97.222**

	2018					2017		
	Controladas				Controladas em conjunto	Controladas		Controladas em conjunto
	Terra Networks (1)	TGLog (1)	POP Consolidada	TData Consolidada (2)	Aliança/ AIX/ACT	TData Consolidada	POP Consolidada	Aliança/ AIX/ACT
Receita operacional líquida	74.870	6.556	31.146	5.646.244	45.608	4.023.145	29.512	45.704
Custos e despesas operacionais	(72.955)	(6.343)	(6.184)	(3.345.297)	(58.773)	(2.311.211)	(16.049)	(43.571)
Receitas (despesas) nanceiras, líquidas	(646)	6	1.217	89.713	1.334	56.506	1.392	1.713
Imposto de renda e contribuição social	(2.464)	-	(9.221)	(823.964)	137	(475.614)	(5.777)	(686)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**(1.195)**	**219**	**16.958**	**1.566.696**	**(11.694)**	**1.292.826**	**9.078**	**3.160**
Valor da equivalência patrimonial	**(1.195)**	**219**	**16.958**	**1.566.696**	**(5.847)**	**1.292.826**	**9.078**	**1.580**

(1) Representa o resultado apenas do mês de dezembro de 2018 (nota 1 c.1). (2) Representa o resultado consolidado do período de janeiro a novembro de 2018 (nota 1 c.1).

c) Movimentação dos investimentos

	Controladas				Controladas em conjunto					
	Terra Networks	TGLog	POP Consolidada	TData Consolidada	Aliança/ AIX/ACT	Ágios (1)	Outros investimentos (2)	Total de investimentos na controladora	Eliminações	Total de investimentos no consolidado
Saldos em 31.12.16	**-**	**-**	**29.888**	**1.079.464**	**84.403**	**212.058**	**1.342**	**1.407.155**	**(1.321.410)**	**85.745**
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	9.078	1.292.826	1.580	-	-	1.303.484	(1.301.904)	1.580
Transações de capital (nota 1.c.2)	-	-	-	(59.029)	-	-	-	(59.029)	59.029	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	-	-	(707.794)	-	-	-	(707.794)	707.794	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	(6.117)	11.239	-	338	5.460	6.117	11.577
Saldos em 31.12.17	**-**	**-**	**38.966**	**1.599.350**	**97.222**	**212.058**	**1.680**	**1.949.276**	**(1.850.374)**	**98.902**
Resultado de equivalência patrimonial	(1.195)	219	16.958	1.566.696	(5.847)	-	-	1.576.831	(1.582.678)	(5.847)
Dividendos e juros sobre o capital próprio	(51.785)	-	-	(1.263.503)	-	-	-	(1.315.288)	1.315.288	-
Incorporação (nota 1 c.1)	369.778	12.537	-	(1.880.374)	-	(212.058)	-	(1.710.117)	1.498.059	-
Transações de capital	-	-	-	10	-	-	-	10	(10)	-
Efeitos adoção IFRS 9	-	-	(96)	-	-	-	-	(96)	96	-
Provisão para perdas em investimentos	-	-	-	-	-	-	(700)	(700)	-	(700)
Outros resultados abrangentes	113	(3.044)	-	(22.179)	9.927	-	(625)	(15.808)	25.110	9.302
Saldos em 31.12.18	**316.911**	**9.712**	**55.828**	**-**	**101.302**	**-**	**355**	**484.108**	**(594.509)**	**101.657**

(1) Ágio oriundo da cisão parcial da Spanish e Figueira que foi vertido para a Companhia em virtude da incorporação da Telefônica Data Brasil Holding S.A. (TDBH) em 2006. Com a incorporação da TData (nota 1 c.1), este montante foi reclassificado para o grupo de Intangível. (2) Os valores de outros investimentos estão avaliados pelo valor justo.

continua

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
documento assinado digitalmente
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br quarta-feira, 20 de fevereiro de 2019 às 01:24:30.

continuação

Telefônica Brasil S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE: 35.3.0015881-4

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

12. IMOBILIZADO

a) Política contábil

É demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, líquido da depreciação e da provisão para a redução ao valor recuperável acumulada, se aplicável. O referido custo está líquido de créditos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação ("ICMS"), os quais foram registrados como tributos a recuperar, e inclui os custos de empréstimos de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos.

Os custos do ativo são capitalizados até o momento em que esteja nas condições previstas para sua entrada em operação. Os gastos subsequentes à entrada do ativo em operação e que não melhoram a funcionalidade ou aumentam a vida útil do bem são reconhecidos imediatamente no resultado, respeitando-se o regime de competência. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, gastos que representem melhorias no ativo (aumento da capacidade instalada ou da vida útil) são capitalizados. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração dos resultados, quando incorridos.

O valor presente dos custos estimados a incorrer na desmontagem de ativo imobilizado (torres e equipamentos em imóveis alugados) é capitalizado no custo do correspondente ativo em contrapartida à provisão para desmantelamento de ativos (nota 19) e depreciados ao longo da vida útil dos equipamentos, a qual não é superior ao prazo de locação.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens baseada em estudos técnicos. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados anualmente, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. A vida útil em termos de taxas de depreciação é revisada anualmente.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante de baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos no resultado do exercício em que o ativo for baixado.

b) Estimativas e julgamentos críticos

O tratamento contábil do investimento em ativo imobilizado inclui a realização de estimativas para determinar o período de vida útil para efeitos de sua depreciação e o valor justo na data de aquisição, em particular para os ativos adquiridos em combinações de negócios.

A determinação das vidas úteis requer estimativas em relação à evolução tecnológica esperada e ao uso alternativo dos ativos. As hipóteses relacionadas ao aspecto tecnológico e seu desenvolvimento futuro implicam em um grau significativo de análise, na medida em que o momento e a natureza das futuras mudanças tecnológicas são de difícil previsão.

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

A Companhia analisa periodicamente o desempenho da unidade geradora de caixa definida a fim de identificar uma possível desvalorização. A determinação do valor recuperável da unidade geradora de caixa inclui também o uso de hipóteses e estimativas e requer um grau significativo de julgamento e critério.

c) Composição, movimentação e taxas de depreciação

Apresentamos uma breve descrição dos principais itens que compõem o ativo imobilizado, suas movimentações e taxas anuais de depreciação:

- Equipamentos de comutação e transmissão: compreendem centrais de comutação e controle, *gateway*, plataformas, estação rádio base, microcélulas, minicélulas, repetidores, antenas, rádios, redes de acesso, concentradoras, cabos, equipamentos de TV e outros equipamentos de comutação e transmissão.
- Equipamentos terminais/modens: compreendem aparelhos celulares e modens (aluguel e comodato), centrais privadas de comutação telefônica, telefones públicos e outros equipamentos terminais.
- Infraestrutura: compreende construções prediais, elevadores, equipamentos de ar-condicionado central, torres, postes, *container*, equipamento de energia, canalização subterrânea, suportes e protetores, benfeitorias em propriedades de terceiros e outros.
- Outros ativos imobilizados: compreendem veículos, ferramentas e instrumentos de reparo e construção, equipamentos de telesupervisão, equipamentos de informática, equipamentos de testes e medidas, mobiliários e outros bens de uso geral.

	Controladora							
	Equipamentos de comutação e transmissão	Equipamentos terminais/modens	Infraestrutura	Terrenos	Outros ativos imobilizados	Perdas estimadas (1)	Bens e instalações em andamento	Total
Taxa anual de depreciação (%)	**2,50 a 25,00**	**6,67 a 66,67**	**2,50 a 66,67**		**10,00 a 25,00**			
Saldos e movimentações:								
Saldo em 31.12.16	**22.231.625**	**2.581.179**	**3.715.494**	**315.719**	**778.048**	**(485.386)**	**2.700.870**	**31.837.549**
Adições	42.997	141.132	91.160	550	238.989	(37.278)	6.062.652	6.540.202
Baixas líquidas	(88.764)	(7.602)	(6.691)	(1.916)	(2.571)	162.224	(17.527)	37.153
Transferências líquidas	3.634.293	1.471.431	619.008	-	15.453	132.578	(5.891.972)	(19.209)
Depreciação (nota 25)	(3.011.178)	(1.466.459)	(541.289)	-	(264.237)	-	-	(5.283.163)
Saldo em 31.12.17	**22.808.973**	**2.719.681**	**3.877.682**	**314.353**	**765.682**	**(227.862)**	**2.854.023**	**33.112.532**
Adições	10.670	128.330	100.952	550	166.432	(8.975)	6.545.752	6.943.711
Baixas líquidas	(45.723)	(1.721)	(7.956)	(71)	(2.518)	80.028	(61.430)	(39.391)
Transferências líquidas	5.380.744	1.098.380	448.629	-	125.573	-	(7.239.561)	(186.235)
Incorporação (nota 1 c.1)	71	5.134	3.490	-	73.130	(83)	13.305	95.047
Depreciação (nota 25)	(3.486.526)	(1.378.785)	(655.813)	-	(295.401)	-	-	(5.816.525)
Saldo em 31.12.18	**24.668.209**	**2.571.019**	**3.766.984**	**314.832**	**832.898**	**(156.892)**	**2.112.089**	**34.109.139**
Em 31.12.17								
Custo	74.092.109	16.797.604	15.628.384	314.353	4.404.945	(227.862)	2.854.023	113.863.556
Depreciação acumulada	(51.283.136)	(14.077.923)	(11.750.702)	-	(3.639.263)	-	-	(80.751.024)
Total	**22.808.973**	**2.719.681**	**3.877.682**	**314.353**	**765.682**	**(227.862)**	**2.854.023**	**33.112.532**
Em 31.12.18								
Custo	79.002.076	18.032.770	16.131.867	314.832	4.874.741	(156.892)	2.112.089	120.311.483
Depreciação acumulada	(54.333.867)	(15.461.751)	(12.364.883)	-	(4.041.843)	-	-	(86.202.344)
Total	**24.668.209**	**2.571.019**	**3.766.984**	**314.832**	**832.898**	**(156.892)**	**2.112.089**	**34.109.139**

	Consolidado							
	Equipamentos de comutação e transmissão	Equipamentos terminais/modens	Infraestrutura	Terrenos	Outros ativos imobilizados	Perdas estimadas (1)	Bens e instalações em andamento	Total
Taxa anual de depreciação (%)	**2,50 a 25,00**	**6,67 a 66,67**	**2,50 a 66,67**		**10,00 a 25,00**			
Saldos e movimentações:								
Saldo em 31.12.16	**22.231.874**	**2.588.307**	**3.725.207**	**315.719**	**819.356**	**(485.575)**	**2.730.030**	**31.924.918**
Adições	42.999	141.132	91.160	550	259.620	(37.374)	6.085.487	6.583.574
Baixas líquidas	(88.766)	(7.602)	(6.966)	(1.916)	(2.522)	162.319	(18.897)	35.650
Transferências líquidas	3.634.293	1.471.431	619.008	-	34.093	132.578	(5.910.612)	(19.209)
Depreciação (nota 25)	(3.011.291)	(1.468.936)	(544.454)	-	(284.983)	-	-	(5.309.664)
Combinação de negócios (nota 1 c.2)	-	-	1.342	-	4.888	-	817	7.047
Saldo em 31.12.17	**22.809.109**	**2.724.332**	**3.885.297**	**314.353**	**830.452**	**(228.052)**	**2.886.825**	**33.222.316**
Adições	10.670	129.640	101.798	550	204.041	(8.975)	6.527.074	6.964.798
Baixas líquidas	(45.719)	(1.721)	(8.461)	(71)	(2.926)	80.135	(61.430)	(40.193)
Transferências líquidas	5.380.744	1.098.380	449.369	-	124.772	-	(7.239.573)	(186.308)
Depreciação (nota 25)	(3.486.592)	(1.379.547)	(658.915)	-	(320.232)	-	-	(5.845.286)
Saldo em 31.12.18	**24.668.212**	**2.571.084**	**3.769.088**	**314.832**	**836.107**	**(156.892)**	**2.112.896**	**34.115.327**
Em 31.12.17								
Custo	74.100.056	16.845.903	15.728.808	314.353	4.687.395	(228.052)	2.886.825	114.335.288
Depreciação acumulada	(51.290.947)	(14.121.571)	(11.843.511)	-	(3.856.943)	-	-	(81.112.972)
Total	**22.809.109**	**2.724.332**	**3.885.297**	**314.353**	**830.452**	**(228.052)**	**2.886.825**	**33.222.316**
Em 31.12.18								
Custo	79.002.102	18.033.246	16.154.562	314.832	4.996.170	(156.892)	2.112.896	120.456.916
Depreciação acumulada	(54.333.890)	(15.462.162)	(12.385.474)	-	(4.160.063)	-	-	(86.341.589)
Total	**24.668.212**	**2.571.084**	**3.769.088**	**314.832**	**836.107**	**(156.892)**	**2.112.896**	**34.115.327**

(1) A Companhia e suas controladas reconheceram perdas estimadas para possível obsolescência de materiais utilizados para manutenção do imobilizado fundamentada nos patamares de uso histórico e expectativa de utilização futura.

d) Taxas de depreciação

A Companhia realizou com o auxílio de empresa especializada, avaliações das vidas úteis aplicadas em seus ativos imobilizados por meio do método comparativo direto de dados do mercado. Os trabalhos indicaram a necessidade de mudanças na vida útil e taxas anuais de depreciação de alguns itens das classes de ativos.

Essa alteração na estimativa contábil, que foi aplicada, aumentou a despesa de depreciação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 em R$267.657.

e) Bens do imobilizado em garantia

Em 31 de dezembro de 2018, os montantes consolidados de bens do ativo imobilizado dados em garantia em processos judiciais eram de R$94.641 (R$176.591 em 31 de dezembro de 2017).

f) Bens reversíveis

O contrato de concessão do STFC da Companhia prevê que os bens pertencentes ao patrimônio da Companhia e que sejam indispensáveis à prestação dos serviços descritos no referido contrato são considerados reversíveis. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo residual dos bens reversíveis era estimado em R$8.621.863 (R$8.763.355 em 31 de dezembro de 2017), composto por equipamentos de comutação, transmissão e terminais de uso público, equipamentos de rede externa, equipamentos de energia e equipamentos de sistemas e suporte à operação.

13. INTANGÍVEL

a) Política contábil

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo dos ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição.

Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são demonstrados pelo custo de aquisição e/ou formação, líquido da amortização e da provisão para a redução ao valor recuperável acumulada, se aplicáveis. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração dos resultados no exercício em que for incorrido.

A vida útil de um ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida, sendo:

- Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica pelo método linear e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indícios de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados anualmente.
  Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou no método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração dos resultados na categoria de custo/despesa consistente com a utilização do ativo intangível.
- Ativos intangíveis de vida útil indefinida não são amortizados, mas testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é efetuada de forma prospectiva. Ágios gerados na aquisição de investimentos são tratados como intangíveis de vida útil indefinida.
  Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como diferença entre o valor líquido obtido na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos na demonstração dos resultados no exercício em que o ativo for baixado.

b) Estimativas e julgamentos críticos

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

A Companhia analisa periodicamente o desempenho da unidade geradora de caixa definida a fim de identificar uma possível desvalorização nos ágios e outros ativos. A determinação do valor recuperável da unidade geradora de caixa a que são atribuídos os ágios inclui também o uso de hipóteses e estimativas e requer um grau significativo de julgamento e critério.

O tratamento contábil do investimento em ativo intangível inclui a realização de estimativas para determinar o período de vida útil para efeitos de sua amortização e o valor justo na data de aquisição, em particular para os ativos adquiridos em combinações de negócios.

A determinação das vidas úteis requer estimativas em relação à evolução tecnológica esperada e ao uso alternativo dos ativos. As hipóteses relacionadas ao aspecto tecnológico e seu desenvolvimento futuro implicam em um grau significativo de análise, na medida em que o momento e a natureza das futuras mudanças tecnológicas são de difícil previsão.

c) Composição, movimentação e taxas de amortização

Apresentamos uma breve descrição dos principais itens que compõem o intangível com vida útil definida:

- *Softwares*: compreendem licenças de programas utilizadas para as atividades operacionais, comerciais e administrativas.
- Carteira de clientes e marcas: compreendem ativos intangíveis adquiridos por meio de combinação de negócios.

continua

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
documento assinado digitalmente
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br quarta-feira, 20 de fevereiro de 2019 às 01:24:30.

continuação

Telefônica

Telefônica Brasil S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE: 35.3.0015881-4

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- Licenças: compreende licenças de concessão e autorização, adquiridas junto à ANATEL para a prestação dos serviços de telecomunicações. Incluem também, licenças decorrentes de combinação de negócios.

	Controladora								
	Vida útil indefinida	Vida útil definida							
	Ágio	*Softwares*	Carteira de clientes	Marcas	Licenças	Outros ativos intangíveis	Perdas estimadas para *softwares*	*Softwares* em andamento	Total
Taxa anual de amortização (%)		**20,00**	**11,76**	**5,13**	**3,60 a 6,67**	**20,00**			
Saldos e movimentações:									
Saldo em 31.12.16	**22.850.363**	**2.693.207**	**2.561.220**	**1.157.820**	**14.897.968**	**50.698**	**(4.581)**	**63.425**	**44.270.120**
Adições	-	260.777	-	-	-	207	-	1.100.785	1.361.769
Baixas líquidas	-	(7.425)	-	-	-	-	4.051	-	(3.374)
Transferências líquidas	-	701.545	-	-	-	(24.297)	31	(658.070)	19.209
Amortização (nota 25)	-	(943.704)	(582.357)	(84.205)	(928.362)	(5.660)	-	-	(2.544.288)
Saldo em 31.12.17	**22.850.363**	**2.704.400**	**1.978.863**	**1.073.615**	**13.969.606**	**20.948**	**(499)**	**506.140**	**43.103.436**
Adições	-	963.894	-	-	6.647	-	-	249.307	1.219.848
Baixas líquidas	-	(15)	-	-	-	-	-	-	(15)
Transferências líquidas	-	519.538	-	-	-	32.467	-	(365.770)	186.235
Incorporação (nota 1 c.1)	212.058	18.051	-	-	-	-	-	-	230.109
Amortização (nota 25)	-	(961.343)	(549.589)	(84.205)	(920.116)	(3.968)	-	-	(2.519.221)
Saldo em 31.12.18	**23.062.421**	**3.244.525**	**1.429.274**	**989.410**	**13.056.137**	**49.447**	**(499)**	**389.677**	**42.220.392**
Em 31.12.17									
Custo	22.850.363	14.966.763	4.513.278	1.658.897	20.237.572	238.193	(499)	506.140	64.970.707
Amortização acumulada	-	(12.262.363)	(2.534.415)	(585.282)	(6.267.966)	(217.245)	-	-	(21.867.271)
Total	**22.850.363**	**2.704.400**	**1.978.863**	**1.073.615**	**13.969.606**	**20.948**	**(499)**	**506.140**	**43.103.436**
Em 31.12.18									
Custo	23.062.421	16.498.947	4.513.278	1.658.897	20.244.219	270.659	(499)	389.677	66.637.599
Amortização acumulada	-	(13.254.422)	(3.084.004)	(669.487)	(7.188.082)	(221.212)	-	-	(24.417.207)
Total	**23.062.421**	**3.244.525**	**1.429.274**	**989.410**	**13.056.137**	**49.447**	**(499)**	**389.677**	**42.220.392**

	Consolidado								
	Vida útil indefinida	Vida útil definida							
	Ágio	*Softwares*	Carteira de clientes	Marcas	Licenças	Outros ativos intangíveis	Perdas estimadas para *softwares*	*Softwares* em andamento	Total
Taxa anual de amortização (%)		**20,00 a 50,00**	**11,76 a 12,85**	**5,13 a 66,67**	**3,60 a 6,67**	**6,67 a 20,00**			
Saldos e movimentações:									
Saldo em 31.12.16	**23.062.421**	**2.694.521**	**2.561.220**	**1.157.820**	**14.897.968**	**50.702**	**(4.581)**	**63.425**	**44.483.496**
Adições	-	276.390	-	-	-	207	-	1.100.785	1.377.382
Baixas líquidas	-	(7.427)	-	-	-	-	4.051	-	(3.376)
Transferências líquidas	-	701.545	-	-	-	(24.297)	31	(658.070)	19.209
Amortização (nota 25)	-	(944.753)	(582.357)	(84.205)	(928.362)	(5.660)	-	-	(2.545.337)
Combinação de negócios (nota 1 c.2)	-	530	-	-	-	-	-	-	530
Saldo em 31.12.17	**23.062.421**	**2.720.806**	**1.978.863**	**1.073.615**	**13.969.606**	**20.952**	**(499)**	**506.140**	**43.331.904**
Adições	-	970.172	-	-	6.647	-	-	249.307	1.226.126
Baixas líquidas	-	(16)	-	-	-	-	-	-	(16)
Transferências líquidas	-	519.539	-	-	-	32.539	-	(365.770)	186.308
Amortização (nota 25)	-	(965.459)	(549.589)	(84.205)	(920.116)	(3.968)	-	-	(2.523.337)
Saldo em 31.12.18	**23.062.421**	**3.245.042**	**1.429.274**	**989.410**	**13.056.137**	**49.523**	**(499)**	**389.677**	**42.220.985**
Em 31.12.17									
Custo	23.062.421	15.125.532	4.513.278	1.658.897	20.237.572	238.201	(499)	506.140	65.341.542
Amortização acumulada	-	(12.404.726)	(2.534.415)	(585.282)	(6.267.966)	(217.249)	-	-	(22.009.638)
Total	**23.062.421**	**2.720.806**	**1.978.863**	**1.073.615**	**13.969.606**	**20.952**	**(499)**	**506.140**	**43.331.904**
Em 31.12.18									
Custo	23.062.421	16.604.769	4.513.278	1.658.897	20.244.219	270.741	(499)	389.677	66.743.503
Amortização acumulada	-	(13.359.727)	(3.084.004)	(669.487)	(7.188.082)	(221.218)	-	-	(24.522.518)
Total	**23.062.421**	**3.245.042**	**1.429.274**	**989.410**	**13.056.137**	**49.523**	**(499)**	**389.677**	**42.220.985**

d) Ágios

d.1) Política contábil

Combinações de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida.

Para cada combinação de negócio, a Companhia mensura a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, os ativos adquiridos e passivos financeiros assumidos são avaliados com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Se a combinação de negócios for realizada em estágios, o valor justo na data de aquisição da participação societária previamente detida no capital da adquirida é reavaliado a valor justo na data da aquisição, sendo os impactos reconhecidos na demonstração dos resultados.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou passivo deverão ser reconhecidas na demonstração dos resultados. Contraprestação contingente na aquisição de um negócio que não é classificada como capital próprio é mensurada subsequentemente pelo valor justo por meio do resultado, sendo ou não enquadrada no âmbito da *IFRS 9*.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença é reconhecida como ganho na demonstração dos resultados.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas de valor recuperável. Para fins de teste de valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado à Unidade Geradora de Caixa ("UGC") que se espera que seja beneficiada pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de UGC e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada é incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à UGC mantida.

d.2) Composição dos ágios

A seguir, apresentamos a composição dos ágios registrados pela Companhia em 31 de dezembro de 2018.

	Controladora/Consolidado
Ajato Telecomunicação Ltda.	149
Spanish e Figueira, pela incorporação da Telefônica Data Brasil Holding (TDBH) ocorrida em 2006	212.058
Santo Genovese Participações, controladora da Atrium Telecomunicações, ocorrido em 2004	71.892
Telefônica Televisão Participações, anteriormente Navytree, ocorrido em 2008	780.693
Vivo Participações, ocorrido em 2011	9.160.488
GVT Participações, ocorrido em 2015	12.837.141
Total	**23.062.421**

14. ANÁLISE DE RECUPERABILIDADE DOS ATIVOS, NÃO FINANCEIROS

a) Política contábil

Anualmente o valor contábil líquido dos ativos é revisado com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou da UGC é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo ou UGC, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto *WACC* (*Weighted Average Cost of Capital*) que reflete a taxa ponderada entre (i) o custo de capital (incluindo riscos específicos) com base no *Capital Asset Pricing Model* ("CAPM") (Modelo de Precificação de Ativos); e (ii) de dívida, sendo estes componentes aplicáveis ao ativo ou UGC antes dos impostos.

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Para os ativos, excluindo o ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de encerramento de exercício para identificar se há alguma indicação de que as perdas do valor recuperável anteriormente reconhecidas podem já não existir ou possam ter diminuído.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida apenas se tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGC, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados, caso aplicável.

Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos:

- Ágio: o teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é efetuado anualmente na data do encerramento do exercício ou antes disso quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Quando o valor recuperável é menor do que seu valor contábil, uma perda de valor recuperável é reconhecida. As perdas de valor recuperável relativas ao ágio não podem ser revertidas em exercícios futuros.
- Ativos intangíveis: os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente na data do encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.
- Avaliação do valor em uso: as principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são: (i) receitas (projetadas considerando o crescimento da base de clientes, a evolução das receitas do mercado frente ao PIB e a participação da Companhia neste mercado); (ii) custos e despesas variáveis (projetados de acordo com a dinâmica da base de clientes, e os custos fixos são projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como com o crescimento histórico das receitas); e (iii) investimentos de capital (estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta dos serviços).

As premissas chave são baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

b) Principais premissas utilizadas no cálculo do valor em uso:

O cálculo do valor em uso é impactado principalmente pelas seguintes premissas:

- Crescimento da receita: é baseado na observação do comportamento histórico de cada linha de receita, bem como em tendências baseadas em análise de mercado. As projeções das receitas diferem muito entre as linhas de produtos e serviços com tendência de maior crescimento em serviços de banda larga, TV paga e TI comparadas com os serviços de voz (fixa).
- Evolução da margem operacional: leva em consideração a margem histórica, estimativa de correção de preços, assim como os projetos em andamento com o objetivo de maior eficiência de custos.
- Volume de CapEx: foram considerados os projetos em andamento e futuras necessidades, ambos alinhados com a evolução das receitas previstas e sempre visando a melhor eficiência na utilização destes investimentos. O volume de CapEx também pode ser impactado pela evolução da inflação e variação cambial.
- Taxas de desconto: representam a avaliação de riscos no mercado atual. O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas da Companhia, sendo calculado pelo Custo de Capital Médio Ponderado ("CCMP" ou *WACC*). O CCMP leva em consideração tanto a dívida quanto o patrimônio (capital próprio). O custo do patrimônio é derivado do rendimento esperado sobre o investimento pelos investidores da Companhia. O custo de dívida é baseado nos financiamentos com rendimento de juros que a Companhia é obrigada a honrar. O risco específico do segmento é incorporado mediante a aplicação de fatores individuais, notadamente o Beta.

c) Sensibilidade a mudanças nas premissas

A Companhia emprega uma análise de sensibilidade do teste de recuperabilidade considerando variações razoáveis nas principais premissas utilizadas no teste.

A seguir apresentamos as variações sensibilizadas em aumentos/diminuições e expressas em pontos percentuais (p.p) que foram assumidas para os fluxos dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

Variações nas principais premissas	Em pontos percentuais
Variações financeiras	
Taxa de desconto	+/- 1,0
Taxas de crescimento na perpetuidade	+/- 0,5
Variações operacionais	
Margem OIBDA	+/- 2,0
Margem de Capex/Receita	+/- 1,5

A análise de sensibilidade empregada no final dos exercícios de 2018 e 2017 indica que não existem riscos significativos de possíveis alterações nas variáveis financeiras e operacionais, consideradas individualmente. Em outras palavras, a Companhia considera que com os limites acima nenhuma perda seria reconhecida.

d) Teste de recuperabilidade dos ágios

A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ágios utilizando o conceito do valor em uso, utilizando a metodologia do fluxo de caixa descontado.

O processo de determinação do valor em uso envolveu a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento, do fluxo de caixa foram baseadas em estimativas da Administração, estudos de mercado e de projeções macroeconômicas. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa média ponderada do custo de capital (*Weighted Average Cost of Capital* - WACC).

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso foi efetuada por um período de 5 anos, e a partir de então, considerando-se a perpetuidade das premissas tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado. A Administração julgou apropriada a utilização do período de 5 anos com base em sua experiência passada em elaborar as projeções de seu fluxo de caixa.

A taxa de crescimento utilizada para extrapolar as projeções além do período de 5 anos foi de 4,5% para ambos os anos de 2018 e 2017.

Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados a taxa de desconto antes dos tributos de 13,99% e 13,58% em 2018 e 2017, respectivamente, também em valores nominais.

A taxa de inflação anual para o período analisado nos fluxos projetados foi de 4,0% para ambos os anos de 2018 e 2017.

continua

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
documento assinado digitalmente
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br quarta-feira, 20 de fevereiro de 2019 às 01:24:30.

continuação

Telefônica Brasil S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE: 35.3.0015881-4

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

Baseando-se no teste anual de recuperação dos ativos da Companhia, elaborado com as projeções realizadas sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018 e 2017, perspectivas de crescimento e resultados operacionais durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não foram identificadas perdas ou indicativos de perdas, visto que o valor em uso é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação.

15. PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.18	**31.12.17**	**31.12.18**	**31.12.17**
Salários e remunerações	33.803	37.070	34.767	40.171
Encargos e benefícios sociais	372.408	354.467	385.695	399.229
Participação de empregados nos resultados	262.270	247.501	265.433	273.384
Planos de remuneração baseados em ações (nota 29)	22.467	31.567	22.638	33.880
Outras indenizações	86.000	-	86.000	-
Total	**776.948**	**670.605**	**794.533**	**746.664**
Circulante	765.098	648.957	782.630	723.380
Não circulante	11.850	21.648	11.903	23.284

16. FORNECEDORES

a) Política contábil

São obrigações a pagar por bens, serviços ou mercadorias que foram adquiridos no curso normal dos negócios. São inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros, caso aplicável.

b) Composição

	Controladora		Consolidado	
	31.12.18	**31.12.17**	**31.12.18**	**31.12.17**
Fornecedores diversos (Opex, Capex, Serviços e Mercadorias)	6.752.721	6.380.614	6.790.882	6.683.503
Valores a repassar (operadoras, *cobilling*)	205.017	183.250	198.942	187.976
Interconexão/interligação	269.446	224.777	269.446	224.777
Partes relacionadas (nota 28)	518.949	1.772.203	383.512	350.844
Total	**7.746.133**	**8.560.844**	**7.642.782**	**7.447.100**

17. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31.12.18	**31.12.17**	**31.12.18**	**31.12.17**
ICMS	1.051.536	1.106.507	1.094.769	1.149.137
PIS e COFINS	505.011	385.501	512.714	419.589
Fust e Funttel	89.794	93.869	89.794	93.869
ISS, CIDE e outros tributos	132.420	102.327	139.933	113.689
Total	**1.778.761**	**1.688.204**	**1.837.210**	**1.776.284**
Circulante	1.739.516	1.669.741	1.797.965	1.726.836
Não circulante	39.245	18.463	39.245	49.448

18. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

a) Política contábil

a.1) Dividendos

Os dividendos mínimos obrigatórios estão demonstrados nos balanços patrimoniais como obrigações legais (provisões no passivo circulante). Os dividendos em excesso a esse mínimo, ainda não aprovados para pagamento pela assembleia de acionistas, estão demonstrados como dividendo adicional proposto no patrimônio líquido. Após a aprovação pela assembleia de acionistas, os dividendos em excesso ao mínimo são transferidos para o passivo circulante, passando a caracterizar como obrigações legais.

a.2) Juros sobre o capital próprio

Pela legislação brasileira é permitido às sociedades pagarem juros sobre o capital próprio, os quais são similares ao pagamento de dividendos, porém são dedutíveis para fins de apuração dos tributos sobre a renda. A Companhia e suas controladas, para fins de atendimento à legislação tributária brasileira provisionam nos seus livros contábeis o montante devido em contrapartida à conta de despesa financeira no resultado do exercício e, para fins de apresentações destas demonstrações financeiras reverte a referida despesa em contrapartida a um débito direto no patrimônio líquido, resultando no mesmo tratamento contábil dos dividendos. A distribuição dos juros sobre o capital próprio aos acionistas está sujeita a retenção de imposto de renda à alíquota de 15%.

a.3) Juros sobre o capital próprio e dividendos prescritos

Os juros sobre o capital próprio e dividendos não reclamados pelos acionistas prescrevem em 3 anos, contados a partir da data do início do pagamento. Caso ocorra a prescrição de dividendos e juros sobre o capital próprio, os montantes são contabilizados em contrapartida a lucros acumulados, para posterior distribuição.

b) Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber

b.1) Composição

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia tinha R$51.785 e R$323.206 a receber do Terra Networks e da TData, respectivamente.

b.2) Movimentação

	Controladora
Saldo em 31.12.16	**-**
Dividendos complementares de 2016 da TData	384.588
Dividendos mínimos obrigatórios de 2017 da TData	323.206
Recebimento de dividendos da TData	(384.588)
Saldo em 31.12.17	**323.206**
Dividendos complementares de 2017 da TData	963.503
Dividendos intermediários de 2018 da TData	300.000
Incorporação da TData (nota 1 c.1)	118.628
Recebimento de dividendos da TData e da Terra Networks	(1.705.337)
Dividendos mínimos obrigatórios de 2018 da Terra Networks	51.785
Saldo em 31.12.18	**51.785**

Para a demonstração dos fluxos de caixa, os juros sobre o capital próprio e dividendos recebidos de controladas estão sendo alocados no grupo de "Atividades de Investimentos".

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar

c.1) Composição

	Controladora/Consolidado	
	31.12.18	**31.12.17**
Telefónica Latinoamérica Holding	952.217	505.750
Telefónica	1.146.619	609.003
SP Telecomunicações Participações	722.862	383.933
Telefónica Chile	2.015	1.070
Acionistas não controladores	1.349.203	896.360
Total	**4.172.916**	**2.396.116**

c.2) Movimentação

	Controladora/Consolidado
Saldo em 31.12.16	**2.195.031**
Dividendos complementares de 2016	1.913.987
JSCP intermediários (líquidos de IRRF)	2.054.143
Prescrição de dividendos e JSCP	(101.778)
Pagamentos de dividendos e JSCP	(3.668.551)
IRRF sobre acionistas isentos/imunes de JSCP	3.284
Saldo em 31.12.17	**2.396.116**
Dividendos complementares de 2017	2.191.864
JSCP intermediários (líquidos de IRRF)	3.867.500
Prescrição de dividendos e JSCP	(152.770)
Pagamentos de dividendos e JSCP	(4.136.878)
IRRF sobre acionistas isentos/imunes de JSCP	7.084
Saldo em 31.12.18	**4.172.916**

Para a demonstração dos fluxos de caixa, os juros sobre o capital próprio e dividendos pagos aos seus acionistas estão sendo alocados no grupo de "Atividades de Financiamentos".

19. PROVISÕES E CONTINGÊNCIAS

a) Política contábil

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, que é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável do montante dessa obrigação possa ser efetuada. As provisões são atualizadas até a data do encerramento do exercício pelo montante provável da perda, observada a natureza de cada contingência.

As provisões para demandas judiciais estão apresentadas pelo seu montante bruto, sem considerar os correspondentes depósitos judiciais e são classificadas como cíveis, trabalhistas, tributárias e regulatórias.

Os depósitos judiciais estão classificados como ativo, dado que não existem as condições requeridas para apresentá-los líquidos com a provisão.

Provisões para demandas judiciais cíveis, trabalhistas, tributárias e regulatórias

A Companhia e suas controladas são partes em demandas administrativas e judiciais de natureza trabalhista, tributária, cível e regulatória, tendo sido constituídas provisões contábeis em relação às demandas cuja probabilidade de perda foi classificada como provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como as opiniões de seus consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Provisão para desmantelamento de ativos

Referem-se aos custos a serem incorridos pela necessidade de ter que devolver os *sites* (localidades destinadas a instalações de torres e equipamentos em imóveis alugados) aos proprietários nas mesmas condições em que se encontravam quando da assinatura do contrato inicial de locação.

Estes custos são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para liquidar a obrigação utilizando fluxos de caixa estimados, sendo reconhecidos como parte do custo do correspondente ativo. Os fluxos de caixa são descontados a uma taxa antes de imposto corrente que reflete os riscos específicos inerentes à obrigação por desativação de ativos. O efeito financeiro do desconto é contabilizado em despesa conforme incorrido e reconhecido na demonstração dos resultados como um custo financeiro. Os custos futuros estimados de desativação de ativos são revisados anualmente e ajustados, conforme o caso.

Mudanças nos custos futuros estimados ou na taxa de desconto aplicada são adicionadas ou deduzidas do custo do ativo.

Passivos contingentes (*Purchase Price Allocation* - PPA)

Um passivo contingente reconhecido em uma combinação de negócios é inicialmente mensurado ao valor justo. Refere-se aos valores do passivo contingente decorrente do Purchase Price Allocation (PPA) gerados na aquisição do controle da VivoPart. em 2011 e da GVTPart. em 2015.

b) Estimativas e julgamentos críticos

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente como consequência de um evento passado, cuja liquidação requer uma saída de recursos que é considerada provável e que pode ser estimada com confiabilidade. Essa obrigação pode ser legal ou tácita, derivada de, entre outros fatores, regulamentações, contratos, práticas habituais ou compromissos públicos que criam perante terceiros uma expectativa válida de que a Companhia ou suas controladas assumirão determinadas responsabilidades. A determinação do montante da provisão está baseada na melhor estimativa do desembolso que será necessário para liquidar a obrigação correspondente, tomando em consideração toda a informação disponível na data de encerramento, incluída a opinião de peritos independentes, como consultores jurídicos

c) Informações das provisões e contingências

A Companhia e suas controladas respondem por processos administrativos e judiciais de naturezas trabalhistas, tributárias e cíveis perante diferentes tribunais. A Administração da Companhia e suas controladas, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisão para aquelas causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável.

A seguir, apresentamos os quadros com a composição e movimentação das provisões, cujo desfecho desfavorável é considerado provável, além do passivo contingente e da provisão para desmantelamento.

Controladora

	Provisões para demandas judiciais						
	Trabalhista	**Tributária**	**Cível**	**Regulatório**	**Passivo contingente (PPA)**	**Provisão para desmantelamento**	**Total**
Saldos em 31.12.16	**1.374.570**	**3.109.806**	**1.038.230**	**828.934**	**881.745**	**541.831**	**7.775.116**
Ingressos (reversões), líquidos (nota 26)	296.676	146.730	438.250	198.344	(89.230)	-	990.770
Outros ingressos (reversões) (2)	-	100.252	(1.098)	-	-	20.765	119.919
Baixas por pagamento	(860.698)	(158.783)	(548.521)	(6.873)	-	-	(1.574.875)
Baixas por compensação de tributos (1)	-	(66.027)	-	-	-	-	(66.027)
Atualização monetária	143.771	342.922	120.574	83.387	53.281	12.129	756.064
Saldos em 31.12.17	**954.319**	**3.474.900**	**1.047.435**	**1.103.792**	**845.796**	**574.725**	**8.000.967**
Ingressos (reversões), líquidos (nota 26)	309.033	452.484	392.166	(41.837)	(27.345)	-	1.084.501
Outros ingressos (reversões) (2)	(104.505)	(2.442.943)	(12.646)	-	-	15.926	(2.544.168)
Baixas por pagamento	(530.031)	(51.376)	(595.863)	(117.599)	-	-	(1.294.869)
Incorporação (nota 1 c.1)	-	22.611	-	-	-	4.755	27.366
Atualização monetária	117.936	411.853	164.648	77.860	8.824	77.215	858.336
Saldos em 31.12.18	**746.752**	**1.867.529**	**995.740**	**1.022.216**	**827.275**	**672.621**	**6.132.133**
Em 31.12.17							
Circulante	239.229	-	201.673	994.009	-	-	1.434.911
Não circulante	715.090	3.474.900	845.762	109.783	845.796	574.725	6.566.056
Em 31.12.18							
Circulante	245.804	-	132.122	-	-	-	377.926
Não circulante	500.948	1.867.529	863.618	1.022.216	827.275	672.621	5.754.207

Consolidado

	Provisões para demandas judiciais						
	Trabalhista	**Tributária**	**Cível**	**Regulatório**	**Passivo contingente (PPA)**	**Provisão para desmantelamento**	**Total**
Saldos em 31.12.16	**1.382.957**	**3.129.681**	**1.039.357**	**828.934**	**881.745**	**546.587**	**7.809.261**
Ingressos (reversões), líquidos (nota 26)	297.171	154.441	438.693	198.344	(89.230)	-	999.419
Outros ingressos (reversões) (2)	(492)	93.596	207	-	-	20.765	114.076
Baixas por pagamento	(865.656)	(168.407)	(551.928)	(6.873)	-	-	(1.592.864)
Baixas por compensação de tributos (1)	-	(66.027)	-	-	-	-	(66.027)
Atualização monetária	147.334	348.393	123.487	83.387	53.281	12.129	768.011
Combinação de negócios (nota 1 c.2)	19.282	87.531	6.061	-	-	-	112.874
Saldos em 31.12.17	**980.596**	**3.579.208**	**1.055.877**	**1.103.792**	**845.796**	**579.481**	**8.144.750**
Ingressos (reversões), líquidos (nota 26)	319.056	452.746	395.631	(41.837)	(27.345)	-	1.098.251
Outros ingressos (reversões) (2)	(99.372)	(2.443.047)	(14.119)	-	-	16.752	(2.539.786)
Baixas por pagamento	(541.749)	(51.924)	(598.294)	(117.599)	-	-	(1.309.566)
Atualização monetária	121.155	414.914	165.708	77.860	8.824	77.215	865.676
Saldos em 31.12.18	**779.686**	**1.951.897**	**1.004.803**	**1.022.216**	**827.275**	**673.448**	**6.259.325**
Em 31.12.17							
Circulante	239.229	-	201.673	994.009	-	-	1.434.911
Não circulante	741.367	3.579.208	854.204	109.783	845.796	579.481	6.709.839
Em 31.12.18							
Circulante	245.805	-	132.124	-	-	-	377.929
Não circulante	533.881	1.951.897	872.679	1.022.216	827.275	673.448	5.881.396

(1) Refere-se aos valores de tributos sobre prejuízos fiscais utilizados na compensação de provisões tributárias, decorrentes da adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária ("PERT") pela Companhia.

(2) Refere-se aos valores de ingressos e baixas realizados em contrapartida a depósitos judiciais (nota 9).

c.1) Provisões e contingências trabalhistas

	Valores envolvidos			
	Controladora		Consolidado	
Natureza/Grau de Risco	**31.12.18**	**31.12.17**	**31.12.18**	**31.12.17**
Provisões prováveis	746.752	954.319	779.686	980.596
Contingências possíveis	152.297	210.211	191.398	261.876

As provisões e contingências trabalhistas envolvem diversas reclamações trabalhistas de ex-empregados e de empregados terceirizados (estes alegando responsabilidade subsidiária ou solidária), que reivindicam, entre outros: falta de pagamento de horas extraordinárias, equiparação salarial, complementos salariais de aposentadoria, remuneração por insalubridade, periculosidade e questionamentos referentes à terceirização. A Companhia finalizou um trabalho de aprimoramento no cálculo da estimativa do valor da provisão trabalhista, para os casos de solidariedade/subsidiariedade junto a sociedades terceiras, evoluindo de um cálculo baseado na média histórica de pagamentos para uma avaliação da perda esperada de forma individualizada para cada processo, ocasionando um incremento na provisão de R$116 milhões.

A Companhia também figura no polo passivo de reclamações trabalhistas ajuizadas por ex-empregados aposentados, vinculados ao Plano de Assistência Médica aos Aposentados ("PAMA"), que requerem dentre outros pontos a anulação da alteração ocorrida no plano médico dos aposentados. As ações, em sua maioria, aguardam pronunciamento do Tribunal Superior do Trabalho. A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus consultores jurídicos e nas recentes prestações jurisdicionais, considera esta ação como sendo de risco possível. Não foi atribuído valor referente a essas ações, pois, neste momento, na hipótese de perda, não há como estimar o prejuízo para a Companhia.

Adicionalmente, a Companhia é parte em Ações Civis Públicas promovidas pelo Ministério Público do Trabalho cujos objetos versam essencialmente sobre a determinação à Companhia de deixar de contratar empresa interposta para execução das atividades fim da Companhia. Em agosto de 2018, a maioria dos Ministros do Supremo Tribunal Federal ("STF") julgaram pela legalidade da terceirização irrestrita, inclusive da atividade fim, resguardada a responsabilidade subsidiária do tomador de serviço. Contudo, aguarda-se a publicação da referida decisão e possíveis embargos de declaração para aclarar acerca da abrangência da referida decisão, inclusive para os casos já transitados em julgado, oportunidade em que será avaliada a aplicação da referida decisão em cada um dos processos em que se discute o tema. Diante de tais considerações, ainda não há condições de estimar valores ou eventuais prejuízos para a Companhia.

continua

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
documento assinado digitalmente
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br quarta-feira, 20 de fevereiro de 2019 às 01:24:30.

continuação

Telefônica Brasil S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE: 35.3.0015881-4

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

c.2) Provisões e contingências tributárias

	Valores envolvidos			
	Controladora		Consolidado	
Natureza/Grau de Risco	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17
Provisões prováveis	1.867.529	3.474.900	1.951.897	3.579.208
Federais	442.575	420.128	526.943	502.153
Estaduais	909.547	231.667	909.547	231.998
Municipais	33.607	32.054	33.607	32.054
FUST, FISTEL e EBC	481.800	2.791.051	481.800	2.813.003
Contingências possíveis	35.257.515	34.029.094	36.103.128	35.388.910
Federais	11.743.016	7.936.925	12.025.529	8.226.374
Estaduais	15.736.730	18.015.683	16.294.685	18.968.349
Municipais	632.569	542.084	637.690	548.014
FUST, FUNTTEL e FISTEL	7.145.200	7.534.402	7.145.224	7.646.173

c.2.1) Provisões tributárias prováveis

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são prováveis as chances de perda nos processos de âmbito federal, estadual, municipal e regulatórios, descritos a seguir:

Tributos federais

A Companhia e/ou suas controladas mantêm discussões administrativas e judiciais, sendo as mais relevantes: (i) manifestações de inconformidade decorrente de não homologação de pedidos de compensações e pedidos de restituição formulados; (ii) CIDE incidente sobre a remessa de valores ao exterior relativos a serviços técnicos e de assistência administrativa e semelhantes, bem como sobre *royalties*; (iii) IRRF sobre juros sobre o capital próprio; (iv) compensação de FINSOCIAL; e (v) majoração da base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como majoração da alíquota da COFINS, exigidas por meio da Lei nº 9.718/98.

Tributos estaduais

A Companhia e/ou suas controladas mantêm discussões tanto na esfera administrativa como na esfera judicial, relativas a ICMS, sendo: (i) glosa de créditos; (ii) não tributação de serviços de telecomunicações; (iii) créditos do imposto relativo a impugnações/contestações sobre serviços de telecomunicação não prestados ou equivocadamente cobrados (Convênio 39/01); (iv) diferencial de alíquota; (v) locação de infraestrutura necessária aos serviços de *internet* (dados); (vi) saídas de mercadorias com preços inferiores aos de aquisição; e (vii) não tributação de valores concedidos a título de descontos aos clientes.

Tributos municipais

A Companhia e/ou suas controladas mantêm diversas ações tributárias no âmbito municipal, na esfera judicial, relativas a: (i) IPTU; (ii) ISS incidente sobre: (a) serviços de locação de bens móveis e atividades-meio e suplementares; e (b) retenção sobre serviços de empreitada.

FUST, FISTEL e EBC

A Companhia e/ou suas controladas mantêm discussões administrativas e judiciais, relativas à não inclusão das despesas de interconexão e exploração industrial de linha dedicada na base de cálculo do FUST.

No segundo trimestre de 2018, a discussão relativa a exclusão da base de cálculo da Taxa de Fiscalização de Instalação ("TFI") e Taxa de Fiscalização e Funcionamento ("TFF") das estações móveis (celulares) que não são de propriedade da Companhia se encerrou desfavoravelmente após desistência pela Companhia do recurso interposto, com a conversão em renda para a ANATEL dos valores depositados judicialmente (nota 9).

No terceiro trimestre de 2018, a Companhia e sua controlada (TData) tiveram seus pedidos aceitos de conversão em renda dos valores depositados judicialmente, referentes às taxas EBC, com a manutenção da discussão em andamento. Diante disso, a Companhia e sua controlada (TData) efetuaram as baixas dos valores provisionados em contrapartida aos valores depositados judicialmente (nota 9).

c.2.2) Contingências tributárias possíveis

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nos processos de âmbito federal, estadual, municipal e outros tributos (FUST, FUNTTEL e FISTEL), descritos a seguir:

Tributos federais

A Companhia e/ou suas controladas mantêm diversas ações administrativas e judiciais em âmbito federal, as quais aguardam julgamentos nas mais variadas instâncias.

Dentre as ações relevantes, destacam-se: (i) manifestações de inconformidade decorrentes de não homologação de pedidos de compensações formulados pela Companhia; (ii) INSS sobre: (a) remuneração decorrente da reposição de perdas salariais originadas do "Plano Verão" e "Plano Bresser"; (b) SAT, Seguro Social e de valores devidos a terceiros (INCRA e SEBRAE); (c) retenção de 11% (cessão de mão de obra); e (d) *Stock Options* exigência de contribuições previdenciárias sobre as parcelas pagas pelas empresas do grupo aos seus empregados por meio de plano de compra de ações; (iii) IRRF e CIDE sobre a remessa de valores ao exterior relativos a serviços técnicos e de assistência administrativa e semelhantes, bem como *royalties*; (iv) IRPJ e CSLL sobre (a) glosa de custos e despesas diversas não comprovadas; e (b) glosa das despesas relacionadas ao ágio da reestruturação societária da Terra Networks e da Vivo S.A. e do ágio decorrente das operações de incorporação da Navytree, TDBH, VivoPart. e GVTPart.; (v) deduções da COFINS de perda com operações de *swap*; (vi) PIS e COFINS sobre (a) regime de competência versus regime de caixa; (b) sobre serviços de valor agregado; e (c) serviço de assinatura mensal; (vii) IRPJ - FINOR, FINAN ou FUNRES; (viii) ex-tarifário, revogação do benefício da Resolução CAMEX nº. 6, aumento da tarifa de importação de 4% para 28%; (ix) IPI na saída do estabelecimento da Companhia dos equipamentos conhecidos como "*Fixed access unit"* (unidade de acesso fixo); (x) IOF, exigência relativa as operações de mútuo, *intercompany* e operações de crédito; e (xi) glosa de despesas operacionais supostamente não dedutíveis e relacionadas às perdas estimadas para o valor recuperável das contas a receber.

Tributos estaduais

A Companhia e/ou suas controladas mantêm diversas ações administrativas e judiciais em âmbito estadual, relacionadas ao ICMS, as quais aguardam julgamento nas mais variadas instâncias, sendo: (i) locação de bens móveis; (ii) ligações internacionais (DDI); (iii) estorno de crédito relativo à obtenção de bens destinados ao ativo imobilizado e cobrança na transferência interestadual de bens de ativo imobilizado entre as filiais; (iv) estorno de créditos extemporâneos; (v) prestação de serviço fora de São Paulo com recolhimento para o Estado de São Paulo; (vi) *co-billing*; (vii) substituição tributária com base de cálculo fictícia (pauta fiscal); (viii) aproveitamento de créditos provenientes da aquisição de energia elétrica; (ix) atividades meio, serviços de valor adicionado e suplementares; (x) créditos do imposto relativo a impugnações/contestações sobre serviços de telecomunicação não prestados ou equivocadamente cobrados (Convênio 39/01); (xi) cobrança diferida referente a interconexão (Detraf); (xii) créditos advindos de benefícios fiscais concedidos por outros entes federados; (xiii) glosa de incentivos fiscais relativos a projetos culturais; (xiv) transferências de bens do ativo imobilizado entre estabelecimentos próprios; (xv) créditos do imposto sobre serviços de comunicação utilizados na prestação de serviços da mesma natureza; (xvi) doação de cartões para ativação no serviço pré-pago; (xvii) estorno de crédito decorrente de operação de comodato, em cessão de redes (consumo próprio e isenção de órgãos públicos); (xviii) multa Detraf; (xix) consumo próprio; (xx) isenção de órgãos públicos; (xxi) valores dados a título de descontos; (xxii) reescrituração de livro fiscal sem autorização prévia do fisco; (xxiii) serviços de publicidade; (xxiv) serviços não medidos; e (xxv) assinatura mensal, que se encontra no STF com embargos de declaração e a Companhia aguarda o julgamento sobre o pedido de modulação.

Tributos municipais

A Companhia e/ou suas controladas mantêm diversas ações administrativas e judiciais em âmbito municipal, as quais aguardam julgamentos nas mais variadas instâncias.

Dentre as ações relevantes, destacam-se: (i) ISS sobre (a) atividade meio, serviço de valor adicionado e suplementar; (b) retenção na fonte; (c) prestação de serviço de identificador de chamadas e habilitação de celular; (d) prestação de serviços contínuos, provisões, estornos e notas fiscais canceladas; (e) processamento de dados e congêneres antivírus; (f) tarifa de uso da rede móvel e locação de infraestrutura; (g) serviços de publicidade; (h) serviços prestados por terceiros; e (i) serviços de consultoria em áreas de gestão empresarial prestados pela Telefónica Latino America Holding; (ii) IPTU; (iii) taxa de uso do solo; e (iv) diversas taxas municipais.

FUST, FUNTTEL e FISTEL

Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações ("FUST")

Mandados de Segurança impetrados para reconhecimento do direito de não inclusão das receitas de interconexão e exploração industrial de linha dedicada ("EILD") na base de cálculo do FUST, conforme disposição da Súmula nº 7, de 15 de dezembro de 2005, por estar em desacordo com as disposições contidas no parágrafo único do artigo 6° da Lei n° 9.998/00, os quais aguardam julgamento pelos Tribunais Superiores.

Diversas notificações de lançamento de débito lavradas pela ANATEL em âmbito administrativo para constituição do crédito tributário relativo à interconexão, EILD e demais receitas que não são oriundas da prestação de serviços de telecomunicação.

Em 31 de dezembro de 2018, os montantes consolidados envolvidos totalizavam R$3.701.208 (R$4.316.571 em 31 de dezembro de 2017).

Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações ("FUNTTEL")

Mandados de Segurança impetrados para reconhecimento do direito de não inclusão das receitas de interconexão e quaisquer outras decorrentes do uso de recursos integrantes de suas redes na base de cálculo do FUNTTEL, conforme determina a Lei nº 10.052/00 e o Decreto nº 3.737/01, afastando-se assim a aplicação indevida do artigo 4º, §5º, da Resolução nº 95/13.

Diversas notificações de lançamento de débito lavradas pelo Ministério das Comunicações em âmbito administrativo para constituição do crédito tributário relativo à interconexão, recursos integrantes da rede e demais receitas que não são oriundas da prestação de serviços de telecomunicação.

Em 31 de dezembro de 2018, os montantes consolidados envolvidos totalizavam R$618.473 (R$493.867 em 31 de dezembro de 2017).

Fundo de Fiscalização das Telecomunicações ("FISTEL")

Ações judiciais para cobrança da TFI sobre: (i) prorrogações do prazo de vigência das licenças para utilização das centrais telefônicas associadas à exploração do serviço telefônico fixo comutado; e (ii) prorrogações do prazo de vigência do direito de uso de radiofrequência associadas à exploração do serviço móvel pessoal.

Em 31 de dezembro de 2018, os valores consolidados envolvidos totalizavam R$2.825.543 (R$2.835.735 em 31 de dezembro de 2017).

c.3) Provisões e contingências cíveis

	Valores envolvidos			
	Controladora		Consolidado	
Natureza/Grau de Risco	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17
Provisões prováveis	995.740	1.047.435	1.004.803	1.055.877
Contingências possíveis	3.480.441	2.840.894	3.493.655	2.858.796

c.3.1) Provisões cíveis prováveis

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são prováveis as chances de perda nos processos cíveis, descritos a seguir:

- A Companhia e/ou suas controladas estão envolvidas em ações que versam sobre direitos ao recebimento complementar de ações calculadas em relação aos planos de expansão da rede após 1996 (processos de complementação de ações). Tais processos encontram-se em diversas fases: 1º grau, Tribunal de Justiça e Superior Tribunal de Justiça. Em 31 de dezembro de 2018 o montante consolidado provisionado era de R$334.877 (R$324.232 em 31 de dezembro de 2017).
- A Companhia e/ou suas controladas são parte em diversas demandas cíveis de natureza consumidor nas esferas administrativa e judicial, que tem como objeto a não prestação dos serviços e/ou produtos vendidos. Em 31 de dezembro de 2018 o montante consolidado provisionado era de R$353.850 (R$296.169 em 31 de dezembro de 2017).
- A Companhia e/ou suas controladas são parte em diversas demandas cíveis de naturezas não consumerista nas esferas administrativa e judicial, todas relacionadas ao curso normal do negócio. Em 31 de dezembro de 2018, o montante consolidado provisionado era de R$316.076 (R$435.476 em 31 de dezembro de 2017).

c.3.2) Contingências cíveis possíveis

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nos processos cíveis, descritos a seguir:

- Ação Coletiva movida pela Associação dos Participantes da SISTEL ("ASTEL") no Estado de São Paulo, pela qual os participantes associados da Sistel no Estado de São Paulo questionam as mudanças realizadas no Plano de Assistência Médica dos Aposentados da Companhia ("PAMA") e em síntese, restabelecimento ao *"status quo"* anterior. O processo está ainda em fase recursal, aguardando julgamento de Agravo de Instrumento interposto pela Companhia contra decisão de admissibilidade dos seus Recursos Especial e Extraordinário interpostos em face da decisão de 2º grau, que reformou a sentença de improcedência. O valor é inestimável e os pedidos não tem como serem liquidados pela sua inexequibilidade, tendo em vista que envolve retorno as condições do plano anterior.
- Ações Civis Públicas propostas pela ASTEL no Estado de São Paulo e pela Federação Nacional das Associações de Aposentados, Pensionistas e Participantes em Fundos de Pensão do Setor de Telecomunicação ("FENAPAS"), ambas as propostas contra a Sistel, a Companhia e outras operadoras, visando à anulação da cisão de plano previdenciário PBS, alegando em síntese o "*desmonte do sistema de previdência complementar da Fundação Sistel*", que originou diversos planos específicos PBS espelhos, e correspondentes alocações de recursos provenientes de *superávit* técnico e contingência fiscal existente à época da cisão. O valor é inestimável e os pedidos não tem como serem liquidados pela sua inexequibilidade, tendo em vista que envolve retorno a acervo cindido da Sistel relativo às operadoras de telecomunicações do antigo Sistema Telebrás.
- A Companhia é parte em ações judiciais cíveis, em diversas esferas que tem por objeto direitos relacionados à prestação dos serviços e são movidas por consumidores individuais, associações civis que representam os direitos dos consumidores ou pelo Programa de Proteção e Defesa do Consumidor ("PROCON"), bem como Ministérios Públicos Estadual e Federal, assim como, também é parte em outras ações que têm por objeto discussões de naturezas diversas relacionadas ao curso normal do negócio. Em 31 de dezembro de 2018, o montante consolidado era de R$3.466.522 (R$2.827.071 em 31 de dezembro de 2017).
- A Terra Networks é parte em: (i) ação movida por fornecedor referente a transmissão de eventos; (ii) multa do PROCON (ação anulatória); (iii) ação indenizatória relativa ao uso de conteúdo; (iv) ação ECAD relativa a cobrança de direitos autorais; e (v) ações reclamatórias movidas por ex-assinantes relativas a cobrança não reconhecida, cobrança de valor indevido e descumprimento contratual. Em 31 de dezembro de 2018 o montante era de R$12.926 (R$17.518 em 31 de dezembro de 2017).
- A Companhia vem recebendo autuações referentes ao descumprimento do Decreto do Serviço de Atendimento ao Consumidor ("SAC"). Atualmente temos algumas ações (processos administrativos e judiciais). Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 o montante era de R$14.207.
- Propriedade Intelectual: Lune Projetos Especiais Telecomunicação Comércio e Ind. Ltda ("Lune"), empresa brasileira, propôs ação judicial em 20 de novembro de 2001 contra 23 operadoras de telecomunicações de serviço móvel alegando ser possuidora da patente do identificador de chamadas, bem como ser titular do registro da marca "Bina". Pretende a interrupção da prestação desse serviço pelas operadoras e indenização equivalente à quantidade paga pelos consumidores pela utilização do serviço.
  Houve sentença desfavorável para determinar que a Companhia se abstivesse de comercializar telefones celulares com serviço de identificação de chamadas ("Bina"), com multa diária de R$10.000,00 (Dez mil reais) em caso de descumprimento. Além disso, a sentença condenou a Companhia ao pagamento de indenização por *royalties*, a ser apurado em liquidação de sentença. Opostos Embargos de Declaração por todas as partes, sendo acolhidos os embargos de declaração da Lune no sentido de entender cabível a apreciação da tutela antecipada nesta fase processual. Interposto Recurso de Agravo de Instrumento em face da presente decisão, que concedeu efeito suspensivo a tutela antecipada tornando sem efeito a decisão desfavorável até julgamento final do Agravo. Interposto Recurso de Apelação em face da sentença, que foi provido no dia 30 de junho de 2016 pela 4ª Câmara do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, para anular a sentença de primeiro grau e remeter o processo para a primeira instância para realização de uma nova perícia. Interpusemos Recurso Especial contra o referido acórdão para que seja reconhecida a ilegitimidade ativa da Lune e determinada a extinção do processo, sendo que, tal recurso aguarda julgamento perante o Superior Tribunal de Justiça ("STJ"). Não há como determinar neste momento a extensão das responsabilidades potenciais com relação a esta reivindicação.
- A Companhia, em conjunto com outras operadoras de telecomunicações sem fio, são rés em várias ações movidas pelo Ministério Público e associações de defesa do consumidor que contestam a imposição de prazo para utilização de minutos pré-pagos. Os demandantes alegam que os minutos pré-pagos não devem expirar após prazo específico. Decisões conflitantes foram proferidas pelos tribunais sobre a matéria, apesar de acreditarmos que os nossos critérios para a imposição do prazo estão em conformidade com as normas da ANATEL.

c.4) Provisões e contingências regulatórias

	Valores envolvidos			
	Controladora		Consolidado	
Natureza/Grau de Risco	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17
Provisões prováveis	1.022.216	1.103.792	1.022.216	1.103.792
Contingências possíveis	6.119.136	5.065.907	6.119.136	5.065.907

c.4.1) Provisões regulatórias prováveis

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são prováveis as chances de perda nos processos envolvendo matéria regulatória, descritos a seguir:

A Companhia figura como parte em processos administrativos perante a ANATEL, os quais foram instaurados sob o fundamento de alegado descumprimento de obrigações estabelecidas na regulamentação setorial, bem como em processos judiciais que discutem sanções aplicadas pela ANATEL na esfera administrativa.

c.4.2) Contingências regulatórias possíveis

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nos processos envolvendo matéria regulatória, descritos a seguir:

- A Companhia mantém processos administrativos instaurados pela ANATEL com fundamento em alegado descumprimento de obrigações estabelecidas na regulamentação setorial, bem como processos judiciais que discutem sanções aplicadas pela ANATEL na esfera administrativa. Em 31 de dezembro de 2018 o montante consolidado era de R$6.119.136 (R$5.065.907 em 31 de dezembro de 2017).
- Processos administrativos e judiciais que discutem o pagamento do ônus de 2% sobre parte de suas receitas em decorrência da prorrogação das radiofrequências associadas ao SMP. De acordo com a cláusula 1.7 dos Termos de Autorização que outorgaram o direito de uso de radiofrequências associadas ao SMP, a prorrogação do uso destas radiofrequências implica o pagamento, a cada biênio, durante o período de prorrogação (15 anos), de um ônus correspondente a 2% da receita líquida decorrente da aplicação dos Planos de Serviço, Básico e Alternativos da prestadora, apurada no ano anterior ao do pagamento.
  Contudo, a ANATEL determinou que o ônus correspondente a 2% deveria contemplar, além das receitas decorrentes da aplicação dos Planos de Serviço, também as receitas de interconexão e outras receitas operacionais, o que não está previsto na cláusula 1.7 dos referidos Termos de Autorização.
  Por considerar, com base no disposto nos Termos de Autorização, que as receitas de interconexão e outras receitas operacionais não devem integrar a base de cálculo da onerosidade de 2% na prorrogação do direito de uso das radiofrequências, a Companhia, no âmbito administrativo e judicial, impugnou todos esses lançamentos, recorrendo do posicionamento da ANATEL.
- Em 2018, como decorrência do fim das negociações do Termo de Ajustamento de Conduta ("TAC") da Companhia (o qual não foi celebrado), a ANATEL instaurou um acervo de novos processos administrativos relativos a fiscalizações sobre condutas que seriam contempladas no TAC. Esse acervo de processos, dado o entorno e contexto fático dos temas ali tratados, foi avaliado como de perda possível.
- Em maio de 2018, a Companhia propôs ação judicial para anular decisão final da ANATEL, de março desse ano, nos autos do Procedimento de Apuração de Descumprimento de Obrigações (PADO) por supostas infrações ao regulamento de telefonia fixa.
  Este PADO ficou suspenso durante anos em razão das negociações do TAC, entre Companhia e a ANATEL. Ao encerrar as negociações sem acordo, esse processo administrativo sancionador foi reativado e finalizado.
  Na decisão de março de 2018, a ANATEL entendeu que a Companhia havia cometidos várias infrações, em especial, as relativas aos prazos de comunicação de suspensão do serviço dos usuários inadimplentes e aos prazos de restabelecimentos dos serviços após comunicação de pagamento.
  O valor da multa aplicada pela ANATEL e objeto dessa ação judicial é de cerca de R$211 milhões que acrescido dos juros e correção alcança aproximadamente R$482 milhões (em 31 de dezembro de 2018).
  A Companhia entende que a multa aplicada é ilegal e indevida com base, fundamentalmente, nos seguintes argumentos de defesa: (i) o equívoco da ANATEL ao determinar o universo de usuários considerado na multa (número de usuários afetados é menor do que o considerado pela ANATEL) e; (ii) o cálculo de sanção de multa é desproporcional e sem embasamento.
  A multa não foi paga, porém, há seguro garantia apresentado em juízo do valor integral.
  A ação está em primeira instância e neste momento está aguardando data para audiência de conciliação.

continua

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
documento assinado digitalmente
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br quarta-feira, 20 de fevereiro de 2019 às 01:24:30.

continuação

Telefônica Brasil S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE: 35.3.0015881-4

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

d) Garantias

A Companhia e suas controladas concederam garantias aos processos de natureza tributária, cível e trabalhista, como segue:

	Consolidado					
	31.12.18			31.12.17		
	Imóveis e equipamentos	Depósitos e bloqueios judiciais	Cartas fiança	Imóveis e equipamentos	Depósitos e bloqueios judiciais	Cartas fiança
Cíveis, trabalhistas e tributárias	94.641	3.910.014	2.301.210	176.591	6.663.805	1.669.476
Total	**94.641**	**3.910.014**	**2.301.210**	**176.591**	**6.663.805**	**1.669.476**

Em 31 de dezembro de 2018, além das garantias citadas no quadro anterior, a Companhia e suas controladas possuíam valores de aplicações financeiras bloqueadas judicialmente (exceto as aplicações relacionadas a empréstimos), no montante consolidado de R$64.461 (R$69.764 em 31 de dezembro de 2017).

20. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

a) Política contábil

São passivos financeiros mensurados e reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos incorridos para sua obtenção e posteriormente mensurados pelo custo amortizado (acrescidos de encargos e juros pró-rata), considerando a taxa de juros efetiva de cada operação, ou pelo valor justo por meio do resultado.

São classificados como circulante, a menos que a Companhia tenha o direito incondicional de liquidar o passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do encerramento do exercício.

Os custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um período superior a 18 meses para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. A Companhia não capitalizou custos de empréstimos e financiamentos e debêntures em função de não haver ativos qualificáveis.

Todos os demais custos de empréstimos, financiamentos e debêntures são registrados em despesa no período em que são incorridos. Os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures compreendem juros e outros custos incorridos.

b) Informações dos empréstimos, financiamentos e debêntures

	Controladora/Consolidado									
	Informações em 31 de dezembro de 2018				31.12.18			31.12.17		
	Moeda	Taxa de juros anual	Vencimento	Garantias	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Moeda local					**1.367.551**	**4.675.271**	**6.042.822**	**2.891.142**	**5.345.445**	**8.236.587**
Instituições financeiras (b.1)					**666.213**	**819.742**	**1.485.955**	**820.468**	**1.456.624**	**2.277.092**
BNDES FINEM	URTJLP	TJLP+ 0 a 4,08%	jul-19	(1)	214.012	-	214.012	371.946	213.958	585.904
BNDES FINEM	URTJLP	TJLP+ 0 a 3,38%	ago-20	(3)	184.200	122.011	306.211	184.007	303.560	487.567
BNDES FINEM	R$	5,00%	nov-19	(3)	13.403	-	13.403	14.654	13.377	28.031
BNDES FINEM	URTJLP	TJLP+ 0 a 3,12%	jan-23	(3)	103.486	316.269	419.755	101.879	413.552	515.431
BNDES FINEM	R$	4,00% a 6,00%	jan-23	(3)	37.837	94.516	132.353	37.061	132.092	169.153
BNDES FINEM	R$	Selic Acum. D-2 + 2,32%	jan-23	(3)	80.014	245.887	325.901	70.426	305.952	376.378
BNDES PSI	R$	2,5% a 5,5%	jan-23	(2)	18.207	1.263	19.470	25.405	19.413	44.818
BNB	R$	7,06% a 10%	ago-22	(4)	15.054	39.796	54.850	15.090	54.720	69.810
Fornecedores (b.2)	**R$**	107,9% a 115,9% do CDI	dez-19		**524.244**	**-**	**524.244**	**607.152**	**-**	**607.152**
Debêntures (b.3)					**123.961**	**3.049.949**	**3.173.910**	**1.412.486**	**3.108.253**	**4.520.739**
4ª emissão - Série 3	R$	IPCA+4,00%	out-19	(5)	41.121	-	41.121	312	40.010	40.322
1ª emissão - Minas Comunica	R$	IPCA+0,50%	jul-21	(5)	26.250	52.499	78.749	24.088	72.264	96.352
4ª emissão	R$	100% do CDI + 0,68%	abr-18	(5)	-	-	-	1.317.513	-	1.317.513
5ª emissão	R$	108,25% do CDI	fev-22	(5)	51.233	1.997.694	2.048.927	64.397	1.996.517	2.060.914
6ª emissão	R$	100% do CDI + 0,24%	nov-20	(5)	5.357	999.756	1.005.113	6.176	999.462	1.005.638
Arrendamento financeiro (b.4)	**R$**	IPCA e IGP-M	ago-33		**53.133**	**339.894**	**393.027**	**51.036**	**334.424**	**385.460**
Contraprestação contingente (b.5)	**R$**	Selic			**-**	**465.686**	**465.686**	**-**	**446.144**	**446.144**
Moeda estrangeira					**96.615**	**-**	**96.615**	**142.299**	**82.955**	**225.254**
Instituições financeiras (b.1)					**96.615**	**-**	**96.615**	**142.299**	**82.955**	**225.254**
BNDES FINEM	UMBND	ECM + 2,38%	jul-19	(1)	96.615	-	96.615	142.299	82.955	225.254
Total					**1.464.166**	**4.675.271**	**6.139.437**	**3.033.441**	**5.428.400**	**8.461.841**

Garantias

(1) Garantia em recebíveis correspondente a 15% do saldo devedor ou quatro vezes o valor da maior prestação, o que for superior.

(2) Alienação dos ativos financiados.

(3) Cessão de recebíveis correspondente a 20% do saldo devedor ou 1 vez a última prestação do subcrédito "A" (UMIPCA) acrescida de 5 vezes a última prestação de cada um dos demais subcréditos, o que for superior.

(4) Fiança bancária equivalente a 100% do saldo devedor do financiamento e constituição de um fundo de liquidez representado por aplicações financeiras no montante equivalente a três parcelas de amortização, referenciada pela prestação média pós-carência. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo deste fundo de liquidez era de R$12.473 (R$11.722 em 31 de dezembro de 2017).

(5) Quirografária

b.1) Empréstimos e financiamentos - instituições financeiras

Alguns contratos de financiamento firmados com o BNDES, possuem taxas de juros inferiores às taxas praticadas no mercado. Estas operações enquadram-se no escopo do IAS 20/CPC 7 e, dessa forma, as subvenções concedidas pelo BNDES foram ajustadas a valor presente e diferidas de acordo com a vida útil dos ativos financiados, resultando em um saldo até 31 de dezembro de 2018 de R$21.620 (R$32.155 em 31 de dezembro de 2017), nota 21.

b.2) Financiamento - fornecedores

A Companhia mediante acordos bilaterais com fornecedores obteve extensão de prazos de pagamento a um custo baseado na taxa CDI pré-fixada para os respectivos períodos, com o custo líquido equivalente entre 107,9% a 115,9% do CDI (101,4% a 109,4% do CDI em 31 de dezembro de 2017).

b.3) Debêntures

A seguir apresentamos algumas informações das debêntures vigentes em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

		Quantidades		
Emissão	Data de emissão	Emitidas	Circulação	Valor da emissão
4ª emissão - Série 3	15/10/09	810.000	23.557	810.000
1ª emissão - Minas Comunica	17/12/07	5.550	5.550	55.500
4ª emissão	25/04/13	130.000	130.000	1.300.000
5ª emissão	08/02/17	200.000	200.000	2.000.000
6ª emissão	27/11/17	100.000	100.000	1.000.000

Os custos de transação associados a 4ª, 5ª e 6ª emissões, cujo montante em 31 de dezembro de 2018 era de R$3.951 (R$5.422 em 31 de dezembro de 2017), foram apropriados em conta redutora do passivo como custos a incorrer e estão sendo reconhecidos como despesas financeiras, conforme os prazos contratuais desta emissão.

b.4) Arrendamento financeiro

A Companhia possui contratos classificados como arrendamento mercantil financeiro na condição arrendatária, referentes a: (i) aluguel de torres e *rooftops*, decorrentes de operações de venda e *leaseback* financeiro; (ii) aluguel de *sites* construídos na modalidade *Built to Suit* ("BTS") para instalação de antenas e outros equipamentos e meios de transmissão; (iii) aluguel de equipamentos de informática e; (iv) aluguel de infraestrutura e meios de transmissão. O valor residual dos ativos mencionados foi mantido inalterado até momento da venda, sendo reconhecido um passivo correspondente ao valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato.

Os montantes registrados no ativo imobilizado são depreciados pelo menor prazo entre a vida útil estimada dos bens e a duração prevista do contrato de arrendamento.

Os saldos dos valores a pagar referente às transações descritas acima, contemplam os seguintes efeitos:

	Controladora/Consolidado	
	31.12.18	31.12.17
Valor nominal a pagar	766.215	787.147
Despesa financeira não realizada	(373.188)	(401.687)
Valor presente a pagar	**393.027**	**385.460**
Circulante	53.133	51.036
Não circulante	339.894	334.424

A seguir, apresentamos o cronograma dos valores a pagar do arrendamento mercantil em 31 de dezembro de 2018:

	Controladora/Consolidado	
	Valor nominal a pagar	Valor presente a pagar
Até um ano	60.823	53.133
Mais de um ano até cinco anos	207.450	146.797
Mais de cinco anos	497.942	193.097
Total	**766.215**	**393.027**

Não existem valores residuais não garantidos que resultem em benefícios ao arrendador e nem pagamentos contingentes reconhecidos como receita em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

b.5) Contraprestação contingente

Como parte do Contrato de Compra e Venda e Outras Avenças assinado entre a Companhia e a Vivendi para a aquisição da totalidade das ações de emissão da GVTPart., foi acordada uma contraprestação contingente relativa ao depósito judicial efetuado pela GVT pelas parcelas mensais do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a amortização do ágio, decorrente do processo de reestruturação societária concluído pela GVT em 2013. Caso ocorra êxito em levantar (reembolsar, restituir, compensar) este recurso, o mesmo será devolvido à Vivendi, desde que seja decorrente de uma decisão não apelável (trânsito em julgado). O prazo para essa devolução é de até 15 anos e este montante está sujeito à atualização monetária mensalmente, utilizando o índice SELIC.

c) Cronograma de pagamentos

Os montantes não circulantes de empréstimos, financiamentos, arrendamento financeiro, debêntures e contraprestação contingente em 31 de dezembro de 2018 tem a seguinte composição por ano de vencimento:

	Controladora/Consolidado				
Ano	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Arrendamento financeiro	Contraprestação contingente	Total
2020	359.948	1.025.097	41.441	-	1.426.486
2021	231.764	1.025.097	36.704	-	1.293.565
2022	209.948	999.755	35.190	-	1.244.893
2023	18.082	-	33.463	-	51.545
2024 em diante	-	-	193.096	465.686	658.782
Total	**819.742**	**3.049.949**	**339.894**	**465.686**	**4.675.271**

d) Cláusulas restritivas

Os financiamentos contratados junto ao BNDES e as debêntures possuem cláusulas específicas para penalidade em caso de quebra de contrato. A quebra de contrato prevista nos acordos efetuados com as instituições listadas acima é caracterizada por descumprimento de *covenants* (apurados trimestralmente, semestralmente ou anualmente), descumprimento de cláusula contratual, resultando na liquidação antecipada do contrato.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 todos os índices econômicos e financeiros previstos nos contratos vigentes foram atingidos.

e) Movimentações

A seguir, apresentamos a movimentação dos empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamento financeiro e contraprestação contingente.

	Controladora/Consolidado					
	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Arrendamento financeiro	Financiamento - Fornecedores	Contraprestação contingente	Total
Saldo em 31.12.16	**4.158.015**	**3.554.307**	**374.428**	**722.591**	**414.733**	**9.224.074**
Ingressos	55.876	3.000.000	13.462	571.444	-	3.640.782
Subvenção governamental (nota 21)	(1.581)	-	-	-	-	(1.581)
Encargos financeiros (nota 27)	300.153	485.295	45.265	70.603	31.411	932.727
Custos de emissão	-	(4.926)	-	-	-	(4.926)
Variação cambial (nota 27)	15.846	-	-	-	-	15.846
Baixas (pagamentos)	(2.025.963)	(2.513.937)	(47.695)	(757.486)	-	(5.345.081)
Saldo em 31.12.17	**2.502.346**	**4.520.739**	**385.460**	**607.152**	**446.144**	**8.461.841**
Ingressos	-	-	18.672	506.397	-	525.069
Subvenção governamental (nota 21)	(40)	-	-	-	-	(40)
Encargos financeiros (nota 27)	169.771	242.415	45.501	33.169	19.542	510.398
Custos de emissão	-	1.471	-	-	-	1.471
Variação cambial (nota 27)	28.848	-	-	-	-	28.848
Baixas (pagamentos)	(1.118.355)	(1.590.715)	(56.606)	(622.474)	-	(3.388.150)
Saldo em 31.12.18	**1.582.570**	**3.173.910**	**393.027**	**524.244**	**465.686**	**6.139.437**

f) Captações e pagamentos

A seguir, apresentamos um resumo das captações e dos pagamentos ocorridos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

	31.12.18				31.12.17			
		Pagamentos				Pagamentos		
	Captações	Principal	Encargos	Total	Captações	Principal	Encargos	Total
Empréstimos e financiamentos	**-**	**(961.687)**	**(156.668)**	**(1.118.355)**	**55.876**	**(1.781.261)**	**(244.702)**	**(2.025.963)**
BNDES	-	(946.763)	(152.447)	(1.099.210)	15.998	(825.256)	(213.752)	(1.039.008)
BNB	-	(14.924)	(4.221)	(19.145)	39.878	(11.808)	(4.073)	(15.881)
Resolução 4131 - Scotiabank e Bank of America	-	-	-	-	-	(944.197)	(26.877)	(971.074)
Debêntures	**-**	**(1.324.723)**	**(265.992)**	**(1.590.715)**	**3.000.000**	**(2.000.000)**	**(513.937)**	**(2.513.937)**
4ª emissão - Série 3	-	-	(1.583)	(1.583)	-	-	(1.522)	(1.522)
1ª emissão - Minas Comunica	-	(24.723)	(1.082)	(25.805)	-	-	-	-
3ª emissão	-	-	-	-	-	(2.000.000)	(246.817)	(2.246.817)
4ª emissão	-	(1.300.000)	(47.257)	(1.347.257)	-	-	(151.152)	(151.152)
5ª emissão	-	-	(149.795)	(149.795)	2.000.000	-	(114.446)	(114.446)
6ª emissão	-	-	(66.275)	(66.275)	1.000.000	-	-	-
Fornecedores	**506.397**	**(571.434)**	**(51.040)**	**(622.474)**	**571.444**	**(668.512)**	**(88.974)**	**(757.486)**
Arrendamento financeiro	**18.672**	**(35.375)**	**(21.231)**	**(56.606)**	**13.462**	**(35.722)**	**(11.973)**	**(47.695)**
Total	**525.069**	**(2.893.219)**	**(494.931)**	**(3.388.150)**	**3.640.782**	**(4.485.495)**	**(859.586)**	**(5.345.081)**

continua

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
documento assinado digitalmente
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br quarta-feira, 20 de fevereiro de 2019 às 01:24:30.

continuação

Telefônica Brasil S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE: 35.3.0015881-4

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

f.1) Em 2018

Debêntures

Em 8 de fevereiro e 8 de agosto de 2018 houve a liquidação de juros semestrais das debêntures da 5ª emissão. O montante pago na liquidação totalizou R$149.795.

Em 25 de abril de 2018 houve a liquidação integral das debêntures da 4ª emissão. O montante pago na liquidação totalizou R$1.347.257.

Em 27 de maio e 27 de setembro de 2018 houve a liquidação de juros semestrais das debêntures da 6ª emissão. O montante pago na liquidação totalizou R$66.275.

Em 5 de julho de 2018 houve a amortização das debêntures da 1ª emissão (origem Telemig). O montante pago na liquidação totalizou R$25.805, sendo que R$3.012 correspondente à 1ª série, R$8.285 à 2ª série e R$14.508 à 3ª série.

Em 15 de outubro de 2018 houve a liquidação de juros anuais das debêntures da 4ª emissão - Série 3. O montante pago na liquidação totalizou R$1.583.

f.2) Em 2017

Empréstimos e financiamentos

Banco do Nordeste ("BNB")

Em 12 de maio de 2017 foram realizados saques referentes ao contrato firmado em 18 de agosto de 2014 no montante total de R$39.878. As taxas deste contrato são de 7,06% a.a. a 10,0% a.a., prazo total de 8 anos, com pagamentos de juros e amortizações do principal em 72 parcelas mensais e sucessivas. Estes recursos foram destinados a projetos de investimento e expansão para a região Nordeste.

BNDES FINEM

Em 30 de dezembro de 2014, foi contratada uma linha de financiamento de R$1.000.293, com taxas de: (i) TJLP + 0 a 3,12% a.a.; (ii) 4% a.a.; (iii) Selic + 2,32% a.a., prazo total de 8 anos, com um período de carência a vencer em 15 de janeiro de 2018. Após o período de carência serão pagos juros e amortizações do principal em 60 prestações mensais e sucessivas; e (iv) 6% a.a. prazo total de 7 anos, com um período de carência a vencer em 15 de janeiro de 2017. Após o período de carência, serão pagos juros e amortizações do principal em 60 prestações mensais e sucessivas.

Durante o ano de 2017, foram realizados três desembolsos referentes a este contrato no montante de R$15.998. Esses desembolsos são referentes a um plano de apoio financeiro vinculado a projetos realizados no triênio 2014-2016, visando a expansão nas áreas de atuação.

Debêntures

5ª Emissão

Em reunião realizada em 26 de janeiro de 2017, o Conselho de Administração da Companhia, deliberou pela realização da 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações da Companhia, em série única, da espécie quirografária, no montante total de R$2.000.000, as quais foram objeto de colocação publica com esforços restritos, sob regime de garantia firme, nos termos da ICVM 476/09.

Em 8 de fevereiro de 2017, a Companhia emitiu 200.000 debêntures, com valor nominal equivalente a R$10. As debêntures possuem prazo de vencimento de cinco anos e o valor nominal unitário de cada uma das debêntures não será atualizado monetariamente.

Os juros remuneratórios correspondem a 108,25% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros de um dia ("DI").

6ª Emissão

Em reunião realizada em 13 de novembro de 2017, o Conselho de Administração da Companhia, deliberou pela realização da 6ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações da Companhia, em série única, da espécie quirografária, no montante total de R$1.000.000, as quais foram objeto de colocação publica com esforços restritos, sob regime de garantia firme, nos termos da ICVM 476/09.

Em 27 de novembro de 2017, a Companhia emitiu 100.000 debêntures, com valor nominal equivalente a R$10. As debêntures possuem prazo de vencimento de três anos e o valor nominal unitário de cada uma das debêntures não será atualizado monetariamente.

Os juros remuneratórios correspondem a 100,00% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros de um dia ("DI"), acrescidos de um spread equivalente a 0,24%.

21. RECEITAS DIFERIDAS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17
Serviços (1)	-	301.292	-	301.292
Alienação de ativos imobilizados (2)	89.835	165.162	89.835	165.162
Receita de habilitação (3)	-	7.477	-	7.959
Programa de fidelidade (4)	-	50.354	-	50.354
Subvenções governamentais (5)	94.335	115.379	94.335	115.379
Passivos contratuais - IFRS 15 (6)	532.207	-	532.207	-
Outras (7)	59.658	81.466	59.658	83.052
Total	**776.035**	**721.130**	**776.035**	**723.198**
Circulante	525.509	370.493	525.509	372.561
Não circulante	250.526	350.637	250.526	350.637

(1) Refere-se principalmente aos saldos de recargas de pré-pagos, que são apropriados ao resultado à medida que os serviços são prestados aos clientes. Inclui também, o saldo do contrato que a Companhia celebrou para a exploração industrial de rede móvel, de sua propriedade, por outra operadora do SMP nas Regiões I, II e III do plano geral de autorizações, a qual se destina, exclusivamente, à prestação do SMP pela operadora a seus clientes.

(2) Inclui os saldos líquidos dos valores residuais da alienação de torres e *rooftops* não estratégicos, que são transferidos ao resultado quando do cumprimento das condições para reconhecimento contábil.

(3) Refere-se ao diferimento da receita de habilitação (fixa) reconhecida no resultado ao longo do período estimado de permanência do cliente na base.

(4) Refere-se ao programa de pontos por fidelidade que a Companhia mantém, que permite aos clientes acumular pontos ao efetuar o pagamento das faturas referentes à utilização dos serviços oferecidos. O saldo representa a estimativa da Companhia para troca por pontos, por parte dos clientes, por mercadorias e/ou serviços no futuro.

(5) Refere-se aos valores de: (i) subvenção governamental decorrentes de recursos obtidos de linha de financiamento junto ao BNDES até 31 de dezembro de 2018, utilizados para a aquisição de equipamentos nacionais, que estão sendo amortizados pelos prazos de vida útil dos equipamentos e; (ii) subvenções decorrentes de projetos relativos a tributos estaduais, que estão sendo amortizados pelos prazos contratuais.

(6) Refere-se ao saldo dos passivos contratuais decorrente da adoção da IFRS 15 (nota 2.f) e os montantes relacionados a contratos com clientes (serviços e mercadorias, habilitação e programa de fidelização) foram reclassificados para a linha de "Passivos contratuais - IFRS 15". Os montantes em 31 de dezembro de 2018 eram de R$372.167, sendo: (i) Serviços e Mercadorias R$318.778; e (iii) Programa de fidelização R$53.389.

(7) Inclui os saldos do processo de ressarcimento pelos custos de desocupação das subfaixas de radiofrequência 2.500MHz a 2.690MHz em decorrência da desativação do Serviço de Distribuição Multiponto Multicanal (MMDS).

22. OUTROS PASSIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17
Licenças de autorização (1)	124.807	258.742	124.807	258.742
Obrigações com partes relacionadas (nota 28)	25.198	139.173	31.716	125.987
Ônus de renovação de licenças (2)	222.143	167.536	222.143	167.536
Retenções de terceiros (3)	117.615	126.361	120.711	144.593
Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego (nota 30)	674.948	522.498	679.478	531.938
Valores a restituir a assinantes	56.941	187.826	56.897	189.380
Outras obrigações	61.279	70.108	61.957	72.893
Total	**1.282.931**	**1.472.244**	**1.297.709**	**1.491.069**
Circulante	357.535	700.251	368.376	718.468
Não circulante	925.396	771.993	929.333	772.601

(1) Em 31 de dezembro de 2017, inclui a parcela de responsabilidade da Companhia decorrente do contrato assinado junto à ANATEL, onde as operadoras vencedoras do leilão das licenças de 4G constituíram a Entidade Administradora do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV (EAD), empresa responsável pela operacionalização de forma isonômica de todos os procedimentos de redistribuição de canais de TV e RTV e das soluções para os problemas de interferência prejudicial nos sistemas de radiocomunicação, além de outras operações em que as operadoras vencedoras possuem obrigações, conforme definido no contrato. Em 31 de janeiro de 2018, a Companhia efetuou o pagamento no montante de R$142.862 à EAD, referente a última parcela do leilão de faixas de frequência de 700 MHz nacionais para a prestação do SMP, realizado pela ANATEL em 30 de setembro de 2014.

(2) Refere-se ao ônus para a renovação das licenças do STFC e SMP.

(3) Refere-se às retenções sobre folha de pagamento e de tributos retidos na fonte sobre juros sobre o capital próprio e sobre prestação de serviços.

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Segundo o Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de 1.850.000.000 ações ordinárias ou preferenciais. O Conselho de Administração é o órgão competente para deliberar sobre o aumento e a consequente emissão de novas ações, dentro do limite do capital autorizado.

A Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404/76, artigo 166, inciso IV) estabelece que o capital social pode ser aumentado por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária convocada para decidir sobre a reforma do Estatuto Social, caso a autorização para o aumento esteja esgotada.

Não há obrigatoriedade, nos aumentos de capital, de se guardar proporção entre o número de ações de cada espécie, observando-se, entretanto, que o número de ações preferenciais, sem direito a voto ou com voto restrito, não poderá ultrapassar 2/3 das ações emitidas.

As ações preferenciais não têm direito a voto, exceto nas hipóteses previstas nos artigos 9 e 10 do Estatuto Social, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso do capital, sem prêmio e no recebimento de dividendo 10% maior que o atribuído a cada ação ordinária, conforme disposto no artigo 7º do Estatuto Social da Companhia e no inciso II do parágrafo 1º do artigo 17 da Lei n° 6.404/76.

Ainda é concedido às ações preferenciais direito de voto pleno, quando a Companhia deixar de pagar os dividendos mínimos a que fazem jus, por 3 exercícios sociais consecutivos, direito que conservarão até o seu pagamento.

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2018 e 2017 era de R$63.571.416, representado por ações sem valor nominal, assim distribuído:

	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total Geral	
Acionistas	**Quantidade**	**%**	**Quantidade**	**%**	**Quantidade**	**%**
Grupo Controlador	**540.033.264**	**94,47%**	**704.207.855**	**62,91%**	**1.244.241.119**	**73,58%**
Telefónica Latinoamérica Holding	46.746.635	8,18%	360.532.578	32,21%	407.279.213	24,09%
Telefónica	198.207.608	34,67%	305.122.195	27,26%	503.329.803	29,76%
SP Telecomunicações Participações	294.158.155	51,46%	38.537.435	3,44%	332.695.590	19,67%
Telefónica Chile	920.866	0,16%	15.647	0,00%	936.513	0,06%
Outros acionistas	**29.320.789**	**5,13%**	**415.131.868**	**37,09%**	**444.452.657**	**26,28%**
Ações em tesouraria	**2.290.164**	**0,40%**	**983**	**0,00%**	**2.291.147**	**0,14%**
Total de ações emitidas	**571.644.217**	**100,00%**	**1.119.340.706**	**100,00%**	**1.690.984.923**	**100,00%**
Ações em tesouraria	(2.290.164)		(983)		(2.291.147)	
Total de ações em circulação	**569.354.053**		**1.119.339.723**		**1.688.693.776**	

b) Reservas de capital

b.1) Reserva especial de ágio

Representa o benefício fiscal gerado pela incorporação da Telefônica Data do Brasil Ltda. que será capitalizado em favor do acionista controlador (SPTE Participações Ltda) após a realização do crédito fiscal, nos termos da Instrução CVM nº 319/99.

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2018 e 2017 era de R$63.074.

b.2) Outras reservas de capital

A seguir, apresentamos a composição desta rubrica em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

	31.12.18	31.12.17
Excesso do valor na emissão ou capitalização, em relação ao valor básico da ação na data de emissão (1)	2.735.930	2.735.930
Cancelamento de ações - AGE de 12/03/15 (2)	(112.107)	(112.107)
Custos diretos de aumentos de capital (3)	(62.433)	(62.433)
Incorporação de ações da GVTPart. (4)	(1.188.707)	(1.188.707)
Efeitos das aquisições da Lemontree e GTR pela Companhia e TGLog pela TData (5)	(75.388)	(75.388)
Efeitos da cotação das ações pela transferência de ações referente a processo judicial (6)	2	2
Efeitos da aquisição do Terra Networks Brasil pela TData (7)	(59.029)	(59.029)
Outros movimentos	10	-
Total	**1.238.278**	**1.238.268**

(1) Refere-se ao excesso do valor na emissão ou capitalização, em relação ao valor básico da ação na data de emissão.

(2) Refere-se ao cancelamento de 2.332.686 ações de emissão da Companhia, mantidas em tesouraria, aprovado pela AGE de 12 de março de 2015.

(3) Refere-se aos custos diretos, (líquidos de tributos) dos aumentos de capital da Companhia ocorridos em 28 de abril de 2015 e 30 de abril de 2015, decorrentes da Oferta Primária de Ações.

(4) Refere-se a diferença entre o valor econômico da incorporação das ações da GVTPart. e o valor de mercado das ações, emitidas na data de fechamento da transação.

(5) Refere-se aos efeitos das transações de aquisição de ações de acionistas não controladores que, com a adoção do IFRS 10/CPCs 35 e 36 passaram a ser registrados no patrimônio líquido quando não houver alteração no controle acionário.

(6) Refere-se aos efeitos das cotações das ações nas baixas pela transferência de 62 ações preferenciais em tesouraria para ações em circulação pelo cumprimento de decisões de processos judiciais no qual a Companhia está envolvida que versa sobre direitos ao recebimento complementar de ações calculadas em relação a planos de expansão da rede após 1996.

(7) Refere-se aos efeitos pela aquisição da Terra Networks pela TData, referente à diferença entre a contraprestação dada em troca da participação societária obtida e o valor dos ativos líquidos adquiridos (nota 1.c.2).

b.3) Ações em tesouraria

São instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos e reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração dos resultados na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia.

Representam as ações da Companhia mantidas em tesouraria, cujo saldo é resultante (i) do exercício do direito de recesso dos acionistas titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia que manifestaram a sua dissidência com relação à aquisição da GVTPart.; (ii) das aquisições de ações preferenciais no mercado financeiro de acordo com o Programa de Recompra de Ações vigente ao tempo da operação; e (iii) das transferências de ações preferenciais, referente ao cumprimento de decisões de processos judiciais no qual a Companhia está envolvida que versa sobre direitos ao recebimento complementar de ações calculadas em relação a planos de expansão da rede após 1996.

A seguir, apresentamos a movimentação desta rubrica para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

	Quantidade de ações			
	Ordinárias	Preferenciais	Total	R$ mil
Em 31 de dezembro de 2016	**2.290.164**	**339**	**2.290.503**	**(87.790)**
Aquisição de ações prefenciais próprias no mercado financeiro (1)	-	706	706	(32)
Transferência de ações referente processo judicial (2)	-	(62)	(62)	2
Em 31 de dezembro de 2017	**2.290.164**	**983**	**2.291.147**	**(87.820)**
Em 31 de dezembro de 2018	**2.290.164**	**983**	**2.291.147**	**(87.820)**

(1) A Companhia adquiriu no mercado financeiro ações preferenciais de sua emissão, sendo: (i) em 1º de junho de 2017, 45 ações a um preço unitário de R$47,31, totalizando R$2; e (ii) em 5 de julho de 2017, 661 ações a um preço unitário de R$45,26, totalizando R$32.

(2) Refere-se às transferências de ações preferenciais em tesouraria para ações em circulação para o cumprimento de decisões de processos judiciais no qual a Companhia está envolvida que versa sobre direitos ao recebimento complementar de ações calculadas em relação a planos de expansão da rede após 1996.

c) Reservas de lucro

c.1) Reserva legal

Esta reserva é constituída obrigatoriamente pela Companhia à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento do capital social e para compensar prejuízos acumulados.

c.2) Reserva para expansão e modernização

Esta reserva é constituída com base no orçamento de capital, que tem o objetivo de garantir a expansão da capacidade de rede para atender à crescente demanda da Companhia e garantir a qualidade na prestação dos serviços. Em conformidade com o artigo nº 196 da Lei nº 6.404/76, o orçamento de capital é submetido para a apreciação e aprovação pela Assembleia Geral dos Acionistas ("AGO").

c.3) Incentivos fiscais

A Companhia possui benefícios fiscais relativos ao ICMS nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, referente a créditos outorgados junto aos órgãos competentes dos referidos estados, vinculados a investimentos na instalação de equipamentos de suporte ao SMP, em pleno funcionamento e operação, de acordo com as normas em vigor, que assegurem que as localidades relacionadas no edital, sejam inseridas na área de cobertura do SMP. A parcela destes benefícios fiscais foi excluída do cálculo dos dividendos, podendo vir a ser utilizada somente nos casos de aumento de capital ou de absorção de prejuízos

A seguir, apresentamos a movimentação das reservas de lucro.

	Reserva legal (1)	Reserva para expansão e modernização (2)	Incentivos fiscais (3)	Total
Em 31 de dezembro de 2016	**1.907.905**	**550.000**	**17.069**	**2.474.974**
Reversão de reservas	-	(550.000)	-	(550.000)
Constituição de reservas	230.439	297.000	10.815	538.254
Em 31 de dezembro de 2017	**2.138.344**	**297.000**	**27.884**	**2.463.228**
Reversão de reservas	-	(297.000)	-	(297.000)
Constituição de reservas	446.413	1.700.000	11.529	2.157.942
Em 31 de dezembro de 2018	**2.584.757**	**1.700.000**	**39.413**	**4.324.170**

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

d.1) Dividendos complementares do exercício de 2017

Em 12 de abril de 2018, a AGO da Companhia aprovou a destinação de dividendos adicionais propostos do exercício de 2017, ainda não distribuídos, no montante de R$2.191.864 aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais que se achavam inscritos nos registros da Companhia ao final do dia da AGO. O início dos pagamentos destes dividendos ocorreu em 11 de dezembro de 2018.

d.2) Remuneração aos acionistas

Os dividendos são calculados de acordo com o Estatuto Social da Companhia e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações. A seguir, apresentamos o cálculo de dividendos e juros sobre o capital próprio deliberados para os exercícios de 2018 e 2017:

continua

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
documento assinado digitalmente
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br quarta-feira, 20 de fevereiro de 2019 às 01:24:30.

continuação

Telefônica Brasil S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE: 35.3.0015881-4

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	8.928.258	4.608.790
(-) Apropriação à reserva legal	(446.413)	(230.439)
(-) Incentivos fiscais não distribuíveis	(11.529)	(10.815)
Lucro líquido ajustado	**8.470.316**	**4.367.536**
(-) Dividendos e Juros sobre o capital próprio distribuídos no exercício:	**(4.550.000)**	**(2.416.639)**
(-) Juros sobre o capital próprio (bruto)	(4.550.000)	(2.416.639)
Saldo de lucro líquido não destinado	**3.920.316**	**1.950.897**
(+) Reversão da reserva especial para expansão e modernização do exercício anterior	297.000	550.000
(-) Efeitos das adoções do CPC 47 e CPC 48, líquidos de tributos em 01.01.18	(138.663)	-
(+) Juros sobre o capital próprio e dividendos prescritos	152.770	101.778
(-) Perdas atuariais reconhecidas e efeito da limitação dos ativos dos planos *superavitários*, líquidos de tributos	(62.739)	(113.811)
Lucro disponível para distribuição	**4.168.684**	**2.488.864**
Proposta para a distribuição:		
Reserva especial para expansão e modernização	**1.700.000**	**297.000**

	2018	2017
Dividendos adicionais propostos:	**2.468.684**	**2.191.864**
Dividendos adicionais propostos - Base lucro líquido do exercício	2.171.684	1.641.864
Dividendos adicionais propostos - Base lucro líquido do exercício anterior, referente a reversão da reserva especial para expansão e modernização	297.000	550.000
Total	**4.168.684**	**2.488.864**
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% do lucro líquido ajustado (apenas informativo)	**2.117.579**	**1.091.884**

A proposta para a deliberação do exercício de 2018, apresentada acima, será submetida à aprovação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas ("AGO"), a ser realizada no exercício de 2019.
A proposta para a deliberação do exercício de 2017, apresentada acima, foi submetida e aprovada na AGO, realizada em 12 de abril de 2018.

Total de dividendo proposto para deliberação - por ação	2018	2017
Ações ordinárias	1,371013	1,217277
Ações preferenciais (1)	1,508114	1,339005

(1) 10% maior que o atribuído a cada ação ordinária, conforme artigo 7º do Estatuto Social da Companhia.

Durante os exercícios de 2018 e 2017, a Companhia destinou juros sobre o capital próprio intermediários, os quais foram imputados aos dividendos mínimos obrigatórios, conforme demonstrados a seguir:

Exercício de 2018

Datas			Valor Bruto			Valor Líquido			Valor por Ação (1)	
Aprovação	Crédito	Início do Pagamento	Ordinárias	Preferenciais (2)	Total	Ordinárias	Preferenciais (2)	Total	Ordinárias	Preferenciais (2)
18/06/18	29/06/18	Até 31/12/19	126.479	273.521	400.000	107.507	232.493	340.000	0,18882303703	0,20770534073
05/09/18	17/09/18	Até 31/12/19	885.353	1.914.647	2.800.000	752.550	1.627.450	2.380.000	1,32176125923	1,45393738515
04/12/18	17/12/18	Até 31/12/19	426.867	923.133	1.350.000	362.837	784.663	1.147.500	0,63727774998	0,70100552498
Total			**1.438.699**	**3.111.301**	**4.550.000**	**1.222.894**	**2.644.606**	**3.867.500**		

Exercício de 2017

Datas			Valor Bruto			Valor Líquido			Valor por Ação (1)	
Aprovação	Crédito	Início do Pagamento	Ordinárias	Preferenciais (2)	Total	Ordinárias	Preferenciais (2)	Total	Ordinárias	Preferenciais (2)
13/02/17	24/02/17	21/08/18	56.916	123.084	180.000	48.379	104.621	153.000	0,08497033323	0,09346736655
20/03/17	31/03/17	21/08/18	110.669	239.331	350.000	94.069	203.431	297.500	0,16522009240	0,18174210164
19/06/17	30/06/17	21/08/18	30.039	64.961	95.000	25.533	55.217	80.750	0,04484545365	0,04932999901
18/09/17	29/09/17	21/08/18	96.440	208.560	305.000	81.974	177.276	259.250	0,14397756723	0,15837532395
14/12/17	26/12/17	21/08/18	470.072	1.016.567	1.486.639	399.561	864.082	1.263.643	0,70177917518	0,77195709270
Total			**764.136**	**1.652.503**	**2.416.639**	**649.516**	**1.404.627**	**2.054.143**		

(1) Os valores de JSCP estão calculados e apresentados líquidos de imposto de renda retido na fonte (IRRF). Os acionistas imunes receberam os juros sobre o capital próprio integral, sem retenção de imposto de renda na fonte.
(2) Os valores brutos e líquidos referentes às ações preferenciais são 10% maiores que os atribuídos a cada ação ordinária, conforme artigo 7º do Estatuto Social da Companhia.

d.3) Dividendos e juros sobre o capital próprio prescritos

Conforme o artigo nº 287, inciso II, item "a" da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, os dividendos e juros sobre o capital próprio não reclamados pelos acionistas prescrevem em 3 anos, contados a partir da data do início de pagamento. A Companhia reverte o valor de dividendos e juros sobre o capital próprio prescritos ao patrimônio líquido no momento de sua prescrição.
Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia reverteu o valor de dividendos e juros sobre o capital próprio prescritos nos montantes de R$152.770 e R$101.778, respectivamente, os quais foram incluídos nos cálculos para as deliberações de dividendos da Companhia.

e) Outros resultados abrangentes acumulados

Ativos financeiros a valor justo através de outros resultados abrangentes: Refere-se às variações de valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda.
Instrumentos financeiros derivativos: Refere-se à parte eficaz dos *hedges* de fluxo de caixa até a data do balanço.
Efeitos da conversão de investimentos no exterior: Refere-se às diferenças cambiais oriundas da conversão das demonstrações financeiras da Aliança (controlada em conjunto).
A seguir, apresentamos a movimentação de outros resultados abrangentes, líquidos dos tributos:

	Consolidado			
	Ativos financeiros a valor justo através de outros resultados abrangentes	Instrumentos financeiros derivativos	Efeitos da conversão de investimentos no exterior	Total
Saldos em 31.12.16	**(8.881)**	**3.549**	**16.793**	**11.461**
Ganhos com conversão	-	-	11.239	11.239
Perdas com contratos futuros	-	(1.595)	-	(1.595)
Ganhos com ativos financeiros a valor justo através de outros resultados abrangentes	223	-	-	223
Saldos em 31.12.17	**(8.658)**	**1.954**	**28.032**	**21.328**
Ganhos com conversão	-	-	9.927	9.927
Perdas com contratos futuros	-	(1.618)	-	(1.618)
Perdas com ativos financeiros a valor justo através de outros resultados abrangentes	(412)	-	-	(412)
Saldos em 31.12.18	**(9.070)**	**336**	**37.959**	**29.225**

f) Programa de recompra de ações da Companhia

Nos exercícios de 2018 e 2017, o Conselho de Administração da Companhia, em conformidade com o artigo nº 17, inciso XV do Estatuto Social, aprovou programas de recompra de ações ordinárias e preferenciais de emissão da própria Companhia, nos termos da instrução CVM nº 567, de 17 de setembro de 2015, que tiveram como objetivo a aquisição de ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia para posterior cancelamento, alienação ou manutenção em tesouraria, sem redução do capital social, para incrementar o valor aos acionistas pela aplicação eficiente dos recursos disponíveis em caixa e otimizar a alocação de capital da Companhia, conforme a seguir:

- Em 2018, conforme reunião realizada em 7 de dezembro de 2018. A recompra será efetuada mediante a utilização do saldo de reserva de capital constante no balanço patrimonial de 30 de setembro de 2018.
  Este programa terá vigência até 6 de junho de 2020, sendo as aquisições realizadas na B3, a preços de mercado, observando os limites legais e regulamentares. As quantidades máximas autorizadas para aquisição serão de 583.422 ações ordinárias e 37.736.465 ações preferenciais.
- Em 2017, conforme reunião realizada em 9 de junho de 2017. A recompra foi efetuada mediante a utilização do saldo de reserva de capital constante no balanço patrimonial de 31 de março de 2017.
  Este programa teve vigência até 8 de dezembro de 2018, sendo as aquisições realizadas na B3, a preços de mercado, observando os limites legais e regulamentares. As quantidades máximas autorizadas para aquisição eram de 870.781 ações ordinárias e 41.510.761 ações preferenciais.
  No período de vigência do programa, a Companhia adquiriu 45 e 661 ações preferenciais de sua emissão a um preço médio unitário de R$47,31 e R$45,26, respectivamente em 1º de junho de 2017 e em 5 de julho de 2017, totalizando R$32.

g) Resultado por ação

O resultado básico e diluído por ação foi calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no exercício. A Companhia não detém ações potenciais diluíveis em circulação que poderiam resultar na diluição do lucro por ação.
O quadro a seguir apresenta o cálculo do lucro por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	Controladora	
	2018	2017
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas detentores de ações:	8.928.258	4.608.790
Ordinárias	2.823.093	1.457.288
Preferenciais	6.105.165	3.151.502
Quantidade de ações, em milhares:	1.688.694	1.688.694
Média ponderada das ações ordinárias em circulação durante o exercício	569.354	569.354
Média ponderada das ações preferenciais em circulação durante o exercício	1.119.340	1.119.340
Resultado básico e diluído por ação:		
Ações ordinárias (R$)	4,96	2,56
Ações preferenciais (R$)	5,45	2,82

24. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

a) Política contábil

Reconhecimento de receitas de serviços e de mercadorias

Com a adoção da IFRS 15 em 1º de janeiro de 2018, para os pacotes que combinam vários produtos ou serviços de rede fixa, móvel, dados, *internet* ou televisão, a receita total passou a ser alocada a cada obrigação de desempenho com base em seus preços de venda independentes em relação à contraprestação total do pacote e reconhecida quando (ou assim que) a obrigação for satisfeita, independentemente de haver itens não entregues. Quando os pacotes incluem um desconto no equipamento, há um aumento das receitas reconhecidas pela venda de celulares e outros equipamentos, em detrimento da receita do serviço em curso ao longo de períodos subsequentes. Na medida em que os pacotes são comercializados com desconto, a diferença entre a receita da venda de equipamentos e a contraprestação recebida do cliente antecipadamente é reconhecida como um ativo contratual na demonstração da posição financeira.
As receitas correspondem, substancialmente, ao valor das contraprestações recebidas ou recebíveis decorrentes da prestação de serviços de telecomunicações, comunicações, vendas de mercadorias, publicidade e outras receitas, e estão sendo apresentadas líquidas dos tributos, descontos e devoluções (no caso de venda de mercadorias), incidentes sobre as mesmas.
As receitas referentes às vendas de cartões de telefones públicos e aos créditos de recarga de celulares pré-pagos, bem como os respectivos tributos devidos são diferidos e reconhecidos no resultado à medida que os serviços são efetivamente prestados.
As receitas de contratos de locação de equipamentos classificados como arrendamento mercantil financeiro ("produto Soluciona TI"), são reconhecidas na instalação dos equipamentos, momento em que ocorre a efetiva transferência de risco. As receitas são reconhecidas pelo valor presente dos pagamentos mínimos futuros do contrato.
A receita da venda de aparelhos aos *dealers* é contabilizada no momento da sua entrega e não no momento de sua venda ao cliente final.
As receitas de serviços e de mercadorias estão sujeitas basicamente aos seguintes tributos indiretos: ICMS ou ISS (conforme o caso), PIS e COFINS, conforme o caso.

Programa de fidelidade

A Companhia mantém um programa de pontos por fidelidade dos clientes que lhes permitem acumular pontos ao efetuar o pagamento das faturas referentes à utilização dos serviços oferecidos. Os pontos acumulados podem ser trocados por aparelhos ou serviços, condicionada à obtenção de um saldo mínimo de pontos por parte do cliente. A contraprestação recebida é alocada ao custo dos aparelhos ou serviços resgatados pelo seu valor justo. O valor justo dos pontos é determinado através da divisão do valor do desconto concedido pela quantidade de pontos necessários para efetuar o resgate em função do programa de pontos. A parcela da receita referente ao valor justo do saldo acumulado de pontos gerados é diferida e reconhecida na demonstração dos resultados no momento do resgate dos pontos. Para a definição da quantidade de pontos a serem contabilizados, são aplicadas técnicas estatísticas que consideram premissas e históricos sobre taxas de resgate esperadas, percentuais de expiração e cancelamentos de pontos entre outros.

b) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A Companhia estima o valor justo dos pontos atribuídos no âmbito do programa de fidelização de clientes através da aplicação de técnicas estatísticas. As entradas para o modelo incluem fazer suposições sobre as taxas de resgate esperados, o *mix* de produtos que estarão disponíveis para resgate no futuro e preferências dos clientes quanto a utilização dos pontos. Essas estimativas estão sujeitas a variações e incertezas em função de mudanças no comportamento de resgates dos clientes.
A Companhia possui sistemas de faturamento de serviços com datas de corte intermediárias. Desta forma, ao final de cada mês existem receitas já auferidas pela Companhia, mas não efetivamente faturadas a seus clientes. Essas receitas não faturadas são registradas com bases em estimativas, que levam em consideração dados históricos de consumo, número de dias transcorridos desde a última data de faturamento, entre outros. Como são utilizados dados históricos, essas estimativas estão sujeitas a incertezas significativas.

c) Composição

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receita operacional bruta	**59.574.756**	**61.886.869**	**65.794.397**	**66.243.174**
Serviços (1)	55.445.244	58.630.355	61.292.362	62.696.433
Mercadorias (2)	4.129.512	3.256.514	4.502.035	3.546.741
Deduções da receita operacional bruta	**(21.591.984)**	**(22.543.141)**	**(22.331.657)**	**(23.036.342)**
Tributos	**(13.826.853)**	**(15.575.815)**	**(14.559.915)**	**(16.058.584)**
Serviços	(13.135.613)	(15.027.389)	(13.820.784)	(15.468.315)
Mercadorias	(691.240)	(548.426)	(739.131)	(590.269)
Descontos concedidos e devoluções	**(7.765.131)**	**(6.967.326)**	**(7.771.742)**	**(6.977.758)**
Serviços	(6.282.330)	(5.330.066)	(6.288.941)	(5.340.476)
Mercadorias	(1.482.801)	(1.637.260)	(1.482.801)	(1.637.282)
Receita operacional líquida	**37.982.772**	**39.343.728**	**43.462.740**	**43.206.832**
Serviços	**36.027.301**	**38.272.900**	**41.182.637**	**41.887.642**
Mercadorias	**1.955.471**	**1.070.828**	**2.280.103**	**1.319.190**

(1) Inclui serviços de telecomunicações, uso de rede e interconexão, serviços de dados e SVAs, TV por assinatura e outros serviços.
(2) Inclui revenda de aparelhos celulares, *simcards* acessórios e equipamentos do Produto Soluciona TI.

Não há cliente que tenha contribuído com mais de 10% da receita operacional bruta para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.
Todos os valores que compõem as receitas líquidas integram a base para o cálculo de imposto de renda e contribuição social.
As informações do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 contemplam os efeitos da adoção da IFRS 15. Para facilitar o entendimento e a comparabilidade das informações, a Companhia divulga na nota 35 a demonstração dos resultados consolidados do exercício findo em 31 de dezembro 2018, excluindo os efeitos da adoção da IFRS 15.

continua

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
documento assinado digitalmente
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br quarta-feira, 20 de fevereiro de 2019 às 01:24:30.

continuação

Telefônica

Telefônica Brasil S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE: 35.3.0015881-4

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

25. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora							
	2018				2017			
	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total
Pessoal (1)	(747.347)	(2.260.855)	(477.752)	(3.485.954)	(738.224)	(2.180.428)	(441.128)	(3.359.780)
Serviços de terceiros (2)	(5.891.333)	(6.728.780)	(1.266.755)	(13.886.868)	(6.243.802)	(7.352.900)	(1.191.495)	(14.788.197)
Aluguéis, seguros, condomínios e meios de conexão (3)	(2.953.437)	(146.387)	(180.410)	(3.280.234)	(2.616.816)	(150.671)	(194.848)	(2.962.335)
Impostos, taxas e contribuições (4)	(1.555.336)	(30.659)	(35.705)	(1.621.700)	(1.758.227)	(37.918)	(33.458)	(1.829.603)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber (nota 4)	-	(1.315.536)	-	(1.315.536)	-	(1.405.085)	-	(1.405.085)
Depreciação e amortização (5)	(6.467.961)	(1.351.912)	(515.873)	(8.335.746)	(5.937.372)	(1.433.260)	(455.552)	(7.826.184)
Custo das mercadorias vendidas	(2.158.678)	-	-	(2.158.678)	(1.785.811)	-	-	(1.785.811)
Materiais e outros custos e despesas operacionais	(46.497)	(203.016)	(32.334)	(281.847)	(54.943)	(198.690)	(18.424)	(272.057)
Total	**(19.820.589)**	**(12.037.145)**	**(2.508.829)**	**(34.366.563)**	**(19.135.195)**	**(12.758.952)**	**(2.334.905)**	**(34.229.052)**

	Consolidado							
	2018				2017			
	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total
Pessoal (1)	(872.032)	(2.574.498)	(549.610)	(3.996.140)	(845.358)	(2.387.314)	(493.095)	(3.725.767)
Serviços de terceiros (2)	(6.656.924)	(6.989.006)	(1.237.527)	(14.883.457)	(7.032.252)	(7.438.937)	(1.232.379)	(15.703.568)
Aluguéis, seguros, condomínios e meios de conexão (3)	(2.957.489)	(147.613)	(202.881)	(3.307.983)	(2.624.405)	(151.455)	(204.701)	(2.980.561)
Impostos, taxas e contribuições (4)	(1.594.836)	(30.703)	(36.122)	(1.661.661)	(1.792.764)	(39.050)	(34.779)	(1.866.593)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber (nota 4)	-	(1.533.660)	-	(1.533.660)	-	(1.481.015)	-	(1.481.015)
Depreciação e amortização (5)	(6.487.909)	(1.352.638)	(528.076)	(8.368.623)	(5.963.153)	(1.433.297)	(457.284)	(7.853.734)
Custo das mercadorias vendidas	(2.406.099)	-	-	(2.406.099)	(1.955.890)	-	-	(1.955.890)
Materiais e outros custos e despesas operacionais	(50.478)	(204.623)	(44.754)	(299.855)	(58.708)	(205.406)	(20.867)	(284.981)
Total	**(21.025.767)**	**(12.832.741)**	**(2.598.970)**	**(36.457.478)**	**(20.272.530)**	**(13.136.474)**	**(2.443.105)**	**(35.852.109)**

(1) Inclui os custos e despesas com honorários, salários, encargos e benefícios sociais, participação nos resultados, planos de remuneração baseados em ações, planos de previdência e outros benefícios pós-emprego, treinamento, transporte, saúde e alimentação.
(2) Inclui os custos e despesas com interconexão e uso de redes, propaganda e publicidade, manutenção da planta, energia elétrica, segurança, limpeza, compra de conteúdo de TV, agenciamento e intermediação comercial, parcerias, call center, backoffice, logística e armazenagem, confecção e postagem de contas telefônicas, serviços bancários, entre outros.
(3) Inclui os custos e despesas aluguéis de infraestrutura, imóveis, equipamentos, veículos, seguros e meios de conexão.
(4) Inclui os custos e despesas com as taxas fistel, fust, funttel, ônus para a renovação de licenças e outros impostos, taxas e contribuições.
(5) Inclui os custos e despesas com depreciação e amortização de ativos e os créditos de PIS e COFINS não cumulativos nos montantes de R$1.267 em 2017.

26. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Multas e despesas recuperadas (1)	3.891.594	349.985	3.962.150	355.415
Provisões trabalhistas, tributárias, cíveis e regulatórias (nota 19) (2)	(1.245.216)	(990.770)	(1.258.966)	(999.419)
Resultado líquido na alienação/perdas de ativos	114.164	110.413	114.853	108.767
Outras receitas (despesas) operacionais	751.396	322.534	(367.115)	(187.249)
Total	**3.511.938**	**(207.838)**	**2.450.922**	**(722.486)**
Outras receitas operacionais	4.757.154	782.932	4.077.003	464.182
Outras despesas operacionais	(1.245.216)	(990.770)	(1.626.081)	(1.186.668)
Total	**3.511.938**	**(207.838)**	**2.450.922**	**(722.486)**

(1) Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, incluem os créditos fiscais, nos montantes de R$3.356.687 (controladora) e R$3.386.433 (consolidado), oriundos dos processos judiciais transitados em julgado a favor da Companhia e sua controlada (TData), que reconheceu o direito da exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições ao PIS e COFINS para os períodos compreendidos entre setembro de 2003 e junho de 2017 e julho de 2004 a junho de 2013 (notas 8 e 27).
(2) Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, incluem as baixas de depósitos judiciais no montante de R$160.715.

27. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

a) Política contábil

Representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras, instrumentos financeiros derivativos, empréstimos, financiamentos, debêntures, ajustes ao valor presente de transações que geram ativos e passivos monetários e outras operações financeiras, sendo reconhecidas pelo regime de competência quando ganhas ou incorridas.

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como ativos financeiros a valor justo através de outros resultados abrangentes, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro.

b) Composição

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receitas Financeiras				
Receitas de aplicações financeiras	213.541	592.577	246.083	655.474
Juros ativos (clientes, tributos e outros)	106.008	122.923	118.476	124.391
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos (nota 31)	301.880	369.987	305.996	373.971
Variações cambiais de empréstimos e financiamentos (nota 20)	32.326	113.203	32.326	113.203
Outras receitas com variações cambiais e monetárias (1)	3.296.461	397.180	3.341.211	406.013
Outras receitas financeiras	40.892	79.302	68.548	82.906
Total	**3.991.108**	**1.675.172**	**4.112.640**	**1.755.958**
Despesas Financeiras				
Encargos de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro (nota 20)	(510.398)	(932.727)	(510.398)	(932.727)
Variações cambiais de empréstimos e financiamentos (nota 20)	(61.174)	(129.049)	(61.174)	(129.049)
Perdas com instrumentos financeiros derivativos (nota 31)	(290.333)	(414.378)	(295.208)	(415.956)
Juros passivos (instituições financeiras, provisões, fornecedores, tributos e outros)	(182.647)	(133.831)	(186.238)	(136.425)
Outras receitas com variações cambiais e monetárias	(946.954)	(862.742)	(963.463)	(876.948)
IOF, Pis, Cofins e outras despesas financeiras (2)	(262.738)	(163.386)	(269.006)	(167.897)
Total	**(2.254.244)**	**(2.636.113)**	**(2.285.487)**	**(2.659.002)**
Resultado financeiro, líquido	**1.736.864**	**(960.941)**	**1.827.153**	**(903.044)**

(1) Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, incluem as atualizações monetárias, nos montantes de R$2.897.153 (controladora) e R$2.926.247 (consolidado), sobre os créditos fiscais oriundos dos processos judiciais transitados em julgado a favor da Companhia e sua controlada (TData), que reconheceu o direito da exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições ao PIS e COFINS para os períodos compreendidos entre setembro de 2003 e junho de 2017 e julho de 2004 a junho de 2013 (notas 8 e 26).
(2) Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, inclui R$136.070 de PIS e COFINS, sobre os montantes consolidados descritos no item (1).

28. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

a) Transações e saldos com partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas decorrem de transações com empresas relacionadas com o grupo controlador, as quais foram realizadas em preços de mercado e demais condições comerciais acordadas em contrato entre as partes, e são como segue:

a) Serviços de telefonia fixa e móvel, prestados a empresas do Grupo Telefónica;
b) Serviços de TV digital, prestados pela Media Networks Latino América;
c) Aluguel, manutenção de equipamento de segurança e serviços de construção civil, prestados pela Telefônica Inteligência e Segurança Brasil;
d) Serviços corporativos, repassados pelo custo efetivamente incorrido nesses serviços;
e) Direito de uso de determinadas licenças de *softwares*, incluindo a manutenção e suporte prestados pela Telefónica Global Technology;
f) Infraestrutura de transmissão internacional para diversos circuitos de dados e serviços de conexão, prestados pela Telxius Cable Brasil, Telefónica International Wholesale Services e Telefónica USA, Media Net Br;
g) Operações com empresas do Grupo Telefónica, referentes a compra de conteúdo de *internet*, veiculação de publicidade e serviços de auditoria de audiência;
h) Serviços de *marketing* prestados pelas empresas do Grupo Telefónica;
i) Serviços de acesso à informação através da rede de comunicações eletrônicas, prestados pela Telefonica de Espanha;
j) Serviços de comunicação de dados e soluções integradas, prestados para Telefónica International Wholesale Services e Telefónica USA;
k) Serviços de chamada de longa distância e de roaming internacional, prestados por empresas do Grupo Telefónica;
l) Reembolso de despesas e gastos diversos pela Companhia a serem reembolsados pelas empresas do Grupo Telefónica;
m) *Brand Fee*, pela cessão de uso de direitos da marca pagos à Telefónica;
n) Plataforma de serviços de saude prestados pela Aximed;
o) *Cost Sharing Agreement*, reembolso de gastos referente ao negócio digital para a empresa Telefónica Digital;
p) Aluguel de prédios a empresas do Grupo Telefónica;
q) *Financial Clearing House Roaming*, ingressos de fundos para pagamentos e recebimentos derivados da operação de *roaming* entre empresas do Grupo Telefónica pela Telfisa;
r) Soluções integrais de aprendizagem *on-line* para a educação e formação em modalidade *e-learning* prestados pela Telefônica Serviços de Ensino;
s) Operações de *factoring*, linha de financiamento para os serviços prestados pelos fornecedores do Grupo Telefónica;
t) Investimento social a fundação Telefônica, utiliza tecnologias de forma inovadora para potencializar a aprendizagem e o conhecimento, contribuindo para o desenvolvimento pessoal e social;
u) Contratos de cessão de direito de uso de rede de dutos, serviços de locação de dutos para fibra ótica, contratos de ocupação de faixa de domínio com diversas concessionárias de rodovias prestados pela Companhia AIX;
v) Plataforma Adquira Sourcing, solução *on-line* para a negociação de compra e venda de todo tipo de bens e serviços prestado pela Telefónica Compras Electrónicas;
w) Mídia Digital serviços de comercialização e exploração de *marketing* digital *in-store* e *outdoor* prestado pela Telefônica On The Spot Soluções Digitais Brasil;
x) Operações de torres entre Telefonica Brasil e Telxius Torres Brasil;
y) Valores a serem ressarcidos pela SPTE em decorrência de cláusula contratual da compra de participação societária do Terra Networks Brasil;
z) Venda de produtos digitais, criação de um canal de banda exclusivo que responde à demanda comercial por esses serviços e produtos digitais; e
aa) Serviços de hospedagem, habitação e soluções de telecomunicações para o mercado corporativo prestados pela Acens.

Conforme descrito na nota 30, a Companhia e suas controladas são patrocinadoras de planos de previdência e outros benefícios pós-emprego aos seus empregados junto à Visão Prev e Sistel.

A seguir, apresentamos um sumário dos saldos consolidados com partes relacionadas:

		Balanço Patrimonial - Ativo					
		31.12.18			31.12.17		
Empresas	Natureza da transação	Caixa e equivalentes de caixa	Contas a receber, líquidas	Outros ativos	Caixa e equivalentes de caixa	Contas a receber líquidas	Outros ativos
Controladoras							
SP Telecomunicações Participações	d)/l)/y)	-	-	10.083	-	531	46
Telefónica LatinoAmerica Holding	l)	-	-	60.387	-	-	135.486
Telefónica	l)/z)	-	9.300	29.757	-	492	158
		-	**9.300**	**100.227**	**-**	**1.023**	**135.690**
Outras empresas do grupo							
Colombia Telecomunicaciones ESP	k)/l)	-	1.334	520	-	1.210	4.505
Media Networks Brasil Soluções Digitais	a)/d)/f)/l)/p)	-	903	4.051	-	1.017	2.106
T.O2 Germany GMBH CO. OHG	k)	-	20.877	-	-	22.315	-
Telefónica Venezolana	k)	-	5.926	2.196	-	6.067	-
Telefónica Digital España	g)/l)	-	197	294	-	1.929	-
Telefônica Factoring do Brasil	a)/d)/l)/s)	-	6.360	133	-	12.337	93
Telefónica Global Technology	l)	-	-	-	-	-	13.600
Telefônica Inteligência e Segurança Brasil	a)/d)/l)	-	800	986	-	271	1.013
Telefónica International Wholesale Services Espanha	j)/k)	-	46.537	-	-	69.087	-
Telefônica Serviços de Ensino	a)/p)	-	286	-	-	175	-
Telefónica Moviles Argentina	k)	-	5.074	-	-	7.194	-
Telefónica Moviles Del Espanha	k)	-	7.576	-	-	8.918	-
Telefónica USA (1)	j)	-	9.005	-	-	7.157	-
Telfisa Global BV	q)	46.755	-	-	9.523	-	-
Telxius Cable Brasil	a)/d)/l)/p)	-	11.628	5.295	-	28.981	819
Telxius Torres Brasil	d)/p)/x)	-	6.776	4.268	-	14.666	5.106
Terra Networks Chile, Terra Networks México, Terra Networks Perú, Terra Networks Argentina e Terra Networks Colômbia	g)/h)	-	5.341	-	-	7.822	-
Outras	a)/d)/k)/ g)/h)/l)/p)	-	10.894	2.806	-	10.852	3.801
		46.755	**139.514**	**20.549**	**9.523**	**199.998**	**31.043**
Total		**46.755**	**148.814**	**120.776**	**9.523**	**201.021**	**166.733**
Ativo circulante		**46.755**	**148.814**	**114.715**	**9.523**	**201.021**	**164.249**
Ativo não circulante		**-**	**-**	**6.061**	**-**	**-**	**2.484**

		Balanço Patrimonial - Passivo			
		31.12.18		31.12.17	
Empresas	Natureza da transação	Fornecedores e contas a pagar	Outros passivos	Fornecedores e contas a pagar	Outros passivos
Controladoras					
SP Telecomunicações Participações	y)	-	21.901	6.656	15.000
Telefónica LatinoAmerica Holding	l)	-	-	86	-
Telefónica	l)/m)	687	1.393	1.205	99.950
		687	**23.294**	**7.947**	**114.950**
Outras empresas do grupo					
Colombia Telecomunicaciones ESP	k)	1.056	-	471	-
Fundação Telefônica	l)	-	82	-	137
Media Networks Latina America SAC	b)	10.212	-	4.248	-
Media Networks Brasil Soluções Digitais	f)	44.693	318	33.751	318
T.O2 Germany GMBH CO. OHG	k)	5.706	-	5.477	-
Telefónica Venezolana	k)	5.410	-	5.240	-
Telefónica Compras Electrónicas	v)	32.582	-	24.311	-
Telefónica Digital España	o)	43.340	-	46.645	-
Telefônica Factoring do Brasil	l)/s)	-	2.770	-	146
Telefónica Global Technology	e)	28.750	-	15.671	-
Telefônica Inteligência e Segurança Brasil	c)/l)	52.184	27	15.336	27
Telefónica International Wholesale Services Espanha	f)/k)	26.097	-	44.240	8

continua

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
documento assinado digitalmente
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br quarta-feira, 20 de fevereiro de 2019 às 01:24:30.

continuação

Telefônica Brasil S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE: 35.3.0015881-4

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

		Balanço Patrimonial - Passivo			
		31.12.18		31.12.17	
Empresas	**Natureza da transação**	**Fornecedores e contas a pagar**	**Outros passivos**	**Fornecedores e contas a pagar**	**Outros passivos**
Telefônica Serviços de Ensino	r)	22.518	-	37.931	-
Telefónica Moviles Argentina	k)	4.160	-	3.865	-
Telefónica Moviles Del Espanha	k)	5.233	-	3.589	-
Telefónica USA (1)	f)	4.411	200	7.425	171
Telxius Cable Brasil	f)/l)	39.662	2.067	44.037	2.068
Telxius Torres Brasil	x)	38.735	1.926	37.718	7.757
Terra Networks Chile, Terra Networks México, Terra Networks Perú, Terra Networks Argentina e Terra Networks Colômbia	h)	1.766	-	907	-
Outras	k)/h)/l)/u)/w)/aa)	16.310	1.032	12.035	405
		382.825	**8.422**	**342.897**	**11.037**
Total		**383.512**	**31.716**	**350.844**	**125.987**
Passivo circulante		**383.512**	**22.220**	**350.844**	**124.749**
Passivo não circulante		**-**	**9.496**	**-**	**1.238**

		Demonstração dos Resultados					
		2018			2017		
Empresas	**Natureza da transação**	**Receita operacional**	**Custos, despesas e outras despesas (receitas) operacionais**	**Resultado financeiro**	**Receita operacional**	**Custos, despesas e outras despesas (receitas) operacionais**	**Resultado financeiro**
Controladoras							
SP Telecomunicações Participações	d)	-	347	-	-	268	-
Telefónica LatinoAmerica Holding	l)	-	16.466	9.077	-	36.523	11.030
Telefónica	l)/m)	-	(373.690)	(16.680)	-	(331.684)	(996)
		-	**(356.877)**	**(7.603)**	**-**	**(294.893)**	**10.034**
Outras empresas do grupo							
Colombia Telecomunicaciones ESP	k)	250	(4.280)	(2.145)	349	(10)	604
Companhia AIX de Participações	a)/u)	75	(22.645)	-	36	(22.738)	-
Fundação Telefônica	t)	-	(12.223)	-	-	(11.395)	-
Media Networks Brasil Soluções Digitais	a)/d)/f)/p)	2.006	(101.272)	-	601	(57.177)	-
Media Networks Latina America SAC	b)	-	(34.791)	(1.007)	-	(33.133)	(516)
Telefônica Serviços de Ensino	a)/p)/r)	1.158	(49.130)	-	292	(54.781)	-
T.O2 Germany GMBH CO. OHG	k)	148	(1.975)	-	75	(1.409)	-
Telefónica Compras Electrónicas	v)	-	(34.534)	-	-	(29.062)	-
Telefônica Digital España	l)/o)	-	(124.537)	(813)	-	(81.893)	(2.600)
Telefônica Factoring do Brasil	a)/d)/l)/s)	2.416	212	2.601	69	828	61
Telefónica Global Technology	e)/l)	-	(36.738)	(4.134)	-	(36.395)	40
Telefônica Inteligência e Segurança Brasil	a)/c)/d)/l)/p)	1.568	(54.210)	-	706	(40.918)	-
Telefónica International Wholesale Services Espanha	f)/j)/k)	53.357	(64.036)	9.771	56.728	(49.960)	(2.564)
Telefónica Moviles Argentina	k)	5.916	(3.437)	-	3.746	6.147	-
Telefónica Moviles Del Chile	k)	1.293	(3.159)	39	1.586	(2.196)	52
Telefónica Moviles Del Espanha	k)	(209)	(4.166)	-	1.048	(1.969)	-
Telefónica USA (1)	f)/j)	1.518	(19.441)	(539)	2.392	(13.202)	(2.185)
Telxius Cable Brasil	a)/d)/f)/l)/p)	49.777	(206.095)	(7.896)	15.045	(200.537)	787
Telxius Torres Brasil	d)/l)/p)/x)	3.218	(129.706)	-	-	(107.373)	-
Terra Networks Chile, Terra Networks México, Terra Networks Perú, Terra Networks Argentina e Terra Networks Colômbia	h)	-	(2.794)	1.450	-	1.072	(59)
Outras	a)/d)/f)/i)/k)/l)/n)/p)/w)	3.547	(23.957)	(283)	7.725	(27.213)	130
		126.038	**(932.914)**	**(2.956)**	**90.398**	**(763.314)**	**(6.250)**
Total		**126.038**	**(1.289.791)**	**(10.559)**	**90.398**	**(1.058.207)**	**3.784**

(1) Os valores do Terra Networks Operations foram reclassificados em 2017 para melhor comparabilidade, em virtude de sua incorporação pela Telefónica USA., em 2018.

b) Remuneração dos administradores

O montante de remuneração (consolidado) pago pela Companhia aos seus Conselheiros de Administração e Diretores Estatutários para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foi de R$26.431 e R$21.684, respectivamente. Destes montantes, R$17.493 (R$14.439 em 31 de dezembro de 2017) correspondem a salários, benefícios e encargos sociais e R$8.938 (R$7.245 em 31 de dezembro de 2017) a remuneração variável.

Estes montantes foram contabilizados como despesas de pessoal no grupo de Despesas Gerais e Administrativas (nota 25).

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, nossos Conselheiros e Diretores não receberam quaisquer benefícios de pensão, aposentadoria ou similares.

29. PLANOS DE REMUNERAÇÃO BASEADOS EM AÇÕES

a) Política contábil

A Companhia e suas controladas mensuram o custo de transações liquidadas com ações emitidas pela controladora (Telefónica), para seus dirigentes e empregados.

O valor justo das opções é estimado na data de concessão, com base em modelo binomial de precificação das opções que considera os prazos e condições da concessão dos instrumentos. Esse valor justo é debitado na demonstração dos resultados ao longo do período até a aquisição.

A Companhia e suas controladas reembolsam à Telefónica o valor justo do benefício entregue na data de concessão aos dirigentes e empregados.

b) Informações sobre os planos de remuneração baseados em ações

A controladora da Companhia, Telefónica, mantém diferentes planos de remuneração baseados no valor de cotação de suas ações, os quais foram oferecidos também a dirigentes e empregados de suas controladas, entre elas a Companhia e suas controladas.

A entrega das ações está condicionada a: (i) manter uma relação de trabalho ativa no Grupo Telefónica na data de consolidação do ciclo; e (ii) ao atingimento de resultados que representem o cumprimento dos objetivos estabelecidos para o plano.

O nível de êxito está baseado na comparação da evolução da remuneração ao acionista, considerando cotação e dividendos (*Total Shareholder Return* - TSR) da ação da Telefónica, em relação à evolução dos TSRs das empresas do Grupo de Comparação pré-definido e ao atingimento do FCF (*Free Cash Flow*) do Grupo Telefónica. Em 31 de dezembro de 2018 o valor da cotação das ações da Telefónica era de 7,3309 euros.

As despesas da Companhia e suas controladas com os planos de remuneração baseados em ações descritos a seguir, quando aplicável, são registradas como gastos com pessoal, segregados nos grupos de Custos dos Serviços Prestados, Despesas com Comercialização e Despesas Gerais e Administrativas (nota 25) e correspondem a R$10.433 e R$7.013 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

Os principais planos em vigor em 31 de dezembro de 2018, estão detalhados a seguir:

b.1) Plano *Talent for the Future Share Plan* ("TFSP")

A Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Telefónica, celebrada em 2014, aprovou um programa de longo prazo com o objetivo de premiar o compromisso, o desempenho destacado e o alto potencial de seus Executivos em nível global com a atribuição de ações da Telefónica.

Os participantes não precisam pagar por suas ações iniciais atribuídas. A duração total inicialmente prevista do plano é de 3 anos. O início do ciclo foi em 1º de outubro de 2014 e se estendendo até 30 de setembro de 2017. O número de ações é informado no início do ciclo e após o período de 3 anos da data da concessão, as ações serão transferidas para o participante se atingida a meta.

Nos ciclos deste programa (2014-2017/2015-2018) não houve o atingimento do TSR, sendo assim, não houve entrega de ações da Telefónica aos executivos da Companhia.

A Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Telefónica, celebrada em 8 de junho de 2018, aprovou um programa de longo prazo com o objetivo de premiar o compromisso, o desempenho destacado e o alto potencial de seus Executivos em nível global com a atribuição de ações da Telefónica.

Os participantes não precisam pagar por suas ações iniciais atribuídas. A duração total inicialmente prevista do plano é de 3 anos. O início do ciclo foi em 1º de janeiro de 2018 e se estenderá até 31 de dezembro de 2020. O número de ações é informado no início do ciclo e após o período de 3 anos da data da concessão, as ações serão transferidas para o participante se atingida a meta.

O ciclo 2018-2020 (1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2020): tendo o direito potencial de receber 122.250 ações da Telefónica (inclui quantidades iniciais).

b.2) Plano *Performance Share Plan* ("PSP")

A Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Telefónica, celebrada em 8 de junho de 2018, aprovou um programa de longo prazo com o objetivo de premiar o compromisso, o desempenho destacado e o alto potencial de seus Diretivos em nível global com a atribuição de ações da Telefónica.

Os participantes não precisam pagar por suas ações atribuídas. A duração total inicialmente prevista do plano é de 3 anos. Os ciclos são independentes entre si. O número de ações é informado no início do ciclo e após o período de 3 anos da data da concessão, as ações serão transferidas para o participante se atingida a meta.

O ciclo 2018-2020 (1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2020): com 113 executivos ativos (incluindo 3 executivos nomeados nos termos do Estatuto) da Companhia, tendo o direito potencial de receber 977.737 ações da Telefónica SA.

30. PLANOS DE PREVIDÊNCIA E OUTROS BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

a) Política contábil

A Companhia e suas controladas patrocinam individualmente fundos de pensão de benefícios pós-emprego para empregados ativos e aposentados, bem como plano multipatrocinado de complementação de aposentadoria e assistência médica para ex-empregados. As contribuições são determinadas em bases atuariais e são registradas pelo regime de competência. Passivos relacionados aos planos definidos são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício, a fim de verificar se as reservas são suficientes para garantir os compromissos atuais e futuros.

Os passivos atuariais de planos com características de benefício definido foram calculados adotando-se o método de crédito unitário projetado. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos de forma imediata no patrimônio líquido (em outros resultados abrangentes).

Para os planos com características de contribuições definidas, a obrigação é limitada ao pagamento das contribuições, as quais são reconhecidas no resultado nos respectivos períodos de competência.

O ativo ou passivo de plano de benefício definido a ser reconhecido nas demonstrações financeiras corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal - NTNs), deduzido do valor justo dos ativos do plano que serão usados para liquidar as obrigações. Os ativos do plano são ativos mantidos por uma entidade fechada de previdência complementar. Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores da Companhia ou suas controladas e não podem ser pagos diretamente à Companhia ou suas controladas. O valor justo se baseia em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, no preço de compra publicado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de redução nas contribuições patronais futuras do plano.

Os custos atuariais reconhecidos na demonstração dos resultados são limitados ao custo do serviço e custo de juros sobre a obrigação do plano de benefício definido. Qualquer mudança na mensuração nos ativos e obrigações dos planos são inicialmente reconhecidos em outros resultados abrangentes e imediatamente reclassificado para lucros acumulados no patrimônio líquido.

A Companhia e suas controladas administram e patrocinam, individualmente, plano de assistência médica aos aposentados e desligados que efetuam contribuição fixa para o plano, em atendimento à Lei 9.656/98 (que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde). Conforme previsão dos artigos 30º e 31º da referida Lei, será garantido o direito à extensão do plano de assistência médica no qual o participante tinha direito enquanto empregado ativo.

b) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

O custo de planos de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas anualmente.

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país.

c) Informações sobre os planos de previdência e outros benefícios pós-emprego

A tabela a seguir descreve os planos que a Companhia e suas controladas patrocinam com os devidos tipos de benefícios.

Plano	Tipo	Administrador	Patrocinador
PBS-A	Benefício Definido (BD)	Sistel	Telefônica Brasil, solidariamente com as demais empresas de Telecomunicações originadas da privatização do Sistema Telebrás
PAMA/PCE	Benefício Definido (BD)	Sistel	Telefônica Brasil, solidariamente com as demais empresas de Telecomunicações originadas da privatização do Sistema Telebrás
Assistência médica - Lei 9.656/98	Benefício Definido (BD)	Telefônica Brasil	Telefônica Brasil, Terra Networks e TGLog
CTB	Benefício Definido (BD)	Telefônica Brasil	Telefônica Brasil
Telefônica BD	Benefício Definido (BD)	Visão Prev	Telefônica Brasil
VISÃO	Contribuição Definida (CD)/ Híbrido	Visão Prev	Telefônica Brasil, Terra Networks e TGLog

A Companhia tem participação nas decisões que afetam diretamente a governança dos planos, com membros indicados tanto para o Conselho Deliberativo quanto para o Conselho Fiscal das administradoras Sistel e Visão Prev.

A obrigação de benefício definido é composta por diferentes componentes, de acordo com a característica de pensão de cada plano, podendo ser constituído pelo passivo atuarial de obrigações de complementação de aposentadoria, subsídio de assistência médica a aposentados e dependentes e indenizações por morte e invalidez dos participantes. Esta obrigação está exposta a riscos econômicos e demográficos, tais como: (i) reajustes nos custos médicos que possam impactar no custeio de planos de assistência médica; (ii) crescimento salarial; (iii) taxa de inflação de longo prazo; (iv) taxa nominal de desconto; e (v) expectativa de vida dos participantes e pensionistas.

O valor justo dos ativos dos planos é composto principalmente por investimentos em renda fixa (NTN's, LFT's, LTN's, operações compromissadas, CDB's, debêntures, letras financeiras e cotas FIDC) e investimentos em renda variável (ações de empresas de grande porte, com boa reputação no mercado e com alta liquidez, além de investimentos em índices de mercado).

Devido à concentração dos investimentos em renda fixa e variável, os ativos dos planos estão expostos principalmente aos riscos inerentes ao mercado financeiro e ao cenário econômico, tais como: (i) risco de mercado nos setores econômicos onde os investimentos em renda variável estão concentrados; (ii) risco de eventos que impactem no cenário econômico e nos índices de mercado onde os investimentos em renda variável estão concentrados; e (iii) taxa de inflação de longo prazo que pode consumir a rentabilidade de investimentos em renda fixa de remuneração pré-fixada.

As administradoras dos planos de benefícios pós-emprego patrocinados pela Companhia (Visão Prev Sociedade de Previdência Complementar - "Visão Prev" e Fundação Sistel de Seguridade Social - "Sistel") procuram efetuar casamento dos fluxos de ativos e passivos por meio da aquisição de títulos de renda fixa e outros ativos de longo prazo.

À exceção dos planos deficitários CTB e plano assistência médica - Lei nº 9.656/98, geralmente todos os planos de benefícios que tenham fundo constituído, apresentam posição superavitária. O benefício econômico registrado no ativo da Companhia e suas controladas não reflete o total de *superávit* apurado nesses planos. O benefício econômico apresentado no ativo considera apenas a parte dos *superávits* que apresenta real possibilidade de recuperação. A forma de recuperação dos *superávits* dos planos é unicamente através de reduções em contribuições futuras e, visto que nem todos os planos recebem atualmente contribuições de grandeza suficiente para a total recuperação dos *superávits*, o benefício econômico registrado no ativo está limitado ao total possível de recuperação de acordo com as contribuições futuras projetadas.

Os ativos dos planos estão posicionados em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente, sendo que o rateio dos ativos dos planos foi efetuado com base no passivo atuarial da Companhia em relação ao passivo atuarial total do plano.

Os ganhos e perdas atuariais gerados em cada exercício são reconhecidos de forma imediata no patrimônio líquido (em outros resultados abrangentes).

A seguir, apresentamos informações resumidas dos planos de previdência e outros benefícios pós-emprego.

c.1) Planos de benefícios de saúde pós-emprego

A avaliação atuarial efetuada para o plano de saúde PAMA utilizou o cadastro dos participantes com data base de 31 de outubro de 2018, projetado para 31 de dezembro de 2018, enquanto a avaliação atuarial efetuada para o plano de saúde Lei nº 9.656/98 utilizou o cadastro dos participantes com data base de 30 de setembro de 2018, projetado para 31 de dezembro de 2018. Para o exercício comparativo, a avaliação atuarial efetuada para os planos de saúde PAMA e Lei nº 9.656/98 utilizou os cadastros dos participantes com data base de 31 de outubro de 2017, projetados para 31 de dezembro de 2017.

c.1.1) Plano de Assistência Médica ao Aposentado e Programa de Coberturas Especiais (PAMA e PAMA-PCE)

A Companhia, juntamente com outras empresas do antigo Sistema Telebrás, a custo compartilhado, patrocina planos de assistência médica (PAMA e PAMA-PCE) aos aposentados. Estes planos são administrados pela Sistel e têm status de planos fechados, não admitindo novas adesões.

As contribuições aos planos são determinadas com base em estudos atuariais preparados por atuários independentes, de acordo com as normas em vigor no Brasil. O regime de determinação do custeio é o de capitalização e a contribuição devida pela patrocinadora é fixada em percentual de desconto sobre a folha de salários dos seus empregados participantes ativos vinculados ao plano Telefônica BD.

continua

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
documento assinado digitalmente
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br quarta-feira, 20 de fevereiro de 2019 às 01:24:30.

continuação

Telefônica

Telefônica Brasil S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE: 35.3.0015881-4

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

c.1.2) Plano de assistência médica - Lei nº 9.656/98

Em atendimento à Lei nº 9.656/98, a Companhia administra e patrocina, juntamente com suas controladas, plano de assistência médica aos aposentados e desligados que efetuam contribuição fixa para o plano.

Conforme previsão dos artigos 30 e 31 da referida Lei, será garantido o direito à extensão do plano de assistência médica no qual o participante tinha direito enquanto empregado ativo. Os participantes em fase de benefício são classificados em aposentados e seus dependentes e demitidos e seus dependentes.

Os aposentados e demitidos, para manutenção de seus direitos aos benefícios, deverão efetuar contribuições ao plano de acordo com as tabelas de contribuição por faixa etária determinadas pelas operadoras e/ou seguradoras.

c.2) Planos de previdência pós-emprego

A avaliação atuarial efetuada para o plano de previdência CTB utilizou o cadastro dos participantes com data base de 31 de julho de 2018, projetado para 31 de dezembro de 2018 e o cadastro dos participantes com data base de 31 de agosto de 2017, projetado para 31 de dezembro de 2017.

A avaliação atuarial efetuada para todos os demais planos de previdência (PBS-A, Telefônica BD, e planos Visão) utilizou o cadastro dos participantes com data base de 31 de julho de 2018, projetado para 31 de dezembro de 2018 e o cadastro dos participantes com data base de 31 de julho de 2017, projetado para 31 de dezembro de 2017.

Em 15 de agosto de 2018, a Visão Prev obteve aprovações da Superintendência Nacional de Previdência Complementar ("PREVIC") para a incorporação do plano TCO Prev aos planos Visão Telefônica e Telefônica BD. Desta forma, a partir de 1º de novembro de 2018 todos os participantes do plano TCO Prev passaram a ser participantes dos planos Visão Telefônica e Telefônica BD, de acordo com o seu perfil. Esta unificação preserva todos direitos adquiridos, e proporciona aos participantes do plano incorporado acesso aos benefícios dos planos Visão Telefônica e Telefônica BD.

O principal objetivo da cisão e incorporação é criar maior sinergia dos benefícios oferecidos aos participantes.

Os planos de previdência pós-emprego incluem: PBS Assistidos ("PBS-A"), CTB, Telefônica BD e Visão.

c.2.1) Plano PBS Assistidos (PBS-A)

O PBS-A é um plano de benefício definido de complementação previdenciária administrado pela Sistel e patrocinado pela Companhia, solidariamente com as demais empresas de telecomunicações originadas da privatização do sistema Telebrás. O PBS-A está sujeito a aportes de recursos das patrocinadoras, caso ocorra insuficiência de ativos para garantir a suplementação de aposentadoria dos participantes no futuro.

O PBS-A é composto por participantes assistidos do plano de benefícios da Sistel que já estavam na condição de aposentados em 31 de janeiro de 2000, originários de todas as patrocinadoras participantes, mantida a solidariedade de todas as patrocinadoras do plano, entre si, e com a Sistel.

Embora o PBS-A apresente ativos superiores às obrigações atuariais em 31 de dezembro de 2018 e 2017, esses excedentes não foram reconhecidos em virtude da falta de previsão legal de seu reembolso e, por não ser um plano contributivo, não é possível nenhum abatimento em futuras contribuições.

c.2.2) Plano CTB ("CTB")

As contribuições aos planos CTB são determinadas com base em estudos atuariais preparados por atuários independentes, de acordo com as normas em vigor no Brasil. O regime de determinação do custeio é o de capitalização e a contribuição devida pela patrocinadora é fixada em percentual de desconto sobre a folha de salários dos seus empregados participantes do plano.

A Companhia administra e patrocina, individualmente, o plano CTB, plano oferecido originalmente aos antigos empregados da Companhia Telefônica Brasileira que estavam na empresa em 1977, com os quais foi firmado contrato individual de concessão de aposentadoria para incentivar o desligamento desses empregados. Trata-se de um benefício informal de complementação de aposentadoria pago aos ex-empregados diretamente pela empresa. Estes planos têm status de planos fechados, não admitindo novas adesões.

c.2.3) Plano Telefônica BD

A Companhia patrocina, individualmente, plano de benefício definido de benefícios previdenciários, o plano Telefônica BD.

Visando aprimorar a alocação dos ativos do plano Telefônica BD e analisar a taxa de cobertura das obrigações do plano nos próximos anos, foi conduzido um estudo de ALM estocástico pela Visão Prev e pela Willis Towers Watson. Esse estudo de ALM objetivou verificar a projeção da relação entre cobertura do passivo (índice de solvência) e o risco de descasamento, medido pelo desvio padrão do índice de solvência. O estudo concluiu que o plano apresenta trajetória sustentável de sua taxa de cobertura com a carteira atual de investimentos.

No momento da concessão, é calculado um benefício, que será pago de forma vitalícia e atualizado pela inflação. Este plano não está aberto a novas adesões

As contribuições são definidas conforme o plano de custeio, que é calculado considerando hipóteses financeiras, demográficas e econômicas com o objetivo de acumular recursos suficientes para o pagamento do benefício para os participantes que já estão recebendo e para as novas aposentadorias.

c.2.4) Planos Visão

Os planos Visão Telefônica e Visão Multi, por sua similaridade, passarão a ser demonstrados a seguir conjuntamente sob a denominação Visão.

A Companhia e suas controladas patrocinam planos de contribuição definida com componentes de benefícios definidos (planos híbridos) de benefícios previdenciários, os planos Visão, administrados pela Visão Prev. A contribuição é atribuída a cada controlada na proporção econômica e demográfica de sua respectiva obrigação com o plano.

As contribuições realizadas pela Companhia e suas controladas referente às parcelas de contribuição definida totalizaram R$39.967 em 31 de dezembro de 2018 (R$43.702 em 31 de dezembro de 2017).

As contribuições aos planos Visão Telefônica e Visão Multi são: (i) contribuição básica e adicional, com contribuições efetuadas pelo participante e patrocinadora; e (ii) contribuição suplementar, esporádica e específica, com contribuição efetuada apenas pelo participante.

Além disso, o participante tem a possibilidade de escolher um dos cinco perfis de investimento para aplicar o seu saldo, são eles: super conservador, conservador, moderado, agressivo e agressivo renda fixa longo prazo.

c.3) Informações consolidadas dos planos de previdência e de outros benefícios pós-emprego

c.3.1) Conciliação dos passivos (ativos), líquidos

	31.12.18			31.12.17		
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total
Valor presente de obrigação por benefício definido	2.011.355	1.313.157	**3.324.512**	1.861.651	1.050.576	**2.912.227**
Valor justo dos ativos dos planos	2.999.669	763.325	**3.762.994**	2.585.679	726.060	**3.311.739**
Passivo (ativo) líquido	**(988.314)**	**549.832**	**(438.482)**	**(724.028)**	**324.516**	**(399.512)**
Limitador dos ativos	1.056.682	50.281	**1.106.963**	791.177	130.440	**921.617**
Ativo não circulante	(10.997)	-	**(10.997)**	(9.833)	-	**(9.833)**
Passivo circulante	8.114	11.553	**19.667**	7.914	9.021	**16.935**
Passivo não circulante	71.251	588.560	**659.811**	69.068	445.935	**515.003**

c.3.2) Total de despesa reconhecida na demonstração dos resultados

	2018			2017		
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total
Custo do serviço corrente	2.931	13.722	**16.653**	3.044	7.606	**10.650**
Juros líquidos sobre o ativo/ passivo atuarial líquidos	6.074	45.892	**51.966**	5.258	29.325	**34.583**
Total	**9.005**	**59.614**	**68.619**	**8.302**	**36.931**	**45.233**

c.3.3) Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes

	2018			2017		
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total
Ganhos (perdas) atuariais	(186.170)	184.527	**(1.643)**	325.292	208.195	**533.487**
Efeito limitador	188.259	(93.125)	**95.134**	(309.780)	(52.411)	**(362.191)**
Total	**2.089**	**91.402**	**93.491**	**15.512**	**155.784**	**171.296**

c.3.4) Movimentação do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido líquido

	31.12.18			31.12.17		
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total
Valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido líquido no início do exercício	**67.148**	**454.957**	**522.105**	**54.026**	**264.603**	**318.629**
Combinação de negócios	-	-	**-**	(12)	680	668
Despesas no exercício	9.005	59.614	**68.619**	8.302	36.931	**45.233**
Contribuições das patrocinadoras	(9.874)	(5.860)	**(15.734)**	(10.680)	(3.041)	**(13.721)**
Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes	2.089	91.402	**93.491**	15.512	155.784	**171.296**
Valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido líquido ao final do exercício	**68.368**	**600.113**	**668.481**	**67.148**	**454.957**	**522.105**
Ativo atuarial reconhecido no balanço	(10.997)	-	**(10.997)**	(9.833)	-	**(9.833)**
Passivo atuarial reconhecido no balanço	79.365	600.113	**679.478**	76.982	454.956	**531.938**

c.3.5) Movimentação do passivo de benefício definido

	31.12.18			31.12.17		
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total
Passivo de benefício definido no início do exercício	**1.861.651**	**1.050.576**	**2.912.227**	**1.763.866**	**767.642**	**2.531.508**
Obrigação assumida por aquisição de sociedade	-	-	**-**	249	680	**929**
Custo do serviço corrente	2.931	13.722	**16.653**	3.044	7.606	**10.650**
Juros sobre o passivo atuarial	173.842	103.617	**277.459**	181.208	82.488	**263.696**
Benefícios pago	(136.916)	(37.838)	**(174.754)**	(168.856)	(30.777)	**(199.633)**
Contribuições de participantes vertidas	451	-	**451**	220	-	**220**
Perdas (ganhos) atuariais ajustados pela experiência	80.126	64.278	**144.404**	(23.613)	128.469	**104.856**
Ganhos atuariais ajustados por premissas demográficas	-	46.122	**46.122**	(3.320)	(1.543)	**(4.863)**
Perdas atuariais ajustados por premissas financeiras	29.270	72.680	**101.950**	108.853	96.011	**204.864**
Passivo de benefício definido no final do exercício	**2.011.355**	**1.313.157**	**3.324.512**	**1.861.651**	**1.050.576**	**2.912.227**

c.3.6) Movimentação do valor justo dos ativos dos planos

	31.12.18			31.12.17		
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	**2.585.679**	**726.060**	**3.311.739**	**2.703.593**	**667.993**	**3.371.586**
Acervo adquirido por aquisição de sociedade	-	-	**-**	323	-	**323**
Benefícios pagos	(128.991)	(32.011)	**(161.002)**	(160.370)	(27.767)	**(188.137)**
Contribuições de participantes vertidas	451	-	**451**	220	-	**220**
Contribuições de patrocinador vertidas	1.949	33	**1.982**	2.195	31	**2.226**
Receitas esperadas de juros sobre os ativos dos planos	245.014	70.690	**315.704**	283.090	71.061	**354.151**
Retorno sobre os ativos dos planos, acima das receitas de juros esperadas	295.567	(1.447)	**294.120**	(243.372)	14.742	**(228.630)**
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	**2.999.669**	**763.325**	**3.762.994**	**2.585.679**	**726.060**	**3.311.739**

c.3.7) Movimentação do limitador de ativos

	31.12.18			31.12.17		
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total
Limitador dos ativos no início do exercício	**791.177**	**130.440**	**921.617**	**993.754**	**164.953**	**1.158.707**
Juros sobre o efeito limitador de ativos	77.246	12.966	**90.212**	107.140	17.898	**125.038**
Mudanças no efeito limitador de ativos, exceto juros	188.259	(93.125)	**95.134**	(309.779)	(52.411)	**(362.190)**
Efeito gerado por aquisição de sociedade	-	-	**-**	62	-	62
Limitador dos ativos ao final do exercício	**1.056.682**	**50.281**	**1.106.963**	**791.177**	**130.440**	**921.617**

c.3.8) Resultados previstos para o exercício de 2019

	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total
Custo do serviço corrente	3.076	16.178	**19.254**
Juros líquidos sobre o valor do passivo/ativo de benefício definido líquido	5.762	56.551	**62.313**
Total	**8.838**	**72.729**	**81.567**

c.3.9) Contribuições das patrocinadoras previstas para o exercício de 2019

	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total
Contribuições das patrocinadoras	2.221	8.114	**10.335**
Benefícios pagos diretamente pelo patrocinador	35	11.559	**11.594**
Total	**2.256**	**19.673**	**21.929**

c.3.10) Duração média ponderada da obrigação de benefício definido

	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego
No exercício de 2018	7,8 anos	16,5 anos
No exercício de 2017	8,5 anos	18,7 anos

c.3.11) Premissas atuariais

	31.12.18	
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego
Taxa para desconto a valor presente do passivo de benefício definido	Visão: 9,0% PBS-A e CTB: 9,1% Telefônica BD: 9,2%	9,3%
Taxa de crescimento salarial futuro	PBS-A: N/A Visão, CTB e Telefônica BD: 5,7%	N/A
Taxa de crescimento dos custos médicos	N/A	7,1%
Índice nominal anual de reajuste dos benefícios previdenciários	4,0%	N/A
Idade prevista para a elegibilidade ao uso dos serviços médicos	N/A	Elegibilidade dos benefícios de 100% aos 57 anos
Idade prevista para aposentadoria	PBS-A, CTB e Telefônica BD: 57 anos Visão: 60 anos	57 anos
Tábua de mortalidade de válidos	PBS-A, CTB e Telefônica BD: AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 10% Visão: AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 50%	AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 10%
Tábua de mortalidade de inválidos	PBS-A, CTB e Telefônica BD: RP-2000 Disabled Feminina, suavizada em 40% Visão: N/A	RP-2000 Disabled Feminina, suavizada em 40%
Tábua de entrada em invalidez	Telefônica BD: Light-Forte PBS-A e CTB: N/A Visão: Light-Fraca, suavizada em 30%	Light-Forte PAMA e PCE: N/A
Rotatividade	PBS-A, CTB e Telefônica BD: N/A Visão: Experiência pela rotatividade observada nos planos Visão (2015 a 2017)	Lei 9.656/98: Experiência pela rotatividade observada nos planos Visão (2015 a 2017)

continua

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
documento assinado digitalmente
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br quarta-feira, 20 de fevereiro de 2019 às 01:24:30.

continuação

Telefônica Brasil S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE: 35.3.0015881-4

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	31.12.17	
	Planos de previdência pós-emprego	**Planos de benefícios de saúde pós-emprego**
Taxa para desconto a valor presente do passivo de benefício definido	Visão: 9,5% PBS-A e CTB: 9,8% Telefônica BD e Tcoprev: 9,9%	9,9%
Taxa de crescimento salarial futuro	PBS-A: N/A Visão, CTB, Telefônica BD e Tcoprev: 5,9%	N/A
Taxa de crescimento dos custos médicos	N/A	7,4%
Índice nominal anual de reajuste dos benefícios previdenciários	4,3%	N/A
Idade prevista para a elegibilidade ao uso dos serviços médicos	N/A	Elegibilidade dos benefícios de 100% aos 57 anos
Idade prevista para aposentadoria	PBS-A, CTB e Telefônica BD: 57 anos Visão e Tcoprev: 60 anos	57 anos
Tábua de mortalidade de válidos	PBS-A, CTB, Telefônica BD e Tcoprev: AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 10% Visão: AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 50%	AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 10%
Tábua de mortalidade de inválidos	PBS-A, CTB, Telefônica BD e Tcoprev: RP-2000 Disabled Feminina, suavizada em 40% Visão: N/A	RP-2000 Disabled Feminina, suavizada em 40%
Tábua de entrada em invalidez	PBS-A, CTB, Telefônica BD e Tcoprev: Light-Forte Visão: Light-Fraca, suavizada em 30%	Light-Forte PAMA e PCE: N/A
Rotatividade	PBS-A, CTB, Telefônica BD e Tcoprev: N/A Visão: Experiência pela rotatividade observada nos planos Visão (2015 a 2017)	Lei 9.656/98: Experiência pela rotatividade observada nos planos Visão (2015 a 2017)

Além das premissas apresentadas nos quadros acima, para 2018 e 2017 foram adotadas outras premissas comuns a todos os planos, como segue: (i) taxa de inflação de longo prazo: 4,3%; e (ii) agravamento anual na utilização dos serviços médicos conforme a idade: 4,0%.

c.3.12) Mudanças em premissas atuariais em relação ao exercício anterior

Com o intuito de adequar algumas premissas atuariais à realidade econômica e financeira, foi realizado estudo de aderência para os planos administrados pela Visão Prev e Sistel, as quais aprovaram a definição das premissas em seus Conselhos Deliberativos.

As principais premissas econômicas e financeiras que sofreram alterações em relação ao exercício anterior e que interferem no passivo de benefício definido são: (i) taxas para desconto a valor presente do passivo de benefício definido; (ii) taxa de inflação de longo prazo; (iii) taxa de crescimento salarial futuro; (iv) taxa de crescimento dos custos médicos; e (v) índice nominal anual de reajuste dos benefícios previdenciários.

A seguir, apresentamos os impactos sobre o passivo de benefício definido dos planos em função da nova definição das premissas atuariais:

	Planos de previdência pós-emprego	**Planos de benefícios de saúde pós-emprego**	**Total**
Passivo de benefício definido, com base nas premissas atuariais do exercício corrente	2.011.355	1.313.157	**3.324.512**
Passivo de benefício definido, com base nas premissas atuariais do exercício anterior	1.982.085	1.194.355	**3.176.440**
Variação observada pela alteração das premissas atuariais	**29.270**	**118.802**	**148.072**

c.3.13) Análise de sensibilidade de premissas atuariais

A Companhia julga que as premissas atuariais significativas, com possibilidade razoável de variações frente aos cenários demográficos e econômicos, e que poderiam alterar significativamente o montante da obrigação de benefício definido são a taxa de desconto utilizada para ajuste a valor presente do passivo de benefício definido e a taxa de crescimento dos custos médicos.

A seguir, apresentamos análise de sensibilidade sobre a obrigação de benefício definido para os cenários de aumento de 0,5% e redução de 0,5% na taxa de desconto utilizada para ajuste a valor presente do passivo de benefício definido:

	Planos de previdência pós-emprego	**Planos de benefícios de saúde pós-emprego**	**Total**
Passivo de benefício definido, descontado a valor presente pela taxa atual	2.011.355	1.313.157	**3.324.512**
Passivo de benefício definido, considerando-se uma taxa aumentada em 0,5%	1.934.817	1.219.080	**3.153.897**
Passivo de benefício definido, considerando-se uma taxa reduzida em 0,5%	2.093.908	1.419.123	**3.513.031**

A seguir, apresentamos análise de sensibilidade sobre a obrigação de benefício definido para os cenários de aumento de 1% e redução de 1% na taxa de crescimento dos custos médicos:

	Planos de previdência pós-emprego	**Planos de benefícios de saúde pós-emprego**	**Total**
Passivo de benefício definido, projetado pela taxa de crescimento dos custos médicos atual	2.011.355	1.313.157	**3.324.512**
Passivo de benefício definido, considerando-se uma taxa aumentada em 1%	2.011.355	1.535.641	**3.546.996**
Passivo de benefício definido, considerando-se uma taxa reduzida em 1%	2.011.355	1.135.030	**3.146.385**

c.3.14) Alocação dos ativos dos planos

	31.12.18		**31.12.17**	
	Planos de previdência pós-emprego	**Planos de benefícios de saúde pós-emprego**	**Planos de previdência pós-emprego**	**Planos de benefícios de saúde pós-emprego**
Investimentos com valor de mercado cotados em mercado ativo:				
Investimentos em renda fixa				
Nota do Tesouro Nacional (NTN)	2.437.547	702.946	1.998.931	670.516
Letras Financeiras	177.319	-	199.135	55.544
Operações Compromissadas	196.830	-	142.228	-
Debêntures	13.487	-	13.209	-
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	12.556	60.379	4.567	-
Cotas FIDC/Outros	2.356	-	3.694	-
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	462	-	2.165	-
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	232	-	1.317	-
Investimentos em renda variável				
Investimentos no setor de energia	138	-	57.781	-
Investimentos no setor de alimentos e bebidas	17.921	-	32.337	-
Investimentos no setor de mineração	287	-	1.197	-
Investimentos em diversos setores da economia (1)	5.822	-	7.124	-
Investimentos em imóveis	111.417	-	96.525	-
Empréstimos a participantes	19.312	-	18.346	-
Investimentos estruturados e no exterior	743	-	3.753	-
Investimentos com valor de mercado não cotados em mercado ativo:				
Empréstimos a participantes	1.249	-	1.590	-
Investimentos estruturados	1.991	-	1.780	-
Total	**2.999.669**	**763.325**	**2.585.679**	**726.060**

(1) Investimentos em renda variável nos setores de petróleo; gás e biocombustível; telefonia; siderurgia e metalurgia; construção e engenharia; comércio e distribuição; transporte; madeira e papel; educação; serviços financeiros e instituições bancárias; imobiliário, entre outros.

31. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE CAPITAL E RISCOS

a) Política contábil

a.1) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado nas seguintes categorias de mensuração: (i) a valor justo por meio do resultado ("VJR"); (ii) a custo amortizado; ou (iii) a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA"), conforme a situação.

A classificação dos ativos financeiros, segundo a IFRS 9, é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

Os ativos financeiros consolidados da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, aplicações financeiras em garantia e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo os juros, é reconhecido diretamente no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado: esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes: esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros são calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes. No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado.

Desreconhecimento (baixas)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

• os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;

• ocorrer a transferência dos direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou a assunção da obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de repasse; e (i) ocorrer a transferência substancial de todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) não ocorrer a transferência nem a retenção substancial de todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

a.2) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia e suas controladas avaliam na data do encerramento do exercício se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Uma perda só existe se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e tenham impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possam ser razoavelmente estimados.

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão e o valor da perda é reconhecido na demonstração dos resultados. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração dos resultados.

a.3) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

No reconhecimento inicial, é determinada a classificação de seus passivos financeiros dentre as seguintes possibilidades: passivo financeiro a valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros consolidados da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamento mercantil financeiro, contraprestação contingente e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados, exceto aqueles designados como instrumentos financeiros derivativos de *cash flow hedge*. Os juros, variações monetárias e cambiais e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidas no resultado, quando incorridos.

Passivos financeiros a custo amortizado: após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração dos resultados no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Desreconhecimento (baixas)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirada.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo montante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração dos resultados.

a.4) Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: (i) no mercado principal para o ativo ou passivo; ou (ii) na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo.

O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível à Companhia e/ou suas controladas.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade de um participante do mercado gerar benefícios econômicos por meio da utilização ideal do ativo ou vendendo-o a outro participante do mercado que também utilizaria o ativo de forma ideal.

A Companhia e suas controladas utilizam técnicas de avaliação adequadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes para mensuração do valor justo, maximiza o uso de insumos observáveis relevantes e minimiza o uso de insumos não observáveis.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras de forma recorrente, a Companhia e suas controladas determinam se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativo para mensuração do valor justo como um todo) a cada encerramento do exercício social.

Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia e suas controladas determinaram classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme descrito anteriormente.

a.5) Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

a.6) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge*

A IFRS9 introduziu um novo modelo de registro contábil para *hedge*, menos restritivo, que alinha o tratamento contábil com as atividades de gerenciamento de risco exigindo um relacionamento econômico entre o item protegido e o instrumento de *hedge* e que o índice de cobertura seja o mesmo que o aplicado ao gerenciamento de risco . Com esse novo modelo, os critérios de documentação para relacionamentos de *hedge* são modificados e melhorias são incluídas nas divulgações sobre as atividades de *hedge*.

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como *swaps* de moeda e taxa de juros e contratos a termo de moeda para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio.

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de *hedge* são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data da contratação, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Instrumentos financeiros derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de instrumentos financeiros derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração dos resultados, com exceção da parcela eficaz dos *hedges* de fluxo de caixa, que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes e posteriormente reclassificada para o resultado quando o item de *hedge* afetar o resultado.

No reconhecimento inicial de uma relação de *hedge*, a Companhia classifica formalmente e documenta a relação de *hedge*, à qual desejam aplicar contabilidade de *hedge*, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da Administração para levar a efeito o *hedge*.

A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge*, o item ou transação objeto de *hedge*, a natureza do risco objeto de *hedge*, a natureza dos riscos excluídos da relação de *hedge*, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de *hedge* e a forma em que a Companhia avaliará a eficácia do instrumento de *hedge* para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de *hedge* ou fluxos de caixa relacionados ao risco objeto de *hedge*.

Para fins de contabilidade de *hedge*, podemos classificar como: *hedge* de fluxo de caixa e *hedge* a valor justo.

Hedges de fluxo de caixa

Hedges de fluxo de caixa que satisfazem os critérios para sua contabilidade são registrados da seguinte forma: (i) a parte eficaz do ganho ou perda resultante do instrumento de *hedge* é reconhecida diretamente no patrimônio líquido (outros resultados abrangentes); e (ii) a parte ineficaz do ganho ou perda resultante do instrumento de *hedge* é reconhecida no resultado financeiro na demonstração dos resultados.

Quando a estratégia documentada da gestão de risco para uma relação de *hedge* em particular excluir da avaliação da eficácia de *hedge* um componente específico do ganho ou perda, ou os respectivos fluxos de caixa do instrumento de *hedge*, esse componente do ganho ou perda excluído é reconhecido no resultado financeiro na demonstração dos resultados.

Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos imediatamente para a demonstração dos resultados quando a transação objeto de *hedge* afetar o resultado. Quando o item objeto de *hedge* for o custo de um ativo ou passivo não financeiro, os valores contabilizados no patrimônio líquido são transferidos ao valor contábil inicial do ativo ou passivo não financeiro.

continua

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
documento assinado digitalmente
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br quarta-feira, 20 de fevereiro de 2019 às 01:24:30.

continuação

Telefônica Brasil S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE: 35.3.0015881-4

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Se o instrumento de *hedge* expirar ou for vendido, encerrado ou exercido sem substituição ou rolagem (como parte da estratégia de *hedging*), ou se a sua classificação como *hedge* for revogada, ou quando a cobertura deixar de cumprir os critérios de contabilização de *hedge*, os ganhos ou perdas anteriormente reconhecidas no resultado abrangente permanecem separadamente no patrimônio líquido até que a transação prevista ocorra ou o compromisso firme seja cumprido.

Os contratos da Companhia são classificados como *hedges* de fluxo de caixa, quando fornecem proteção contra a variação nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um passivo reconhecido que possa afetar o resultado, e de valor justo quando fornecem proteção contra a exposição às alterações no valor justo de parte identificada de certos passivos que seja atribuível a um risco particular (variação cambial) e possa afetar o resultado.

Hedges de valor justo

Hedges de valor justo que satisfazem os critérios para sua contabilidade são registrados da seguinte forma: (i) o ganho ou a perda resultante das mudanças do valor justo de um instrumento de *hedge* é reconhecido no resultado financeiro na demonstração dos resultados; e (ii) o ganho ou a perda resultante do item coberto atribuível ao risco coberto é registrada como ajuste do valor contábil do item coberto e reconhecido no resultado financeiro na demonstração dos resultados.

Para *hedges* a valor justo relacionados com itens contabilizados a custo amortizado, eventuais ajustes a valor contábil são amortizados por meio do resultado ao longo do prazo restante do *hedge* utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ter início tão logo se faça um ajuste e durará, no máximo, até a data em que o item objeto de *hedge* deixa de ser ajustado para refletir mudanças no valor justo atribuível ao risco que está sendo objeto de *hedge*.

Se o item objeto de *hedge* for baixado, o valor justo não amortizado deverá ser reconhecido imediatamente na demonstração dos resultados.

Quando um compromisso firme não reconhecido for designado como item objeto de *hedge*, a variação acumulada subsequente no valor justo do compromisso firme atribuível ao risco objeto de *hedge* será reconhecida como ativo ou passivo, com reconhecimento do correspondente ganho ou perda na demonstração dos resultados.

Classificação entre circulante e não circulante

Instrumentos financeiros derivativos são classificados como circulante e não circulante com base em uma avaliação dos fluxos de caixa contratados.

Quando um instrumento financeiro derivativo como *hedge* econômico (e não aplicar contabilidade de *hedge*), for mantido por um período superior a 12 meses após a data do balanço, será classificado como não circulante (ou segregado em parcela circulante e não circulante), consistentemente com a classificação do item correspondente.

Os instrumentos financeiros derivativos e classificados como *hedge* eficazes, são classificados de forma consistente com a classificação do correspondente item objeto de *hedge*.

O instrumento financeiro derivativo é segregado em parcela de circulante e não circulante apenas quando uma alocação confiável puder ser feita.

b) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores podem afetar o valor justo apresentado nos instrumentos financeiros.

c) Instrumentos financeiros derivativos

As contratações de instrumentos financeiros derivativos na Companhia têm principalmente o objetivo de proteção de risco cambial decorrentes de ativos e passivos em moeda estrangeira, proteção ao risco de variação da inflação de sua debênture e de arrendamento mercantil indexados ao IPCA e proteção ao risco de variação da TJLP de uma parcela da dívida com o BNDES. Não há, instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação e os possíveis riscos cambiais estão protegidos (*hedged*).

A Companhia mantém controles internos com relação aos seus instrumentos financeiros derivativos que, na opinião da Administração, são adequados para controlar os riscos associados a cada estratégia de atuação no mercado. Os resultados obtidos pela Companhia em relação a seus instrumentos financeiros derivativos demonstram que o gerenciamento dos riscos por parte da Administração vem sendo realizado de maneira apropriada.

Desde que estes contratos de instrumentos financeiros derivativos sejam qualificados como contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), o risco coberto pode também ser ajustado a valor justo, compensando o resultado dos instrumentos financeiros derivativos, conforme as regras de *hedge accounting*. Essa contabilidade de *hedge* se aplica tanto a passivos financeiros quanto aos fluxos de caixa prováveis em moeda estrangeira.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia não possuía contratos de instrumentos financeiros derivativos embutidos.

Os contratos de instrumentos financeiros derivativos possuem cláusulas específicas para penalidade em caso de quebra de contrato. A quebra de contrato prevista nos acordos efetuados com as instituições financeiras é caracterizada por descumprimento de cláusula contratual, resultando na liquidação antecipada do contrato.

c.1) Valores justos dos instrumentos financeiros

O método de valoração utilizado para o cálculo do valor justo dos passivos financeiros (quando aplicável) e instrumentos financeiros derivativos foi o fluxo de caixa descontado considerando expectativas de liquidação ou realização de passivos e ativos às taxas de mercado vigentes na data do balanço.

Os valores justos das posições em reais são calculados projetando os fluxos futuros das operações, utilizando as curvas da B3 e trazendo a valor presente utilizando as taxas de DI de mercado para *swaps*, divulgadas pela B3.

Os valores de mercado dos instrumentos financeiros derivativos cambiais foram obtidos utilizando as taxas de câmbio de mercado vigentes na data do balanço e as taxas projetadas pelo mercado obtidas de curvas de cupom da moeda. Para a apuração do cupom das posições indexadas em moeda estrangeira foi adotada a convenção linear 360 dias corridos e para a apuração do cupom das posições indexadas ao CDI foi adotada a convenção exponencial 252 dias úteis.

Os instrumentos financeiros derivativos consolidados abaixo estão registrados na B3, sendo classificados como *swaps*, usualmente, não requerendo depósitos de margem.

	Consolidado			
			Efeito acumulado do valor justo	
	Valor de referência		Valor a receber (a pagar)	
Descrição	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17
Contratos de *swaps*				
Ponta Ativa	**1.184.064**	**1.181.056**	**95.533**	**164.405**
Moeda estrangeira	335.194	326.149	50.536	102.876
US$ (1) (2)	241.332	201.445	24.608	49.110
EUR (2)	51.971	11.000	-	449
LIBOR US$ (1)	41.891	113.704	25.928	53.317
Taxa pós	699.595	657.868	7.737	28.263
CDI (1) (2)	554.336	263.518	-	82
TJLP (4)	145.259	394.350	7.737	28.181
Índices de inflação	149.275	197.039	37.260	33.266
IPCA (3) (5)	149.275	166.775	37.260	33.266
IGPM (6)	-	30.264	-	-
Ponta Passiva	**(1.184.064)**	**(1.181.056)**	**(39.383)**	**(20.651)**
Taxa pós	(608.782)	(860.686)	(24.916)	(15.819)
CDI (1) (2) (3) (4) (5) (6)	(608.782)	(860.686)	(24.916)	(15.819)
Moeda estrangeira	(575.282)	(320.370)	(14.467)	(4.832)
US$ (2)	(439.103)	(183.824)	(9.396)	(2.471)
EUR (1) (2)	(115.233)	(79.694)	(222)	(464)
LIBOR US$ (1)	(20.946)	(56.852)	(4.849)	(1.897)
	Ponta ativa		**95.533**	**164.405**
	Circulante		69.065	87.643
	Não Circulante		26.468	76.762
	Ponta passiva		**(39.383)**	**(20.651)**
	Circulante		(16.538)	(5.239)
	Não Circulante		(22.845)	(15.412)
	Valores a receber, líquidos		**56.150**	**143.754**

(1) *Swap* de moeda estrangeira (dólar e libor) x CDI (R$98.576) - operações de *swap* contratadas com vencimentos variados, de acordo com os vencimentos da dívida, com o objetivo de proteger risco de variação cambial da operação de empréstimos em dólar da Companhia (valor contábil de R$96.615).

(2) *Swap* de moeda estrangeira (euro e CDI x euro) (R$69.218) e (dólar e CDI x dólar) (R$236.363) - operações de *swap* contratadas com vencimentos até 13 de fevereiro de 2019, com o objetivo de proteger contra riscos de variação cambial de valores líquidos a receber (valor contábil de R$69.324 em euro) e (valor contábil de R$239.884 em dólar).

(3) *Swap* IPCA x percentual do CDI (R$40.741) - operações de *swap* contratadas com vencimentos anuais até 2019 com o objetivo de proteger o fluxo idêntico ao das debêntures (4ª emissão - 3ª série) indexadas ao IPCA (saldo contábil de R$41.121).

(4) *Swap* TJLP x CDI (R$167.070) - operações de *swap* contratadas com vencimentos até 2019 com o objetivo de proteger o risco de variação da TJLP da operação de empréstimo com o BNDES (valor contábil de R$159.789).

(5) *Swap* IPCA x CDI (R$234.865) - operações de *swap* contratadas com vencimentos em 2033 com o objetivo de proteger o risco de variação do IPCA de arrendamento financeiro (valor contábil de R$233.690).

(6) As informações de 31 de dezembro de 2017 referem-se ao *swap* IGPM x CDI, operações de *swap* contratadas com o objetivo de proteger o risco de variação do IGPDI em compromissos regulatórios vinculados a licença 4G. O compromisso da licença 4G foi quitado junto à EAD em 31 de janeiro de 2018 por R$42.842 (nota 22) e as respectivas operações de *swap* foram finalizadas nesta mesma data.

A seguir, apresentamos a distribuição dos vencimentos dos contratos de *swap* e opções em 31 de dezembro de 2018:

	Consolidado				
	Vencimento em				
Contrato de *swap*	2019	2020	2021	2022 em diante	Valor a receber (pagar) em 31.12.18
Moeda Estrangeira x CDI	48.465	-	-	-	48.465
CDI x Moeda Estrangeira	(14.418)	-	-	-	(14.418)
TJLP x CDI	7.737	-	-	-	7.737
IPCA x CDI	10.742	1.679	1.753	192	14.366
Total	**52.526**	**1.679**	**1.753**	**192**	**56.150**

Para fins de preparação destas demonstrações financeiras, a Companhia adotou a metodologia de contabilidade de *hedge* de valor justo para os seus *swaps* de moeda estrangeira x CDI, IPCA x CDI, IGPM x CDI e TJLP x CDI destinados à cobertura de dívida financeira. Nessa sistemática, tanto o derivativo quanto o risco coberto são valorados pelo seu valor justo.

A ineficácia em 31 de dezembro de 2018 foi de R$2.449 (R$1.289 em 31 de dezembro de 2017).

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os instrumentos financeiros derivativos geraram resultado positivo e negativo consolidado (líquido) de R$10.788 e R$41.985, respectivamente (nota 27).

c.2) Análise de sensibilidade às variáveis de risco da Companhia

Nos termos determinados pela Instrução CVM nº 475/08 as companhias abertas devem divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a entidade esteja exposta na data de encerramento de cada período, incluídas todas as operações com instrumentos financeiros derivativos.

Em cumprimento ao disposto acima, cada uma das operações com instrumentos financeiros derivativos foi avaliada considerando um cenário de realização provável e dois cenários que possam gerar resultados adversos para a Companhia.

No cenário provável foi considerada a premissa de se manter, nas datas de vencimento de cada uma das operações, o que o mercado vem sinalizando através das curvas de mercado (moedas e juros) da B3, assim como dados disponíveis no IBGE, Banco Central, FGV, entre outras. Desta maneira, no cenário provável, não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos já apresentados anteriormente. Para os cenários II e III, considerou-se, conforme instrução da CVM, uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco.

Como a Companhia possui somente instrumentos financeiros derivativos para proteção de seus ativos e passivos em moeda estrangeira, as variações dos cenários são acompanhadas dos respectivos objetos de proteção, mostrando assim que os efeitos são praticamente nulos. Para estas operações, a Companhia divulga a seguir a exposição líquida consolidada em cada um dos três cenários mencionados em 31 de dezembro de 2018.

	Consolidado			
Operação	**Fatores de Risco**	**Provável**	**Deterioração 25%**	**Deterioração 50%**
Hedge (ponta passiva)	Derivativos (Risco desvalorização EUR)	(69.218)	(86.522)	(103.827)
Contas a pagar em EUR	Dívida (Risco valorização EUR)	(20.747)	(25.934)	(31.121)
Contas a receber em EUR	Dívida (Risco desvalorização EUR)	88.749	110.936	133.123
	Exposição Líquida	**(1.216)**	**(1.520)**	**(1.824)**
Hedge (ponta passiva)	Derivativos (Risco desvalorização US$)	(234.813)	(293.516)	(352.219)
Contas a pagar em US$	Dívida (Risco valorização US$)	(112.981)	(141.227)	(169.472)
Contas a receber em US$	Dívida (Risco desvalorização US$)	352.866	441.082	529.299
	Exposição Líquida	**5.072**	**6.339**	**7.608**
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco queda IPCA)	273.712	254.731	238.133
Dívida em IPCA	Dívidas (Risco aumento IPCA)	(353.905)	(334.924)	(318.326)
	Exposição Líquida	**(80.193)**	**(80.193)**	**(80.193)**
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco queda UMBND)	98.576	98.396	98.217
Dívida em UMBND	Dívidas (Risco aumento UMBND)	(96.614)	(96.644)	(96.471)
	Exposição Líquida	**1.962**	**1.752**	**1.746**
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco queda TJLP)	152.558	151.975	151.402
Dívida em TJLP	Dívidas (Risco aumento TJLP)	(937.998)	(937.390)	(936.792)
	Exposição Líquida	**(785.440)**	**(785.415)**	**(785.390)**
Hedge (ponta CDI)				
Hedge US$ e EUR (ponta ativa)	Derivativos (Risco queda CDI)	(125.631)	(125.695)	(125.754)
Hedge IPCA (ponta passiva)	Derivativos (Risco aumento CDI)	(273.712)	(254.731)	(238.133)
Hedge UMBND (ponta passiva)	Derivativos (Risco aumento CDI)	(98.576)	(98.396)	(98.217)
Hedge TJLP (ponta passiva)	Derivativos (Risco aumento CDI)	(152.558)	(151.975)	(151.402)
	Exposição líquida	**(650.477)**	**(630.797)**	**(613.506)**
Exposição líquida total em cada cenário		**(1.510.292)**	**(1.489.834)**	**(1.471.559)**
Efeito líquido na variação do valor justo atual		**-**	**20.458**	**38.733**

As premissas utilizadas pela Companhia para a análise de sensibilidade em 31 de dezembro de 2018 foram as seguintes:

Variável de Risco	Provável	Deterioração 25%	Deterioração 50%
US$	3,8748	4,8435	5,8122
EUR	4,4370	5,5463	6,6556
IPCA	3,69%	4,62%	5,54%
IGPM	7,54%	9,42%	11,31%
IGP-DI	7,12%	8,91%	10,69%
UMBND	0,0756	0,0946	0,1135
URTJLP	0,0656	0,0820	0,0984
CDI	6,42%	8,03%	9,63%

Para cálculo da exposição líquida da análise de sensibilidade, todos os instrumentos financeiros derivativos foram considerados a valor de mercado e apenas os elementos protegidos designados sob a metodologia de contabilidade de *hedge* de valor justo também foram considerados pelo seu valor justo.

Os valores justos, demonstrados no quadro acima, partem de uma posição da carteira em 31 de dezembro de 2018, porém não refletem uma previsão de realização devido ao dinamismo do mercado, constantemente monitorado pela Companhia. A utilização de diferentes premissas pode afetar significativamente as estimativas.

d) Valor justo

A Companhia e suas controladas avaliaram seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas a cada tipo de instrumento. Entretanto, tanto as interpretações dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para se produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia ou suas controladas não identificaram reduções significantes e prolongadas no valor recuperável de seus instrumentos financeiros.

O valor justo para todos os ativos e passivos é categorizado dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

Nível 1: preços de mercado cotados (não ajustados) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e

Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

No decorrer dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não houve transferências entre avaliações de valor justo de nível 3 e níveis 1 e 2.

continua

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
documento assinado digitalmente
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br quarta-feira, 20 de fevereiro de 2019 às 01:24:30.

continuação

Telefônica

Telefônica Brasil S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE: 35.3.0015881-4

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

e) Classificação dos ativos e passivos financeiros por categoria e hierarquia de valor justo

Os quadros a seguir apresentam a composição e classificação dos ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2018 e 2017, considerando as premissas decorrentes da adoção da IFRS 9 em 1º de janeiro de 2018 (nota 2).

		Controladora				
			Saldo contábil		Valor justo	
	Classificação por categoria	Hierarquia de valor justo	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17
Ativos Financeiros						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa (nota 3)	Custo amortizado		3.275.300	3.681.173	3.275.300	3.681.173
Contas a receber (nota 4)	Custo amortizado		8.246.991	8.413.403	8.246.991	8.413.403
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	-	2.480	-	2.480
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31)	Mensurado a valor justo através do resultado abrangente	Nível 2	69.065	85.163	69.065	85.163
Não Circulante						
Aplicações financeiras em garantia	Custo amortizado		76.717	81.472	76.717	81.472
Contas a receber (nota 4)	Custo amortizado		426.252	167.682	426.252	167.682
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31)	Mensurado a valor justo através do resultado abrangente	Nível 2	26.468	76.762	26.468	76.762
Total de ativos financeiros			**12.120.793**	**12.508.135**	**12.120.793**	**12.508.135**
Passivos Financeiros						
Circulante						
Fornecedores (nota 16)	Custo amortizado		7.746.133	8.560.844	7.746.133	8.560.844
Empréstimos e financiamentos (nota 20)	Custo amortizado		1.076.451	1.316.034	1.135.732	1.463.609
Empréstimos e financiamentos (nota 20)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	263.754	304.921	263.754	304.921
Debêntures (nota 20)	Custo amortizado		82.840	1.412.174	237.144	1.532.427
Debêntures (nota 20)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	41.121	312	41.121	312
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	15.936	4.372	15.936	4.372
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31)	Mensurado a valor justo através do resultado abrangente	Nível 2	222	735	222	735
Não Circulante						
Empréstimos e financiamentos (nota 20)	Custo amortizado		817.908	1.353.582	796.481	1.291.974
Empréstimos e financiamentos (nota 20)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	341.728	520.421	341.728	520.421
Contraprestação contingente (nota 20)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	465.686	446.144	465.686	446.144
Debêntures (nota 20)	Custo amortizado		3.049.949	3.068.243	2.866.981	2.866.372
Debêntures (nota 20)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	-	40.010	-	40.010
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31)	Mensurado a valor justo através do resultado abrangente	Nível 2	22.845	15.412	22.845	15.412
Total de passivos financeiros			**13.924.573**	**17.043.204**	**13.933.763**	**17.047.553**

		Consolidado				
			Saldo contábil		Valor justo	
	Classificação por categoria	Hierarquia de valor justo	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17
Ativos Financeiros						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa (nota 3)	Custo amortizado		3.381.328	4.050.338	3.381.328	4.050.338
Contas a receber (nota 4)	Custo amortizado		8.304.382	8.588.466	8.304.382	8.588.466
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	-	2.480	-	2.480
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31)	Mensurado a valor justo através do resultado abrangente	Nível 2	69.065	85.163	69.065	85.163
Não Circulante						
Aplicações financeiras em garantia	Custo amortizado		76.934	81.486	76.934	81.486
Contas a receber (nota 4)	Custo amortizado		426.252	273.888	426.252	273.888
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31)	Mensurado a valor justo através do resultado abrangente	Nível 2	26.468	76.762	26.468	76.762
Total de ativos financeiros			**12.284.429**	**13.158.583**	**12.284.429**	**13.158.583**
Passivos Financeiros						
Circulante						
Fornecedores (nota 16)	Custo amortizado		7.642.782	7.447.100	7.642.782	7.447.100
Empréstimos e financiamentos (nota 20)	Custo amortizado		1.076.451	1.316.034	1.135.732	1.463.609
Empréstimos e financiamentos (nota 20)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	263.754	304.921	263.754	304.921
Debêntures (nota 20)	Custo amortizado		82.840	1.412.174	237.144	1.532.427
Debêntures (nota 20)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	41.121	312	41.121	312
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	16.316	4.504	16.316	4.504
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31)	Mensurado a valor justo através do resultado abrangente	Nível 2	222	735	222	735
Não Circulante						
Empréstimos e financiamentos (nota 20)	Custo amortizado		817.908	1.353.582	796.481	1.291.974
Empréstimos e financiamentos (nota 20)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	341.728	520.421	341.728	520.421
Contraprestação contingente (nota 20)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	465.686	446.144	465.686	446.144
Debêntures (nota 20)	Custo amortizado		3.049.949	3.068.243	2.866.981	2.866.372
Debêntures (nota 20)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	-	40.010	-	40.010
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31)	Mensurado a valor justo através do resultado abrangente	Nível 2	22.845	15.412	22.845	15.412
Total de passivos financeiros			**13.821.602**	**15.929.592**	**13.830.792**	**15.933.941**

f) Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um *rating* de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia administra sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Com esse objetivo, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos empréstimos, emissão de debêntures e a contratação de instrumentos financeiros derivativos. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital.

A Companhia inclui na estrutura de dívida líquida os saldos de: empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamento financeiro, contraprestação contingente e instrumentos financeiros derivativos, deduzidos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras em garantia ao financiamento do BNB e ativo garantidor do passivo de contraprestação contingente.

Os índices de endividamento líquido consolidado sobre o patrimônio líquido da Companhia são compostos das seguintes formas:

	Consolidado	
	31.12.18	31.12.17
Caixa e equivalentes de caixa	3.381.328	4.050.338
Empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamento financeiro e contraprestação contingente	(6.139.437)	(8.461.841)
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos	56.150	143.754
Aplicações financeiras em garantia à divida	12.473	11.722
Ativo garantidor da contraprestação contingente	465.686	446.144
Endividamento líquido	**2.223.800**	**3.809.883**
Patrimônio líquido	71.607.027	69.461.358
Índice de endividamento líquido	**3,11%**	**5,48%**

g) Política de gestão de riscos

A Companhia e suas controladas estão expostas a diversos riscos de mercado, como consequência das suas operações comerciais, de dívidas contraídas para financiar seus negócios e instrumentos financeiros relacionados ao seu endividamento.

g.1) Risco de taxa de câmbio

Há o risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem as despesas decorrentes de seu passivo de empréstimo em moeda estrangeira. Em 31 de dezembro de 2018, 1,5% da dívida financeira eram denominadas em moeda estrangeira (2,7% em 31 de dezembro de 2017). A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos (*hedge* cambial) junto a instituições financeiras para proteger-se da variação cambial decorrente da totalidade de seu endividamento financeiro em moeda estrangeira (R$96.615 e R$225.254 em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente). Desta forma, a totalidade do endividamento nestas datas era coberta por posições ativas de operações de *hedge* cambial com *swap* para CDI.

Há também o risco cambial associado aos ativos e passivos financeiros denominados em moeda estrangeira, que podem gerar um menor valor a receber ou um maior valor a pagar, de acordo com a variação cambial do período.

Foram contratadas operações de cobertura para minimizar o risco associado à variação cambial de seus ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira. Este saldo sofre alterações diárias devido à dinâmica do negócio, no entanto a Companhia visa cobrir o saldo líquido destes direitos e obrigações (US$61.909 mil e €15.624 mil a receber em 31 de dezembro de 2018 e US$16.953 mil e €17.535 mil a receber em 31 de dezembro de 2017) para minimizar seus riscos cambiais.

g.2) Risco de taxa de juros e inflação

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros internas, que podem afetar negativamente as despesas financeiras decorrentes da parcela das debêntures referenciadas ao CDI e das posições passivas de instrumentos financeiros derivativos (*hedge cambial*, IPCA e TJLP) contratados a taxas de juros flutuantes (CDI).

A dívida com o BNDES tem como indexador a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), fixada trimestralmente pelo Conselho Monetário Nacional. No primeiro trimestre de 2017, a TJLP era de 7,5%. A partir do segundo trimestre de 2017, a TJLP manteve-se em 7,0% até o final do ano. No primeiro trimestre de 2018, a TJLP era de 6,75%, 6,60% no segundo trimestre de 2018, 6,56% no terceiro trimestre de 2018 e 6,98% no quarto trimestre de 2018.

O risco de taxa de inflação decorre das debêntures da 1ª Emissão - Minas Comunica, indexadas ao IPCA, que pode afetar negativamente as despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável neste indexador.

Para reduzir a exposição à taxa de juros variável local (CDI), a Companhia e suas controladas investem o excesso de disponibilidade de R$3.175.730 e R$3.932.539 em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente, principalmente em aplicações financeiras (Certificados de Depósitos Bancários) de curto prazo baseadas na variação do CDI. Os valores contábeis desses instrumentos aproximam-se dos valores de mercado, em razão de serem resgatáveis a curto prazo.

g.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de realização/liquidação de seus direitos e obrigações.

A Companhia estrutura os vencimentos dos instrumentos financeiros não derivativos, conforme demonstrado na nota 20, e de seus respectivos instrumentos financeiros derivativos conforme demonstrado no cronograma de pagamentos divulgado nesta nota, de modo a não afetar a sua liquidez.

O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é efetuado diariamente por sua área de gestão, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez.

A seguir, apresentamos um sumário do perfil de vencimento dos passivos financeiros consolidados, que incluem os valores de principal e juros futuros até a data dos vencimentos. Para os passivos de taxa fixa, os juros foram calculados com base nos índices estabelecidos em cada contrato. Para os passivos de taxa variável, os juros foram calculados com base na previsão de mercado para cada período.

Em 31.12.18	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Fornecedores	7.642.782	-	-	-	7.642.782
Empréstimos, financiamentos e arrendamento financeiro	1.410.011	451.411	607.853	193.096	2.662.371
Contraprestação contingente	-	-	-	465.686	465.686
Debêntures	245.407	1.236.859	2.195.150	-	3.677.416
Instrumentos financeiros derivativos	16.538	-	-	22.845	39.383
Total	**9.314.738**	**1.688.270**	**2.803.003**	**681.627**	**14.487.638**

g.4) Risco de crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes e das vendas de aparelhos e cartões pré-pagos pré-ativados para a rede de distribuidores.

O risco de crédito com as contas a receber é diversificado e minimizado por um controle estrito da base de clientes. A Companhia monitora constantemente o nível de contas a receber de serviços pós-pagos e limitam o risco de contas indébitas cortando o acesso à linha telefônica se a fatura está vencida. A base de clientes móveis é predominantemente na modalidade pré-pago, a qual requer o carregamento antecipado e, portanto, não representa risco de crédito. São feitas exceções aos serviços de emergência que devem ser mantidos por razões de segurança ou defesa nacional.

O risco de crédito na venda de aparelhos e cartões pré-pagos pré-ativados é administrado por uma política conservadora na concessão de crédito, por meio de métodos modernos de gestão, que envolvem a aplicação de técnicas de *credit scoring*, análise de demonstrações e informações financeiras e consulta as bases de dados comerciais, além da solicitação de garantias.

A Companhia e suas controladas também estão sujeitas a risco de crédito oriundo de suas aplicações financeiras, de cartas fiança recebidas como garantia de algumas operações e valores a receber de instrumentos financeiros derivativos. A Companhia e suas controladas atuam controlando o limite de crédito concedido a cada contraparte e diversificando esta exposição entre instituições financeiras de primeira linha, conforme política de crédito de contrapartes financeiras vigente.

g.5) Riscos socioambientais

Nossas operações e propriedades estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que, entre outras coisas, regem licenças e registros ambientais, proteção à fauna e à flora, emissões atmosféricas, gestão de resíduos e remediação de áreas contaminadas, entre outros. Se não conseguirmos cumprir requisitos presentes

continua

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
documento assinado digitalmente
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br quarta-feira, 20 de fevereiro de 2019 às 01:24:30.

continuação

Telefônica Brasil S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE: 35.3.0015881-4

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

e futuros, ou identificar e gerenciar contaminações novas ou já existentes, teremos de incorrer em custos significativos, os quais incluem custos de limpeza, indenizações, compensações, multas, suspensão das atividades e outras penalidades, investimentos para melhorar nossas instalações ou alterar nossos processos, ou interrupção das operações. A identificação de condições ambientais atualmente não identificadas, fiscalizações mais rigorosas por parte de agências reguladoras, a entrada em vigor de leis e regulamentos mais severos ou outros eventos não previstos pode vir a ocorrer e, em última análise, resultar em passivos ambientais significativos e seus respectivos custos. A ocorrência de algum dos fatores acima poderia ter um efeito adverso material sobre nosso negócio, o resultado de nossas operações e de nossa situação financeira e patrimonial. De acordo com o artigo 75 da Lei nº 9.605, de 1998, o valor máximo de multa por descumprimento da lei ambiental é de R$50.000.

Do ponto de vista social, estamos expostos a passivos contingentes em decorrência do fato de nossa estrutura prever a contratação de prestadores de serviços terceirizados. Esses passivos potenciais podem envolver reclamações trabalhistas por parte de funcionários das prestadoras de serviços que, em demandas em face da prestadora de serviços e da Companhia, pedem a condenação da Companhia de forma subsidiária, ou seja, podemos ser compelidos a pagar caso a prestadora não arque com essas obrigações. Existe ainda uma possibilidade mais remota de que esses funcionários sejam tratados como diretos por parte da Companhia, o que geraria o risco de uma condenação solidária. As demandas que são de conhecimento da Companhia já estão devidamente provisionadas.

g.6) Seguros

A política da Companhia e suas controladas, bem como do Grupo Telefónica, inclui a manutenção de cobertura de seguros para todos os ativos e responsabilidades de valores relevantes de alto risco, de acordo com o julgamento da Administração, seguindo orientações do programa corporativo da Telefónica.

Em 31 de dezembro de 2018, os limites máximos de indenização (estabelecidos conforme os contratos de cada sociedade consolidada pela Companhia) para os principais ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes eram de R$850.000 para riscos operacionais (com lucros cessantes) e R$75.000 para responsabilidade civil geral (RCG).

g.7) Outros riscos

A Companhia está sujeita ao cumprimento da legislação nacional relacionada ao combate à corrupção, assim como à legislação estrangeira relativa ao mesmo tema nas jurisdições em que atua como emissora de títulos e valores mobiliários. Em particular, a Companhia está sujeita ao cumprimento, no Brasil, da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, bem como do *US Foreign Corrupt Practices Act* de 1977, nos Estados Unidos da América.

Apesar de a Companhia possuir políticas e procedimentos internos concebidos para garantir o cumprimento dessas legislações, não é possível assegurar que tais políticas e procedimentos serão suficientes ou que funcionários, conselheiros, diretores, sócios, representantes ou prestadores de serviço da Companhia não adotarão algum tipo de ação em violação a tais políticas e procedimentos (ou em violação às legislações voltadas ao combate à corrupção) que possa gerar, em última instância, responsabilidade para eles ou para a Companhia. Violações às legislações voltadas ao combate à corrupção podem ocasionar penalidades financeiras, danos à reputação da Companhia, ou outras consequências legais que podem afetar negativamente as atividades da Companhia, os resultados de suas operações ou sua condição financeira.

Em relação às mencionadas políticas e procedimentos, a Companhia está presentemente conduzindo uma apuração interna - a qual é parte de uma apuração mais ampla conduzida pela Telefónica, S.A., acionista controladora da Companhia - relacionada a possíveis violações às legislações supramencionadas. A Companhia está em contato com autoridades governamentais acerca dessa matéria e pretende cooperar com as autoridades à medida em que a apuração continue. Não é possível, no atual momento, determinar o escopo, a duração ou as possíveis consequências de referida apuração.

32. ARRENDAMENTO MERCANTIL

a) Política contábil

A caracterização de um contrato como sendo arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Arrendamento mercantil financeiro: são contratos que o arrendatário obtém basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado. Esses contratos são capitalizados (ativo imobilizado) no início do arrendamento pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Sobre os custos são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos do arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantil financeiro de forma a obter taxa de juros constantes sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros no passivo reconhecido são apropriados no resultado de acordo com a duração do contrato pelo método da taxa efetiva de juros.

Os bens arrendados são depreciados pelo prazo de vida útil estimada dos bens ou o prazo de locação, o que for menor.

A Companhia e suas controladas possuem contratos de arrendamento mercantil financeiro, conforme segue:

- Como arrendatária: referem-se a contratos de aluguel de equipamentos e meios de transmissão decorrentes do projeto de construção conjunta com outra operadora, baseado em rede óptica associada à rede de transmissão de energia, interligando cidades na região norte do Brasil ao *backbone* nacional da Companhia e contratos de aluguel de torres e *rooftops* (decorrentes de operações de venda e *leaseback* financeiro), para os quais manteve inalterado o valor residual dos mencionados ativos no momento da venda, reconheceu um passivo correspondente ao valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato e registrou uma receita diferida no valor da diferença entre o preço de venda e o mencionado valor presente (nota 21).
- Como arrendadora: referem-se a contratos de aluguel de equipamentos de informática (produto "Soluciona TI"), para os quais reconhece na data de instalação uma receita pelo valor presente das parcelas do contrato em contrapartida nas contas a receber (nota 4).

A diferença entre o valor nominal das parcelas e as contas a receber/pagar registradas é reconhecida como receita/despesa financeira com base no método da taxa de juros efetiva de acordo com a duração do contrato.

Em 31 de dezembro de 2018, o ativo imobilizado e intangível incluía os valores residuais líquidos de R$269.076 (R$280.103 em 31 de dezembro de 2017), em que a Companhia é arrendatária de operações *leasing* financeiro.

Arrendamento mercantil operacional: são contratos de arrendamento em que o arrendador não transfere parte significativa dos riscos e benefícios, sendo seus efeitos reconhecidos no resultado do exercício ao longo do prazo contratual.

33. COMPROMISSOS E GARANTIAS (ALUGUÉIS)

A Companhia e suas controladas alugam equipamentos, instalações e lojas, prédios administrativos e *sites* (estações rádio base e torres instaladas), por meio de vários contratos operacionais não canceláveis que vencem em datas diferentes, cujos pagamentos são mensais.

Em 31 de dezembro de 2018, os valores nominais totais equivalentes ao período integral dos contratos, eram:

	Consolidado
Até um ano	2.579.046
Um ano até cinco anos	7.201.868
Mais de cinco anos	2.810.647
Total	**12.591.561**

34. INFORMAÇÕES ADICIONAIS AOS FLUXOS DE CAIXA

a) Reconciliação das atividades de financiamento dos fluxos de caixa

A seguir, apresentamos a reconciliação das atividades de financiamento dos fluxos de caixa consolidados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

		Fluxos de caixa nas atividades de financiamento		Fluxos de caixa nas atividades operacionais	Atividades de financiamento que não envolvem caixa e equivalentes de caixa				
	Saldos em 31.12.16	Ingressos	Liquidações	Liquidações	Encargos financeiros e atualizações monetárias e cambiais	Ingressos de arrendamento financeiro e financiamento a fornecedores	Combinações de negócios	Deliberações e prescrições relacionados a remunerações a acionistas	Saldos em 31.12.17
Dividendos e juros sobre o capital próprio	2.195.031	-	(3.668.551)	-	-	-	-	3.869.636	2.396.116
Empréstimos e financiamentos	4.880.606	55.876	(2.449.773)	(333.676)	385.021	571.444	-	-	3.109.498
Arrendamentos financeiros	374.428	-	(35.722)	(11.973)	45.265	13.462	-	-	385.460
Debêntures	3.554.307	3.000.000	(2.000.000)	(513.937)	480.369	-	-	-	4.520.739
Instrumentos financeiros derivativos	(28.377)	-	(159.408)	2.086	42.334	-	(389)	-	(143.754)
Contraprestação contingente	414.733	-	-	-	31.411	-	-	-	446.144
Total	**11.390.728**	**3.055.876**	**(8.313.454)**	**(857.500)**	**984.400**	**584.906**	**(389)**	**3.869.636**	**10.714.203**
	Saldos em 31.12.17								**Saldos em 31.12.18**
Dividendos e juros sobre o capital próprio	2.396.116	-	(4.136.878)	-	-	-	-	5.913.678	4.172.916
Empréstimos e financiamentos	3.109.498	-	(1.533.121)	(207.708)	231.748	506.397	-	-	2.106.814
Arrendamentos financeiros	385.460	-	(35.375)	(21.231)	45.501	18.672	-	-	393.027
Debêntures	4.520.739	-	(1.324.723)	(265.992)	243.886	-	-	-	3.173.910
Instrumentos financeiros derivativos	(143.754)	-	95.993	-	(8.389)	-	-	-	(56.150)
Contraprestação contingente	446.144	-	-	-	19.542	-	-	-	465.686
Total	**10.714.203**	**-**	**(6.934.104)**	**(494.931)**	**532.288**	**525.069**	**-**	**5.913.678**	**10.256.203**

b) Principais transações que não envolvem caixa e equivalentes de caixa

As principais transações que não envolvem caixa da Companhia referem-se à aquisição de ativos por meio de arrendamentos financeiros e ingressos de financiamentos com fornecedores, conforme apresentado a seguir:

	Controladora/Consolidado	
	31.12.18	31.12.17
Ingressos de financiamentos com fornecedores	506.397	571.444
Aquisição de ativos por meio de arrendamentos financeiros	18.672	13.462
Total	**525.069**	**584.906**

35. INFORMAÇÕES ADICIONAIS DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS - IFRS 15

A demonstração de resultados consolidados do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 contempla os efeitos da adoção da IFRS 15. Para facilitar o entendimento e a comparabilidade das informações, apresentamos a seguir as demonstrações dos resultados consolidados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, excluindo os efeitos da adoção da IFRS 15.

	2018			2017
	DRE 2018 (IFRS 15)	Ajustes IFRS 15	DRE 2018 (IAS 18)	DRE 2017 (IAS 18)
Receita operacional líquida	**43.462.740**	**(14.750)**	**43.447.990**	**43.206.832**
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	(21.025.767)	-	(21.025.767)	(20.272.530)
Lucro bruto	**22.436.973**	**(14.750)**	**22.422.223**	**22.934.302**
Receitas (despesas) operacionais	**(12.980.789)**	**(71.234)**	**(13.052.023)**	**(16.302.065)**
Despesas com comercialização	(12.832.741)	(71.234)	(12.903.975)	(13.136.474)
Despesas gerais e administrativas	(2.598.970)	-	(2.598.970)	(2.443.105)
Outras receitas operacionais	4.077.003	-	4.077.003	464.182
Outras despesas operacionais	(1.626.081)	-	(1.626.081)	(1.186.668)
Lucro operacional	**9.456.184**	**(85.984)**	**9.370.200**	**6.632.237**
Receitas financeiras	4.112.640	-	4.112.640	1.755.958
Despesas financeiras	(2.285.487)	-	(2.285.487)	(2.659.002)
Resultado de equivalência patrimonial	(5.847)	-	(5.847)	1.580
Lucro antes dos tributos	**11.277.490**	**(85.984)**	**11.191.506**	**5.730.773**
Imposto de renda e contribuição social	(2.349.232)	29.234	(2.319.998)	(1.121.983)
Lucro líquido do exercício	**8.928.258**	**(56.750)**	**8.871.508**	**4.608.790**

36. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em reunião realizada em 15 de fevereiro de 2019, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, *ad referendum* da Assembleia Geral de Acionistas a ser realizada em 2020, o crédito de juros sobre o capital próprio, relativo ao exercício social de 2019, nos termos do artigo 28 do Estatuto Social da Companhia, do artigo 9º da Lei nº 9.249/95 e da Deliberação CVM nº 638/12, no montante bruto de R$700.000, equivalente a 0,38875331153 por ação ordinária e 0,42762864269 por ação preferencial, correspondendo a um valor líquido de imposto de renda na fonte de R$595.000, equivalente a 0,33044031480 por ação ordinária e 0,36348434628 por ação preferencial, apurados com base no balanço patrimonial do período.

O pagamento destes proventos será realizado até o final do exercício social de 2020, em data a ser definida pela Diretoria e comunicada oportunamente ao mercado, sendo creditados individualmente aos acionistas, obedecida a posição acionária constante dos registros da Companhia ao final do dia 28 de fevereiro de 2019. A Companhia esclarece que o pagamento efetivo destes proventos está limitado ao resultado efetivo a ser apurado em suas demonstrações financeiras, nos termos da lei.

DIRETORIA

Christian Mauad Gebara
Diretor Presidente

David Melcon Sanchez-Friera
Diretor de Finanças e Relações com Investidores

Breno Rodrigo Pacheco de Oliveira
Secretário Geral e Diretor Jurídico

Carlos César Mazur
Contador - CRC - 1PR-028067

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Telefônica Brasil S.A. ("Companhia" ou "Telefônica Brasil"), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no artigo 163 da Lei das Sociedades por Ações, procederam ao exame e análise das Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 ("Demonstrações Financeiras Anuais de 2018"), bem como da Proposta de Orçamento de Capital para o exercício social de 2019, incluindo o relatório de execução do orçamento de 2018 e da Proposta de Destinação do Resultado do exercício social de 2018 e, considerando as informações prestadas pela Diretoria da Telefônica Brasil e pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, opinam, por unanimidade, favoravelmente a tais documentos, bem como que os mesmos refletem adequadamente as posições patrimonial e financeira da Companhia em todos os aspectos relevantes, e recomendam a submissão de tais documentos à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Telefônica Brasil, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

São Paulo, 15 de fevereiro de 2019.

Flavio Stamm - Conselheiro Fiscal (efetivo)

Cremênio Medola Netto - Conselheiro Fiscal (efetivo)

Charles Edwards Allen - Conselheiro Fiscal (efetivo)

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA E CONTROLE

Os membros do Comitê de Auditoria e Controle da Telefônica Brasil S.A. ("Companhia" ou "Telefônica Brasil"), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame e análise das Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 ("Demonstrações Financeiras Anuais de 2018"), bem como da Proposta de Orçamento de Capital para o exercício social de 2019, incluindo o relatório de execução do orçamento de 2018 e da Proposta de Destinação do Resultado do exercício social de 2018 e, considerando as informações prestadas pela Diretoria da Telefônica Brasil e pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, opinam, por unanimidade, favoravelmente a tais documentos, bem como que os mesmos refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira da Companhia em todos os aspectos relevantes, e recomendam a aprovação dos referidos documentos pelo Conselho de Administração da Telefônica Brasil e o seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

São Paulo, 15 de fevereiro de 2019.

José María Del Rey Osorio
Presidente do Comitê de Auditoria e Controle

Antonio Gonçalves de Oliveira
Membro do Comitê de Auditoria e Controle

Narcís Serra Serra
Membro do Comitê de Auditoria e Controle

continua

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
documento assinado digitalmente
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br quarta-feira, 20 de fevereiro de 2019 às 01:24:31.

continuação

Telefônica Brasil S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE: 35.3.0015881-4

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do Conselho de Administração da Telefônica Brasil S.A. ("Companhia" ou "Telefônica Brasil"), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações e no seu Estatuto Social, procederam ao exame e análise das Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 ("Demonstrações Financeiras Anuais de 2018"), bem como da Proposta de Orçamento de Capital para o exercício social de 2019, incluindo o relatório de execução do orçamento de 2018 e da Proposta de Destinação do Resultado do exercício de 2018 e, considerando as informações prestadas pela Diretoria da Telefônica Brasil, pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes e parecer favorável dos Conselheiros Fiscais e dos membros do Comitê de Auditoria e Controle, opinam, por unanimidade, favoravelmente a tais documentos, bem como que os mesmos refletem adequadamente as posições patrimonial e financeira da Companhia em todos os aspectos relevantes, e determinam o encaminhamento de tais documentos para aprovação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Telefônica Brasil, nos termos da Lei das Sociedades por Ações**.**

São Paulo, 15 de fevereiro de 2019.

Eduardo Navarro de Carvalho
Presidente do Conselho de Administração

Antonio Carlos Valente da Silva
Conselheiro de Administração

Luiz Fernando Furlan
Conselheiro de Administração

Sonia Julia Sulzbeck Villalobos
Conselheira de Administração

Julio Esteban Linares Lopez
Conselheiro de Administração

José María Del Rey Osorio
Conselheiro de Administração

Francisco Javier de Paz Mancho
Conselheiro de Administração

Roberto Oliveira de Lima
Conselheiro de Administração

Antonio Gonçalves de Oliveira
Conselheiro de Administração

Luis Miguel Gilpérez Lopez
Conselheiro de Administração

Christian Mauad Gebara
Conselheiro de Administração

Narcís Serra Serra
Conselheiro de Administração

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas
Telefônica Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Telefônica Brasil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Telefônica Brasil S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Telefônica Brasil S.A. e da Telefônica Brasil S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria em 2018 foi planejada e executada considerando que as operações da Companhia e do Consolidado não apresentaram mudanças significativas em relação ao exercício anterior. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, assim como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do ano anterior, exceto pela inclusão do PAA relacionado ao ganho decorrente de reconhecimento de impostos a recuperar de ação judicial transitada em julgado referente a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, por se referir a um evento do exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Provisão para contingências tributárias e regulatórias	
De acordo com a Nota 19 às demonstrações financeiras, a Companhia e suas controladas são parte em diversos processos judiciais e administrativos relativos a assuntos nas áreas cível, trabalhista, tributária e regulatória, que surgem no curso normal de seus negócios. Relativamente às áreas tributária e regulatória, em 31 de dezembro de 2018 a Companhia e suas controladas tinham assuntos em discussão em diversas esferas, nos montantes de R$38.055.025 mil e de R$7.141.352 mil, respectivamente, dos quais R$1.951.897 mil e R$ 1.022.216 mil, respectivamente, encontravam-se provisionados por apresentarem prognóstico de perda provável, como avaliado por sua administração e com base na posição de seus assessores jurídicos. Considerando a complexidade do ambiente tributário e regulatório, a relevância dos valores envolvidos e a necessidade de julgamento crítico em relação à probabilidade de perda nas mencionadas discussões, qualquer mudança de prognóstico e/ou julgamento pode trazer impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas. Por essas razões, a avaliação, mensuração e divulgação dessas contingências foi considerada como área de foco em nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram: (a) Atualização de nosso entendimento e avaliação dos controles internos relevantes relacionados ao processo de identificação e registro/divulgação de contingências. (b) Obtenção de confirmação junto aos assessores jurídicos da Companhia para os processos tributários e regulatórios em andamento, bem como a respectiva avaliação pela administração dos valores e as probabilidades de perda. (c) Para processos tributários e regulatórios relevantes, com interpretações mais subjetivas e complexas, obtenção de segunda opinião, por meio da administração, da avaliação de especialistas renomados e independentes em relação às causas quanto aos prognósticos de perda, argumentos e/ou teses de defesa. (d) Nos reunimos com a administração para discutir e avaliar, quando aplicável, as conclusões obtidas pela Companhia para as contingências mais relevantes. (e) Avaliação da adequação das divulgações apresentadas em nota explicativa. Como resultado da aplicação de nossos procedimentos, entendemos que os controles internos e políticas contábeis, bem como a documentação-suporte, estabelecidos e mantidos pela administração, proporcionaram uma base razoável e consistente com as suas conclusões, refletidas nas demonstrações financeiras.
Reconhecimento de 'receita não faturada'	
Conforme a Nota 24 às demonstrações financeiras, o reconhecimento de receita na indústria de telecomunicações é considerado um risco inerente significativo, tendo em vista que envolve sistemas complexos de faturamento, com processamento de grandes volumes de dados e diferentes portfólios de produtos com variações de preços a partir dos diferentes planos e ações de marketing. Adicionalmente, neste contexto, as receitas são reconhecidas mensalmente, quando há ingresso de benefícios econômicos, existindo a parcela faturada e a parcela não faturada, decorrentes dos serviços prestados entre a data de faturamento e o final do mês, sendo identificadas, processadas e reconhecidas dentro do mês em que o serviço foi prestado. Assim, as "receitas não faturadas" - registradas contabilmente no mês em que os serviços foram prestados - são estornadas no mês seguinte quando do efetivo faturamento e um novo cálculo para a mensuração das "receitas não faturadas" relativas à prestação de serviço daquele mês corrente é efetuado, e assim sucessivamente ao longo do exercício. Eventual deficiência nos controles internos que possa acarretar inconsistência no cálculo dessa estimativa, pode impactar de forma relevante às demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas, sendo considerada, dessa forma, área de foco de nossa auditoria	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (a) Avaliação e teste dos controles internos relevantes relacionados ao processo de receita, incluindo os sistemas relevantes de Tecnologia da Informação ("TI"). (b) Testes de transações de receitas de vendas de serviços, por meio de amostragem não estatística. (c) Entendimento e avaliação da estimativa adotada pela administração da Companhia e suas controladas para determinação da receita realizada ainda não faturada no final do exercício. (d) Recálculo da estimativa da receita realizada e ainda não faturada no final do exercício, bem como comparação dessa estimativa com a receita efetivamente faturada no mês subsequente após o fechamento. (e) Adequação das divulgações apresentadas em Nota Explicativa. Como resultado da aplicação de nossos procedimentos, entendemos que os controles internos mantidos, bem como as estimativas utilizadas pela administração, proporcionaram uma base razoável de reconhecimento de receita e estão consistentes com as informações incluídas nas demonstrações financeiras.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Ambiente de controles internos e de tecnologia da informação	
A Companhia atua na exploração de serviços de telecomunicações e desenvolvimento das atividades necessárias ou úteis à execução desses serviços, com prestação de serviços de: (i) Serviço Telefônico Fixo Comutado ("STFC"); (ii) Serviço de Comunicação Multimídia ("SCM", comunicação de dados, inclusive internet em banda larga); (iii) Serviço Móvel Pessoal ("SMP"); e (iv) TV por assinatura (serviço de acesso condicionado ("SEAC")) em todo o território brasileiro, através de concessões e autorizações, conforme estabelecido no Plano Geral de Outorgas ("PGO"). Nesse contexto, a Companhia é altamente dependente da sua estrutura de Tecnologia da Informação, com processamento de um grande volume de transações decorrentes de suas operações. A estrutura de Tecnologia da Informação da Companhia, devido ao seu histórico de aquisições e porte de suas operações, é composta por mais de um ambiente de tecnologia, com processos distintos e controles segregados, e requerem um robusto sistema de controles internos, capaz de permitir à sua administração pleno monitoramento das operações diárias, incluindo o acompanhamento e compilação de informações quantitativas físicas, financeiras e fiscais decorrentes dos serviços prestados. Essa área foi foco de nossa auditoria porque observamos a existência de diversos controles manuais e automatizados em operação, grande volume de acesso aos sistemas e determinação de segregação de função de forma descentralizada. A avaliação da efetividade dos processos e controles é determinante no processo de auditoria e na definição da abordagem pretendida para obtenção do conforto necessário, uma vez que controles e/ou processos podem, eventualmente, ocasionar processamento incorreto de informações e, consequentemente, resultar na apresentação inadequada das demonstrações financeiras.	Como parte de nossos procedimentos de auditoria, com o auxílio de nossos especialistas de Tecnologia da Informação, atualizamos nosso entendimento e avaliação do ambiente de Tecnologia da Informação, incluindo os controles automatizados e manuais dos sistemas aplicativos relevantes para a elaboração das demonstrações financeiras. Os procedimentos executados envolveram a combinação de testes de controles relevantes e, quando necessário, testes de controles compensatórios, bem como a execução de testes relacionados com a segurança da informação, gestão de acessos privilegiados e segregação de função com impacto sobre as demonstrações financeiras. Também efetuamos teste dos lançamentos contábeis, manuais e automatizados, utilizando amostra definida a partir de critérios específicos relacionados ao risco de transgressão de controles. Como resultado da aplicação de nossos procedimentos, entendemos que o ambiente de controles de TI mantido pela Companhia e suas controladas, proporciona uma base razoável no processamento das informações contábeis e financeiras consideradas na preparação das demonstrações financeiras.
Impostos a recuperar de ação judicial transitada em julgado	
Conforme Notas 8, 26 e 27 às demonstrações financeiras, a Companhia registrou créditos fiscais no montante de R$6.312.680 mil, oriundos de processos judiciais transitados em julgado em 2018, a favor da Companhia e de sua controlada Telefônica Data S.A. Os referidos processos judiciais reconheceram o direito de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS para os períodos cobertos pelas ações. A partir de agosto de 2018, a Companhia iniciou a compensação dos referidos créditos tributários. Em outubro de 2018, a Receita Federal do Brasil, nos termos da Lei nº 13.670/18, iniciou processo de fiscalização com o objetivo de homologar os referidos créditos, vedando desta forma a compensação dos créditos, até que este processo de fiscalização seja concluído. A administração da Companhia vem tomando as ações necessárias, incluindo medidas jurídicas, de forma a garantir a continuidade da compensação dos créditos. A Companhia tem outros três processos judiciais de mesma natureza em andamento (incluindo processos das sociedades que já foram incorporadas), considerados como ativos contingentes, que abrangem diversos períodos entre dezembro de 2001 e junho de 2017. Este assunto foi foco de nossa auditoria em razão da sua complexidade, da relevância dos valores envolvidos e da existência de julgamento crítico em relação ao momento do reconhecimento dos créditos tributários e sua correspondente classificação nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas. Por essas razões, a avaliação, mensuração e divulgação desse assunto foi considerada como área de foco em nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram: (a) Com a ajuda de nossos especialistas tributários, efetuamos a leitura das decisões e avaliamos e discutimos com a administração, as conclusões obtidas pela Companhia, fundamentada também em opiniões de especialistas renomados e independentes, para o adequado momento do reconhecimento do crédito tributário decorrente das decisões favoráveis à Companhia quando do trânsito em julgado, bem como o seu valor. (b) Obtivemos e auditamos os cálculos preparados pela Companhia, com auxílio de especialistas contratados pela administração, para mensurar os valores dos impostos a recuperar e a correspondente atualização monetária aplicável para o período objeto do processo judicial. (c) Entendimento e avaliação dos controles internos relevantes relacionados ao processo de revisão e aprovação da mensuração do ativo. (d) Entendimento e avaliação da estimativa adotada pela administração da Companhia para determinação da segregação entre as parcelas de curto e longo prazo. (e) Avaliação da adequação das divulgações apresentadas em Nota Explicativa. Como resultado da aplicação de nossos procedimentos, entendemos que os controles internos e políticas contábeis, bem como a documentação-suporte, estabelecidos e mantidos pela administração da Companhia, proporcionaram uma base razoável e consistente com as suas conclusões, refletidas nas demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

continua

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
documento assinado digitalmente
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br quarta-feira, 20 de fevereiro de 2019 às 01:24:31.

continuação

Telefônica Brasil S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE: 35.3.0015881-4

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 15 de fevereiro de 2019

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Sérgio Eduardo Zamora
Contador CRC 1SP168728/O-4

S. Magalhães S.A. Logística em Comércio Exterior

CNPJ nº 58.130.089/0001-90

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 ficando esta Diretoria à disposição para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários ao perfeito conhecimento das contas apresentadas. Santos, 04 de fevereiro de 2019. **A Diretoria.**

Balanço Patrimonial Encerrado em 31 de Dezembro de 2018 (Em Reais)

A T I V O			Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Circulante	**11.354.443**	**6.142.916**	**21.562.307**	**13.426.493**
Disponibilidades	1.423.693	726.258	1.577.187	921.051
Contas a Receber	2.697.135	481.840	3.475.733	1.592.409
Clientes	6.885.415	4.596.347	16.139.433	10.565.617
Tributos a Compensar	348.200	338.471	369.954	347.416
Não Circulante	**24.637.195**	**24.741.015**	**31.138.098**	**28.556.843**
Valores em Litigio	3.074.421	2.742.988	3.389.869	2.908.182
Recursos Trabalhistas	410.247	385.299	1.513.800	1.399.620
Estoque Fiscal Diferido	0	0	3.281.779	5.788.974
Titulos e Valores Mobiliarios	4.942.709	2.551.229	9.742.640	2.551.229
Investimentos	6.165.437	8.821.626	122.019	3.039.969
Imobilizado	9.695.110	9.937.032	12.703.256	12.529.234
Intangivel	349.271	302.841	384.735	339.635
T O T A L	**35.991.640**	**30.883.931**	**52.700.405**	**41.983.336**

P A S S I V O			Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Circulante	**13.927.764**	**10.536.994**	**26.510.754**	**20.622.637**
Fornecedores	6.822.135	3.445.170	9.618.385	7.157.196
Despachos/Processamento	4.708.853	3.653.651	4.708.853	3.653.651
Obrigações previdenciarias e Tributarias	881.000	907.157	2.938.954	2.230.843
Obrigações com Terceiros	1.375.000	1.500.000	5.216.940	3.613.206
Provisao de Férias+Encargos	140.776	1.031.016	4.027.622	3.967.741
Não Circulante	**148.431**	**2.729.001**	**4.274.205**	**3.742.764**
Obrigações com Terceiros	0	1.375.000	3.388.889	1.528.135
Provisão Processos Trabalhistas	0	1.166.800	0	2.027.428
Provisão Fiscal	148.431	187.201	148.431	187.201
Refis	0	0	736.885	0
Patrimonio Liquido	**21.915.446**	**17.617.935**	**21.915.446**	**17.617.935**
Capital Social	2.812.600	2.812.600	2.812.600	2.812.600
Reservas de Lucros	19.502.846	15.205.335	19.502.846	15.205.335
Ações em Tesouraria	(400.000)	(400.0000	(400.000)	(400.000)
Participação dos Acionistas não Controladores no Patrimonio Liquido das Controladas	0	0	0	0
T O T A L	**35.991.640**	**30.883.931**	**52.700.405**	**41.983.336**

Demonstração do Fluxo de Caixa - Metodo Indireto

			Consolidado	
Fluxo de caixa das atividades operacionais	**2018**	**2017**	**2018**	**2017**
	1.569.510	**1.191.955**	**1.831.276**	**(1.726.000)**
Lucro liquido do exercício	1.569.510	1.191.955	1.831.276	(1.726.000)
Ajustes para reconciliar o lucro liquido ao caixa gerado pela atividades	**3.044.606**	**385.657**	**99.124**	**2.036.170**
Depreciações	629.501	631.774	1.961.749	2.351.915
Ganho/ Perda de Capital da Venda do Imobilizado	35.476	0	94.752	22.500
Resultado de Equivalencia Patrimonial	2.656.189	0	0	0
Provisões Trabalhistas e Fiscais	(1.166.800)	0	(3.797.738)	(589.695)
Provisão Férias + Encargos	890.240	(246.118)	1.840.362	251.450
Variações ativos/passivos	**(4.355.944)**	**1.200.212**	**(7.084.801)**	**1.831.985**
Contas a receber	285.494	(486.437)	750.265	(1.094.604)
Clientes	(2.289.068)	(904.698)	(5.573.816)	(568.178)
Titulos e Valores Mobiliários	(2.391.480)	2.510.058	(7.191.412)	2.510.058
Tributos a Compensar	(9.729)	28.949	(22.539)	28.949
Ativos não Circulante	(2.857.170)	(2.113.504)	(3.096.656)	(2.219.816)
Fornecedores	3.376.966	(715.714)	71.790	(296.477)
Contas à Pagar	208.772	1.051.015	2.958.538	1.098.697
Despachos em Processamento	846.430	174.510	846.430	174.510
Obrigações Previdenciarias e Tributarias	(26.157)	9.064	708.111	205.918
Financiamento a Curto Prazo	(125.000)	600.000	1.603.733	21.568
Passivo não Circulante	(1.375.000)	1.046.969	1.860.754	1.971.360
Recursos liquidos Gerados pelas Atividades Operacionais	**258.173**	**2.777.824**	**(5.154.401)**	**2.142.155**
Fluxo de caixa das atividades de investimento	**439.262**	**(3.006.007)**	**3.154.348**	**(2.529.816)**
Aumento líquido caixa/bancos	697.435	(228.183)	656.136	(387.660)
Caixa e bancos no inicio do exercicio	**726.258**	**954.441**	**921.051**	**1.308.711**
Caixa e bancos no final do exercicio	**1.423.693**	**726.258**	**1.577.188**	**921.051**

Demonstrativo das Mutações do Patrimônio Líquido/2018

	Capital Social	Reservas de Lucros	Resultado do Exercício	Ações em Tesouraria	Patrimônio Líquido
Saldos 31.12.17	**2.812.600**	**14.013.380**	**1.191.955**	**(400.000)**	**17.617.935**
Resultado 2017		1.191.955	(1.191.955)		0
Reservas		2.728.000			2.728.000
Resultado 2018			1.569.510		1.569.510
Saldos 31.12.18	**2.812.600**	**17.933.335**	**1.569.510**	**(400.000)**	**21.915.445**

Demonstração do Resultado

			Consolidado	
Receita Operacional Bruta	**2018**	**2017**	**2018**	**2017**
	56.311.482	**52.627.961**	**152.305.870**	**127.486.567**
(-) Impostos	6.967.011	6.022.984	18.604.263	15.809.014
Receita Operacional Liquida	**49.344.471**	**46.604.977**	**133.701.608**	**111.677.553**
(-) Custos Operacionais	30.382.892	23.038.220	58.011.441	46.990.305
Resultado Operacional Bruto	**18.961.579**	**23.566.757**	**75.690.167**	**64.687.248**
(-) Despesas Administrativas, Sociais e Tributarias	13.380.013	21.150.456	68.302.064	63.461.134
(-) Depreciações	629.501	631.774	1.961.749	2.351.916
(-) Receitas/Despesas Financeiras	338.345	110.614	1.210.390	911.086
(-) Outras Receitas e Despesas	(2.364.308)	93.841	(1.541.776)	296.991
Resultado Operacional antes do IR/ CSLL	**2.249.413**	**1.767.754**	**2.674.188**	**(1.739.897)**
(-) Provisão para IR e CSLL	679.903	575.799	1.965.256	575.799
(+) Provisão Prejuízo Fiscal - IRPJ/CSLL	0	0	1.122.344	1.450.323
(+) Processos Trabalhistas Contingência	0	0		860.627
Resultado Liquido do Exercicio	**1.569.510**	**1.191.955**	**1.831.275**	**(1.726.000)**
Lucro por Ação	0,558	0,424	0,651	(0,614)
Resultado Atribuível aos Controladores	**0**	**0**	**1.831.275**	**(1.726.000)**
Resultado Atribuível aos não Controladores	**0**	**0**	**0**	**0**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2018 (Valores expressos em Reais).

1. Contexto operacional: A S. Magalhães S.A. Logística em Comércio Exterior, tem como objetivo a prestação de serviços no mercado interno, as atividades de Despachos Aduaneiros, Terminais de Containers e Armazéns Gerais. Sua controlada Essemaga Logística e Transportes Ltda. tem como objetivo principal a prestação de serviços de Transportes Rodoviários de Cargas. **2. Apresentação das Demonstrações Financeiras:** Na preparação das suas demonstrações financeiras individuais (identificadas como controladora e consolidadas) a Sociedade elaborou de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil os pronunciamentos e respectivas interpretações e orientações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis - CPC, juntamente com as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira. **3. Resumo das principais práticas contábeis: a) Apuração de Resultado:** As despesas e receitas foram apropriadas pelo regime de competência. **B) Ativo Circulante e não Circulante:** Demonstrado pelos valores de realização e quando aplicável, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. **C) Imobilizado:** Demonstrado pelo custo corrigido monetário, relativamente aos bens adquiridos até 31.12.1995 e pelo custo de aquisição dos bens adquiridos após esta data. As depreciações e amortizações acumuladas estão calculadas pelo método linear, a taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil dos bens. **D) Passivo Circulante e não Circulante:** Demonstrado pelos valores conhecidos e calculáveis acrescidos , quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas até a data do encerramento do exercício, levando-se em consideração a legislação vigente e as cláusulas contratuais. **E) Impostos e Contribuições:** São reconhecidas obedecendo ao principio da Competência. O regime adotado para a apuração do Imposto de Renda e da Contribuição Social Sobre o Lucro é o Lucro Real, cujas alíquotas incidem sobre o resultado apurado. **4. Capital Social:** O Valor do Capital Social é de R$ 2.812.600,00 dividido 2.812.600 ações ordinárias nominativas. **5. Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias:** Foram constituídas levando-se em conta a legislação em vigor e provisionadas em obediência ao regime de competência.

A Diretoria

José Antonio Gotti
TC - CRC -1SP092525/O-2

Companhia Agrícola São Bento da Esmeralda

CNPJ/MF nº 56.972.953/0001-76

Demonstrações Contábeis referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017 *(Valores em R$ 1,00)*

Balanços Patrimoniais

Ativo	**31/12/2018**	**31/12/2017**
Circulante	**11.670.271,21**	**6.932.395,00**
Caixa e Bancos	1,00	1,00
Aplicações Financeiras	141.544,56	80.995,75
Outros Créditos	1.607.161,51	1.145.884,11
Outros Valores a Receber	9.921.564,14	5.705.514,14
Não Circulante	**75.639.369,67**	**94.686.549,86**
Investimentos: Ações em Outras Empresas	75.639.369,67	94.686.549,86
Total do Ativo	**87.309.640,88**	**101.618.944,86**
Passivo	**31/12/2018**	**31/12/2017**
Circulante	**1.636.409,66**	**998.886,19**
Fornecedores	15.913,54	5.200,00
Empréstimos e Financiamentos	225.000,00	187.000,00
Obrigações Fiscais/Sociais	1.313.616,11	724.806,18
Outras obrigações	81.880,01	81.880,01
Passivo Não Circulante	**13.390.033,92**	**9.284.533,92**
Obrigaçãoes a Longo Prazo	13.390.033,92	9.284.533,92
Patrimônio Liquido	**72.283.197,30**	**91.335.524,75**
Capital Social	44.000.000,00	44.000.000,00
Reserva Legal	1.159.793,15	1.159.793,15
Reserva de Lucros	38.883.107,90	38.883.107,90
Lucros/Prejuízos Exercício Anterior	7.292.623,70	13.063.123,98
Lucros/Prejuízos Exercício	(19.052.327,45)	(5.770.500,28)
Total do Passivo	**87.309.640,88**	**101.618.944,86**

Luiz Fernando Martins Castro – Diretor
Salatiel Dias Batista Filho – Contador CRC 1SP 261.936/O-8

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Históricos	**Capital Social**	**Reservas Legal**	**Reserva de Lucros**	**Lucros/Prejuízos Acumulados**	**Total**
Saldos em 31/12/2016	**44.000.000,00**	**1.159.793,15**	**38.883.107,90**	**13.063.123,98**	**97.106.025,03**
Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício	–	–	–	(5.770.500,28)	**(5.770.500,28)**
Saldos em 31/12/2017	**44.000.000,00**	**1.159.793,15**	**38.883.107,90**	**7.292.623,70**	**91.335.524,75**
Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício	–	–	–	(19.052.327,45)	**(19.052.327,45)**
Saldos em 31/12/2018	**44.000.000,00**	**1.159.793,15**	**38.883.107,90**	**(11.759.703,75)**	**72.283.197,30**

Demonstração do Fluxo de Caixa – Método Indireto

	31/12/2018	**31/12/2017**
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro/Prejuízo do Exercício	(19.052.327,45)	(5.770.500,28)
Aumento/Redução de adiantamentos diversos	240,76	(240,76)
Aumento/Redução Impostos a Recuperar	(461.518,16)	(392.219,45)
Aumento/Redução de valores a Receber	(4.216.050,00)	(4.437.000,00)
Aumento/Redução de Fornecedores	10.713,54	(4.051,29)
Aumento /Redução de Obrigações Fiscais e Sociais	689.309,93	540.954,01
(=) Fluxo de Caixa Operacional	**(23.029.631,38)**	**(10.063.057,77)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
Ganho/Perda de Equivalência Patrimonial	19.047.180,19	5.577.436,83
(=) Fluxo de Caixa Investimentos	**19.047.180,19**	**5.577.436,83**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Aumento/Diminuição de Empréstimo e Financiamento	38.000,00	187.000,00
Aumento/Diminuição do Exigivel a Longo Prazo	4.675.000,00	4.375.906,27
(=) Fluxo de Caixa Financiamentos	**4.713.000,00**	**4.562.906,27**

Demonstração do Resultado

	31/12/2018	**31/12/2017**
Despesas	**(6.061.491,79)**	**(6.959.499,58)**
Despesas Administrativas Gerais	(6.055.859,22)	(6.957.249,78)
Despesas Financeiras	(5.632,57)	(2.249,80)
Receitas Financeiras	**6.056.344,96**	**6.766.436,13**
Rendimento de Aplicação financeira	993,91	713,64
Descontos Obtidos	0,09	0,01
Juros sobre Capital Próprio	6.018.000,00	6.705.000,00
Variação Monetaria	37.350,96	60.722,48
Outras Receitas	**(19.047.180,19)**	**(5.577.436,83)**
Resultado de Equivalência Patrimonial	(19.047.180,19)	(5.577.436,83)
Resultado antes do IRPJ e CSL	**(19.052.327,02)**	**(5.770.500,28)**
Lucro Líquido do Exercício	**(19.052.327,02)**	**(5.770.500,28)**

	31/12/2018	**31/12/2017**
Aumento Liquido nas Disponibilidades	**730.548,81**	**77.285,33**
Saldo de Caixa + Equivalentes de Caixa Ano Anterior	80.996,75	3.711,42
Saldo de Caixa + Equivalentes de Caixa Ano Atual	141.545,56	80.996,75
Variação do Disponível	**60.548,81**	**77.285,33**

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
documento assinado digitalmente

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br quarta-feira, 20 de fevereiro de 2019 às 01:24:31.